

UFRGS- INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

APARANDO AS ARESTAS: UM RETRATO DAS GERAÇÕES PRÉ E
PÓS-74 EM PORTUGAL E ANGOLA

VANESSA NEVES RIAMBAU PINHEIRO

PORTO ALEGRE

2011

UFRGS- INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

APARANDO AS ARESTAS: UM RETRATO DAS GERAÇÕES PRÉ E
PÓS-74 EM PORTUGAL E ANGOLA

VANESSA NEVES RIAMBAU PINHEIRO

Tese submetida à banca como requisito para a obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana, no Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dra. Jane Fraga Tutikian

PORTO ALEGRE

2011

A Clementino e Regina, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo incentivo, meu pilar para a realização dos meus estudos.

Agradeço aos autores Lídia Jorge e Artur Pestana, ou Pepetela, por terem sido tão solícitos ao responderem minhas perguntas e por me terem proporcionado o *corpus* para a realização desta pesquisa.

Agradeço a CAPES pelos meses de bolsa que me possibilitaram que eu realizasse a pesquisa em Portugal.

Agradeço a UFRGS por haver oferecido as condições necessárias para que eu pudesse realizar meus estudos de pós-graduação.

Agradeço a FAPA, por propiciar-me um ensino de qualidade que me permitiu concluir este Doutorado. Em especial, agradeço as professoras Mara Ferreira Jardim e a Luiza Vilma Pires Vale.

Agradeço a minha orientadora, Jane Tutikian: pela compreensão, pela amizade, pelo carinho, pelas respostas sempre imediatas e pela ajuda sempre precisa.

Agradeço ao meu coorientador em Portugal, Ernesto Rodrigues, pelas indicações bibliográficas.

Agradeço ao José Canísio pela paciência, pela eficiência e pela gentileza de sempre.

Agradeço a Gabriela Farias da Silva pela cumplicidade, pela competência e pela imensa ajuda que ela me prestou na pesquisa bibliográfica desta tese. Obrigada, minha amiga.

Agradeço a Rita Bernardes Justino pela amizade e pela cuidadosa revisão desta tese.

Agradeço a Lisiane Tallayer pela ajuda tão prestativa na busca de bibliografia.

Agradeço a Alexandre Wahl Hennigen, por ter sido tão gentil e solícito em ajudar-me com a formatação do texto. Agradeço também por ele tê-lo feito ao tempo da minha angústia, ou seja, imediatamente.

Agradeço aos meus companheiros de pesquisa e de apartamento em Lisboa, Juarez Guimarães Dias, Najla Lucrezia Sales e Jaison Crestani, pela excelente companhia extrapesquisa. Agradeço também a toda “família Capes” e aos amigos que tive o privilégio de conhecer em Lisboa.

RESUMO

Este estudo realiza um percurso histórico-literário das gerações que antecederam e que sucederam o salazarismo e seus reflexos em Portugal e Angola a partir da análise de duas obras: *O jardim sem limites* (1995), da autora portuguesa Lídia Jorge e *Predadores* (2008), do escritor angolano Artur Pestana, conhecido como Pepetela. Aquela mostra-nos personagens de diferentes idades deslocados em seu país, ainda que por motivos diferentes: os antigos, por não se reconhecerem neste novo Portugal democrático - ainda que conservador-, e os jovens, por tampouco se identificarem com este lugar cujo passado recente desconhecem. A obra do escritor luso-africano, por sua vez, relata um período que vai de 1974, imediatamente após a queda do Estado Novo e um ano antes da independência, até 2004, três anos depois do fim da guerra civil que sucedeu a guerra pela liberação. Assim, temos duas gerações alternadas: os pré-74 – e entre estes estão os que lutaram pela liberdade de Angola e os que não se envolveram com política, bem como com seu posterior desfecho -, e os filhos da guerra, todos alienados em relação ao contexto político-social do qual fazem parte. Parece-nos válido comparar os relacionamentos entre essas gerações e verificar como se deu a representação dessas em Portugal e Angola, países que têm suas histórias simbioticamente relacionadas, apesar de antagônicas. Para chegarmos às conclusões deste estudo, revisitamos a História até chegarmos ao cerne da problemática atual, ou seja, a desconolonização. Em nosso estudo, nos embasamos principalmente nos conceitos formulados a partir da crítica histórica, pós-colonial e filosófica. Partindo do princípio de que o *corpus* é distinto entre si, embasamo-nos nos estudos de pensadores portugueses como Teixeira de Pascoaes, Eduardo Lourenço e José Gil e de filósofos como Deleuze para trabalhar a obra portuguesa e recorreremos aos escritos de Anderson, Hobsbaw, Hall e Bhaba para analisar a representação da questão identitária em Angola. Os pontos comuns entre ambos serão desenvolvidos a partir de autores como Lipovetsky.

Palavras-chave: gerações – salazarismo – identidade – Lídia Jorge - Pepetela

ABSTRACT

This study traces a historical and literary journey of the generations before Salazarism and the repercussions of that regime in Portugal and Angola, based on the analysis of two books: *O jardim sem limites* (The Garden without Limits, 1995) by Portuguese writer Lidia Jorge, and *Predadores* (Predators, 2008) by Angolan writer Artur Pestana (also known as Pepetela). The first author shows us characters of different ages misplaced in their own country, but for different reasons: the old-timers who don't recognize themselves in the new democratic, though conservative, Portugal; and the young people who also don't relate to this place whose recent past they ignore. On the other hand the Luso-African writer book reports a period from 1974 (immediately after the fall of the New State and a year before independence) until 2004, three years after the civil war that followed the Liberation War. So, we have two alternating generations, the pre-74's (fighters for freedom in Angola and who didn't become involved with politics and its subsequent outcome) and the sons of war (all alienated about the social and political context in which they live). It seems valid to compare the relationships between these generations and to see how their representation occurs in Portugal and Angola (countries with antagonistic but symbiotically related history). To reach the conclusions of this study, we revisited History to touch the core of the current problem, i.e., deconolonization. We based our study mainly on the concepts formulated from historical, postcolonial and philosophical theories. Assuming that the corpus is distinct, we based our analysis of the Portuguese book on the studies of Portuguese thinkers as Teixeira de Pascoaes, Eduardo Lourenço, and José Gil as well as philosophers like Deleuze. On the other hand, to analyze the representation of identity issues in Angola we refer to the works of Anderson, Hobsbaw Hall and Bhaba. The commonalities between both books are developed from authors like Lipovetsky.

Keywords: generations - Salazarism – identity- Lídia Jorge - Pepetela

Sumário

Introdução.....	9
1. <i>O jardim sem limites: contextualização e análise</i>	23
1.1 Esse pequeno jardim que é Portugal.....	23
1.2 Os limites do jardim.....	47
2. <i>Predadores</i>	119
2.1 O contexto da (de) predação.....	119
2.2 Predadores da ilusão angolana.....	135
Os predadores sem limite e o jardim depredado: considerações finais.....	187
Referências bibliográficas.....	199

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho baseia-se na representação, a partir de duas obras ficcionais, das gerações que antecederam e sucederam a Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal e Angola. De uma maneira ampla, concebemos “geração” como um conjunto de pessoas mais ou menos de mesma idade e com experiências históricas comuns, ou seja, membros de uma sociedade que nasceram aproximadamente numa mesma época, aparentados ou não por laços de sangue.

Johnson (1997), no entanto, acredita que, ao creditarmos uma definição geral a esse conceito, podemos ter dificuldade em determinar o início e o término de uma geração. Para que esta não se torne arbitrária, a solução apresentada seria definir as gerações em relação a fatos históricos relevantes, tais como o Pós-guerra, por exemplo.

Halbwachs (1990) complementa esta ideia ao referir-se sobre uma “Memória coletiva ou de grupo”, na qual há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, da qual o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais ou não.

Assim, é mister compreender o “sentido do passado na sociedade e descrever suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 1996, p. 23).” Por isso, recorreremos a uma data específica para analisar as representações de geração. É mister esclarecer que a data referida

serve apenas como um ponto de referência: não é nosso propósito fazer um percurso histórico sobre as circunstâncias que motivaram o término do Estado Novo, e sim mapear, partindo desta instância temporal definida, o contexto histórico-cultural dos dois países a fim de analisar de que maneira os fatores históricos que anteciparam e, principalmente, originaram-se no pós-25 de Abril¹ contribuíram para a formação identitária de portugueses e angolanos.

De uma forma geral, o conceito de identidade utilizado está abrangido na acepção de Hall, isto é, uma "celebração móvel": formada e se transformando continuamente em relação às formas pelas quais nos representamos ou somos interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006). O sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu"(HALL, 2003). Desse modo, percebemos que a identificação plena é uma utopia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e de representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis. No nosso entender, tal definição encontra perfeita correspondência com a pesquisa realizada sobre Angola, já que parte de uma perspectiva pós-moderna e, no caso específico, pós-colonial para determinar a construção da mentalidade de um país.

Particularmente, ao nos referirmos a Portugal, preferimos a acepção de Eduardo Lourenço, que afirma haver uma hiperidentidade (LOURENÇO, 1982, p.19), uma espécie de distúrbio de personalidade – por assim dizer – comum aos portugueses, que os confunde pelo excesso de referências, a maioria forjadas. José Gil (2009, p.10) complementa o conceito de Lourenço, concebendo a identidade como “o surgir do rosto do eu, como condição de possibilidade de afirmação de todos os atributos «mundanos» do indivíduo, da afirmação deste como sujeito,

¹ Por exemplo, a Independência das ex-colônias africanas; a guerra pela disputa do poder político em Angola; a globalização e a entrada de Portugal na União Europeia.

antes do surgimento da singularidade do indivíduo como homem, ser nu em devir”. Neste conceito, a noção de identidade aparece diacronicamente anterior à representação do sujeito enquanto português, como uma condição *sino qua non* para ele reconhecer-se em sua individualidade. Diz-nos ainda: “Somos portugueses antes de sermos homens – eis a doença da hiperidentidade que nos corrói” (GIL, 2009, p.10).

O motivo que nos leva à diferenciação de conceitos é porque entendemos que o constructo do imaginário mítico português atuou – e ainda atua – de maneira diferenciada de forma a influenciar a formação da mentalidade lusa. Portugal pode ser considerado uma privilegiada “bacia semântica” isto é, portador de um regime imaginário específico e de mitos singulares. De acordo com Durand (1997, p.80):

Portugal, a nação unificada mais antiga da Europa moderna, unida por *mitolusismos* (como refere o pintor contemporâneo Lima de Freitas) muito poderosos, que confortam na alma portuguesa a nostalgia do Algueres, do apelo das “Ilhas afortunadas” – cantado por Pessoa – para lá dos perigos do oceano.

Segundo Eunice Cabral², existem três etapas na concepção e na representação da identidade nacional nas literaturas lusófonas³ – “a primeira (...), que consiste na exaltação e na propagação da identidade nacional assente na noção de Pátria portuguesa”, que corresponderia, segundo a autora, do início do século XIX a meados do século XX. Apesar de acreditarmos ser relevante determinar um período não muito longo de tempo para que se possa realizar uma análise mais específica, não concordamos com essa delimitação: afinal, a afirmação nacional na literatura portuguesa, em especial, começou muito antes de 1800; desde Camões o tema é tratado com insistência. No nosso entender, o período deveria iniciar no século XVI e terminar no Romantismo. O Realismo deveria constituir outra forma de conceber o tema pátrio, separadamente das anteriores. Entretanto, consideramos o período determinado na pesquisa citada apenas como referência temporal para nosso estudo. Também

²Eunice Cabral, “Outras fronteiras da literatura portuguesa”, *Carnets*, Littératures nationales: suite ou fin – résistances, mutations & lignes de fuite, n° spécial printemps / été, pp. 131. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt/>

³Exclui-se aqui a Brasileira, por ser autônoma desde o século XVI (ou desde o século XIX, segundo acredita Antônio Cândido).

consideramos apenas a literatura portuguesa como constitutiva destas etapas, já que as literaturas luso-africanas⁴ não correspondem ao mesmo eixo temporal da portuguesa.

Nesta primeira etapa, definida pela pesquisadora, podemos distinguir obras paradigmáticas tais como *Viagens na Minha Terra* (1846) de Almeida Garrett e *Eurico, o presbítero* (1843) de Alexandre Herculano, nas quais a língua e a nacionalidade portuguesas estão a serviço da identidade tanto dos personagens quanto do país que as representa.

No entanto, a problematização nacional não se dá apenas pela valorização nacional. No período realista, Eça de Queirós foi o grande responsável por desmitificar a visão romântica de Portugal, ao fazer duras críticas à falta de desenvolvimento e ao retardo cultural vigentes no país. Significativo também é o Modernismo Português, principalmente Fernando Pessoa⁵, para exteriorizar essa necessidade de afirmação identitária do país; e, posteriormente, o Neorealismo, que utiliza novamente a crítica, desta vez explicitamente social, para falar sobre o país.

Ainda segundo Eunice Cabral⁶, “a segunda etapa consiste no desvanecimento da questão da identidade nacional em obras que problematizam outras temáticas, tais como relações interpessoais, relações sociais, etc”. Esta etapa, que teria início após a II Grande Guerra, representaria um esvaziamento desses temas identitários e buscaria mudar o foco em busca de questões mais intimistas. Representantes dessa geração são os escritores Vergílio Ferreira e José Cardoso Pires. Talvez tal fator tenha acontecido menos por monotonia temática do que pela necessidade de enquadramento aos temas aprovados pela censura vigente na época. Trabalhar outras questões, destarte, seria uma maneira de evitar um

4Concordamos com Patrick Chabal (1994), que propõe quatro fases das literaturas africanas de língua portuguesa.

A primeira é a *assimilação*, na qual estão os escritores africanos que produzem textos literários imitando, sobretudo, modelos de escrita europeus. A segunda fase é a da *resistência*. Nessa fase o escritor africano assume a responsabilidade da (re)construção de uma identidade nacional com a mínima interferência do colonizador. A terceira fase coincide com o tempo da afirmação do escritor africano como tal inicia depois da independência. Nela o escritor procura marcar o seu lugar na sociedade e definir a sua posição nas sociedades pós-coloniais em que vive. Na quarta fase, contemporânea, os escritores procuram traçar os novos rumos para o futuro da literatura ao mesmo tempo em que se esforçam por tentar seu espaço no *corpus* literário universal.

5 Dê-se como exemplo os poemas do livro *Mensagem*. Também não podemos esquecer o semi-heterônimo Bernardo Soares em *O Livro do Desassossego* com a frase célebre “Minha pátria é a língua portuguesa”.

6Eunice Cabral, “Outras fronteiras da literatura portuguesa”, *Carnets*, Littératures nationales: suite ou fin – résistances, mutations & lignes de fuite, n° spécial printemps / été, pp. 131. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt/>

possível confronto. O fato é que a literatura escrita neste período foi predominantemente introspectiva e mesmo existencialista.

Foi só a partir da Revolução ocorrida em 25 de abril de 1974 que os autores puderam retomar os temas pátrios, agora com nova roupagem. São significativas as obras de Lobo Antunes *Memória de Elefante*, *Os Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno*, publicadas entre 1979 e 1980, que configuram a primeira e maior crítica colonial publicada no país. Não obstante, temos também a crítica ao Portugal Império feita por Saramago em *Memorial do Convento* (1982), crítica à passividade portuguesa em *O Dia dos Prodígios* (1980), de Lídia Jorge, entre tantos outros do mesmo período.

Também a partir deste período⁷ estão as obras que trabalham neste estudo: *O Jardim sem Limites*, de Lídia Jorge (1995) e *Predadores*, de Pepetela (2008). Nesta terceira fase, descrita por Eunice Cabral, é que se concentra nossa pesquisa. Acreditamos que essa necessidade autofágica, principalmente nesta última fase, deve-se à impossibilidade de um entendimento entre as gerações que antecederam e sucederam a Revolução dos Cravos em Portugal. Há, a partir de 1974, “um acelerado processo de fragmentação e esvaziamento” (RIBEIRO, 2006, p.45), no qual todos são partícipes, ainda que de maneiras diferentes.

A geração que conviveu com a ditadura, que nunca se sentiu a desbravadora descrita por Camões e reforçada por Salazar, é incapaz de reconhecer o país onde vive, e não se sente parte da questionada conquista de um grupo de militares com os quais ela não se identifica, cabendo a essa geração muitas vezes o peso do desencanto e da lamentação. Percebe-se uma oscilação entre o ideal de uma liberdade sonhada e a realidade dos feitos, fatalmente imperfeitos. Se concordarmos com o conceito de hiperidentidade, podemos inferir que esses lusitanos, pertencentes a este período de mudança de estado político do seu país, têm ainda mais conflitos que os demais, pois, além de não se reconhecerem como portugueses, também não se identificam com os lusitanos da geração posterior, ou seja, com seus filhos, sobrinhos e netos. Possuem, portanto, excesso de imaginário histórico-cultural passado, mas falta resolver as questões pertinentes ao seu passado recente, que não foi suficientemente transmitido.

⁷ O período atual, posterior a esse, é descrito pela autora como um período de redescoberta, em que os escritores precisam abandonar os temas referentes ao país e buscar uma nova subjetividade.

Mas por que esse passado não foi transmitido à geração seguinte? “A sombra branca estende-se e cobre o mundo inteiro que é Portugal” (GIL, 2008, p.32). José Gil, em seu livro *Portugal: o medo de existir*, diz-nos que, com o fim do Estado Novo, foi como se um nevoeiro (desde Dom Sebastião o nevoeiro confunde a História Portuguesa) tivesse encoberto e anestesiado o país: todos foram perdoados, tudo foi esquecido, a culpa foi apagada, assim como as consequências dos quase cinquenta anos de ditadura no desenvolvimento de Portugal e mesmo na mentalidade das pessoas, acostumadas à repressão. Deste modo, a transmissão deste passado recente foi negligenciada. Por outro lado, a nova geração portuguesa tem, em comum com a juventude da maioria dos países ocidentais, uma necessidade muito forte de autocentrar-se e de individualizar-se através de modelos externos, muito longínquos da sua realidade. A geração narcisista pós-moderna, descrita por Lipovetsky, não se interessa pelo passado e tampouco pelo futuro: vislumbra apenas o presente, o palpável, e não o contextualiza em seu meio, pois, assim como a geração anterior, não é capaz de reconhecer-se integrante do mesmo. Ribeiro (2006, p.45) compartilha de opinião semelhante ao afirmar que há, em Portugal, “uma falha de memória colectiva e um excesso pessoal”.

Em Angola, os motivos são outros: por um lado, temos a geração anterior à Revolução, que hoje se encontra dividida entre os que lutaram pela independência ou ao menos sempre acreditaram nela, ocorrida em 1975, e atualmente estão desiludidos com os rumos do país; e os que envolveram-se na política, e atualmente colhem os frutos legados pelo colonizador. Por outro lado, os jovens compactuam com as necessidades narcisistas que caracterizam sua geração ou estão demasiadamente preocupados em escapar da miséria para sentirem-se parte (vitoriosa?) da história do seu país.

Para atingir nosso objetivo, ou seja, analisar as possíveis relações/similaridades/diferenças entre as representações literárias destas gerações em Portugal e Angola, trabalhamos com dois escritores contemporâneos: Lídia Jorge e Pepetela.

A escolha dos autores deu-se pelo tratamento do tema por eles dado nas obras que serão analisadas, pela sua própria relevância literária no contexto estudado e por suas semelhanças biográficas: Lídia Jorge é portuguesa, nasceu em 1946 e, em 1970, em plena guerra, foi trabalhar como professora em Angola e Moçambique. Quer dizer, perdeu a ingenuidade, se é que um dia a teve. Artur Pestana, vulgo Pepetela, é angolano, nasceu em

1941. Tem apenas cinco anos de diferença da autora portuguesa, morou em Lisboa quando jovem para estudar e filiou-se ao Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) em 1963, vindo a atuar ativamente na guerra e a participar do governo após a independência. Os dois, portanto, moraram nos dois países, estiveram envolvidos com as situações que culminaram na Revolução e podem oferecer uma visão parcial do tema. Sim, parcial, porque visões imparciais podemos buscar na História e não precisaríamos recorrer à literatura. Preferimos o olhar questionador de quem testemunhou a ditadura, a independência, os horrores da guerra e as consequências de todos esses fatores na mentalidade luso-africana. Buscamos também compreender de que maneira esses fatores influenciaram no constructo de nação para os portugueses e angolanos.

Convém esclarecer que entendemos nação como uma das "comunidades imaginadas", que devem ser distinguidas "não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas" (ANDERSON, 2008, p.33), bem como condição nacional como "produto cultural específico", que deve ser entendido a partir de "suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda" (ANDERSON, 2008,p.30).

Este estudo, inicialmente, analisa os diversos fatores da história e da representação na literatura portuguesa e angolana que justifiquem a aceção dos conceitos já mencionados. Para tanto, nos pareceu válido revisitar, em um subitem introdutório, alguns episódios históricos nos quais possamos evidenciar a tentativa de construção do nacionalismo e da representação da identidade.

A seguir, analisamos *O jardim sem limites*, de Lídia Jorge, e *Predadores*, de Pepetela, para que pudéssemos chegar ao foco do nosso trabalho.

Aquele narra os contrastes de um grupo de jovens que habitam uma pensão, a Casa da Arara. Estes jovens possuem ideais esvaziados, não têm vínculos afetivos e estão ansiosos por um processo de individuação que é buscado ao revés, através de modelos externos, que em nada os representam. Os personagens principais são Leonardo, o *Static Man*, cujo sonho é imobilizar-se na *Times Square* com o artista Paolo Buggiani; Paulina, uma jovem voluntariosa, *partner* do estátua, e que “orienta” os treinos dele; Susana Marina, uma menina com graves problemas de autoestima por seu excesso de peso e que, apesar de não viver no

mesmo ambiente, afeiçoa-se por Leonardo e Falcão, um cineasta temperamental que pretende filmar crimes de matadores em série. Esse grupo coexiste com os donos da casa, ainda que não haja convivência. O casal Lanuit e Juju são os dois, à sua maneira e por motivos distintos, dignos de piedade por qualquer leitor minimamente solidário. Aquele é atormentado por rancores e lembranças de resistência à ditadura, agora angustiado por uma sensação de inutilidade e completo alheamento em relação à esposa e ao país em que vive. O que fez parte da sua vida quando jovem, e que para ele era especialmente relevante, diluiu-se em um anestésico ócio e tentativas falhadas de recuperar seu papel (forjado ou autêntico) na História do seu país. Julieta, por sua vez, é a solitária e desprezada esposa deste homem, uma mulher desorientada enquanto fêmea e que, alheia aos filhos ou aos habitantes da pensão, busca ser amada e desejada novamente como mulher. Publicado em 1995, o livro retrata um Portugal com resquícios arcaicos, mas já em processo de modernização e acostumando-se, ainda que tardiamente, à sua entrada na União Europeia, fato ocorrido em 1986. “Os corpos e os espíritos não se abriram ao novo espaço que a liberdade política devia criar” (GIL, 2008, p.58). A apatia e o desencanto, presentes na trama, foram significativos para a escolha desta obra, já que estas características parecem sintomáticas para analisarmos uma geração que viu seus ideais desvanecerem-se com as decepções desencadeadas, entre outros fatores, pelas turbulências políticas e pela lentidão desenvolvimentista que se seguiram após 74; também para estudar a geração posterior, cansada do espírito coletivista, natural em povos que dividem um momento histórico tão relevante para sua História – tanto para o bem quanto para o mal – e ansiosa por se individualizar. Simplesmente individualizar-se, ainda que para isso tenha que buscar modelos externos e vazios, condizentes com a sua letargia. Diz-nos Gil (2009, p.13):

Mas como voltar colectivamente atrás quando se desmoronaram as condições ferais, sociais, que o permitiam? A sociedade democrática, livre, do pós-25 de Abril representava um obstáculo intransponível a esse regresso. A única possibilidade que restava aos portugueses era a conquista de formas de subjectivação individuais (...).

O Jardim sem Limites é significativo porque mostra-nos o painel destas duas gerações no ano de 1988, em que os mais velhos já haviam tido quatorze anos para

adaptarem-se ao país que se descortinou depois de Abril de 74 e os mais jovens eram muito crianças quando deu-se a mudança política no país. Outro livro da mesma autora, *Notícias da cidade silvestre* (1984), apesar de tratar de tema similar, não abrange, da mesma maneira, um espaço temporal tão amplo e passível de interpretações. Nesta obra, publicada onze anos antes do nosso objeto de estudo, o contexto vivido pelos personagens é de euforia e medo, visto que a narrativa transcorre no período de 1975 a 1979, momento imediatamente posterior à Revolução dos Cravos. Segundo Fornos (2009, p.61), “a multiplicidade de experiências – políticas, afetivas e artísticas – emana por Lisboa, mostrando uma cidade diferente do seu enraizamento provincial e tranquilo, sendo agora descortinada sob os efeitos da miséria e da agitação política”. Ainda de acordo com o mesmo autor (2009, p.62), [em *O Jardim sem limites*], “a cidade acolhe um grupo jovem que, sobrecarregado pelas exigências crescentes de uma sociedade de espetáculo, permuta o amor (...) e bandeiras ideológicas de dimensões universais pelo pragmatismo artístico e econômico”.

Já na obra de 1984, ainda há, nos personagens, resquícios de uma ilusão que se vê perplexa diante dos acontecimentos atuais. Se fôssemos fazer um painel mais detalhado, os personagens que fazem parte da obra de 1984 são a geração prestes a tornar-se o grupo desencantado pré-74 de OJSL⁸. Em *Notícia da cidade silvestre*, o português visto como um ser coletivo, de ideias e projetos compartilhados, ainda reverbera, resultado de uma liberdade recém-conquistada - embora ainda sem frutos visíveis. Neste momento problemático da história do país, em que a situação política ainda estava sendo resolvida, traços de desencanto já começam a ser percebidos, mas a esperança em tempos melhores ainda predomina.

Se em *Notícia da cidade silvestre* as personagens acreditam em projetos utópicos de grande alcance coletivo, embora sinais de desencanto sejam visíveis; em *O jardim sem limites* já não há fundamento teórico e ideológico que inspire e sustente um ideal a ser alcançado. Os sonhos coletivos de mudança social transformam-se em fragmentos privados que se revezam em importância conforme o valor de uso e de troca, assediados por corporações financeiras e midiáticas. Aos indivíduos cabe escolher o conteúdo-mercadoria que melhor se adapte ao seu “estado da alma” a fim de alcançar a felicidade pessoal. Distante, portanto, de um imaginário ideológico em que a utopia de mundo livre, igualitário, fraterno e solidário, perseguido por meio de alteração radical das relações de classes, é referência obrigatória (FORNOS, 2009, p.63).

8 A partir de agora, passaremos a nos referir à obra *O jardim sem limites* usando a sigla OJSL.

Assim, a preferência pelo corpus justifica-se pela confirmação dos traços desta geração, pós-74, apenas esboçada em *Notícia da cidade silvestre*. Catorze anos depois do ocorrido, momento em que a trama de OJSL transcorre, podemos inferir que exista, enfim, algum distanciamento histórico por parte dos personagens e a possibilidade de uma visão diacrônica dos fatos.

O livro de Pepetela, por seu turno, traça um painel de 30 anos em Angola, desde 1974 – ano da Revolução dos Cravos e um ano antes da independência – passando pelos brutais anos de guerra civil _ até 2004, dois anos após o memorando de cessar fogo definitivo que data de 4 de abril de 2002. Concomitantemente aos fatos históricos, desenvolve-se a trajetória pessoal dos personagens; cabe salientar que as mudanças sociais e políticas do país também refletem-se na índole das personagens, ressaltando-a ou revelando-a. O exemplo cabal disto é o protagonista Vladimiro Caposso, de origem humilde e inicialmente alheio à política, que para ascender socialmente envolveu-se na política e em negócios ilícitos, inventou um passado de combatente e até um novo nome. Seu desvio de caráter – de alienado a empresário atrelado a negócios ilegais e mesmo assassino – vai, ao transcorrer os anos, evidenciando-se. Contrário a ele é Sebastião Lopes, este dono de um passado similar ao que foi forjado pelo antigo amigo; advogado que atua em favor dos desatendidos socialmente, o personagem permanece íntegro, durante essa passagem de tempo de trinta anos. Da nova geração temos como destaque o esforçado Nacib – às voltas com sua paixão pela mimada Mireille, filha de V.C e seu outro filho Ivan, rapaz que oscila entre a inconsequência absoluta e a tentativa de ser um administrador justo, essa última tolhida pelas ambições do pai. É mister observar a alteração das atitudes dos personagens a partir dos acontecimentos históricos do país.

Esse fator contribuiu sobremaneira para a escolha da obra; nisso, também difere-se de outro livro do mesmo autor, *Yaka*, de 1984. Este livro, em que são retratados oitenta e cinco anos de história colonial e três gerações da família Semedo, denuncia os problemas do país sem que estes se reflitam no caráter dos personagens. Os verdadeiros vilões deste livro não são familiares aos leitores. Aparecem distantes, como personagens sem nome. Colocar o anti-herói como protagonista é uma ousadia que o autor terá mais adiante em *Predadores*.

Além disso, a narração contempla apenas a geração pré Revolução, já que a trama termina no ano de 1975. Logo, apesar da semelhança temática entre as obras, há uma diferença estrutural que revalida a nossa escolha.

Também pretendemos analisar de que forma ocorre o acordo ou a discrepância com a imagem que os lusos e angolanos têm da representação histórico-cultural de seu país no passado e seus reflexos atuais e contrastar, literariamente, as gerações portuguesa e angolana nos períodos pré e pós-independência de Angola, relacionando sua identidade cultural com seu contexto histórico e social, para que possamos responder às seguintes questões:

- Como se deu a formação do imaginário português e angolano de nacionalismo e identidade? Que fatores históricos e culturais contribuíram com esse processo?
- De que forma esse imaginário corresponde ou contradiz a realidade dos dois países? Como transparece na literatura?
- Qual a importância do contexto político, econômico e histórico-cultural na sociedade portuguesa e angolana da atualidade?
- Como se caracterizam as gerações antes e depois de 74 em Angola e Portugal?
- Que relações podemos encontrar entre essas gerações? Como isso se reflete na literatura?

A pesquisa ora citada possui caráter bibliográfico e desenvolve-se através da identificação, comparação e análise de dados. A fim de respaldar nosso estudo, fizemos uma pesquisa sobre a formação histórica de Portugal e de Angola; para estudar historicamente a pátria lusa, foram válidos os estudos de pensadores como Eduardo Lourenço, António José Saraiva, António Quadros e Miguel Real, entre outros. A fim de analisar a formação histórica de Angola, nos detivemos nas obras de autores como Boavida, Menezes, Oliver e Balakrishnan. A seguir, foi realizado um estudo pontual sobre alguns dos episódios mais relevantes à história portuguesa e angolana, principalmente no que concerne às questões

coloniais. Pretende-se investigar de que forma tais acontecimentos influenciaram na formação da representação identitária do povo angolano. Para tanto, partimos dos conceitos de Hall, Bhabha e Lipovetsky, Anderson e Hobsbawm. Após, nos detivemos nas obras a serem analisadas no nosso corpus bibliográfico, para, afinal, questionar que espécie de imaginário mítico-social se reconstruiu nessas obras analisadas a partir da História e das representações sócio-culturais e de que forma divergem ou não as gerações anteriores e posteriores à independência.

Da mesma maneira, nos pareceu imprescindível estudar a mudança no imaginário do “ser português” a partir da relação com a maior de suas ex-colônias, Angola. Sabemos como a história dos dois países está conectada. Foi preciso, portanto, conhecer a formação da nação angolana, suas dificuldades, sua luta e seu desencanto; assim, conseqüentemente, analisamos Portugal, o revés do espelho. Desse modo, nos detivemos especificamente nos episódios relativos à resistência à dominação portuguesa, as guerras, a repressão, as disputas de poder interno entre os movimentos pela independência e as conseqüências pós-guerra – políticas, sociais e econômicas –, como uma forma de estudar como se redimensionou a formação histórico-cultural do povo angolano.

É só no continente negro que se poderá perceber a crítica mais forte ao regime, porque nascida do elo mais fraco. Lá estavam as gentes que suportavam todo o peso do século e das defasagens sociais, culturais e técnicas de Portugal. E lá se situavam as fortalezas do regime e toda sua força militar garante da lealdade à metrópole. Mas, para Maquiavel, não são as fortalezas os pontos mais vulneráveis do inimigo? (SECCO, 2004, p.63).

Parece-nos fascinante estudar esses emblemáticos países que são Portugal e Angola, perfazendo os caminhos históricos e literários pelos quais se formou seu imaginário. Sabemos o quanto é difícil realizar um estudo acerca da construção identitária e cultural de um povo sem cair no reducionismo. Por isso mesmo, acreditamos na relevância desse estudo, pois, ao

tomarmos o contexto histórico-cultural e relacioná-lo com obras literárias de autores que tenham uma visão particular acerca do seu respectivo país, estaremos nos aproximando o mais possível de uma visão desprovida de arbitrariedades e maniqueísmos.

Finalmente, a fim de buscar justificar as semelhanças e diferenças de percepção de valores, de representações histórico-culturais e de visão de mundo que separam as gerações pré e pós-1974 - tanto em Portugal quanto em Angola -, e de entender seus motivos, baseamo-nos nos pressupostos teóricos de Nietzsche – e suas especulações acerca do chamado “Eterno Retorno” – e principalmente Deleuze, em sua obra *Diferença e Repetição* (2000).

Ambos os autores têm a preocupação com a passagem do tempo e os reflexos que esta acarreta, tanto para os indivíduos em particular, quanto para as sociedades em geral. Tal conceito está intimamente relacionado à noção de “Memória coletiva”, citada anteriormente. O tempo, que permitiu aos conterrâneos da Revolução em Portugal unirem-se ou omitirem-se numa época em que a falta de posicionamento já era uma posição, refletiu-se de maneira diferente nos filhos desta geração, segregados dessa História e absorvidos pela cultura norte-americana trazida pela globalização. Da mesma forma, a passagem do tempo foi percebida de maneira distinta pelos guerrilheiros, assimilados ou mercenários, alheios ou não à guerra – chamada de colonial pelos portugueses e de guerra pela libertação pelos angolanos – e pelos filhos dos políticos ou filhos da miséria causada pelos anos de exploração colonial e pelas guerras – principalmente a guerra civil, que durou vinte anos e que terminou apenas em 2002. A maneira como foram percebidos os acontecimentos que constituíram a história dos dois países, evidentemente, relaciona-se de modo peculiar em cada geração, em cada país. Ainda assim, podemos perceber semelhanças, e nesse quesito Deleuze será especialmente elucidativo. Afinal, “a roda do eterno retorno é, ao mesmo tempo, produção e repetição a partir da diferença e seleção da diferença a partir da repetição” (DELEUZE, 2000, p.101).

Com que propósito, com qual consequência e de que forma essas histórias se cruzam, se diferenciam e se repetem nas obras citadas é o que queremos descobrir aqui.

1 O JARDIM SEM LIMITES: contextualização e análise

1.1 ESSE PEQUENO JARDIM QUE É PORTUGAL

“A única coisa a fazer em Portugal – dizia ele – é plantar legumes, enquanto não há uma revolução que faça subir à superfície alguns dos elementos originais, fortes, vivos, que isto ainda encerre lá no fundo. E se se vir então que não encerra nada, demitamo-nos logo voluntariamente da nossa posição de país para que não temos elementos, passemos a ser uma fértil e estúpida província espanhola, e plantemos mais legumes!

O velho escutava com melancolia estas palavras do neto em que sentia como uma decomposição da vontade, e que lhe pareciam ser apenas a glorificação da sua inércia. Terminou por dizer:

- Pois então façam vocês essa revolução. Mas pelo amor de Deus, façam alguma coisa!”

Eça de Queirós. Os Maias.

Portugal é um país que não cabe em suas próprias recordações. Pequeno de tamanho e situado na ponta da Europa, ou melhor, na cauda – embora um dia tenha sido cabeça, ou ao menos tenha acreditado ser -, o país tem passado demais e futuro de menos⁹. Depois da perda das colônias e do agravamento da situação econômica¹⁰ devido à crise mundial e apesar da

⁹“Por aí é que, desde já vai por terra um dos esteios mais fortes daquilo que tem sido toda a vida portuguesa [exploração das colônias] – insista-se até à saciedade – nos seus últimos cinco séculos de história. Com isso, sem dúvida que o futuro se nos abre, por mais indefinido que ele se encontre ainda. Que futuro? Que futuro queremos e merecemos? Que futuro teremos coragem de talhar à nossa medida?” (Serrão. 1976, p.7).

¹⁰Como podemos ver, por exemplo, nesta notícia do jornal português “Público” de 19.12.2008, disponível em: http://economia.publico.pt/Noticia/actividade-economica-em-portugal-registou-um-abrandamento-significativo-em-novembro_1353642

entrada, ainda que tardia, à União Européia (UE)¹¹, a verdade é que o país não está em seu melhor momento econômico. E isso não vem de hoje. O país começou a perder seu prestígio com a perda da independência para a Espanha – somado ao golpe de Alcácer-Quibir, que culminou no desaparecimento de Dom Sebastião – nem a restauração da independência em 1640 recuperou o país, tudo isso somado a outros abalos sofridos. Hoje, com a crise mundial, segue abalado.

O fato de Portugal ser um país pequeno e só fazer fronteira com a Espanha também contribui para certo distanciamento em relação ao resto da Europa - distanciamento esse que virou quase uma idolatria por parte de Portugal a partir do final do século XIX. A *belle époque* francesa, que também teve seus momentos no Brasil do início do século XX, ressoou enormemente em Portugal, a tal ponto de fazer Eça comentar que Portugal é um país que foi traduzido do francês. A obra do escritor não o nega. Basta folhear de leve *Os Maias* e reparar que os episódios de vida romântica a que se refere o autor têm seu ideal nos costumes, vestimentas e mesmo no vocabulário francês.

Se levasse para longe uma mulher, não era para um lago, nem para a Suíça, nem para os montes da Sicília; era para Paris, para o *boulevard* (...), a um passo do *Figaro*, do Louvre, da filosofia e da *blague*...Aqui tens tu a minha doutrina!... (QUEIRÓS, 2001, p.306).

Eduardo Lourenço (1988, p.130) ratifica essa ideia, ao afirmar que

Talvez como nenhuma outra na Europa, a cultura portuguesa, pese à nossa situação excêntrica ou até por isso mesmo, manteve desde a origem uma relação, não só privilegiada como umbilical, com a cultura francesa enquanto cultura institucionalizada, e já consciente da sua força e impacto pedagógico e intelectual.

A comparação constante com a França e mesmo com outros países da Europa rendeu a Portugal um sentimento de inferioridade frequente. Podemos observar que, simbolicamente, a

¹¹Diário de Notícias de 01.07.2007, disponível em:
http://dn.sapo.pt/especiais/interior.aspx?content_id=992164&especial=Presid%EAnCIA%20da%20UE&seccao=MUNDO

personalidade cultural do povo português assemelha-se à personalidade de uma criança, em que os adultos são a Europa de hoje. Portugal, assim, seria um país em formação, em constante aprimoramento. Para quê? Talvez para um dia deixar de se sentir a cauda e passe a ser a cabeça do velho mundo. Fernando Pessoa, em *Mensagem*, refere-se a Portugal como a cabeça da Europa:

Primeiro

O dos castelos

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

Fernando Pessoa compara o continente europeu com uma mulher; é interessante observar que, pelo ângulo que é valorizado pelo autor, Portugal seria a cabeça desse continente, que não sem razão vê tudo com “olhos gregos”. Pessoa, em *Sobre Portugal: Introdução ao Problema Nacional* (1979, p.4), já percebendo que Lisboa e Atenas ficam quase na mesma latitude e que isso não poderia ser um acidente geográfico, proclama que há muitas semelhanças entre os portugueses e os gregos: ambos só encontram o equilíbrio fora da “lei”. Discorreremos mais sobre o tema posteriormente. Fernando Clara, em artigo intitulado “O fim da Europa: onde a nação acaba e o império começa”, presente no livro *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade* (2010), fala sobre a história das antropomorfizações do espaço geopolítico europeu no decorrer dos anos, referindo-se à imagem seiscentista da “Rainha Europa” feita em 1543.

Segundo o autor, é interessante observar a “volatilidade algo radical” de Portugal que, nestas gravuras, oscila entre a “nobreza de um 'rosto' 'que fita' e a excrescência inútil de sua 'cauda” (2010, p.273). Porém, independentemente de ser retratado como o princípio ou o fim da Europa, segundo Clara, “o território português parece configurar-se como um Espaço-Outro” (2010, p.273). Este Espaço-Outro seria justificado por um “duplo exotismo português” (2010, p.276). É duplo porque se dá interna e externamente. Por um lado, compõem este exotismo interno as características próprias do país: condições climáticas, aspectos geográficos e topográficos, etc. O clima ameno e a terra fértil conferiram a Portugal uma fama de “paraíso” em relação às demais nações da Europa. A partir do século XVIII, este “conceito” de local paradisíaco começa a deslocar-se para o Hemisfério Sul, e apenas o exotismo dito externo é reconhecido.

Mas a partir do século XV, numa 2ª fase, começam a surgir de um outro tipo de exotismo que de alguma forma parece ser estranho e exterior à região. Trata-se agora de um exotismo que lhe é, por assim dizer, “emprestado” e “externo” (que é alheio ao lugar e lhe advém do exterior), e que obviamente resulta dos descobrimentos e do consequente contato com povos que ocupam e, fundamentalmente, passam então a ocupar espaço imaginário do Oriente mental europeu (CLARA, 2010, p.277).

Este novo exotismo, emprestado pelas influências africanas e indianas existentes em Portugal, também já não ocupa destaque na Europa pós-colonial de hoje, em que os europeus, de um modo geral, vêm convivendo com as mais distintas nacionalidades. Mas nem a Europa de hoje é o que era nos tempos idos de Eça de Queirós, tendo perdido muito de seu prestígio e poder econômico. E, ainda assim, persiste o sentimento de subordinação portuguesa. Por que Portugal segue acreditando ser a cauda do Velho Mundo?

Até Eça de Queirós foi acusado pela baixa estima portuguesa. Unamuno (1985, p.25), diz-nos que, não raro, os portugueses culpam a geração pessimista representada pela incapacidade dos jovens de gerações posteriores de atuarem de maneira mais ativa, já que foram criados sob o desencanto da narrativa queirosiana. O fato é que, como todo país que um dia foi grande e depois perdeu seu poderio, Portugal sofre de nostalgia em relação ao passado e insatisfação ao presente. Um dos grandes ressentimentos do povo português é o de

que a maior parte de seus poetas e intelectuais preferiram sair de Portugal. Ocorreu com Eça de Queirós, com Fernando Pessoa, com Saramago e mesmo com Eduardo Lourenço. Cabe salientar que todos esses viveram em um outro Portugal, um país sem a glória das cruzadas e de Dom Sebastião, embora até essa glória seja contestada. Segundo Eduardo Lourenço, a grandiosidade de Portugal à época das cruzadas e dos grandes descobrimentos tem muito de mito. Sabemos que livros como *Os Lusíadas* serviram para disseminar um passado de honras e conquistas lusitano, passado cujo povo português se orgulharia ainda hoje e que ajudaria a conservar o que o pensador português Eduardo Lourenço (1982, p.19) chama de hiperidentidade portuguesa: uma identidade baseada em muitos conceitos, quase todos forjados, a respeito do povo português. Essa identidade, por ser múltipla, não é nenhuma. Camões (2000, p.31) foi um dos primeiros a disseminar a pseudoglória lusitana:

Cessem do sábio grego e do troiano
 As navegações grandes que fizeram;
 Cale-se de Alexandro e de Trajano
 A fama das vitórias que tiveram;
 Que eu canto o peito ilustre lusitano,
 A quem Netuno e Marte obedeceram.
 Cesse tudo que a musa antiga canta,
 Que outro valor mais alto se alevanta.

Segundo Bergel¹², a identificação de Camões e da sua obra como símbolos da nação portuguesa parece datar do início da monarquia dual de Filipe II da Espanha, pois aparentemente o monarca entendeu que seria de interesse prestigiá-los como parte de sua política para assegurar a legitimidade de seu reinado sobre os portugueses, o que justifica a sua ordem de imprimir duas traduções em castelhano de *Os Lusíadas* em 1580, pelas universidades de Salamanca e Alcalá de Henares, e sem as submeter à censura eclesiástica. Mas Camões tornou-se especialmente importante em Portugal no século XIX, quando a obra *Os Lusíadas* sofreu um processo de releitura e mitificação por alguns dos expoentes do

¹²BERGEL, Antonio J. Alías. *Camões laureado: Legitimación y uso poético de Camões durante el bilingüismo ibérico en el "período filipino"*. IN *Espéculo. Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. Año XIV, nº 42, julio-octubre 2009.

Romantismo local, como Almeida Garrett, Antero de Quental e Oliveira Martins, que o colocaram como um símbolo da história e do destino que estaria reservado ao país. Conforme Silva¹³, os objetivos principais desse movimento seriam compensar o saudosismo dos tempos de glória e a percepção então prevalente de Portugal como uma periferia pouco significativa da Europa e dar à sua história um sentido mais positivo, abrindo-lhe novas perspectivas de futuro.

No entanto, mesmo esse passado foi forjado, conforme nos relata Eduardo Lourenço:

Os Lusíadas recebem uma luz espectral e fulgurante quando lidos no contexto de uma grandeza que subterraneamente se sabe uma ficção, ou se se prefere, de uma ficção que se sabe desmedida mas precisa ser clamada à face do mundo menos para que a oiçam do que para acreditar em si mesma (1982, p.22).

Assim, o passado glorioso de Portugal funciona de maneira autofágica, ou seja, vive nutrindo-se da imagem que faz de si mesmo. O próprio Luiz Vaz de Camões serve para ilustrar esse ideal a partir de sua biografia. Foi um poeta genial e um soldado exemplar. Ou seja, a vida do vate contribuía para a disseminação deste imaginário. Como afirmou Ramos¹⁴:

O nome do poeta surge como um símbolo da união do mundo lusófono. Nesta medida, ganha lugar de destaque a acção exercida pelo Instituto Camões que, em Portugal tal como no estrangeiro, mantém vivo o nome desta figura ímpar e sublinha o elo que a une a outras personalidades nossas contemporâneas. O simples vínculo do nome de Camões a autores consagrados da língua portuguesa, como Miguel Torga, Vergílio Ferreira, José Saramago, Eduardo Lourenço e Sophia de Mello Breyner Andresen incentiva, por sua vez, os mais curiosos a informarem-se sobre o poeta que dá nome ao Prémio (Prémio Camões) outorgado todos os anos desde 1989.

¹³SILVA, André Luiz Barros da. *Machado de Assis: anti-apologista, anti-romântico, anti-realista*. IN *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 16-18 de setembro de 2004. pp. 1-11

¹⁴RAMOS, Iolanda Freitas. *Imagens Inglesas de Camões*. IN *I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. Universidade Nova de Lisboa, 2001

O vate, depois de sua morte, adquiriu uma dimensão que nunca em vida pode ter, já que dependia de uma minguada pensão de Dom Sebastião para sobreviver e mesmo essa foi paga de maneira irregular, fazendo o poeta passar por dificuldades financeiras. Hoje, no entanto, é o grande nome da literatura portuguesa e ícone da nacionalidade, ao lado de Fernando Pessoa. Camões, porém, cumpre também outro papel: ao mesmo tempo em que é usado para relembrar os feitos do país no qual nasceu é também um símbolo representativo da nação portuguesa e de sua cultura. Miguel Torga, em seu *XII Diário*, diz-nos que “nunca um escritor aqui teve direito à dignidade. À dignidade de assumir um unânime destino colectivo ou um solitário destino pessoal, sem que sirva de bandeira para uns e de espantalho para outros” (1986, p.61).

Essa afirmação pode ser confirmada a partir do poeta: Camões teve seu nome usado para forjar a glória de um Portugal que, mesmo à época dos grandes descobrimentos, nunca foi tão poderoso quanto julgava ser. De acordo com Gilberto Freyre (2004, p.267):

Há muito que se descontar nas pretensões de grandeza do português. Desde fins do século XVI ele vive parasitariamente de um passado cujo esplendor exagera. Supondo-se diminuído ou negado pela crítica estrangeira, artificializou-se em um português-para-inglês-ver, que os portugueses têm sido, entretanto, os mais perspicazes em retratar ao natural, restituindo-lhe os contornos e as cores exatas.

Ainda segundo Freyre (2004, p.268), o maior problema de Portugal é a arrogância em relação ao seu passado e o ressentimento com o presente, fatores que impedem seu atual desenvolvimento:

Longe de conformar-se com uma viuvez honesta, de nação decaída – como mais tarde a Holanda, que depois de senhora de vasto império entregou-se ao fabrico de queijos e de manteiga – continuou Portugal, após Alcácer-Quibir, a supor-se o Portugal opulento de D.Sebastião vivo. A alimentar-se da fama adquirida nas conquistas de ultramar. A iludir-se de uma mística imperialista já sem base. A envenenar-se da mania de grandeza. Celebram Lisboa com tal cópia de palavras, que a fazem igual às principais cidades do mundo, e por isso costumam dizer: - Quem não vê Lisboa, não vê cousa boa, escreviam os portugueses em fins do século XVI os embaixadores venezianos Trom e Lippomani.

Essa ideia vai ao encontro de Pascoaes (1978, p.124): “[vaidade] defeito muito vulgar num Povo que foi grande e decaiu”. Complementa dizendo que a inveja é uma qualidade que define a alma pátria. “O valor alheio nos tortura” (1978, p.123). Essa é uma outra maneira de interpretar a admiração que os lusitanos sentiram – primeiro, pelos franceses – e, mais recentemente pelos norte-americanos.

Ora, sabemos que, apesar do gênio de aventura dos portugueses assinalado por Pascoaes (1978, p.111) e, contrariando os versos de Camões, as navegações portuguesas nunca puderam ser igualadas às conquistas gregas e romanas, fato este confirmado por Holanda (2007, p.110-111):

Comparada ao delirante arroubo de um Colombo, por exemplo, não há dúvida que mesmo a obra do grande Vasco da Gama apresenta, como fundo de tela, um bom senso atento a minudências e uma razão cautelosa e pedestre. Sua jornada fez-se quase toda em mares já conhecidos – uma sabotagem em grande estilo, disse Sophus Ruge – com destino já conhecido e, quando foi necessário cruzar o Índico, pôde dispor de pilotos experimentados, como Ibn Majid.

Assim, desvela-se o exagero com que sempre foram tratadas as maiores façanhas portuguesas, e as navegações e os descobrimentos podem enfim serem encarados na sua real dimensão. No entanto, para os portugueses, esse imaginário ainda está longe de ser desconstruído. Conforme Sérgio Buarque de Holanda:

A grandeza heróica de seus cometimentos e a importância universal e duradoura do alto pensamento que os presidia é claro que foram vivamente sentidas, e desde cedo, pelos portugueses. A ideia de que superavam mesmo as lendárias façanhas dos gregos e romanos impõe-se como verdadeiro lugar-comum em toda a literatura quinhentista. Mas é significativo, ao mesmo tempo, que essa exaltação literária caminhe em escala ascendente na medida em que vai se tornando tangível o descrédito e o declínio do poderio português (2007, p.111).

O descrédito do poderio português, a que se refere o autor e como já foi dito, está diretamente relacionado à derrota em Alcácer-Quibir e, posteriormente, a perda de poder da aristocracia. Descreve também, com a ascensão da classe burguesa, um sentimento muito

peculiar a Portugal, o da ‘modernização nostálgica’. Gil (2008, p.30) tem uma concepção semelhante, ao dizer que o país é repleto de “arcaicos pós-modernos”.

Sem conseguirem se livrar dos resquícios do ideal aristocrático e, por outro lado, sem se desvencilharem da vida burguesa, os novos ricos eram um modelo patético do burguês aspirante a aristocrata. Ainda Holanda (2007, p.111-112):

A funesta influência que sobre o ânimo dos portugueses teriam exercido as conquistas ultramarinas é, como se sabe, tema constante de poetas e cronistas do Quinhentos. E não deve ser inteiramente fortuito o fato de essa influência ter coincidido, em geral, com o processo da burguesia mercantil, que se impusera já com a casa de Avis, mas recrudescera sensivelmente desde que D.João II conseguiu abater a arrogância dos homens de solar (...).

A “nobreza nova” do Quinhentos era-lhes particularmente adversa. Não só por indignas de seu estado como por evocarem, talvez, uma condição social, a dos mercadores citadinos, a que ela se achava ligada de algum modo pela origem, não pelo orgulho. De onde seu afã constante em romper os laços com o passado, na medida em que o passado lhe representava aquela origem, e, ao mesmo tempo, de robustecer em si mesma, com todo o ardor dos neófitos, o que parecesse atributo inseparável da nobreza genuína.

Como já dissemos, um fator que muito contribuiu para a baixo-estima portuguesa foi o *Ultimatum* inglês de 1890¹⁵, que restringiu drasticamente os direitos coloniais na África, afetando o estatuto imperial do país e acelerando sua decadência. Valtentim Alexandre (1979, p.192-193) em seu *Origens do Colonialismo português moderno: 1822-1891* explica que o acordo delimitava as fronteiras de Moçambique, excluindo do domínio português as regiões do Chire e do Niasso como a zona entre Angola e Moçambique. Relata ainda que “algumas das suas disposições foram consideradas ofensivas para a dignidade nacional; e, sobretudo protestava-se contra as grandes concessões económicas feitas à Inglaterra”.

A imagem de Portugal diante dos próprios portugueses sempre esteve diretamente relacionada às conquistas ultramarinas, isto é, a tudo que fazia parte do país, incluindo as conquistadas colônias. Portanto, a perda de direitos em relação às colônias foi de grande impacto à autoestima lusitana. João Leal, em seu artigo “O império escondido: camponeses,

15 “O ultimato inglês provocou em Portugal um forte abalo, um movimento que sacudiu e marcou profundamente o País. Segundo o embaixador inglês em Lisboa, o ódio à Grã-Bretanha só podia ser comparado ao dos Franceses pela Alemanha, depois da guerra de 1870; além dos sentimentos antibritânicos, muito generalizados em Portugal no século XIX, também a crise económica que o País atravessava contribuiu certamente para a amplitude da reacção à imposição inglesa” (ALEXANDRE, 1979, p.192).

construção da nação e império na antropologia portuguesa” (*In Portugal não é um país pequeno*, 2010, p.70), apresenta outra perspectiva sobre este tema: citando Rocha Peixoto, ele afirma que “a decadência da nação portuguesa, que a cultura popular exprimira de forma tão exuberante nos tempos contemporâneos, começara há muito tempo, e a expansão portuguesa era a primeira e mais poderosa prova disso mesmo”.

Segundo o autor, os descobrimentos, tão louvados como símbolo da grandiosidade lusitana nada mais são do que, na verdade, a prova da incapacidade desta de gerir-se sozinha enquanto nação, tendo sempre a necessidade de ser um império colonial para estar completa. Um país que depende da receita de outros, dos quais extrai diamante, petróleo e afins, não deveria, portanto, ser considerado um país emergente.

Todos esses fatores acabaram por favorecer o que Eduardo Lourenço chama de “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos” (1982, p.19). Imbuída de orgulho do passado lusitano, que não mais corresponde ao seu momento atual, a nação portuguesa busca uma identidade que não é a sua para se reconhecer como país. De acordo com Real:

Do conflito entre uma espécie de consciência de culpa do passado e esse desinteresse presente sobre o “lá longe”, agora que de certo modo “a casa nos ardia por dentro”, nasceram os dois actuais espinhos da consciência nacional: vinte anos de guerra cruel em Angola e vinte anos de anexação de Timor pela Indonésia. Não é pouco para a pequenez que somos (1995, p.95).

Assim, se a literatura do passado criou uma imagem mítica de glória para Portugal, a realidade, principalmente a partir do século XX, com as guerras coloniais, contribuiu para a impossibilidade da manutenção deste imaginário. Tal fato se refletiu também na literatura portuguesa: se desde o século XIX, com Eça de Queirós, Portugal vai sendo desmitificado, a literatura dos séculos XX e XXI é essencialmente crítica. Já Vergílio Ferreira (1982, p.198) havia apontado que o carácter português não é em Camões que se exprime, e sim em Gil Vicente. Ao invés dos heróis míticos, bufões. “Aí está a nossa grosseria e galhofa, o nosso lirismo ingénuo, a basófia lusitana, a grandiloquência guerreira, a religiosidade primária, a traluhice, a maledicência clerical...”

Diferentemente das civilizações nas quais o mito pressupõe uma evolução na sociedade, em Portugal os mitos nos apontam um passado irrecuperável e impossível de ser repetido. “Em essência, os mitemas da ‘idade do ouro’ ou do ‘paraíso perdido’ supõem que o movimento pode desenvolver-se não só do caos ao cosmo mas também do cosmo ao caos” (MELETÍNSKI, 1987, p.260). Tal aceção se confirma nas palavras de Eduardo Lourenço, para o qual existem “duas idades de ouro” em Portugal:

A primeira, no século XVI, associa a obra inaugural do teatro peninsular de qualidade, a de Gil Vicente, à de Luís de Camões (...). A primeira “idade de ouro” - de ouro para um Portugal que ainda não perdera a certeza e mesmo o sentimento de ser uma nação importante, quer no plano político, quer no latamente cultural (...). O código da segunda “idade de ouro” é o oposto: Portugal não é nada ou pouca coisa - fora a memória de ter sido grande, e a literatura, tudo (...). O Portugal de Camões está definitivamente nas “brumas da memória”, donde o evocará um Portugal histórico humilhado e sem saber onde buscar-se senão numa figura transfigurada em revanche sobre o presente que irá de Oliveira Martins à *Mensagem* de Fernando Pessoa (2000, p.84-86).

Gilbert Durand, na obra *Imagens e reflexos do imaginário português* (2000, p.147), evidencia os “mitemas essenciais que caracterizam o mito da Idade de Ouro”. São eles: a realeza passada e perdida, a terra prometida e o rei escondido, que pode regressar e subverter o tempo. Aponta, ainda, para a existência de quatro principais “mitologemas” portugueses, a saber: “o Fundador vindo de fora, a Nostalgia do Impossível, o Salvador Oculto, e enfim a Transmutação dos actos” (2000, p.88).

Os mitos portugueses seriam, portanto, uma forma de transfiguração da realidade. Segundo Meletínsky (1987, p.198):

Como já indicamos, ao retratar as formas de vida aceites, o mito cria uma espécie de nova “realidade suprema” fantástica, que paradoxalmente é percebida pelos portadores de uma tradição mitológica correspondente como origem e protótipo ideal (...). Em termos práticos, a modelação mitológica se realiza mediante a narração de alguns acontecimentos do passado (apenas em alguns sistemas mitológicos tardios - e em parte também nos do futuro).

Depois de um passado antigo de glórias, de um passado mais recente de fracasso e de um presente de apagamento histórico, a nação lusitana busca a sua identidade. António

Quadros (1986, p.62) afirma que “o que parece dominar hoje em Portugal é a face negativa, nocturna, decaída do arquétipo, do modelo ou da imagem sublimatória que o Português já teve de si próprio e o levou a ousar rasgar seus próprios trilhos na superfície do mundo ou da vida”. É ainda, segundo o autor, a prova da vitória do velho do Restelo sobre o Vasco da Gama. Vai o herói desbravador, fica o inerte resmungão. Isto é, o modelo do português heroico, forjado no século XVI, perde seu lugar ante o anti-herói apático das gerações posteriores.

Eduardo Lourenço, por seu turno, diz que o país lusitano teve sua recente história permeada por traumatismos que abalaram a sua identidade e a sua autoestima: desfrutou de certo poderio e o perdeu (1982, p.24), Alcácer-Quibir levou à perda da independência e à descoberta que o povo lusitano era destinado à subalternidade (1982, p.24) e, por fim, houve a perda do império (1982, p.41). Holanda (2007, p.111), ao se referir sobre a literatura produzida no século XVI, argumenta que é significativo que “essa exaltação literária caminhe em escala ascendente na medida em que vai se tornando tangível o descrédito e o declínio do poderio português”. Esse descrédito, a que se refere o autor, está diretamente relacionado aos traumatismos citados por Eduardo Lourenço. No entanto, sabemos que os séculos posteriores não contribuíram para a autoestima portuguesa.

Quinhentos anos de existência imperial, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente aos colonizadores, tinham fatalmente de contaminar a imagem dos portugueses não só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho (LOURENÇO, 1982, p.41).

António José Saraiva (1991, p.116) compartilha de opinião semelhante; ele distingue dois segmentos fundamentais para a história de Portugal, a saber: o primeiro, que vai dos primórdios até o século XVIII, em que a Cruzada - considerada pelo autor como o mito fundador da cultura lusitana - desencadeou uma onda messiânica, e o segundo, a partir do século XIX, historicista e positivista, que acaba por consolidar uma ideia de “decadência”, de contramito, representando uma ausência de ideal, uma incapacidade de dar um sentido à vida coletiva. Essa ideia de contramito é adotada de forma similar por Melentínski. O autor acredita que a mitologização do século XX abre a possibilidade de um diálogo franco com a

história, naturalmente esta sendo desidealizada. Esse diálogo é marcado pelo pessimismo e pela descrença na marcha da civilização. Segundo Meletínsky (1987, p. 350-351):

O “mitologismo” é um fenômeno característico da literatura do século XX (...). Entretanto, a ênfase do mitologismo do século XX não reside apenas e nem tanto no desnudamento da degeneração e da deformidade do mundo atual a partir dessas alturas poéticas, quanto na revelação de certos princípios imutáveis e eternos, positivos ou negativos, que transparecem por entre o fluxo do cotidiano empírico e das mudanças históricas.

Assim, podemos pensar no mito simultaneamente diacrônico (como narração histórica do passado) e sincrônico (como instrumento de explicação do presente e até o futuro). Meletínski reconhece ainda a importância do escritor para esse processo, enfatizando que “não há mito sem narrativa” (1987, p.105). No século XIX, o contramito foi reforçado por autores como Eça de Queirós que, obcecado pela França - modelo cultural da época - criticava o país.

Acreditamos que uma ideia que pode nos ajudar a compreender melhor de que forma esses fatores influenciam na vida do lusitano comum é partir do princípio de que há um imaginário mítico por trás dessa mentalidade. Segundo António José Saraiva (1985, p.120), “o mito é também uma forma de compensação em relação a uma realidade frustrante”.

Ora, sabemos que o imaginário português está impregnado de mitos heroicos não condizentes com a realidade atual do país. Segundo Meletínski (1987, p.197):

O mito explica e sanciona a ordem social e cósmica vigente numa concepção de mito, própria de uma cultura e explica ao homem o próprio homem e o mundo que o cerca para manter essa ordem; um dos meios práticos dessa manutenção da ordem é a reprodução dos mitos em rituais que se repetem regularmente.

Fernando Pessoa, em *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império* (1986, p.58) relata que a decadência portuguesa deriva da acumulação de três fatores: Alcacer-Quibir, que causou efetivamente a decadência; a instauração do sistema monárquico estrangeiro,

responsável pela desnacionalização; por fim, a implantação da República, que transformou a desnacionalização em degenerescência. Conclui: “o problema português consiste na destruição da tripla camada de negativismo que assim cobre a Pátria” (1986, p.58). Para o poeta, o pessimismo que reina entre os lusitanos pode ser explicado por esses três fatores.

Miguel Real, por sua vez, em sua obra *Portugal: ser e representação*, aponta três mitos que considera fundadores do imaginário português: a Cruzada, os descobrimentos e a separação entre Portugal e Espanha (1998, p.17). Os dois primeiros, acreditamos, são responsáveis pelo saudosismo português. Já a separação da Espanha, ainda que possa ser considerada uma vitória, consolidou a hiperidentidade portuguesa.

Se autores como Camões e Garrett contribuíram para a construção de uma identidade mítica que não se fundamenta mais, e Eça de Queirós foi um pioneiro em desconstruí-la literariamente, outro personagem, este factual, contribuiu para que a identidade lusa, ao invés de se definir, fosse para sempre dividida: Salazar.

Nos seus discursos, o então presidente reforçava o heroísmo luso mas, paradoxalmente, também fazia questão de enfatizar a brandura do povo - brandura essa que, a bem da verdade, contribuiu para que as décadas intermináveis do Estado Novo perdurassem. Construindo uma imagem de uma nação heroica mas passiva, doce mas capaz de cometer atrocidades nas guerras coloniais, e dependente de uma voz que a governasse, Salazar conseguiu não só acentuar a hiperidentidade portuguesa - conceito cunhado por Eduardo Lourenço e anteriormente pensado por Fernando Pessoa¹⁶ -, como impossibilitar, até o momento, a construção de um outro imaginário mais rico do que ele próprio criara. Segundo Kenneth Maxwell, em sua obra *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*:

Salazar parecia acalentar uma imagem romântica de Portugal e seu império, um mundo perdido no tempo, convicto de verdades havia muito descartadas em outros lugares, atraente não só para os turistas. O diplomata americano George Ball comentou em 1963 depois de uma visita a Lisboa que Salazar parecia viver “em mais de um século, como se o príncipe Henrique, o Navegador, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães ainda fossem agentes ativos na formação da política portuguesa” (2006, p.37).

¹⁶*Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional. Fernando Pessoa* (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1979, p.6.

Apesar da aparente calma, as consequências para o país foram catastróficas (NETTO, 1986, p.18), pouco tempo após a instauração do novo regime, ainda sem Salazar oficialmente no poder, o déficit público “em 1927/1929 ascendeu a 641.602.000 escudos (contra 83 milhões do biênio anterior), a dívida flutuante interna cresceu a mais de 600 milhões de escudos”. Diz-nos ainda:

A entrada de Salazar no governo altera a orientação da ditadura militar, no sentido de defini-la e sistematizá-la: com ele, um projeto econômico-social se integra organicamente à repressão antipopular e antidemocrática. Trata-se, explícita e nitidamente, do projeto fascista do grande capital, de que Salazar se fez um funcionário coerente, lúcido e pertinaz (1986, p.18).

Uma das medidas do Estado Novo acentuada por Salazar foi fechar o país para as influências externas, incitando o autoexílio português, e investir no passado heroico e no presente pacifista¹⁷, Salazar conseguiu colocar em prática o que até então existia apenas na teoria, ou melhor, na mente dos saudosistas lusos: um retorno ao passado. No entanto, o que se viu foi um retrocesso, não à mítica idade de ouro portuguesa, mas à fase negra da Idade Média, o que tornou Portugal “o país com a maior taxa de analfabetismo da Europa Ocidental (37%)” (MAXWELL, 2006, p.94).

O confinamento de Portugal a padrões econômicos e sociais tradicionais foi deliberado. Arcaico, isolado e puritano, rejeitando a industrialização por considerá-la um arauto de conflito de classe e problemas trabalhistas, glorificando uma tradição folclórica e camponesa depurada, o Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o século XX. A maioria da população ainda era agrícola (MAXWELL, 2006, p.36).

Assim, se os mitos portugueses serviram para explicar uma época em que a sociedade podia se servir deles para representá-la, o contramito, iniciado no século XIX e a mitologização, típica do século XX, apareceram para desconstruir a idealização dos períodos

¹⁷Lembre-mos que apesar de ser um simpatizante das ideias de Hitler e de Mussolini, Salazar manteve o país neutro durante a II Grande Guerra, o que nos mostra que a ele só interessava a guerra para manter o controle das próprias colônias

anteriores. Na sociedade portuguesa contemporânea, nem mesmo eventuais neo-sebastianistas ou saudosos de Salazar esperam um salvador: a realidade, um tapa no rosto de Lanuit e de outros oriundos da “geração dos cravos” revela um país submerso, como sempre esteve, mas de forma diferente. Não mais imerso nas glórias passadas, como o fora à época de Camões e de Alcácer-Quibir; também não mais no ideal da *Belle Époque*, como o fora nos tempos idos de Eça de Queirós; tampouco mergulhado em um presente de retrocesso e de autofagia, como aconteceu no Estado Novo; agora, Portugal encontra-se afogado em sua própria ausência.

Este constructo de país orgulhoso de si continuou, iniciado pelos cronistas do quinhentismo e prosseguido por Camões, continuou a ser alimentado por Salazar no Estado Novo, como uma forma de manipulação do povo. Segundo Souza¹⁸, durante o Estado Novo, o vate e a sua obra tornaram-se instrumentos propagandísticos de consolidação do Estado e passou-se a divulgar então uma ideia de que Camões era não apenas um símbolo nacional, mas um ícone cujo significado era tão particular à sensibilidade portuguesa que só poderia ser compreendido pelos próprios portugueses. A ironia é que essa abordagem gerou efeitos contrários imprevistos, e aquele mesmo Estado, especialmente após a II Guerra Mundial, queixava-se de que a comunidade internacional não entendia Portugal, resultado do seu próprio autoexílio.

Em discurso proferido no dia 28 de abril de 1934 (conforme SERRÃO, 1976, p.8), exatamente no dia em que fez 44 anos, o ditador afirmou: “A nova era está despertando a consciência nacional...o prestígio de Portugal brilhará para todo o sempre...por toda a parte o orgulho de ser português acelerará o bater do coração do povo e dará paz e repouso às cinzas dos nossos heróis desaparecidos”. Ao mesmo tempo em que mergulhava o país no ostracismo, no retrocesso social, cultural e econômico e o isolava do resto do mundo, o presidente discursava sobre as pseudoglórias passadas e mesmo presentes de Portugal: mostra-nos um traço que poderia compor, ainda que não o faça, as características da mentalidade lusa: a credulidade ou a vontade passiva de deixar-se levar para não precisar pensar em atitudes de combate ou reações inflamadas. Miguel Torga, em seu *IX Diário*

18 Souza, Ronald W. *The Future of a National Symbol*. IN Monteiro, Fátima et alii. *Portugal: strategic options in European context*. Lexington Books, 2003. p. 12.

(1977, p. 85), escrito em 17 de setembro de 1961, ou seja, em pleno salazarismo, diz-nos o seguinte: “É um fenómeno curioso: o país ergue-se, indignado, moureja o dia inteiro, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos, socialmente, uma colectividade pacífica de revoltados”. Ou seja, a revolta não passa do campo das idéias à ação. “Em Portugal nada acontece, ‘não há drama, tudo é intriga e trama’ ” (GIL, 2008, p.15).

DIAS (1985, p.25) traduz essa nuance da seguinte maneira: “há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, idéias e seres”. Logo, segundo o autor, a falta de atitude do português nada mais é do que uma adaptabilidade a sua nova situação, seja ela qual for. Já Gil (2008, p.47-48) acredita que, mais do que a passividade ou a capacidade de adaptação, o que define o português é a sua dificuldade de ver mais além, ou seja, ele não consegue ver o que há depois de sua aldeia:

Não vemos mais longe do que a ponta do nariz, quer dizer, mais longe do que as nossas fronteiras, a nossa região, a nossa cidade, a nossa família e, por fim, mais longe que os limites do próprio corpo. Não vemos mais longe do que a vida imediata, colados a um falso presente sem passado (as narrativas míticas dos Reis e dos Descobrimientos já não alimentam o nosso presente) nem futuro (a Europa, como nosso futuro, são trevas em que ninguém pensa, ou quer pensar).

Vamos ainda mais longe: nem as narrativas míticas representam mais o passado nem o passado mais recente da revolução e da independência das ex-colônias africanas alimenta o presente luso. Não apenas o português não vê além de sua aldeia, ele também não pode ter uma visão diacrônica de sua história, já que teve um passado de navegador supervalorizado, um passado recente de pacata revolução que não condiz com seu imaginário previsível – revolta essa fruto de um engenho bem-sucedido, inesperada e restrita a um grupo de capitães, diga-se de passagem – e um futuro desconhecido. O espelho está demasiado longínquo da realidade e, tal como os gregos, não mais reflete sua atual condição. Fernando Pessoa (1979, p.80) já tinha atentado para essa similaridade, quando discorre sobre a rigorosa disciplina lusitana:

Não há nada menos latino que um português. Somos muito mais helénicos – capazes, como os Gregos, só de obter a proporção fora da lei, na liberdade, na ânsia, livres da pressão do Estado e da Sociedade. Não é uma blague geográfica o ficarem Lisboa e Atenas quase na mesma latitude.

Essa ideia já havia sido trabalhada por António Quadros em sua obra *Portugal, razão e mistério*, quando afirma existir uma *Paideia* portuguesa. *Paideia*, em seu sentido grego original, é a relação entre a estrutura cultural e o sistema educativo de um povo, ambas tendo em vista um fim maior e superior de progresso e desenvolvimento de uma sociedade. Então, já que herdamos a disciplina grega, segundo Pessoa, e a capacidade de criar mitos, como o Quinto Império e o sebastianismo, seria importante – segundo Quadros - atermo-nos aos conceitos gregos de desenvolvimento para compreendermos os problemas de Portugal.

Além da capacidade de mitificação e da disciplina, têm em comum esses dois países o fato de um dia terem desfrutado de certo prestígio e poderio e atualmente encontrarem-se em plena decadência. No caso da Grécia, a perda foi muito maior do que para Portugal, afinal, a época clássica e helenística foi o berço da civilização ocidental, como já o sabemos, e hoje é um dos países mais pobres da Europa.

Mesmo na literatura, Grécia e Portugal tiveram pontos de intersecção. António Quadros, em *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos* (1989, p.40-41), aponta-nos algumas obras portuguesas que teriam sido “tentativas de tragédias” aos moldes gregos fracassadas: em *Castro*, de António Ferreira, “o assassinio de Inês é transcendido pela sua coroação depois de morta e o desespero de Pedro, superado por um amor até a eternidade”; em *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, o que era para ser uma tragédia mostrou-se um drama aos moldes românticos; cita também *O Indesejado*, de Jorge de Sena, e *O Fim*, de António Patrício: sem o suporte do mito, resta um drama psicológico e uma alegoria moral, mas não uma tragédia.

António Quadros, quando fala de obras literárias que não podem, por si só, significar uma *Paideia* portuguesa, talvez não atente para o fato de que a própria história e a cultura de Portugal podem ser consideradas como a sua forma possível de *Paideia*. As grandes navegações foram a *hybris*, ou desmedida, do herói lusitano; o sebastianismo, seu paganismo; a derrota de Alcacer-Quibir, fruto de seu *daimon* e sua *arete*, ou , melhor dizendo, seu gênio e

sua honra. Da mesma forma, o mar de indiferença em que Portugal hoje está mergulhado faz parte de seu fado, ou *moira*. Isso sem falar de um recurso típico das encenações de tragédia e que parece ser constituinte da mentalidade cultural portuguesa: o *deus ex-machina*. Trata-se de um recurso cênico, um aparato que descia do teto nos tempos idos de V a.C na Grécia Antiga, durante as encenações das peças de teatro e servia para salvar os personagens de algum problema aparentemente sem solução. Foi, por exemplo, Apolo no seu carro de luz que salvou Medeia após esta ter matado seus próprios filhos a fim de atingir Jasão, que a havia trocado por outra. Ou seja, o *deus ex-machina* é, na verdade, um recurso externo e artificioso, que serve para resolver um conflito insolúvel pelas vias normais. Como a personagem poderia escapar se não fosse Apolo? Já estavam todos a perseguindo, não seria possível fugir, sua morte era iminente. O surgimento do deus, nesse caso, é uma alternativa de salvação fácil e sem pressupostos racionais. Da mesma forma, esse conceito se vê aplicado, na sociedade portuguesa, desde o princípio de sua decadência. Para citar apenas alguns *ex-machina* que Portugal já esperou: que o país se convertesse em o Quinto Império¹⁹, como se se tratasse de um povo escolhido; que Dom Sebastião retornasse²⁰ e resolvesse os problemas após a perda da independência para a Espanha.

D. Sebastião voltará, diz a lenda, por uma manhã de névoa, no seu cavalo branco, vindo de uma ilha longínqua onde esteve esperando a hora da volta. A manhã de névoa indica, evidentemente, um renascimento anuviado por elementos de decadência, por restos da Noite onde viveu a nacionalidade (PESSOA, 1978, p.202).

Segundo Eduardo Lourenço (1982, p.21-22):

19“ A divisão é: Império Grego (sintetizando todos os conhecimentos, toda a experiência dos antigos impérios preculturais); o Império Romano (sintetizando toda a experiência e cultura gregas e fundindo em seu âmbito todos os povos formadores, já ou depois, da nossa civilização); o Império Cristão (fundido a extensão do Império Romano com a cultura do Império Grego, e agregando-lhe elementos de toda a ordem oriental, entre os quais o elemento hebraico); e o Império Inglês (distribuindo por toda a terra os resultados dos outros três impérios, e sendo assim o primeiro de uma espécie de síntese (...)). O Quinto Império, que necessariamente fundirá esses quatro impérios com tudo quanto esteja fora deles, formando pois o primeiro império verdadeiramente mundial, ou universal” (PESSOA, 1978, p.147-148).

20“ Com D. Sebastião, morreu a grandeza da Pátria. Se a Pátria tornar a ser grande, voltará, ipso facto, D. Sebastião, não só simbolicamente falando, mas realmente” (PESSOA, 1978, p.197).

A mistura fascinante de fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de “inconsciência alegre” e negro presságio que constitui o fundo do caráter português (...) esse sentimento que o português teve sempre de se crer garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como *a mão de Deus*. Esta leitura popular do nosso destino colectivo exprime bem a relação histórica efectiva que mantemos conosco mesmos enquanto entidade nacional (...). Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação irrealista que mantemos conosco mesmos (...). Nós fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação.

Com efeito, o Sebastianismo constitui um importante traço da cultura lusitana. Um povo que perde, ao mesmo tempo, sua independência e seu ídolo-mor, acaba por acreditar em um milagre: o retorno do rei D. Sebastião. Como visto no fragmento acima o português acreditava-se como uma espécie de povo eleito, destinado a ser glorificado, ainda que tardiamente, pelas mãos de Deus. O Sebastianismo reflete esse sentimento: o rei não se foi, ele voltará para os salvar e lhes restituir o poder e a independência. E até nisso se vê uma transplantação de cultura: o mito do rei que volta para dignificar seu povo é anterior à história do rei Sebastião. Coube a Bandarra, um homem do povo, ressignificar essa lenda e dar-lhe um caráter português.

O sebastianismo constitui, então, uma vida imaginária quando o abismo entre a realidade do seu ser histórico e o seu destino ideal e moral não pode ser tolerado. Dias (1985, p.25) diz-nos que o português “não tem o carácter abstracto, místico ou trágico da espanhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas soluções milagrosas”. Pensamento este complementado por Miguel Torga em seu *IV Diário* (1973, p.194): “não há pensamento onde não há liberdade. Os nossos oito séculos de opressão e de intolerância deram isto: um povo cujos intelectuais raciocinam sempre a fazer figas.” Já Francisco da Cunha Leão (1960, p.236) atribui este misticismo a um extravasamento do sentimento-mor lusitano, a saudade. O autor afirma que a saudade é uma necessidade de expansão, uma cobiça do ser, que pode dar-se tanto no plano individual quanto coletivo. “A Saudade traduz sentimentalmente a consciência da inadequação ou da inépcia humana” (1960, p.236). A saudade, portanto, existiria pelo fato do luso sentir-se incompleto ou desacomodado, necessitando expandir-se em outras esferas. Dessa forma, tanto as navegações quanto o sebastianismo seriam formas

coletivas de saúde, “compensando-se maritivamente da escassez continental” (1960, p.132).

O fato é que D. Sebastião não voltou. Evidentemente, este fenômeno não diz respeito unicamente à superstição de um povo: é, melhor dizendo, um símbolo nacional extremamente representativo. Ao mesmo tempo em que separa Portugal, mais uma vez, do resto do mundo – sabemos que isso se dá novamente durante o salazarismo e também até poucos anos atrás, quando o país não estava inserido na União Europeia -, afirma um modo de pensar tipicamente português. Ademais do misticismo e da crença de pensar-se diferente dos demais (o povo escolhido, como os judeus – ou mesmo o Quinto Império, profecia bíblica), há a espera e a resignação. A espera acontece porque se presume que algo melhor está por vir, mas evidentemente – e isso é um traço da resignação -, nada será feito para que o país melhore. Esperar, somente. Após tantos anos de descobrimentos e de façanhas por vários continentes, o país, ou ao menos a mentalidade que o compõe, acreditou ter feito a sua parte. O país já tinha colônias na Ásia, África e América. Teria muitas pessoas a “civilizar” e muito ouro e petróleo para extrair. Assim, só restava esperar, afinal, a colonização era um processo longo. Como diz Miguel Torga em seu *XII Diário*, escrito logo depois de Portugal dar a independência para as colônias africanas, em 1975: “a nossa Terra Prometida estava fora de Portugal” (1986, p.139). Todas as expectativas de crescimento do país encontravam-se na exploração das colônias. A perda de “parte da casa” teve um forte impacto para o país. Ainda Torga, *XII Diário*: “nômadas do mundo, teremos de ser agora sedentários conviventes nessa Europa onde sempre coubemos mal e nunca nos soubemos realizar. Partir era nossa carta de alforria” (1986, p.77).

E, como diz Álvaro de Campos em “O opiário”²¹, “Pertença a um género de portugueses/Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho. A morte é certa”. Ou seja, depois da descoberta das colônias, nada mais foi feito pelos portugueses a fim de fazer, efetivamente, o país prosperar. Portugal espera, anestesiado sob o nevoeiro, novas perspectivas de um provável futuro, assim como já esperou a volta do rei Dom Sebastião. Afinal, “a sombra inteira estende-se e cobre o mundo inteiro que é Portugal” (GIL, 2008, p.32).

21 Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2456>

Atualmente, ainda se espera. Dessa vez, espera-se que algo ou alguém, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) intervenha para resolver os problemas econômicos do país, agravados após a crise. Mas por que tanta apatia?

Gil (2008, p.46) trabalha essa questão, ao afirmar que “o português revê-se no pequeno, vive no pequeno, abriga-se no pequeno, reconforta-se no pequeno: pequenos prazeres, pequenos amores, pequenas viagens, pequenas idéias”. Percebe-se uma letargia física e mental que contribui para a estagnação portuguesa. Miguel Torga, em seu *VIII Diário* (1976, p.79), escrito em 12 de julho de 1957, “e passa um homem a vida neste Portugal a combater fantasmas! Nada de grande com que se lute e porque se lute. Tudo mesquinho, pequeno”.

Pessoa (1979, p.79) diz-nos ainda: “somos um grande povo de heróis adiados”. Se existe a vontade ou a manifestação da contrariedade, não há uma ação efetiva. “Talvez por isso os estudos mais sólidos e com maior tradição em Portugal sejam os que se referem ao passado histórico, numa vontade desesperada de inscrever, de registrar para dar consistência ao que tende incessantemente a desvanecer-se” (GIL, 2008, p.15). Ideia que Miguel Torga, em seu *XII Diário* (1986, p.88), ratifica ao dizer: “o fantasma do passado é hoje em dia o grande pesadelo português”.

De fato, o país mudou a partir da queda do salazarismo, mas demorou muito para que essa mudança mostrasse-se benéfica. Segundo Carlos Fontes²², logo após a independência das ex-colônias, a economia do país “estava dependente das colônias, o seu fim implicava uma completa reorganização da economia. Muitas das grandes empresas do país encerraram, sectores económicos inteiros entraram em ruptura. O desemprego não tardou a subir.” Outro fator que agravou a economia do país foi o aumento da inflação, que registrou valores superiores a 29%. A moeda nacional da época, o escudo, foi desvalorizada várias vezes. “As finanças públicas estiveram à beira da bancarrota. Por duas vezes Portugal foi obrigado a negociar um acordo com o FMI (1977 e 1983)”. Da mesma maneira, o Estado, organizado e sistematizado para dirigir o Império Colonial, entrou em colapso. A cultura parasitária, típica do Estado colonial, persistiu embora sob novas formas. Herdou-se, portanto, como será feito

22 Disponível em: <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTEuropa.html>
Acessado em 6 de outubro de 2010.

em Angola – e mais adiante falaremos disso – a estrutura do sistema político anterior, com todos os seus vícios.

A entrada na União Europeia, na época CEE, no dia 1 de Janeiro de 1986, veio viabilizar a real abertura econômica do país, após décadas de clausura econômica imposta pelo Estado Novo. Cabe ressaltar também o crescimento econômico, que “atingiu valores surpreendentes, impulsionado pelas obras públicas e o aumento de consumo interno”. No entanto, o setor exportador português saiu prejudicado. Ou seja, nem tudo saiu como o esperado e a tão desejada mudança no país deu-se lenta e paulatinamente, sem grandes feitos ou transformações.

Em relação a essas mudanças refletidas na literatura, observamos que a idealização em relação ao país e aos seus feitos foi primeiramente desmitificada através da literatura realista de Eça de Queirós. Entretanto, ela só começa de fato a ser desconstruída após a queda do Estado Novo. Se concordamos com a opinião de Silveira (1999, p.21), para o qual “a literatura, ao invés de ser um documento social, é uma forma de representação textual da sociedade”, são viáveis essas relações entre literatura e contexto histórico que foram feitas.

Miguel Torga, em seu *XII Diário*, diz-nos: “em Portugal todos os verdadeiros escritores escrevem em tensão negativa. Com raiva, com sarcasmo, com ironia ou com amargura” (1986, p.62).

De fato, essa tensão negativa, de que fala o autor, pode ser traduzida como uma necessidade dos escritores de refletirem sobre o passado e o presente de Portugal. O que na época de Camões era pura autofagia transformou-se em questionamento e crítica. Segundo Eduardo Lourenço (2000, p.84), a história literária portuguesa dos últimos cento e cinquenta anos foram impregnadas da necessidade – obsessiva – de descobrir quem são e como são enquanto portugueses. A insistência no tema teria começado no século XIX, com Garrett e Eça, e se estenderia até os dias de hoje. “O ser e o destino de Portugal como horizonte de aventura literária converter-se-iam, nos finais do século [XIX], em autêntica obsessão” (LOURENÇO, 2000, p.98).

Entretanto, segundo o mesmo autor, a literatura das últimas décadas libertou-se, em certa medida, do ranço identitário que a definia anteriormente. A safra de escritores atuais, chamada por Eduardo Lourenço de “uma geração desenvolta ou os filhos de Álvaro de

Campos”, herdou do heterônimo de Fernando Pessoa a ruidosa necessidade de libertar-se dos padrões preestabelecidos. O autor explica essa literatura da seguinte maneira:

O resultado é esta prevista-imprevista torrente de prosa nova, sem frio na alma, livre até da obsessão da liberdade, supremamente desenvolta, através da qual não se contesta isto ou aquilo apenas, mas um comportamento orgânico que sob nossos olhos se desarticula, a falsa sublimidade de uma Ética que era uma máscara e nessas páginas recentes nos aparece como o que é: puro caos de valores cobrindo a custo a nudez implacável dos ‘interesses criados’ e a desordem profunda da ordem sacrossanta (1994, p.260).

Uma literatura essencialmente crítica é o que vemos agora na nova geração portuguesa, liberta das amarras do passado e da censura salazarista. Nomes como Lídia Jorge, José Saramago e Lobo Antunes comprovam o que foi dito. Belchior (1982, p.14) ratifica essa ideia, dizendo que “a leitura de alguns romancistas de hoje despertou-me para a verificação de uma espécie de consciência de crise e demanda de uma identidade”. Segundo Miguel Torga em seu *IV Diário* (1973, p.158): “o escritor português tem sempre motivos velhos diante de si”. Graças aos novos escritores portugueses, hoje estamos desconstruindo essa avaliação.

1.2 OS LIMITES DO JARDIM

A esse pequeno mundo, condenado a perecer, se opõe um mundo vasto, mas abstrato, onde as pessoas estão separadas, são egoisticamente fechadas e gananciosamente práticas, onde o trabalho é diversificado e mecanizado, onde os objetos não dependem do trabalho pessoal. É preciso construir esse mundo vasto sobre uma base nova, torná-lo familiar, humanizá-lo.

Mikhail Bakhtin

Aos leitores costumeiros de Lídia Jorge, *O Jardim sem Limites* atordoia. Portugal continua lá, como pano de fundo para a narrativa, mas não há como negar que esse Portugal que se apresenta não é o mesmo que aparece em outras obras de Lídia Jorge. Temos em comum com as demais narrativas a manutenção de uma estrutura microcós mica, já que a maioria das ações passa-se n'A Casa da Arara – como já aconteceu com *Cais das Merendas* (Hotel Alguergue), *Costa dos Murmúrios* (Hotel Stella Maris), *Vale da Paixão* e *O Vento Assobiando nas Gruas* (Valmares, cidade fictícia) e tantos outros. A autora se vale deste recurso narrativo sucessivas vezes, como forma de tornar representativo determinado grupo ou situação pertinente que possa ser mais bem explicitado através de um pequeno ambiente, que revele de maneira expressionista o que é pertinente ser revelado. Segundo palavras da própria autora, em entrevista concedida à autora deste estudo por e-mail em 16 de novembro de 2010:

Gosto desse recurso. Tenho sempre ambição de abarcar um universo largo, gosto de colocar as personagens em situações de amplidão, mas prefiro que seja a linguagem e a simbologia a criar essa dimensão a partir da escolha de grupos representativos, ou singulares, ou mesmo exclusivos, que me permitam analisar de perto, intrometer-me nos pensamentos e na intimidade, à procura do essencial. Determinados microcosmos são amostragens de macrocosmos. E sempre o que me importa é a profundidade do coração humano.

Em geral, a escolha por representar um microcosmo em uma obra narrativa acaba por desencadear um olhar real/naturalista e/ou expressionista a respeito dos personagens, que são retratados sob um olhar mais atento do que o do narrador comum. É como se o fato de a narrativa passar-se em um ambiente restrito e bem definido pudesse ajudar a exteriorizar mais rapidamente o que, em outras circunstâncias, levaria mais tempo. O ambiente comum e restrito, à semelhança de outros cenários como a pensão em *O Pai Goriot* e o cortiço (livro homônimo), parece contribuir para que os personagens mostrem sua pior faceta. A convivência direta uns com os outros, que por um lado facilita a imediata socialização, também revela abruptamente o caráter destes, para o bem e para o mal. E geralmente é para o mal.

De acordo com Fornos (2009, p.64):

Localizada na Baixa lisboeta, a “Casa da Arara” hospeda, entre outros, filhos da pequena burguesia que, sem recursos, porém sonhando com a independência financeira, acabam abastecidos regularmente pelas famílias a fim de que possam realizar seus projetos (...). Os inquilinos são representações paradigmáticas do descrédito político e desalento coletivo.

Os personagens que habitam essa pensão são jovens e encontram-se fora da casa dos pais; nada mais natural que desenvolvam na Casa, e com a Casa, uma relação estreita, uma substituição do lar paterno. Como veremos a seguir, não há, entre os personagens, uma boa relação familiar; logo, a liberdade que pode ser agora vivenciada por eles é mais valorizada que todos os cuidados que se imagina que tenham recebido na casa paterna.

Ao tornar a Casa um retrato em miniatura do que acontece no país, a autora utiliza um recurso que enfatiza a importância da casa – aqui entendida como lar, pátria – para os

portugueses. Ou seja, a casa aparece como alegoria da identidade nacional. Segundo Fornos (2009, p.64), “tais casas informam múltiplos sinais para a compreensão das subjetividades e identidades em jogo. Igualmente são registros fotográficos exemplares da historiografia social e política do país”.

Silveira (1999, p.18) relata que, numa cultura como a portuguesa, marcada pela viagem e pela imigração, a casa tem um significado especialmente relevante, e nela está visível a obsessão portuguesa pelo espaço. Afinal, desde as grandes navegações, a conquista das colônias ultramarinas seria uma maneira de “aumentar a casa”, ou seja, ampliar os restritos limites portugueses. As colônias, portanto, poderiam ser consideradas como “partes da casa” que, gradualmente, foram sendo perdidas, até reestabelecer Portugal ao seu tamanho original. A “casa portuguesa”, que seria o cerne de todos os demais “ambientes” que se foram agregando, sentiria-se incompleta após a independência das ex-colônias e, ao mesmo tempo, invadida em seus domínios pelos mesmos ex-colonizados que um dia fizeram parte de seus domínios. Não é gratuita a imigração de tantos africanos e brasileiros para Portugal, e tampouco é bem resolvida esta questão para os portugueses. A “Casa-grande” perdeu seu poderio e a “senzala” a está ocupando, segundo terminologia de Gilberto Freyre. No decorrer do capítulo aprofundaremos esta análise.

O forçado convívio e a constante vigilância da narradora causa nos personagens o mesmo efeito que faz nos animais presos em jaulas: torna-os irritadiços e agressivos. E nesse circo que tem o nome curioso de Casa da Arara, a mão que doma o leão é feminina e atende pela alcunha de narrador. Tal qual o livro de George Orwell, há em OJSL um olhar que controla os passos de todos. Ainda que este olhar não seja inquisidor como acontece em *1984*, não deixa de ser uma entidade que domina os personagens e os manipula, ainda que eles demorem a perceber ou nem se deem conta disso.

E o cenário? Aparece abstrato, inócuo, e mais inerte do que sempre. A paisagem retratada no livro de Lídia Jorge é lusa, mas poderia ser qualquer outra. Poderia ser outra porque a narrativa não depende do espaço onde ela ocorre. E os personagens – como veremos a seguir – também não se sentem identificados com a terra lusitana. No entanto, e aqui se descerra uma primeira contradição -, mesmo podendo acontecer em qualquer lugar, esta história precisa acontecer em Lisboa - e só poderia ocorrer em Lisboa.

Temos referências: a Casa da Arara com sua vista para o Tejo, a Rua da Tabaqueira, o Café Atlântico, o Luna-Bar, a Boîte Sumaúna, a Rua da Prata, as Escadas de Santa Justa, o Calda, o Voga, a Rua Augusta, os telhados do Rossio, a Alfaiataria Corrêa. O espaço é bem definido, e a leitura nos fornece condições para um mapeamento da história. Mas não é por nenhum destes locais que Portugal se faz tão essencial na narrativa.

O narrador procura retificar a injustiça de seus personagens: se a nenhum deles é presente uma identificação com a pátria, o narrador nos oferece um exagero de paisagens lusitanas. Busca assim suprir, pelo excesso, a total ausência lusa nos espíritos deslumbrados dos personagens. Assim se confirma a importância do espaço na trama: pela sua falta que, como veremos, é apenas aparente.

Na obra, Portugal é um país malquisto e os personagens não se identificam com ele. Ultrapassando a ficção, podemos recorrer aos pensamentos dos autores portugueses; já Vergílio Ferreira havia relatado, em seu *Conta-Corrente I*: “Raro na vida me pensei português. A minha pátria é a imaginação” (1982, p.307). Também Miguel Torga afirmou, em seu *IX Diário*, “em Portugal não há pena de morte, há pena de vida” (1977, p.93).

Percebemos, portanto, um desencanto antigo que ainda reverbera, tal qual nas obras de Eça, nas quais o país aparece desmerecido diante de outras capitais europeias, em especial Paris; como nos diários de Miguel Torga: “Apetece fugir, deixar de vez esta pátria que ninguém mais sabe reconhecer” (*XII Diário*, 1986, p.100).

Vale observar com atenção os diários de Vergílio Ferreira; o texto anteriormente citado data de nove de abril de 1975, quase um ano após a revolução que não conseguiu devolver a esperança aos portugueses, apesar da ilusão inicial: “Uma emoção violentíssima. Como é possível? Quase cinquenta anos de fascismo, a vida inteira deformada pelo medo. A Polícia. A Censura. Vai acabar a guerra. Vai acabar a PIDE. Tudo isto é fantástico” (FERREIRA, 1982, p.187). O mesmo autor mostra-se decepcionado pouco tempo depois (1982, p.190), ao ver a atuação do Partido Comunista: “quereis de novo uma PIDE? Uma censura? Um Campo do Tarrafal com pitadas de Sibéria? Votai no Partido Comunista.”

O fim do Estado Novo parece ter deixado para seus sucessores uma herança maldita, comum nas mudanças de regime: muda-se o dirigente, permanecem os vícios. Ferreira (1982, p.191) acusa o PC de plagiar Salazar, ao divulgar a seguinte palavra de ordem: “quem é

anticomunista é fascista”, retorcido de palavras da frase original, “quem é contra a situação é comunista”. Ainda diz: “Comprimidos em cinquenta anos, a descompressão súbita atira-nos ao excesso da cegueira e da surdez. O raciocínio simplista é este: contra a repressão fascista, só uma repressão é eficaz” (1982, p.193).

Miguel Torga, por sua vez, não teve sequer o momento de ilusão, como podemos constatar em seus escritos no *XIII Diário*, em 25 de abril de 1974: “Golpe militar. Assim eu acreditasse nos militares” (1986, p.59). No ano seguinte, declara: “Estranha revolução esta, que desilude e humilha quem sempre a desejou (...). O trágico é que um futuro sonhado não passa de ficção” (1986, p.115). Acrescenta que a revolução “sossobra por inércia” (1986, p. 125) e que as pessoas não atuam, sempre esperando que as situações sejam resolvidas sozinhas. Esperam o *deus ex-machina*, Dom Sebastião ou mesmo que os problemas do país resolvam-se sós.

Toda essa falta de identificação com o país, que transpõe a ficção, encontra-se perceptível na obra de Lídia Jorge. Lisboa é uma capital que não interessa a Falcão, o cineasta. Este se interessa por *serial killers* e imagens violentas, coisas que, definitivamente, não eram fáceis de se encontrar em uma cidade pacata como Lisboa. “É que Lisboa, mesmo a horas mortas, mesmo junto aos lugares maus, mesmo rente às pessoas de hábitos vis, raramente oferecia um bom objecto de reportagem” (OJSL, 1995, p.34). A capital lusa, para Falcão, é pouco para o seu talento, que acredita merecer filmar as ruas perigosas de uma metrópole como Londres. De fato, na capital lusa crimes dessa natureza não são comuns. A referência a Londres que é feita pelo personagem deve-se decerto aos famosos crimes praticados no final do século XIX pelo assassino que ficou mundialmente conhecido como Jack – o estripador. Destarte, não há mesmo como comparar as duas cidades. Também torna-se difícil comparar com a maioria das capitais europeias. Mesmo uma lista²³ extensa de seriais killers famosos não inclui portugueses. Portugal é uma terra de medrosos (GIL, 2008), sem persistência (PASCOAES, 1978), provincianos, plagiadores e monótonos emocionalmente (PESSOA, 1979), inertes (LEÃO, 1960), sonhadores, emocionais e assistemáticos (LEÃO, 1960), frustrados (TORGA, 1986) e ingênuos (FERREIRA, 1982). Tal perfil não poderia mesmo condizer com a violência destes crimes premeditados.

²³Disponível em: http://www.visaoreal.com.br/serial_killers_alguns_citados.htm
Acessado em 20 de novembro de 2010.

Jorge Dias (1985, p. 37-38) já havia atentado para o fator da falta de crimes violentos em Portugal. Diz-nos ele: “Mas, tirando o crime passional, são raros os casos de homicídio perverso. Não se conhecem vampiros, como no Norte da Europa, nem os assassinos que cortam as mulheres aos pedaços e os queimam ou deitam aos rios, como em outros países sucede”.

Lisboa também não é o local sonhado por Leonardo, o *Static Man*. Este deseja se imobilizar ao lado do ídolo italiano, Paolo Buggiani, em terras americanas “suspenso na horizontal, esticado sobre uma corda, entre as duas Torres do World Trade Center, cuspidor para o ar uma labareda de fogo” (OJSL, 1995, p.57). O livro de Lídia Jorge, publicado em 1995, ainda contava com o símbolo-mor dos Estados Unidos, as Torres Gêmeas, para ornar o sonho de Leonardo. O ídolo do personagem existe: é um artista plástico italiano radicado nos Estados Unidos que trabalha com esculturas humanas e com fogo²⁴.

Gamito, conhecido pela alcunha de gatarrão e que trabalha lavando cabeças de mulheres em um salão de beleza, também se sente deslocado na terra lusa: “talvez a gente não seja de cá, seja doutro lugar” (OJSL, 1995, p.33).

Lanuit, antigo resistente do Estado Novo e dono da pensão, juntamente com sua esposa Juju, não reconhece em sua pátria os ideais sonhados por ele no passado, o que se confirma na conversa que tem com um colega dos tempos de revolução, agora inserido na empresa Caça-cérebros.

Agora, não sabemos mais com que sonhar. Tudo faz parte do mesmo pesadelo. Aliás, o problema é que pertencíamos a um mundo em que dois pesadelos se amenizavam um ao outro (...). Pelo menos tinhas uma estrada a percorrer. Agora, não tens para onde espaiar a imaginação nem a revolta (...). Ambos pertencemos ao grupo dos irrecuperáveis. (OJSL, 1995, p.236).

Também Julieta não se reconhece portuguesa, chegando ao ponto de creditar sua infelicidade à cidade onde nasceu e fora criada, Lisboa: “No entanto, Julieta queria ter alterada a sua vida. Sabia que uma mulher duma outra cidade, ou de outra cultura, ou de outra educação faria diferente. E a quem iria perguntar como faria diferente? A quem? A quem? A

²⁴Fonte: <http://www.paolobuggiani.com>
Acessado em 30 de setembro de 2010.

resposta era essa - A ninguém" (OJSL, 1995, p.249). Segundo Hall (2006, p.47), "No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural". Logo, podemos compreender a dúvida da personagem. Recorrendo a esse artifício usado, cabe a nós também perguntar: por que os personagens não se identificam com Portugal, salvo Lanuit, a quem o país um dia significou um objetivo na vida?

Faltam glórias para serem lembradas, falta o *glamour* de Paris para ser idealizado, falta um ditador paternal para lhes provocar auto-piedade e conforto. Se hoje podemos definir o país luso por suas ausências, sua hiperidentidade estaria, agora, agindo de maneira exógena, ou seja, de fora para dentro. Afinal, faltando isso tudo em Portugal, o que sobram são imagens de novos mitos para dar, afinal, ao país, o ar pós-moderno que se espera de um país desenvolvido em pleno século XXI. Não é por acaso que os personagens da Casa de Arara são inspirados nos ociosos mitos de Hollywood: ao se auto-nomearem Burt Lancaster, Dustin Hoffman, Al Pacino, Robert de Niro e (afilhado mental de) Orson Welles, os personagens buscam outra imagem, exterior a sua, para se projetarem. Assumindo o nome dos artistas de cinema, eles fazem a apropriação simbólica da identidade, da língua e do discurso do estrangeiro, aqui caracterizado como o americano.

De resto, ali estavam os cabelos revoltos de Gamito a quem chamavam Burt Lancaster, além a cara alongada de Osvaldo a quem chamavam Al Pacino. Junto da moviola encontrava-se Falcão de quem não se conhecia a alcunha, e encostado à porta, estava César, de nariz em forma de faca, também chamado por isso de Dustin Hoffman (OJSL, 1995, p.13).

Leonardo é Robert de Niro e Falcão, afilhado mental de Orson Welles:

Ao contrário do que se pensava, ele não queria transformar-se num cineasta como Orson Welles, ele queria ser para o cinema o que Orson Welles fora no seu tempo. Isto é, ambicionava ser um revolucionário (...). Pois o que é a representação? Perguntava ele, enquanto se ia esfregando com fúria. Um acto próprio do tempo em que era preciso inventar. Mas agora, não era mais preciso inventar (OJSL, 1995, p.59).

A idolatria ao americano é estendida, segundo Eduardo Lourenço (2001, p.76), para toda a Europa. O autor relata que o continente europeu, de 1930 a 1945, foi o epicentro do conflito bélico da II Guerra, o que influenciou negativamente a imagem da Europa como um todo. Dessa forma, uma nova imagem foi buscada.

Estamos, como europeus, fora da nossa história desde 1945. Devemos aos americanos a bondade de alma de não no-lo lembrarem dia e noite - mas nem por isso deixam de agir, em todos os planos, como se fôssemos os gregos deles. E é ainda o melhor que nos aconteceu, pois também eles são os nossos romanos. São também já, e por todos nós, o nosso futuro, nenhum futuro particular podendo ser pensado sem pensar o presente e estando já o americano a funcionar como se fosse efetivamente o futuro da humanidade inteira (2001, p.77).

Se os Estados Unidos agem como neo-conquistadores, Portugal, imerso na sua hiperidentidade, absorve mais do que os outros países a influência americana: e o futuro português, tão pouco imaginado face ao passado de idealização, ganha um vislumbre cosmopolita. Ainda segundo Lourenço (2001, p.70), apesar de há meio século Portugal ter absorvido um pouco dos americanos, há uma clara distinção: “separamo-nos deles e do seu discurso radioso ou apaixonado acerca do futuro, [pois carregamos conosco] essa carga do passado indissociável do que somos e queremos ser”. De acordo com Gil (2009, p.19), Portugal é um “território mínimo, desvalorizado, mas com que o sujeito tenta introjectar o mundo exterior e, assim, dilatar-se. Por isso importamos modelos estrangeiros (...)”. Ou seja, a necessidade de absorver modelos externos, presentes na literatura desde Eça de Queirós, seria principalmente devido à pequenez do país. Fernando Pessoa (1979, p.8) já havia afirmado: “Que ideias gerais temos? As que vamos buscar ao estrangeiro”.

Na obra de Lídia Jorge, a capital portuguesa é uma “cidadezinha encarrapitada à beira do Oceano, [onde] tudo chegava tarde” (1995, p.63), que só se organiza quando recebe visita do presidente dos Estados Unidos (1995, p.141), comparada ao ralo do Mediterrâneo (1995, p.116) e só reconhecida internacionalmente por causa do incêndio no Mercado Público (1995, p.369). A forma como Lisboa é vista evidencia a baixa autoestima do português.

Falcão, o cineasta, não quer atrelar o seu destino profissional a uma cidade pacata como Lisboa. Afinal, ele deseja viver emoções intensas e presenciar crimes hediondos. E, segundo o próprio, em Lisboa...

aqui todos morrem na sua cama, e se se morre na cama a lado do termómetro, morre-se naturalmente, sorratamente, no escuro da noite, na paz do dia, sem contradição, sem violência, sem ímpeto nem grandeza. Sem emoção nem reportagem (OJSL, 1995, p.61).

Entretanto, tal predisposição negativa se modifica, e a possibilidade de filmar a ação de um serial killer na capital lusa mobiliza seu espírito inquieto. Ademais, convenhamos, “era absolutamente emocionante ver redigido um crime em português”(OJSL, 1995, p .185).

A peculiaridade dos assassinatos é o que mais desperta a atenção do afilhado de Orson Welles: antes de matar as moças, que geralmente eram prostitutas, o criminoso escrevia “mãe” nas costas da vítima. Saber que tal psicopata vive em Lisboa o faz refletir sobre um possível futuro brilhante à capital, que enfim se tornaria uma metrópole violenta como as demais.

Agora sabemos que existem pessoas portuguesas capazes de escrever, nas costas das prostitutas que vão assassinar, a palavra MÃE, e isto começa a assemelhar-se a alguma coisa. Agora começamos a ser como os outros, já estamos no limiar do novo mundo dos outros. Tal como dizia, agora as coisas marcham, as coisas vão... (OJSL, 1995, p.191).

A analogia desvela-se aos nossos olhos: a morte das prostitutas com a inscrição “mãe” nas costas mostra ser a representação da morte de Portugal, a pátria-mãe dos portugueses. O único *serial killer* português não existe à toa; seu crime é não tolerar o seu país nos dias de hoje, prostituído aos modismos americanos e desvinculado mesmo de sua fantasiosa identidade, que tanto lhe serviu no passado. José Gil (2008, p.9) trabalha com a hipótese de esse conflito identitário ser o embrião dos demais problemas portugueses. Miguel Torga, em seu *XII Diário* (1986, p.201), tem uma visão mais pessimista, mas que corrobora o que diz Gil (2008, p.9):

Um Portugal com oito séculos de existência e que ainda não encontrou a sua identidade nacional, que tem homens exemplares mas que não servem de exemplo, que ergue monumentos solitários sem eco arquitectónicos nas cercanias, que faz revoluções que são sempre frustrações, que alimenta, em cada filho, a íntima sensação de uma orfandade social.

Esta orfandade, a que se refere Torga, pode ser representada pelo espelho, como matricídio. Abandonado pela “mãe”, os filhos desta nação desejam matá-la. Revela-nos, assim, um certo tom profético que transparece na narrativa: é preciso despertar Portugal, seja com água²⁵ ou com fogo²⁶.

Trabalhar a partir de elementos essenciais do mundo – a água e o fogo – pode ser interpretado de diversas maneiras. Se pensarmos na narrativa mítica fundadora do imaginário ocidental cristão – a Bíblia –, encontraremos alguns destes elementos citados. No livro de *Gênesis* (capítulos 6-9), a água aparece como castigo aos pecadores; deles só se salvam Noé e a sua família, que se refugiam em uma arca:

E viu o Senhor que a maldade do homem se multiplicara sobre a terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era má continuamente.
E arrependeu-se o Senhor de haver feito o homem sobre a terra, e pesou-lhe em seu coração (...).
Porque eis que eu trago um dilúvio de águas sobre a terra para desfazer toda a carne em que há espírito de vida debaixo dos céus: tudo que há na terra expirará (1969, p.6).

O fogo, elemento mítico, também nos aparece como punição para os habitantes das cidades de Sodoma e Gomorra (*Gênesis*, 18-19). “Então o Senhor fez chover enxofre e fogo, do Senhor desde os céus, sobre Sodoma e Gomorra” (1969, p.15). Também aparece como causa, e não efeito, do castigo na tragédia *Prometeu Acorrentado*, de Sófocles. Ali, o fornecimento do conhecimento, representado como o fogo, para os humanos, leva o protagonista a ser duramente castigado por Zeus.

25 Inundação da Casa ocorrida no primeiro capítulo.

26 Incêndio do Mercado Público, episódio factual narrado na trama.

A fim de sair do campo ficcional, mas ainda buscando um intertexto com histórias que adquiriram um teor mítico e que influenciam no imaginário, especificamente o português, temos o famoso terremoto que assolou Lisboa no ano de 1755. Uma concisa e eficiente descrição desta catástrofe é descrita por José Augusto França (1989, p.9-10):

Dois terços das ruas ficaram inabitáveis, ou só três mil casas das vinte mil existentes, após o incêndio. Das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desmoronaram-se, arderam, ou ficaram em ruínas, só onze conventos dos sessenta e cinco existentes ficaram habitáveis, embora com danos, nenhum dos seis hospitais se salvaram do fogo e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas.

O dossiê²⁷ do jornal português “Público”, escrito por Francisco Neves (2005), revela os pormenores deste episódio. Além do impacto de um terremoto desta magnitude (hoje sabe-se que seria algo equivalente a 8,7 graus na escala Richter), o transcorrer do dia guardava ainda mais surpresas. “Noventa minutos depois do terramoto, seriam umas 11h00, dá-se uma forte réplica e o Tejo, que estava na vazante, retira-se para o largo, ao ponto de se lhe ver o fundo, para logo voltar numa vaga enorme com 'mais de 20 pés de altura' (seis metros), varrendo de lama e restos de embarcações as zonas baixas.” Ou seja, um maremoto seguiu-se ao terremoto, como se o desastre inicial não fosse o bastante. E ainda o dia não havia terminado.

Horas depois dos abalos, outro véu encobre o céu azul. Os círios e as velas dos altares e os fogões das casas atearam fogos que lançam no ar rolos negros de fumo. Arde o palácio do marquês de Louriçal, arde a Igreja de S. Domingos, arde a Boa Hora. A brisa de Nordeste junta os fogos isolados. As cinzas volteiam no ar para se depositarem pelas ruas e praças. Os muitos vagabundos e marginais que rondavam as vielas, ou fugiram das cadeias, assustam com falsos alarmes os moradores que encontram, assaltam-lhes as casas danificadas e propagam os incêndio.

Para completar a tríade desastrosa, a mão do homem surge como um agente ativo e causa mais danos, incendiando dezenas de casas, igrejas e prédios históricos. De efeito semelhante ao castigo bíblico, muitos apontarão a sucessão de desastres como consequências

27 Disponível em: <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1543&id=1237405>
Acessado em 23 de novembro de 2010.

das vidas de pecado. Segundo Neves (2005), “já tinham feito o mesmo em 1531”, quando se deu outro sismo. O imaginário mítico-cristão dos portugueses, como podemos perceber, está impregnado destes momentos apocalípticos, que prenunciam o começo de novos tempos. Vamos ver de que forma, então, Lídia Jorge apropria-se deles.

Inicialmente, é mister rever algumas outras narrativas nas quais a autora se vale de recurso semelhante para desencadear suas ações: citaremos como exemplo as obras *O Dia dos Prodígios* (1980) e *A Costa dos Murmúrios* (1988). Naquela, um pequeno vilarejo tem sua rotina alterada a partir de um estranho episódio: o aparecimento de uma cobra que, ao ser atingida, escapa voando. A partir deste dia, todos os personagens encontram-se sempre à espera de que algo aconteça para explicar o episódio ou mudar radicalmente suas vidas, o que nem a Revolução, anunciada no final da narrativa, seria capaz de fazer. A espera nunca termina; é como se estivéssemos em *Esperando Godott*, narrativa de Samuel Beckett, esperando indefinidamente o que, mesmo se chegar, não terá vindo.

Já no livro publicado em 1988, uma chuva de gafanhotos desencadeia as ações da trama. A partir do relato de Eva Lopo, vinte anos depois de uma festa de casamento que termina na morte do noivo, precedida da descoberta da morte de negros por envenenamento e pela chuva de gafanhotos, os episódios da guerra colonial nos são mostrados. A história contada pela narradora passa-se no final dos anos sessenta em Moçambique, período muito conturbado para as ex-colônias. Os gafanhotos são o mote para desencadear a narrativa, explícita referência a uma das dez pragas do Egito, presente na *Bíblia*, livro do *Êxodo* (8-10). Outra praga que podemos encontrar intertexto com a obra de Lídia Jorge é a transformação das águas do Egito em sangue, a primeira das pragas de Deus. Assim como no livro do *Êxodo*, o mar transformou-se em sangue pelos corpos dos negros que morreram por ingerir metanol acidentalmente confundido por eles com bebida alcoólica. Também é uma metáfora evidente de todo o sangue derramado na África pela guerra.

Mais interessante fica a comparação se recordarmos o motivo de Deus ter enviado essas pragas ao faraó egípcio. Simples: ele não queria libertar o povo hebreu da escravidão a que eram submetidos no Egito. Ele não permitia que os hebreus fossem livres e retornassem a sua pátria. Portugal, por sua vez, reluta em dar a independência e deixar de explorar o povo africano. Alguma semelhança se nos acomete?

Ao interpretarmos esses episódios de teor apocalíptico e prenunciador de um novo tempo, remetemo-nos a um certo pensamento primevo que parece embasar o desencadear das ações a partir de um valor mítico que lhes é dado. E dessa vez é preciso acordar um país inteiro. Lídia Jorge, em entrevista concedida no dia 16 de novembro de 2010, relata:

Tal como na vida, muitas vezes, é o anódino e o insignificante que criam os terremotos humanos. Aliás, esse é um dos princípios do trágico. A pouco e pouco, surge um acontecimento que não parece ter grande importância. Ele amplia-se, amplia-se. Atrás dele surge a catástrofe. Ela serve para abrir a alma e desvendar um sentido. O romance, tal como o entendemos, não precisa de recorrer às Guerras do Peloponeso para criar o seu movimento trágico. Basta escutar as vidas comuns, para nos percebermos como nos esclarecemos através desses solavancos do acaso.

Em OJSL, a apatia das gerações é tão grande que é preciso despertá-las duas vezes. Primeiro, tenta-se acordar a nova geração com água. “As significações simbólicas da água podem reduzir-se a três temas dominantes: fontes de vida, meios de purificação, centro de regenerescência” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.15). Geralmente, a associação mais comum é a da água como fonte de vida e/ou purificação, basta pensarmos nas chuvas, nos rios e mesmo no ritual cristão do batismo. No caso do dilúvio, já visto, a água surge como fator de purificação e de renascimento. Em OJSL, a água é um fator de descobrimento:

“A inundação, ocorrida num sábado de tarde em que ninguém se encontrava em casa, assumiu aspectos de catástrofes e acabou por desencadear revelações para além de todas as expectativas”(1995, p.10). Inicialmente, apenas Paulina e Leonardo mantinham contato. A partir da inundação, provocada acidentalmente por Paulina, desencadeou-se o revelar de todos os habitantes da Casa. A inundação assumiu contornos de catástrofe e acabou por aproximar os hóspedes, ao mesmo tempo em que eles, como ratos, iam saindo de suas tocas. “Então, à medida que os hóspedes iam chegando, entregando-se à tarefa comum de expulsar a água e pôr a salvo o que era de salvar, foi possível identificarmo-nos” (OJSL, 1995, p.10).

Segundo Chevalier e Gheerbrant (2004, p.16), “a água é fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora”. Na narrativa, a água surge como um elemento de desequilíbrio: depois dela os hóspedes não poderão mais ignorarem-se. Este primeiro alerta deveria servir para tirar os personagens de sua posição cômoda de distanciamento e fazer com

que eles se aproximassem e criassem vínculos afetivos. Funcionou parcialmente, já que fez com que todos se conhecessem. No entanto, a barreira emocional de cada um deles a água não foi capaz de vencer.

Segundo Meletínsky (2002, p.41):

O mito da criação é o mito básico, fundamental, o mito *par excellence*. O mito escatológico é apenas o mito da criação pelo avesso, narrando durante a maior parte do tempo a vitória do tempo a vitória do caos (pelo dilúvio, incêndio, etc, no fim do mundo ou no fim de uma época cósmica).

Na sociedade atual portuguesa, que se esqueceu de seu passado²⁸ e não reconhece seus heróis²⁹, os mitos escatológicos, citados pelo autor, servem para preencher as lacunas – históricas e pessoais – nas vivências individuais dos personagens. A inundação pode ser vista como uma intenção de despertar os habitantes da Casa, a fim de que eles se aproximassem – o que aconteceu parcialmente - e procurassem encontrar motivos para criarem sua própria história esvaziada – o que não ocorreu. “[a água] É um meio e um lugar de revelação”

28 Segundo alguns especialistas, este apagamento histórico é muito anterior à Revolução. Ao referir-se sobre o desconhecimento das pessoas sobre o contexto da proclamação da República portuguesa, em 5 de outubro de 1910 – a respeito da celebração do centenário - o historiador José Neves, professor na Universidade Nova de Lisboa, afirmou que até acredita que o país conhece melhor os "protagonistas, as correntes e os movimentos", mas destaca a ausência de projeção precisamente sobre o "quotidiano e as vivências". "Trata-se de um período de transição que não foi explicado, nomeadamente no que diz respeito à questão social. Disponível em: http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/sabemos-mais-hoje-sobre-a-primeira-republica-nao_1459497?p=2 Acessado em 18 de outubro de 2010.

Especificamente ao episódio de 25 de Abril, citamos como exemplo a entrevista de Ivo Ferreira, realizador do filme “Águas mil” (2003), que trata do contexto pós-25 de Abril, que revela sentir-se intrigado pela "ressaca que sucedeu ao 25 de Abril", Ivo Ferreira criou uma história em torno de um mistério de família: o filho que vai em busca do pai desaparecido. "Essa fatia da história foi eclipsada. A Revolução dos Cravos foi uma grande festa que deu uma grande ressaca, e eu queria saber o que se construiu depois disso". Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/aguas-mil-filme-sobre-o-periodo-posrevolucao-estreia-a-25-de-abril-no-indie_1375372 Acessado em 3 de setembro de 2010.

29 Ivo Ferreira relata outro dado importante: a nova geração, que permite-se ultrapassar a apatia em relação à História, olha para os heróis do passado com um misto de mágoa e ternura: Mágoa, porque “eles queriam fazer mais, e eu exigia que eles tivessem feito mais” em Portugal no pós-revolução. Ternura, porque “foi importante para a transição do marasmo, da ditadura para a democracia. Eles (os que fizeram a mudança, e que hoje têm entre 50 a 60 anos) continuam a ser importantes e não quero que se vão embora". Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/aguas-mil-filme-sobre-o-periodo-posrevolucao-estreia-a-25-de-abril-no-indie_1375372 Acessado em 3 de setembro de 2010.

(CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.21). Também poderia ser uma maneira de expulsar os jovens daquela Casa e fazer com que eles fossem obrigados a encarar o mundo, longe da permissividade e da amnésia geral, o que também não aconteceu. Nos livros de Lídia Jorge, o alerta é sempre em vão.

Acrescia que além do cheiro cruzado de ácido e bolor, a Casa da Arara era agora invadida, cerca das nove da manhã, pelo barulho dos chinelos e dos gritos da serviçal. Ora entre os hóspedes havia os que dormiam até às três e meia da tarde. Pensei comigo - «Vão embora, vão sair, vão todos abandonar a Rua da Tabaqueira... Mas não, eles não abandonavam aquela casa. Como eu, apenas aguardavam que fosse possível perder a sensação de que nos tínhamos alojado sobre o lodo do Tejo (OJSL, 1995, p.17).

Os hóspedes resistiram à água e a todas suas consequências. Como parece-nos evidente quando pensamos, por exemplo, em personagens emblemáticos como Leonardo, o protagonista desta história e Falcão, seu antagonista, eles não se foram como era esperado, mas simplesmente permaneceram na Casa. Estes jovens têm uma estranha força, uma valentia obsessiva sem justificativa nem propósito. O primeiro imobiliza-se por nada e por ninguém, mas o faz até exaurir-se. O cineasta tem sua vida movida por sua fixação de assassinatos filmados. O sexo, para os dois, também relaciona-se com suas obsessões, ainda que de formas diferentes. “Ao contrário do que sucedia com Leonardo, a obsessão criava desejos incontroláveis no repórter” (OJSL, 1995, p.356).

Assim, não nos parece insólito que todos tenham ficado. Ninguém disse que eles eram fracos, pelo contrário: eles são fortes, são resistentes. Apenas não têm a que resistir – diferentemente do que sucedeu à geração anterior, que tinha por que lutar - e por isso resistem a tudo. Ao necessário e ao desnecessário, simplesmente por fazê-lo.

O outro mito de fim de mundo que aparece na trama é o fogo, dessa vez alarmando o principal representante que temos da geração pré-25 de Abril, Eduardo Lanuit. Temos aqui uma livre recriação do incêndio que assolou o Chiado, em Lisboa, no dia 25 de agosto de 1988. Em reportagem de 20 de julho de 2008, publicada no jornal Correio da Manhã³⁰, Rui

30 Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/tema-da-semana/grande-incendio-no-chiado-e-impossivel>

Acessado em 21 de fevereiro de 2011.

Arala Chaves contabiliza os estragos: quase toda a região do Chiado foi destruída. Foram perdidos inúmeros prédios históricos que não puderam ser recuperados. “No combate às chamas no Chiado estiveram envolvidos 1680 bombeiros, registrando-se um morto. O fogo deflagrou pelas 04h30 nos Armazéns Grandela e foi dado como extinto ao meio-dia e meia”.

Assim como a inundação da Casa, o incêndio no Chiado serviu para desestruturar o *habitat* dos personagens, ir do macro ao microcosmo de cada um. “O Fogo, nos ritos iniciáticos de morte e renascimento, associa-se ao seu princípio antagônico, a água” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.441).

No caso dos jovens, inundar a Casa da Arara já bastou para atordoá-los, já que suas vidas estavam centradas nesse pequeno mundinho. Para Lanuit, foi preciso mais: em seu imaginário, sua “casa” é o país que ele já não reconhece. Por isso, dá-se o incêndio em uma das zonas mais tradicionais de Lisboa: o personagem anseia por livrar-se deste presente que não faz jus a seu passado.

Na obra de Lídia Jorge, este incêndio deveria ter sido provocado por Eduardo. Ele fora contratado com este fim, pela empresa Caça-cérebros. Ele faria o papel de “chaga”, deveria ser o incendiário. E parecia muito satisfeito com a missão que lhe foi dada: “É possível que alguém precise de mim e ainda por cima com urgência?” (OJSL, 1995, p.273). Lanuit nem ao menos questionou os motivos alegados para ter de realizar tal criminosa façanha; a estima do personagem é tão baixa que, igual a Leonardo, ele faz o que acredita que deva fazer sem ao menos saber o porquê – ainda que por motivos diferentes: apatia pelo passado, ignorância do presente e alheamento em relação ao futuro para Leonardo x ideais do passado, desencanto do presente e desesperança pelo futuro, para Eduardo. “É bom o que me pedem, afinal não implica que mate ninguém. Trata-se dum serviço como os outros. Sim, vou já, pois alguém precisa de mim...” (OJSL, 1995, p.273). Sentindo-se em um estado de constante letargia, “o estado de sonho permanecia” (OJSL, 1995, p.274), em um misto de ansiedade, euforia e medo, o personagem planejou minuciosamente a execução do seu plano. Não fosse um mero detalhe ter-lo-ia concluído: o incêndio aconteceu à sua revelia uma noite antes do programado.

O passado de Lanuit levava-o a pensar que alguém lhe tinha roubado a sua ação, alguém o tinha antecedido. Não fora em vão que, durante três semanas, ele havia planejado, sob segurança absoluta, aquele assalto, e isso era revoltante (...). «Roubaram-me, roubaram-me... Atraíram-me e mentiram-me, gozaram-me, depois de me terem encomendado o serviço a mim, passaram o meu serviço a outro, trocaram-me...» (OJSL, 1995, p.365).

Marionete desprezado sem utilidade, essa é a piada do desfecho de Lanuit. Neste novo Portugal, o antigo português, que não se atualiza nem procura fazer algo além de alimentar seus rancores, não serve nem para provocar um crime. Ele estava disposto a ser preso por isso, até a morrer, se necessário, por um crime sem propósito e por uma necessidade de – assim como ele escrevera em seu escritório – ser amado mais tarde. Já havia mesmo deixado uma carta de despedida para Julieta. No entanto, ninguém precisa dele. Sua serventia é nula. “Para um homem como Eduardo Lanuit, era terrível que a baixa necessidade da vida andasse de mãos dadas com a sobrevivência da honra e do amor” (OJSL, 1995, p.366).

A queima do Mercado de Grandela é uma metáfora para a destruição deste Portugal antigo, que teima em povoar o imaginário do personagem. “O fogo, portanto, é sobretudo o motor da regeneração periódica” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.414). Destruir os Armazéns do Chiado e danificar permanentemente toda essa região do Chiado seria uma maneira de Lanuit desvincular-se deste passado que o atormenta e ao, mesmo tempo, realizar um feito inédito, pelo qual seria lembrado no futuro. O personagem busca um elo entre os tempos, uma forma de equilibrar um passado significativo com um presente desencantado. E a única maneira vista por ele seria esta: um futuro sem o obscurantismo atual. Entretanto, tal mudança não depende dele: vai acontecer algo, que mudará para sempre a História do país, mas ele não será o protagonista. Nunca foi nem nunca será o protagonista. “Porém, tornava-se difícil levar Lanuit a envolver-se com pensamentos lúcidos, quando, na sua frente, uma parte da cidade ardia como uma tocha, e não fora ele” (OJSL, 1995, p.366). Este alerta não foi vão como os anteriores. Ao menos para Eduardo, cuja narradora prevê que vai mudar-se de casa e queimar, não o Chiado, como planejara, mas os papéis nos quais arquiva seus rancores – um bom começo para imaginar um possível futuro. “Mudariam de casa? Sim, mudariam (...).

Antes, Eduardo teria passado largos dias a reduzir os seus papéis a cinzas e farrapos” (OJSL, 1995, p.367).

Passando do microcosmo ao macrocosmo, poderíamos perguntar: mas e Portugal? Também precisaria ser despertado como o fora Lanuit? Será preciso tirá-lo da estagnação, nem que pra isso seja necessário matá-lo, para que um novo país, ciente de seu passado e aberto para o futuro, possa permanecer? Se for, antes disso, Portugal precisa redescobrir-se e recuperar a sua autoestima.

Essa falta de autoestima, também considerada ausência de orgulho da raça, foi citada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (2004) como uma das principais causas da miscigenação do colonizador com o índio quando do descobrimento do Brasil. Essa questão da baixa estima é tão relevante na obra de Lídia Jorge que qualquer tentativa de recuperação de glória, ainda que ínfima, é vista com desespero e histeria: é assim quando tentam transformar o feito de *Static Man* em realização coletiva, fazendo com que ele figure, como representante português, no livro dos recordes. Ele passaria de palhaço a herói da nação:

Isto é, o rapaz de branco, de longos cabelos empastados em color cream, não era um palhaço, era um atleta a treinar-se para o Guinness Book. Ah! Assim, sim! Já teremos alguma vez batido algum record mundial? Não, ninguém se lembrava. E se não se lembravam era porque não havia. “Deus te ajude”! - disse uma velhinha. “Coragem, muita coragem” - incitava um rapaz que deveria ser desportista, e passava com um grande saco como se lá dentro levasse uns remos. Uma grávida ficou a olhar. “Fazes bem olhar. As mulheres grávidas devem fixar os exemplos dos voluntariosos para influenciarem os filhos. Olha, olha bem, que este tem pinta de entrar nos tops do mundo. Já viste o autodomínio, a fina compleição? É pena ter a cara e o corpo cobertos de branco...” - O marido da grávida era bastante mais velho do que ela e beijou-a na boca, para que a imagem do Static Man passasse para o estro do feto, seu filho (OJSL, 1995, p.175-176).

A suposta idolatria a Leonardo se desfaz totalmente quando da recusa dele em aceitar o recorde. Se o feito de Leonardo é individual, a perda desse recorde é coletiva, um abalo a mais na autoestima portuguesa. Atormentado pelo desejo de autenticidade, o homem-estátua não se conforma em ser rotulado como herói do povo. A transfiguração se faz novamente: de palhaço a herói, de herói a covarde:

Mas a aproximação dos passantes e sua indignação eram genuínas. Tinham-se aglomerado a olhar para o cartaz, apesar do calor e da zorra da tarde. Uma senhora com a garganta enfeitada a ouro disse - “Nunca me enganou, sempre achei que não era um vencedor, que era um covarde!” A senhora levou a mão à garganta e, aí sim, dirigiu-se à máquina de Falcão - “Coitado do meu neto que não fala em mais nada do que no *Static Man*! Começou a fazer uma banda desenhada em que o recordista recebia uma medalha, e foi ao ponto de desenhar balões com falas! Afinal não passa de um perdedor desgraçado! O que vou dizer ao meu neto?...São episódios destes que vão minando a nossa auto-estima (...) “De novo o nosso país não vai ganhar! Não vai entrar na corrida dos primeiros” (OJSL, 1995, p.326-327)

Tal fator evidencia a impossibilidade de uma vida coletiva, citada por António José Saraiva anteriormente. O personagem recusa-se a coletivizar seu feito por não fazer mais parte da voz comum que constituía mentalidade anterior à Revolução. Afinal, não há mais possibilidade de voltar a um tempo de identidade coletiva quando as condições gerais e sociais, pós-25 de Abril, não mais o permitem (GIL, 2009, p. 13). As mudanças ocorridas no país, desde então, ao mesmo tempo que parecem apelar à intervenção de um *deus ex-machina*³¹, como já foi dito, transparecem também um desejo isolacionista. Tal característica, sintomática dos tempos globalizados, torna-se ainda mais evidente nos portugueses, que recém estavam libertando-se de uma ditadura que os oprimia. Obrigados a pensar coletivamente, inspirados pelo discurso salazarista ou mesmo por seus próprios desejos comuns de democracia e liberdade, os lusitanos puderam, finalmente, após a Revolução, separar-se dessa massa comum de frustrações e anseios para enfim conquistarem sua autonomia. Segundo José Gil (2009, p. 19), este novo tipo de subjetividade resultou de um processo, por ele chamado, de “introjeção estilhaçada”, explicado como uma busca frustrada da antiga individualidade, agora perdida, e que não encontra território correspondente para a construção de um novo sujeito. Barreira (1996, p.495) afirma que “a comunidade enquanto vivência colectiva e colectivista deixou de ter sentido, face a outras prioridades de apelo egocêntrico”.

31 Este *deus ex-machina* poderia vir a ser até mesmo outro ditador. Segundo Gil (2009, p.11):

“Foi no fim dos anos 70 e princípio dos anos 80, em que tanto se ouviu falar, na via pública, nos transportes públicos, nos cafés e mesmo na imprensa, na necessidade de repor a ordem 'neste caos' em que estava o país, a precisar, «sim senhor, de um novo Salazar»”.

Explicar-se-ia, assim, o vazio que paira sobre esta geração: vazio de ideias, de afetos, de engajamentos, de objetivos de vida. Bem, diferente, portanto, das ideias que pairavam no país anteriormente: podemos citar, por exemplo, o livro de Teixeira de Pascoaes, chamado *A Arte de Ser Português*, cuja primeira publicação data de 1920, ou seja, ainda antes da instauração do Estado Novo. Diz-nos ele que “temos que considerar a nossa Pátria como um ser espiritual, a quem devemos sacrificar a nossa vida animal e transitória (1978, p.35). Essa concepção de pátria venerada que mereceria os maiores sacrifícios, ou seja, o particular em detrimento do todo, intensificada durante o salazarismo, vem a mudar completamente nas últimas décadas.

Na nova geração não há preocupações com a pátria, que é renegada e esquecida. O sentimento que os assola, então, é o isolamento existencial, a falta de sentido pessoal, a sensação de que a vida nada tem a lhes oferecer (GIDDENS, 2002). Não há aspirações válidas: o desejo de Leonardo de imobilizar-se nada mais era do que uma maneira bem portuguesa de manifestar sua apatia em relação à família, à sociedade e ao país do qual ele faz parte. E de que modo um português mostra sua inconformidade? Assim mesmo. Não fazendo nada.

José Gil (2008, p.15) em sua obra *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, diz-nos que Portugal é o país da não-inscrição, onde nada acontece. Para o autor, “inscrever-se significa, pois, produzir real”. Um exemplo típico da dificuldade de atuação lusitana está justamente naquele que deveria significar uma tomada de atitude: o 25 de Abril. Apesar de ser um processo de luta contra o referido estigma, não pôde concluir-se como teria sido esperado.

O 25 de Abril recusou-se, de um modo completamente diferente, a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamentos de Pides nem de responsáveis do antigo regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante, de onde provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da «Revolução» pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou (2008, p.16).

A não-inscrição, segundo Gil em obra posterior (2009, p.18), seria possível porque as consciências vivem em um nevoeiro, um “branco psíquico”, como um plano invisível da não-inscrição. Responsável pela “estagnação atual da democracia em Portugal” (2008, p.38), pela “economia dos afectos” (2008, p.53), pela omissão na política (2008, p.17), pelo medo dominante (2008, p.65), pela burocracia (2008, p.75) e pela “fragilidade do Estado” (2008, p.75), a não-inscrição, herança salazarista, teve forte impacto sobre as gerações posteriores. O autor (2008, p.39) ainda diz: “é como se lhes tivessem retirado um solo, um elemento essencial do seu psiquismo e da sua existência, antes mesmo delas nascerem. O que significa que a não-inscrição não ocorreu apenas no plano político mas em todos os planos da vida social e individual”. Pessoa (1979, p.5) discorda dessa ideia, ao acreditar que o português não sabe agir, não têm consciência nem cultura para tal, mas age.

Vem tudo a propósito de chegar a dizer qual é a tragédia de Portugal. É a de que, tendo vários eruditos, e muita gente inteligente, pouquíssima gente temos que seja culta (...). O feitio enérgico, violento, pouco indolente do português leva-o para a acção precipitadamente. A ciência da inacção, a mais civilizada das ciências, pouco está desenvolvida entre nós. A nossa tendência para agir ficou-nos, como uma maldição, da aventura das descobertas. Expiamos a glória dos nossos maiores na doentia preocupação do útil.

Acreditamos que Pessoa refira-se a casos particulares e nesse pensamento exprime como geral; também que seu ressentimento deva-se à suposta falta de cultura lusitana, aqui associada à praticidade – o que não necessariamente signifique ação propriamente dita, e sim um senso imediatista e prático.

O medo gerado pela ditadura poderia ser ainda, segundo Gil (2008, p.68), um dos maiores responsáveis pelo já citado distanciamento entre as gerações pré e pós-74, já que “o medo herda-se”. “Hoje, trinta anos depois do fim do regime do medo, convivemos ainda com ele. A sociedade portuguesa, os portugueses, não perderam o medo, ainda que (ou talvez por isso) as novas gerações pouco saibam do passado salazarista”. Lídia Jorge, em entrevista já citada do dia 16 de novembro de 2010, complementa:

O apagamento da memória, na nossa cultura moderna, e em muitas outras, mas na nossa em particular, [caracteriza-se] por um fenómeno de aculturação e colonização cultural, conduz a uma indiferença pela geração precedente. Muitos poucos se honram pelo passado de há trinta, quarenta ou cinquenta anos (...). Não admira que a geração do 25 de Abril não seja reconhecida pelas filhas dos seus intérpretes. É isso que está mais ou menos retratado nesse livro, OJSL.

Podemos então inferir que as referências identitárias lusas, outrora embasadas em um ideal conjunto de glória, agora não se reconhecem mais nem em grupo nem individualmente. Fatores históricos contribuíram para isso: as décadas de Estado Novo e os consequentes massacres às colônias portuguesas acabaram por revelar um novo português: ele não se identifica, por um lado, com o valente da Cruzada nem, por outro, com a doçura do lusitano que acreditava ter. Sua brandura revelou-se passividade, sua valentia virou indiferença. “Pequeno povo das grandes ilusões, das grandes façanhas, um destino de humildade e de negrume se desenha, em substituição da grandeza e da legenda” (FERREIRA, 1982, p.335).

Lídia Jorge, ainda na entrevista anteriormente citada, reflete sobre esta contradição entre o passado arcaico e o recente, ao afirmar: “Muitos poucos se honram pelo passado de há trinta, quarenta ou cinquenta anos. O regozijo, quando há, provém do reconhecimento do histórico longínquo - descobertas, etc. Tal como os gregos, o nosso espelho fica demasiado longe do presente”. Comparação com os gregos, aliás, que já havia sido feita por Pessoa, que acredita que, igualmente aos gregos, os portugueses só encontram seu equilíbrio na transgressão (1978, p.80) e por Vergílio Ferreira (1982, p.94), quando afirma que “o grego lembra o português: pequeno, aspecto sujo, aldrabão”. A comparação frequente, apesar de ter sua razão de ser, também transpassa um dos problemas essenciais da hiperidentidade portuguesa: “o problema é não sabermos ser nós” (FERREIRA, 1982, p.122). Belchior (1982, p.26) explica:

Se fizermos um balanço das definições, dos juízos de valor ou das apóstrofes, com que os autores portugueses (...) têm tentado caracterizar o povo português e o seu modo de estar no mundo, verificaremos que não é muito positivo o saldo (...). Nesta plataforma comum há uma espécie de alterância: ora somos os melhores do mundo, ora somos o rebotinho do universo.

Se Leonardo vale-se de Fernando Pessoa para manifestar o motivo de sua imobilidade, “Por Nada e por Ninguém - Todos Somos o Nada Que É Tudo” (OJSL, 1995, p.242), também ironiza nisso a mitologia portuguesa, dessacralizando-a. Logo, diferentemente dos heróis da revolução, o que move o Static Man é a ausência de ideais. Fornos (2009) relata que o engajamento em atividades político-partidárias, que era uma referência simbólica ao imaginário social da juventude em outro período, perde expressão, cedendo espaço a um comportamento voltado para ações econômicas e individuais. É a geração da solidão, do individualismo, da provocação, da apatia.

Depois de muito ser questionado, “Os estilistas faziam-no por amor a Deus. E tu, por que o fazes?” (OJSL, 1995, p.69), Leonardo confessa: “Aliás, se quiseres saber, comecei a fazer essa performance estática exactamente contra meu pai, e depois, acabou por ser contra tudo para me fundir com o nada que é o tudo” (OJSL, 1995, p.220). Ou seja, o personagem não tem motivações nobres, nem profissionais: ele sabe o que não quer, mas é incapaz de saber o que quer. Cecília Barreira, no artigo “Os estilos de vida e convívio quotidiano”, presente no livro *Portugal 20 anos de democracia*, diz-nos: “Dos anos 70 para os anos 90, a diferença de uma atitude e uma pose distintas: entre a solidariedade e o individualismo; entre Che Guevara e Narciso; entre a revolução e a reflexão” (BARREIRA, 1996, p.495). Os heróis dos nossos tempos são anti-heróis sem rumo nem metas.

A imobilização voluntária, por nada e por ninguém, torna-se uma alegoria da inércia portuguesa. Não são recentes as alusões à inércia portuguesa como característica que comporia sua personalidade. Leão (1960, p.115) já havia apontado “inércia, horror ao trabalho (...), bem como a preferência por ocupações não produtivas, parasitárias ou quase”. Gil (2009, p.88), por seu turno, aponta “inércia, passividade (...), individualismo das famílias e das pessoas, a ausência da dimensão do futuro no viver quotidiano: eis alguns aspectos da subjectividade actual dos portugueses”.

O espaço do corpo – o território que, como uma pele, prolonga o corpo para além dos seus contornos, o abre afectivamente e o leva a misturar-se com o espaço exterior e os outros corpos – volta-se para dentro, paralisa-se, recolhe-se numa carapaça que o impede de se expandir e dilatar-se (GIL, 2008, p.110).

A imobilidade do corpo é também um indício do “corpo afectivo que se esvaziou” (GIL, 2009, p.110). A incapacidade de demonstração de qualquer tipo de afeto, por parte do estátua, encontra seu respaldo na sua própria estagnação corporal: paralisa-se o corpo, e com ele os ideais, as atitudes, a capacidade de amar. Tudo está recoberto pelo já aludido “nevoeiro”. Alegoria de como ficou o país após a saída de Salazar, a imobilidade de Leonardo manifesta-se em outras esferas da sociedade:

O que foi o salazarismo? Um imenso sugadouro (...). Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público. Por isso o mal salazarista era difuso mas essencial e «metafísico», atingindo a existência do português enquanto indivíduo e enquanto povo. O mal era a impossibilidade da expressão das forças de vida (...) (GIL, 2009, p.121).

Para José Gil (2008, p.60), o salazarismo foi uma espécie de doença³² que dominou os espaços públicos e as mentalidades dos portugueses por quarenta anos, ocasionando inúmeras consequências: “redução do espaço de expansão dos corpos, dos movimentos próprios de exploração, de investimento afectivo, de liberdade corporal, de espontaneidade do desejo”. A automatização dos movimentos e a economia dos afetos, portanto, seriam heranças inevitáveis desse período. Cita ainda “controlo permanente, autodisciplina mutiladora da vontade de vida (e da vida da vontade). Além do desenvolvimento de um certo egoísmo social que limita a generosidade e a solidariedade (...)”. Tais características encaixam-se perfeitamente no perfil do personagem Leonardo. Podemos perceber nele uma constante autovigilância e uma disciplina tão exacerbadas que beira à loucura. Sua necessidade de imobilizar-se, despropositada mas obsessiva, o levará à morte. Sua performance, vazia e sem propósitos reais – já que ele recusa tentar entrar no livro dos recordes e seu possível encontro com Paolo Buggiani não passa de uma fantasia – só pode ser justificada na vontade de subjetivação do personagem. Ultrapassou-se a fase de coletividade imposta e/ou provocada por Salazar, mas não há novos ideais para se colocar no lugar dos sonhos de democracia e de liberdade. A nova geração nunca viu-se no espelho de grande navegador, ignora o

32 “Mais do que tudo, o salazarismo foi uma doença que pôs de rastos o povo português. Doença do espírito (e dos corpos) e, enquanto tal, raramente tomada em consideração pelos historiadores e sociólogos da época (GIL, 2008, p.23-24).

sebastianismo, mal sabe que o país um dia foi Império e tampouco foi-lhe transmitida a História recente do país, pelo qual parece não se importar. Não é, portanto, um anseio de substituição de modelos: a nova geração precisa, urgentemente, construir um próprio, ainda que para isso busque absorver a cultura norteamericana ou baseie-se em objetivos inócuos. Assim, o estátua vê-se impelido a buscar sua identidade no vazio de seu despropósito.

Transtornado pelo desejo de individuação, *Static Man* recusa a tentativa da *partner* de transformar sua performance em feito coletivo, representando seu país no *ranking* do *Guinness Book*. Aliás, Paulina, - “como era de prever (...) exercia um ascendente invulgar sobre os hóspedes da Casa da Arara” (OJSL, 1995, p.15). Sabemos que Paulina e Leonardo encontraram-se em Bruxelas, onde ela o viu fazendo performances e decidiu treiná-lo, transformando sua performance em uma obsessão. Assim, ela atormentou-o até que ele perdesse a noção de seus próprios limites. “Leonardo havia-se transformado num homem a viver em torno duma obsessão” (OJSL, 1995, p.181).

E assim como a narradora, Paulina vai escrever pelas paredes a trajetória do personagem:

No quarto do estátua, Paulina também escrevia pelas paredes. Por cima da cama, havia uma máxima em letras redondas, que parecia copiada dum livro veda - O Junco Sabe Que a Imobilidade É a Suprema Forma de Movimento. E, contudo, não devia ser copiada, não. Quem assinava era a rapariga, e ia ao pormenor de registrar de forma explícita a data pessoal da criação da frase, gabando-se por extenso da autoria. Aliás, as faces laterais do quarto exibiam outros textos. A parede poente estava coberta por uma equação onde se liam números progressivos de horas, encimada pela epígrafe de construção imperativa - Este É o Calendário A Que o Static Man Tem de Obedecer! (OJSL, 1995, p.12-13).

O cronograma exaustivo de atividades impostos por Paulina desgasta o homem-estátua, que enfraquece a olhos vistos:

Leonardo estava demasiado magro. Ali onde as costelas terminavam, a barriga descia num desfiladeiro a pique até à zona da bacia. O umbigo do performer perdido naquela cova parecia um nódulo ossificado. Paulina teve a impressão de passar a mão por um pássaro ou um peixe a quem haviam retirado a buchada. Pareces um arenque ressequido. Assim não sei se te vais aguentar...(OJSL, 1995, p.181).

Para individualizar-se, Leonardo procura ser independente da parceira. “Shit para ti, estou farto de ser a tua obra, agora sou obra minha, sou só para mim.” (OJSL, 1995, p.119). Entretanto, a frase que ele cria, *Quero Que as Aves Façam sobre Mim o Que Costumam Fazer às Estátuas*, não obtém a mesma aceitação das frases feitas por Paulina, causando escárnio e piedade. “Isto é, na primeira tarde em que Paulina não o acompanhava, faziam-no cair por terra” (OJSL, 1995, p.112). Ao afastar de si a *partner*, mesmo que para isso tenha deglutido as obsessões da parceira, deixou de fazer o espetáculo por causa dela; ao recusar ter batido o recorde da imobilidade voluntária, também não o faz para tornar público o seu sucesso para a sua família ou mesmo para o seu país; ao negar o apoio financeiro de João Lavinha, renega também a possibilidade de imobilizar-se em nome de Ele.

Percebemos, portanto, que a busca de individuação do personagem - “Leonardo sentiu-se impelido por um desejo de autenticidade absoluta” (OJSL, 1995, p.315) - leva-o à negação de tudo: ele não reconhece a sua família, “Há com cada telefonema! Imaginem que era meu pai (...). Na família há quem se queira deitar a afogar na piscina por minha causa” (OJSL, 1995, p.34), não estima realmente os seus amigos, não ama nenhuma mulher e não se reconhece enquanto português.

Essa negação, por sua vez, o conduz à estagnação irrestrita: imobiliza-se o corpo, paralisam-se as atitudes e os sentimentos. Como alegoria do país estagnado, Leonardo “se imobilizava a condizer com o rei D. José, montado no cavalo cujas ancas verdes transpareciam ao fundo, merecia não precisar dum prato posto à caridade, como se fosse um cego pobre, ou um pintor de boca” (OJSL, 1995, p.49). Também sua morte pode significar a própria morte de uma nação autofágica e arraigada em seus mitos do passado.

A individuação do homem-estátua, no entanto, nunca foi efetivamente concluída: mesmo sem Paulina, Leonardo não consegue organizar seu tempo de imobilidade, ultrapassando os seus limites; assim, ele acaba precisando de outro auxílio, o de Susana Marina.

Susana Marina é uma jovem insatisfeita com sua própria imagem, e que, assim como os demais personagens, vai buscar outra figura para a representar: queria ter a silhueta de Maria de Medeiros e a voz de Callas.

Olhe para mim! - diz Susana Marina. Tudo o que vês em meu redor, Man, não é verdade, é só aparência. É assim como uma espécie de maquilhagem espessa, Man. Vou perder esta maquilhagem, alterar-me completamente, e em grande parte, graças a ti. E é isso mesmo que te quero agradecer (OJSL, 1995, p.139).

A escolha por essas duas artistas não foi acidental: Maria de Medeiros, atriz portuguesa, passou toda a infância na Áustria, tendo regressado ao país pátrio somente após a Revolução dos Cravos. Aos dezoito anos instala-se na França, onde dá prosseguimento a sua carreira de atriz³³. Já Maria Callas é uma cantora norte-americana de ascendência grega que, segundo consta em sua biografia, teria sido rejeitada pelos pais quando bebê porque os pais desejavam um filho homem. Viveu a infância e adolescência entre os Estados Unidos e a Grécia, até alcançar reconhecimento na Itália³⁴. Ambos os modelos nos quais espelha-se Susana Marina, então, têm conflitos identitários. Maria de Medeiros é portuguesa, mas viveu durante muito tempo na Áustria, e atualmente vive na França, enquanto Maria Callas, além de ter várias pátrias, teria tido problemas com os pais, que não queriam uma menina. Susana Marina, além de admirar a voz e o corpo das artistas, identifica-se pela sua inadaptação ao mundo e desvinculação do país em que vive, que não reconhece como seu lugar. Toda ela é desconforto e inadequação. Ela anseia por padronizar-se, encaixar-se nos modelos pré-estabelecidos: sua individuação, nesse caso, será, paradoxalmente, a sua capacidade de parecer aos demais. Nesta sociedade individualista e excludente, ela precisa pertencer a um grupo para reconhecer-se.

A personagem não se reconhecia em seu próprio corpo: acreditava que a imagem exterior de gordura, que a representava, não condizia com seu espírito, e que sua aparência acabava impossibilitando que sua real essência fosse vista. Ou seja, o impacto visual que ela causava era muito maior do que seu “verdadeiro eu”. Em um ambiente de superficialidades e desapego, como o mostrado em OJSL, entende-se porque a personagem sente-se assim. Ridicularizada e chamada de “cachalote” pelos habitantes da Casa - a maior espécie de baleia existente, Susana anseia por fazer parte deste mundo de que a excluíram. E para isso acredita

33 Disponível: www.mariademedeiros.net
Acessado em 2 de outubro de 2010.

34 Disponível em: www.biografieonline.it
Acessado em 2 de outubro de 2010.

que, ao emagrecer, estará (re)adquirindo sua identidade perdida em meio aos quilos a mais. Assim como Leonardo, sua busca é a de autenticidade.

No imaginário judaico-cristão, a imagem da baleia aparece-nos no célebre caso de Jonas. Ao fugir de uma missão que lhe foi dada e desobedecer a Deus, ele é engolido por uma baleia e ali fica até cair em si e regressar ao lugar onde deveria estar. Isto é, seu período “aprisionado” serviu para que ele pudesse redescobrir-se enquanto homem e servo de Deus. Susana Marina, impregnada pelos valores estéticos da sua geração, também precisa sair da sua condição estigmatizada como “baleia”. Para isso ela vai recorrer à Refeição da Diva.

O *Dicionário de Símbolos* (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.116) traz a seguinte afirmação: “A entrada de Jonas dentro da baleia é a entrada no período de obscuridade, intermediário entre dois estados ou duas modalidades de existência (...). A saída de Jonas é a ressurreição, o novo nascimento”. Assim como Jonas, Susana esperava que, ao sair de sua “condição de baleia”, ela poderia ter uma nova vida. Tem para isso uma motivação especial: o seu afeto por Leonardo.

A mais humanizada dentre os nossos personagens também é a única que parece realmente preocupar-se com o *Static Man*, a tal ponto que antevê seu destino: “Voltaste a bater oito horas, Man! Mas tens de ter cuidado, olha que podes cair para o lado, olha que podes morrer” (OJSL, 1995, p.163).

Diferentemente do romantismo utópico de Julieta, Susana Marina doa-se sem esperar reciprocidade, ainda que se questione: “Amaria por acaso o *Static Man*? Aquele rapaz tão parecido com Robert de Niro? Talvez sim, talvez àquilo se chamasse amor, não sabia” (OJSL, 1995, p.172). Maltratada pelo personagem, que a despreza por sua aparência, e ridicularizada pelos amigos de Leonardo, Susana sublima essas relações e age como uma real parceira do homem-estátua, como Paulina de fato nunca conseguira ser.

A obsessão de Leonardo pela imobilidade faz com que Susana adquira coragem para uma empreitada há muito desejada: tomar a Refeição da Diva, ou seja, engolir um hospedeiro, que consumiria a comida deglutida por ela até matá-la. Esse seria seu provável efeito colateral: seu resultado inicial seria uma perda imediata de peso e um aumento significativo de autoestima. “Susana, no entanto, não se sentia perdida, porque sabia que

estava a ver a vida não com os seus olhos, mas com os olhos da pequena *diva*”. (OJSL, 1995, p.196).

Estava contente porque possuía um segredo e sentia que a finalidade da vida duma pessoa poderia basear-se na força dum segredo. Desde que o possuía, era outra. Aliás, agora quando se dirigiam a si mesma, sabia que estavam a dirigir-se a outra, aquela que apresentava a sua aparência. Mas ela, sim ela, verdadeiramente ela, estava a nascer debaixo dessa outra. Ainda não existia. Era por isso que se sentia perfeitamente, mesmo quando lhe falavam de modo ordinário. A verdadeira Susana só possuía em comum consigo ter os mesmos dezoito anos de idade, mas entretanto, estava a salvo de tudo e de todos. Poderiam rir-se os hóspedes da Casa da Arara, pois riam-se do que em breve já não existiria (OJSL, 1995, p.148).

O animal baleia também está vinculado ao “símbolo do tesouro escondido ou às vezes também da desgraça ameaçadora” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.117). No caso da personagem, o desfecho foi trágico. Mais um “suicídio” como o de Leonardo, um gesto vazio e sem propósito que não o de uma inalcançável perfeição. Uma perfeição de imobilidade ou de físico que valem suas próprias vidas, neste ambiente inócuo em que vivem.

A morte de Susana Marina, descoberta ao acaso por Leonardo, que a procurou para que ela fizesse parte do filme de Falcão, descerrou o triste fato: a personagem era tão solitária que não havia ninguém que houvesse compartilhado de sua intimidade.

Você não dormiu com ela! Pois eu julgava que tivesse dormido, eu gostava que ela tivesse dormido com alguém..... (...). Era como se, a partir da resposta seca do performer, se tivesse perdido o elo necessário entre a vida de Susana e a eternidade imaginada. “Quer dizer, em profundidade, você não soube nada sobre a vida dela...” (OJSL, 1995, p.341).

No entanto, se outros personagens como Paulina e Leonardo mantiveram relações sexuais sem por isso constituírem efetiva intimidade, porque a virgindade de Susana Marina é considerada um impasse ao convívio íntimo? Como dissemos, essa personagem é mais humanizada do que os demais. E se ela realmente amava o homem-estátua, o sexo teria uma dimensão diferente. Por esse motivo, sua abstinência é importante: faz com que a personagem, ainda que fuja aos padrões automatizados dos demais, não se desvele

totalmente, não consiga romper a apatia que rege os padrões de comportamento desses jovens.

Maria Clementina Diniz (1996, p.497) aponta que “há 20 anos, pelo atraso cultural, científico e artístico, pelo hermetismo do regime ditatorial, pelo isolamento internacional antes vivido, as consciências e os comportamentos eram regidos pela moral tradicional”, que era definida por quem detinha o poder e, evidentemente, corroborado pela Igreja Católica. Tal modelo veio a ser desestruturado após a liberdade conquistada em 1974. Afinal, “a liberdade social adquirida com o fim da ditadura, com o 25 de Abril, é também liberdade individual” (DINIZ, 1996, p.499). Em relação ao sexo, no entanto, houve uma desorientação por parte dos nova geração, que o banalizou por completo.

A liberalização sexual tanto veio permitir que expectativas fossem cumpridas, dúvidas esclarecidas, medos ultrapassados por grandes camadas da população, quanto permitiu que a hipocrisia que defendia a moral convencional exacerbasse comportamentos sexuais pobres e mecânicos, agora revelados, tornados públicos e até comercializados sob todas as formas (DINIZ, 1996, p.499).

Na verdade, o repórter encontrava-se tão nu quanto Paulina, Falcão já tinha subido sobre o corpo dela, e o beliche já estremecia de novo (...).

Passado um pouco, ele perguntou-lhe: - «Amas muito o *Static Man*?»
«Se amo o *Static Man!*» - disse a rapariga, mergulhada no seu braço (OJSL, 1995, p.352).

Paulina ama o estátua, dormia com ele; agora, no entanto, dorme com Falcão. Barreira complementa o tema, dizendo que “a explosão da sexualidade teve como efeito perverso a banalização do tema” (1996, p.495).

Paulina age sugando a energia do outro através do sexo. Quando Leonardo encontra-se debilitado fisicamente e já mentalmente obcecado, Falcão torna-se seu próximo alvo.

Percebemos, dessa forma, uma redução dos personagens às suas necessidades mais primárias (ou à ausência delas, no caso de Susana e de Julieta, em particular): é uma zoomorfização explícita: Susana Marina é cachalote, uma espécie de baleia; Falcão, uma ave observadora e agressiva; e o homem-estátua é um passarinho que, de tanto ficar imóvel em

seu poleiro, está enfraquecendo. Julieta, quando se contorce sobre a mesa de jantar, assemelha-se a uma gata em estado de cio:

Na imagem, a mulher estendida apresentava os cabelos vermelhos, escorridos, agarrados ao rosto, e as mãos alongadas ao lado do corpo como se estivesse em exame de raios X. Os pratos brancos dispostos por cima da madeira escura até luziam (OJSL, 1995, p.256).

A repressão ocorrida nos tempos de ditadura, como foi comentado anteriormente, contribuiu para que a sexualidade de Juju estivesse em vias de ser extravasada. Fruto de uma geração para a qual “amor e sexualidade estariam relegados para um nível secundário de prioridades” (DINIZ, 1996, p.497) e que teria visto com pesar que “a atracção amorosa, a novidade e a necessidade da proximidade do outro esgotavam-se nos primeiros anos de casamento pela coabitação sem partilha do quotidiano” (DINIZ, 1996, p.495). A mulheres como ela, portanto, “restava-lhe, pois, desistir da sua sexualidade” (DINIZ, 1996, p.497), o que foi começando a mudar na década de 1960, exatamente à época em que Julieta deveria ser adolescente. A autora (1996, p.497) cita alguns fatores que contribuíram para essas transformações: “Goa e o chamado «golpe de Beja»”, que teria desencadeado a guerra colonial; as “mobilizações dos nossos jovens para a guerra”; a “fuga dos presos políticos de Peniche”, o que denunciou a espécie de prisões que o sistema tinha; o crescimento do movimento estudantil; os protestos dos trabalhadores; as violências praticadas pela PIDE.

Tudo isto, as perturbações económicas do tecido social, a situação internacional e as novas propostas que de fora surgiram, tudo isto, dizíamos, e mais certamente, terá contribuído para que os anos 60 tivessem sido o tempo e o espaço que, integrando mudanças, criaram mudança de consciência e de mentalidades (DINIZ, 1996, p.497).

A personagem está inserida entre a geração que reprime as mulheres e a que as liberta dos seus deveres sociais, de ser boa mãe e boa esposa. Nesse limiar, Juju não encontra seu equilíbrio, ora atuando como uma perfeita esposa que mantém os cômodos onde vive em estado impecável e pensa apenas em ajudar a seu marido, ora deixa-se ser assediada por outro

e exclui seus filhos dos seus sonhos para o futuro. Juju é uma mulher em transformação, que já não cabe no molde de esposa ideal que lhe foi dado, mas nem por isso tem o desprendimento e a coragem de ser uma mulher dos novos tempos, como Paulina. Descrita como uma “figura estranha” (OJSL, 1995, p.9), “que se pintava de ruivo” (OJSL, 1995, p.8), com “cabeça de boneca amarrotada” (OJSL, 1995, p.82), que ouvia “rádio e gira-discos, depois do almoço” (OJLS, 1995, p.8-9) e que “movia-se sobre sapatos de tacão alto, a qualquer hora do dia e da noite, parecendo aguardar constantemente uma visita rara” (OJSL, 1995, p.9), a personagem é o retrato da própria inadequação. Porta-se como uma mulher de antigamente, mas anseia pelo transbordar de sua feminilidade – aqui representada pelos cabelos vermelhos e pelos sapatos de salto alto, que

apresentavam um tacão em forma de ganchorra, e a sua particularidade consistia em serem brancos e terem uma flor por enfeite. Eram de tal modo decotados que as juntas dos dedos ficavam visíveis numa extensão razoável. A mulher de Lanuit quase os perdia ao andar. Mantê-los em volta dos pés deveria ser fruto dum esforço contrário ao pensamento (...). Julieta era a forma dos seus sapatos (OJSL, 1995, p.82).

Se Juju é, como diz o narrador, “a forma dos seus sapatos”, podemos ver metaforizada sua dificuldade em encontrar uma identificação entre a mulher que é e a que acredita que deveria ser: apesar de usar um sapato branco, imaculado e casto, como a cor sugere, e com uma flor, como uma imagem de pureza e de entrega, seus dedos estão para fora dos calçados. Ou seja, seu corpo extrapola o molde, teima em expor-se. Julieta não cabe no seu próprio estereótipo, é sensual demais, romântica demais, ainda que oriunda de um tempo em que tudo deveria ser comedido. Seus exageros são sua necessidade de mostrar-se enquanto fêmea, romper os padrões que já não valem na sociedade em que vive. Como não o faz conscientemente, sofre perturbações e delírios.

Tanto Julieta quanto Lanuit são personagens que merecem um estudo à parte. Ambos são pertencentes à geração que viu o país mergulhar e sair da ditadura, estão presos no passado e desconstruídos de seu momento atual: Julieta, por não ter perdido as ilusões adolescentes que a fizeram casar-se com Lanuit; Lanuit, por sua vez, por se deparar com uma

realidade diferente da que sonhou quando era um ativista político. Se Julieta sonha com beijos de amor e não consegue conciliar seus sonhos com a sua vida prática, odiando a Casa da Arara e atrapalhando-se quando pensa em auxiliar o marido - colocando o currículo dele nas mãos de seis pessoas que ele considera inimigos e se prestando a toda espécie de humilhações -, Lanuit, por outro lado, trata Juju com indelicadeza, omite-se na manutenção financeira da casa e ocupa-se em alimentar ressentimentos.

Apesar da alcunha pressupor perda de ilusões e sofrimento, Lanuit é na verdade um ingênuo, prestes a ser enganado, recebendo um cheque de um Banco inexistente ou aceitando ser um marionete na empresa Caça-cérebros, tudo para sentir-se novamente útil. “Afinal alguém precisa de mim” (OJSL, 1995, p.273).

Há então o deslocamento do personagem, como resultado de estar agora em uma época que esvaziou o momento histórico de que a geração de Lanuit se ocupava. Não existe possibilidade de apagamento da história para Lanuit, e essa história não representa mais nada. Para intensificar o passado, Lanuit o recriou na casota dos fundos, nas paredes - agora como recordação, não mais como analepse - mapeada e dividida em “Estes são os que não devemos esquecer”, “Os que não podemos perdoar”, “Os verdadeiros traidores” e “Aqueles que não nos traíram, mas nos deixaram”.

Para melhor compreendermos as diferenças entre os personagens – e partindo do pressuposto que a literatura pode ser mais bem representada a partir de um fundo real equivalente a seu momento histórico, recorreremos a Fernando Pessoa. Em seus apontamentos *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional* (1979, p.6), o poeta fala-nos sobre três espécies de Portugal – ou de portugueses – existentes: o primeiro “começou com a nacionalidade: é o português típico, que forma o fundo da nação e o da sua expansão numérica, trabalhando obscura e modestamente em Portugal e por toda a parte de todas as partes do Mundo”. Esse primeiro tipo personifica aquela imagem de português tido comum, definido como medroso e rabugento. O que não inscreve-se, opta por reclamar sem nunca procurar uma maneira de melhorar o ambiente onde vive. É o trabalhador comum, o funcionário simples. Escolhemos, para fins de visualização, o velho do Restelo, personagem de *Os Lusíadas*, para representá-lo. Vejamos as estrofes abaixo:

—"Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
 Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
 Ó fraudulento gosto, que se atiça
 C'uma aura popular, que honra se chama!
 Que castigo tamanho e que justiça
 Fazes no peito vão que muito te ama!
 Que mortes, que perigos, que tormentas,
 Que crueldades neles experimentas!

— "Dura inquietação d'alma e da vida,
 Fonte de desamparos e adultérios,
 Sagaz consumidora conhecida
 De fazendas, de reinos e de impérios:
 Chamam-te ilustre, chamam-te subida,
 Sendo dina de infames vitupérios;
 Chamam-te Fama e Glória soberana,
 Nomes com quem se o povo néscio engana!

—"A que novos desastres determinas
 De levar estes reinos e esta gente?
 Que perigos, que mortes lhe destinas
 Debaixo dalgum nome preminente?
 Que promessas de reinos, e de minas
 D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
 Que famas lhe prometerás? que histórias?
 Que triunfos, que palmas, que vitórias?

Podemos perceber, nas duras críticas do velho, um forte conservadorismo e uma resistência à mudança, que se reflete no temor que o personagem tem de que as navegações de Vasco da Gama tragam desgraça e ruína por pura vaidade. Também podemos compará-lo com Lanuit, de OJSL. Igualmente apegado a um passado que já não existe, Lanuit vive remoendo seus próprios ressentimentos e lamentando as ilusões que um dia perdeu (OJSL, 1995, p.55):“Mas Lanuit, oh Lanuit tem uma memória fantástica! Não se esqueceu de nada, como se tivesse dentro da cabeça uma máquina gravadora, e no entanto não recorda coisa nenhuma que seja útil. Lembrar o que ele lembra é exactamente empatar o futuro da nossa própria vida”.

O segundo tipo de português, conforme Pessoa, é o “português que o não é”(1979, p.6). Pessoa atribui o início de mudança na mentalidade portuguesa, que começa a idealizar modelos estrangeiros, a partir do governo de Marquês de Pombal (1750 -1777), que provocou

muitas modificações na arquitetura, no ensino e na economia do país³⁵. Entre outras modificações, reconstruiu a cidade de Lisboa após o terremoto de 1755 em tempo recorde – em menos de um ano já havia refeito a arquitetura da cidade –, reformou o sistema de ensino no Brasil e em Portugal, expulsou os jesuítas do Brasil (1759) e puniu vários deles e confiscou os bens da Companhia de Jesus após suspeita de conivência ao atentado ao rei Dom José I (1758) para posteriormente extingui-la (1773), aboliu a distinção de termos entre cristãos-novos e cristãos-velhos (1773), mediou os acordos políticos entre Portugal e demais países europeus. Na reconstrução da cidade de Lisboa, o Marquês, que ainda era somente o fidalgo Sebastião José de Carvalho e Melo, foi de suma importância. José Augusto França, em sua obra *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina* (1989, p.104) relata o seguinte:

Pombal, recusando auxílios das potências, após o terramoto, declarou a um embaixador que o país regressava à «simplicidade antiga», e assim aconteceu, de uma maneira que a linguagem arquitectónica simbolizou — fazendo de Lisboa, de certo modo, a primeira das cidades modernas e a última das cidades antigas...

Apesar do autor reconhecer que, pela intervenção do Marquês, “Lisboa apresenta-se, assim, não como um produto, um resultado de uma acção exterior aos seus próprios valores, mas como uma proposta original e primordial” (1989, p.100), ele também assume que houve a influência de “novo gosto neoclássico cultivado numa referência europeia total” (1989, p.71).

Diz-nos Fernando Pessoa:

[Esta segunda espécie de português] Começou com a invasão mental estrangeira, que data, com verdade possível, do tempo do Marquês de Pombal. Esta invasão agravou-se com o Constitucionalismo, e tornou-se completa com a República. Este português (que é o que forma grande parte das classes médias superiores, certa parte do povo, e quase toda a gente das classes dirigentes) é o que governa o país. Está completamente divorciado do país que governa. (PESSOA, 1979, p.6).

³⁵ Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15s.htm>
Acessado em 20 de dezembro de 2010.

Os outros fatores responsáveis pela “estrangeirização” lusitana teriam sido o Constitucionalismo do século XIX e a República (1910), que aconteceu tardiamente em Portugal se compararmos com seu principal modelo de referência na época, a França (1792). Parece-nos apropriado concordar com o autor, já que, no que se refere à Constituição portuguesa de 1821, ela foi inspirada na Constituição Espanhola de Cádiz, de 1812, que por sua vez, “inspirou-se nas constituições francesas de 1891 e 1895³⁶”. A Constituição de 1933, de Salazar, no entanto, não teria tido claras influências externas.

Este tipo, caracterizado como “estrangeirado” e alienado, pode ser encontrado na figura de Dâmaso Salcede, figura célebre de *Os Maias*, de Eça de Queirós. Este personagem é o retrato dos vícios burgueses da segunda metade do século XIX: rico, invejoso, sem ideias próprias e interessado em tudo que é externo, na esperança talvez de converter-se exemplo da expressão que é seu bordão, “chic a valer”. Como complementa Pessoa, “é, por sua vontade, parisiense e moderno. Contra sua vontade, é estúpido” (1979, p.6).

Recebi carta dele, disse Carlos. Vem ai, temo-lo talvez cá no sábado.
 Foi um espanto para o Dâmaso:
 - Homem! essa é curiosa! E eu encontrei os Cohens, hoje!... Vieram há dois dias de Southampton... Jogo eu?
 Jogou, falhou a carambola.
 - Pois é verdade, encontrei-os hoje, falei-lhes um instante... E a Rachel vem melhor, vem mais gorda... Trazia uma toilette inglesa com coisas brancas, coisas cor de rosa... Chic a valer, parecia um moranguinho! E então o Ega de volta?... Pois, menino, ainda temos escândalo! (QUEIRÓS, 2001, p.258).

Atualmente, este personagem pode ser encontrado na figura dos jovens da Casa: Gamito, Osvaldo e César, pessoas simplórias e sem nada que as caracterize particularmente. De Gamito, ao menos sabemos que trabalha lavando as cabeças das mulheres em um salão de cabelereiro e, como peculiaridade, que é sensível, pois chora ao escutar canções: Já Osvaldo e César são de tal forma inexpressivos que mal podem ser diferenciados: “Mas entre Osvaldo e César, quinze dias depois de habitar a Casa da Arara, ainda não tinha percebido qual dos dois dormia tardes inteiras, e qual trabalhava num restaurante de comida rápida, até depois da

36 Disponível em: <https://woc.uc.pt/fduc/getFile.do?tipo=2&id=6775>
 Acessado em 2 de novembro de 2010.

meia-noite” (OJSL, 1995, p.9). O que eles têm em comum é que idolatram a figura de Leonardo – assim como Dâmaso admirava e invejava a Carlos da Maia. A falta de ideias próprias faz com que os personagens pautem-se num terceiro como modelo a ser seguido, ainda que, neste caso recente, nem o próprio modelo saiba exatamente o que quer. Lembremo-nos, no entanto, que a inveja é uma característica tipicamente portuguesa, segundo Teixeira de Pascoaes (1978, p.123). Também é tipicamente português o “espírito de imitação” (PASCOAES, 1978, p.126), o que vemos fortemente no personagem de *Os Maias*, *que imita a barba e as roupas de Carlos da Maia*; e mesmo em certa medida, em OJSL, já que Gamito, Osvaldo e César usam camisetas iguais a de Leonardo.

Importa salientar qual é o modelo referencial para estes personagens. Dâmaso, ao invejar Carlos, invejava um homem rico, bem educado, médico que exercia sua profissão apenas por vontade de trabalhar. Gamito, Osvaldo e César, por sua vez, admiram um jovem que tornou-se estátua humana a fim de contrariar seu pai, não aceita bater o recorde mundial e tem como única meta o devaneio de imobilizar-se ao lado do artista Paolo Buggiani. E a tal ponto baseiam sua vida vazia na vida do estátua que sempre que podem estão ao seu lado auxiliando-o e, quando não podem fazê-lo, lamentam – como César, que cogitou deixar o emprego para estar com Leonardo (1995, p.204). Nada os ocupa suficientemente e, principalmente, nada os motiva dentro de suas próprias vidas. “«Já viu o *Static Man* parado, lá em baixo, a fazer de estátua?» Falcão alcançou um sabonete - «Pois devia voltar a ver, devia observar aquele espectáculo»” (OJSL, 1995, p.59).

O terceiro tipo de português a que Pessoa se refere (1979, p.6) é o imperial. “Como o último verdadeiro Rei de Portugal foi aquele D. Sebastião que caiu em Alcácer Quibir, e presumivelmente ali morreu, é no símbolo do regresso de El-Rei D. Sebastião que os portugueses da saudade imperial projectam a sua fé de que a família se não extinguisse”. Segundo Lourenço (1999, p.95), “durante séculos, nem pra nós nem para os outros Portugal era outra coisa do que 'um país que tinha sido um Império’”. Símbolo do misticismo e do apego ao passado, ainda que sem o rancor do primeiro tipo, adaptável como o segundo, este português é uma alegoria do português bem-resolvido consigo mesmo: ciente de tudo que compõe sua história, saudoso como bem poderia ser definido, porém tem em si o vigor necessário para transmutar-se se necessário. Melancólico sem sentir pesar. Místico sem ter

raiva. Adaptável sem precisar absorver tudo, sem perder-se a si próprio. Na literatura, o exemplo mais similar que encontramos é Madalena, personagem de *Frei Luís de Sousa*, obra de Garrett, ainda que não possamos considerar um retrato vivo desta descrição dada pelo poeta. Inicialmente casada com D. João, ela casa-se com Manuel Coutinho, por quem já era apaixonada, mostrando sua adaptabilidade em relação às situações. No entanto, seu lado religioso predomina, e a incerteza por um possível regresso do marido dado como morto a faz temerosa e angustiada. Seu receio confirma-se, o que impossibilita um destino feliz a essa personagem. Neste caso, o passado venceu o futuro e Madalena não teve coragem ou condições de ignorar as regras pelas quais estava pautada toda a sociedade da época – afinal, estamos falando do século XVI: o segundo casamento foi visto como um adultério abominável. Mas valeu pela intenção de mudança, pela iniciativa de tentar até mais do que lhe seria permitido. Este português, especificamente o mais saudoso, contraditoriamente é o que melhor condições tem de enfrentar o futuro. Diz-nos Pessoa (1979, p.6): “esta nova espécie de mentalidade influi nas outras duas qualidades mentais do português: por influência dela a adaptabilidade torna-se activa, em vez de passiva, e o que era habilidade para fazer tudo torna-se habilidade para ser tudo”.

Este último português não encontra eco na obra de Lídia Jorge, exatamente por ser mais bem resolvido: temos Juju, ensimesmada, mas desvinculada da realidade; e Lanuit, saudosista, mas revoltado na sua própria espera inútil. Se transpusermos estes tipos aos conceitos de José Gil (2009), teremos o primeiro português como o ser coletivo, o segundo como o individualista e o terceiro, o que busca retomar sua subjetividade perdida, sem para isso precisar isolar-se ou abraçar uma causa. Belchior (1982, p. 26) afirma que estes três tipos de portugueses podem ser resumidos da seguinte forma: “1) uma relação com o passado; 2) uma relação com o presente nacional e estrangeiro; 3) uma direcção com o futuro”.

Qual seria a possibilidade de futuro ao português? O equilíbrio na busca de uma possível identidade? Talvez. Mas para isso seria necessário rever o terceiro português de Pessoa ou mesmo inventar um quarto, já que o sebastianismo e o império são valores que devem ser preteridos em busca da nova subjetividade a que se refere José Gil. Abandonar a hiperidentidade seria a única maneira de encontrar ao menos uma identidade. “Portugal para se reencontrar terá de conhecer-se” (BELCHIOR, 1982, p.27). Poderia vir a ser uma maneira

de mudar a assertiva de Lourenço (1999, p.142), “o mundo todo está em Portugal, e Portugal, em parte alguma”. José Gil, que cita o conceito de hiperidentidade de Lourenço em seu livro *Em busca da identidade: o desnorte* (2009), parece partir do pressuposto do autor, que já havia nos falado sobre a necessidade de Portugal “esquecer” sua própria história pra reencontrar-se. Eduardo Lourenço, em *Mitologia da saudade* (1999, p.143), aponta que:

Enfim, ao fim de oito séculos, estamos cá dentro. Não em fuga de um fantasma castelhano, nem perdidos no mar em busca de casa menos ameaçada e mais rica, mas na nossa casa, de camoniano batismo. Uma publicidade adequada à nossa nova situação nacional definiu com gênio a essência do nosso sonho imemorial de portugueses: viaje lá fora cá dentro. Aqui sim, neste consensualismo narcísico sem precedentes, podíamos contemplar, misticamente, se não o utópico “fim da História”, o bem-aventurado fim da nossa de portugueses. E dar como exausto o tema de Portugal, dissolvido de uma vez para sempre na água lustral da sua imersão na universalidade de todos e de ninguém.

É fato que estes três tipos de portugueses parecem repetir-se, em diferentes momentos, na literatura. Tanto o velho do Restelo, que pode ser encontrado na figura de Lanuit e de tantos outros, quanto o Dâmaso, desvinculado do país como os jovens de OJSL. O terceiro tipo ainda está em formação, se sobrevalorizarmos sua adaptabilidade e capacidade de mudança; ou já não existe, se nos detivermos apenas em sua religiosidade e misticismo. Cabe refletir no porquê da necessidade de repetirem-se os mesmos modelos, século após séculos. Mudam-se as feições, os diálogos, o nome, mas as características fundamentais permanecem as mesmas. Deleuze, em *Diferença e repetição* (2000, p.41), parte de noções³⁷ já trabalhadas por outros filósofos – em especial Nietzsche e seu mito do Eterno Retorno – para explicar os conceitos de repetição e diferença. Segundo o autor, “a repetição é uma conduta necessária e fundada apenas em relação ao que não pode ser substituído” e “só as formas extremas, excessivas, retornam” (DELEUZE, 2000, p.101). Estas repetições podem acontecer em diferentes épocas e culturas; o autor cita, como exemplo, o tema Deus, recorrente em Nietzsche e Kierkegaard, entre outros. A incidência das repetições inseridas no imaginário mítico-cultural português tem uma significação ainda maior: ratificam a necessidade de afirmação dessa hiperidentidade no decorrer do tempo.

³⁷ “A roda do eterno retorno é, ao mesmo tempo, produção de repetição a partir da diferença e seleção de diferença a partir da repetição” (DELEUZE, 2000, p.101).

Obviamente, as repetições não são generalidades (DELEUZE, 2000, p.41). Elas existem exatamente para exprimir algo que, ainda que estejamos vendo outra vez o mesmo arquétipo, poderemos ver a partir das nuances de diferença que as sucessivas repetições nos apresentam. “A diferença está entre duas repetições” (DELEUZE, 2000, p.180). No primeiro tipo de português descrito por Pessoa, por exemplo, ainda que persista a resistência do país novo x arcaico, as diferenças são perceptíveis. Se o velho do Restelo tem diante de si um Portugal prestes a expandir-se e isso o incomoda, Lanuit, por seu turno, vive em um país totalmente diferente, onde os conflitos são outros, ainda que a “alma repetidora” encontre uma “singularidade naquilo que se repete” (DELEUZE, 2000, p.74).

A repetição dos modelos, que já acontecia mesmo antes de Fernando Pessoa tê-los descrito, seria, pois, mais uma maneira de manifestação da hiperidentidade portuguesa, fragmentada em suas diversas facetas, já que “a repetição não se contenta em multiplicar os exemplares sob o mesmo conceito: coloca o conceito para fora de si e faz com que ele exista em outros lugares *hic et nunc*. Ele fragmenta a própria identidade”. (DELEUZE, 2000, p.431). A partir dos conceitos de Pessoa temos personagens que, ao repetirem-se, revelam diferentes aspectos. É como se, a cada repetição, os modelos fossem reinventados a partir de si mesmos.

Se a repetição existe, ela exprime, ao mesmo tempo, uma singularidade contra o geral, uma universalidade contra o particular, um notável contra o ordinário, uma instantaneidade contra a variação, uma eternidade contra a permanência. Ela põe a lei em questão, denuncia seu carácter nominal ou geral em benefício de uma realidade mais profunda e mais artística (DELEUZE, 2000, p.44).

Nesse sentido, cabe diferenciar aqui o terceiro português descrito por Fernando Pessoa: se acreditamos que ele é parte de uma mentalidade que se foi transformando e que se encontra, ainda, em formação, chegaremos à assertiva de repetição dinâmica de Deleuze (2000, p.69). O filósofo acredita que, ainda que cada repetição seja imprescindível e traga em si uma singularidade, existem duas formas de repetição: uma horizontal, material, nua e outra vertical, desigual, espiritual, vestida. Segundo o nosso olhar, a primeira seria denotativa, sem mistérios e sem nada a desvender: como ela mostra-se é a maneira como ela é. A segunda

seria conotativa, passível de múltiplas interpretações. Assim nos diz o autor: “o primeiro é uma repetição estática, o segundo é uma repetição dinâmica. O primeiro resulta da obra, mas o segundo é a 'evolução' do gesto”. Logo, este último português, o “do futuro”, repete-se para anunciar sua própria evolução, já que está em constante transformação.

Em relação ao narrador, cabe recorrer a Lukács. De acordo com o teórico (2003, p.222), “O romance, assim, por mérito do tato irônico, é o único gênero que, ao narrar uma história, diz simultaneamente também como o faz”. Essa assertiva encontra especial identificação na obra trabalhada. O narrador desta história não é o frio narrador de *Madame Bovary*, que apenas apresenta os fatos, demiurgo, sem se envolver ou emitir opiniões. Também não é o apaixonado narrador protagonista de *Werther*, demasiado envolvido, e tampouco é o narrador-criador de *A hora da estrela*, que se envolve com a criatura sem, no entanto, poupá-la da morte. O narrador dessa trama não tem nome: o nome que o refere é apenas o seu instrumento de trabalho, a máquina de escrever, uma Remington. Anônimo, é importante porque escreve. Sabemos que é um narrador feminino: mas ela não escreve simplesmente. Ela participa do enredo, é testemunha ocular: sabe sempre de tudo, mesmo estando presa em seu quarto. “As teclas da Remington tinham-me tornado na Casa da Arara a sede da acção e do saber, como uma outra cabeça. Uma nova cabeça” (OJSL, 1995, p.20).

Sobre a história pessoal da narradora, pouco ou nada sabemos. Sabemos que é jovem e despreocupada: “afinal éramos jovens, não nos lembrávamos de nenhuma tragédia, não a víamos no horizonte, nem tínhamos nada a lamentar que não fosse recuperável” (OJSL, 1995, p.31). Também que gosta de privacidade: “apenas posso afirmar que no momento em que percebi que ali poderia permanecer semanas inteiras, sem que alguém batesse à porta nem me chamasse (...), entendi que havia encontrado alguma coisa de semelhante a um primeiro lar” (OJSL, 1995, p.7), que buscava a neutralidade: “nunca me intrometi sequer na música deles” (OJSL, 1995, p.24) e que se tornou próxima dos demais da casa: “por vezes, era como se fôssemos apenas um, com várias sombras espalhadas sobre a calçada” (OJSL, 1995, p.45). Sabemos também que ela se desvia de seu projeto inicial, o de, como Ricardo Reis, apenas vislumbrar o “espetáculo do mundo” (OJSL, 1995, p.51). Ciente de que não deveria exercer sobre eles qualquer tipo de poder manipulador: “e quem era eu para lhes escolher os desejos, avaliá-los e julgá-los?” (OJSL, 1995, p.51). Não obstante, a narradora se afirma incipiente

diante do leitor, dizendo tratar-se de um “mapa inofensivo” (OJSL, 1995, p.124) aquele mapa, às vezes chamado de esquema, “O esquema da parede não passava de um jogo de inocência” (OJSL, 1995, p.34), reafirma a narradora. Entretanto, sabemos que nesse esquema ela escreve e, mais ainda, predestina a vida de seus personagens.

Sim, o mapa fechava-se em volta, ameaçando crescer pelo corredor fora. A Remington gostava de desenvolver esses dados que figuravam sobre a tinta desbotada, em forma dum nervo, em tudo semelhante a um esquema radicular ilimitado. De facto, agora eu podia, com segurança, estender pela parede o futuro de Lanuit – Via-o da janela, para quando chegasse o Outono (...). Se tantas vezes o mapa tinha antecipado a realidade, porque não tentar ainda? “OJSL, 1995, p.366-367).

Se por um lado, a narradora escreve de modo antecipatório a respeito do destino de seus amigos - tornados personagens - ou vice-versa, por outro, ela também se justifica previamente de acusações que porventura venha a sofrer.

Mas ao contrário do que se vem dizer, eu não me imiscuí nas vidas dos hóspedes da Casa da Arara, não lhes assaltei os pensamentos, não os procurei nem para lhes sublinhar intenções nem para lhes alterar uma linha dos seus planos. Apenas achei interessante o encontro e o consenti, ao mesmo tempo que congeminava as letras dum inocente mapa cifrado a que atribuía destinos, inofensivos destinos (OJSL, 1995, p.16).

Essa acusação, que o leitor poderia fazer à narradora, João Lavinha a faz, mostrando ser uma voz externa à voz dos demais personagens. “Apontou-me ao peito o indicador como se fosse uma espingarda. <<Afinal, é você que os mata>>” (1995, p.344).

A vida de João Lavinha só nos é apresentada a partir do momento em que ele está na Casa. Diferentemente dos demais, e assim como a faxineira, ele não é um personagem digno de ser retratado pelas teclas da Remington. Por isso, pode perceber a teia se armando.

A forma de linguagem artística, criada pela Remington, cria um microcosmo dentro do microcosmo. A Casa da Arara, por si só, já se configura como uma representação do mundo exterior, um mundo dentro do outro. Da mesma forma, as batidas na Remington são

responsáveis pela criação de um novo mundo, antecipatório àquele, uma prolepse inserida num metamundo. Mas esse não é um privilégio exclusivo da narradora. Ao utilizar a linguagem artística do cinema para a criação de um filme sobre a morte do *Static Man*, Falcão viabiliza esse acontecimento. Afinal, segundo o próprio, “A vida estava inventada” (OJSL, 1995, p.59). É Zeus deixando Prometeu agir por conta própria, apesar de prever os riscos: “Escrevi sobre as teclas da Remington. E nesse aspecto o que se diz é verdade – Incitei à permanência de Falcão. Tudo me dizia que Falcão devia ficar como observador inocente” (OJSL, 1995, p.64).

Falcão propõe, em seu filme, uma carnavalização³⁸: mostrará, em linguagem cinematográfica, uma prolepse do que aconteceria na própria narrativa.

É a história dum performer estático que não consegue bater as quinze horas, mas uma mulher incita-o, e ele não só as bate, como as ultrapassa.
E no fim? – perguntou ela.
Lerpa, cai lá de cima, por não agüentar mais a lerpa, por causa dela. É um assassinio branco (OJSL, 1995, p.353).

Ao retratar a história de um *Static Man*, jovem atormentado pela parceira, que o torna um obcecado pela idéia de bater o próprio recorde imobilizando-se por horas a fio, Falcão consegue sua mais perfeita realização: filma a vida, o desastre em tempo real. “Ele [o carnaval] se situa nas fronteiras entre a arte e a vida. Na realidade, é a própria vida apresentada com os elementos característicos da representação” (BAKHTIN, 1996, p.6).

O rapaz assestou a *Arriflex*, tomou um grande plano, um plano próximo, fez a câmara mover o seu zoom, iniciou uma panorâmica que fazia correr fachadas das casas pombalinas, e quando regressou ao corpo do *performer*, alguma coisa oscilava bastante sob a roupa. Correu adiante. O rosto estava curvado. Não demorou dois segundos que o corpo do *performer* não estivesse estendido no pavimento. Mas depois, quando foi revelado, esses segundos iriam ser decompostos em mil tempos – Iriam durar uma grande eternidade. Não era isso agora que importava – Falcão achou belíssimo o que via, e continuou a captar imagens, atrás de imagens, pois Leonardo, quando chegou ao chão, deu um solavanco rápido e virou o corpo na direcção das janelas. Só que, de repente, não se movia mais (OJSL, 1995, p.374).

38 “Em resumo, durante o carnaval é a própria vida que representa, e por um certo tempo o jogo se transforma em vida real. Essa é a natureza específica do carnaval, seu modo particular de existência” (BAKHTIN, 1996, p.7).

Falcão seria “cúmplice” da narradora neste perigoso jogo de adivinhações? É ele o seu espelho, seu duplo, seu alter ego, sua dupla identidade? Ele então seria a mão que executa através da linguagem cinematográfica o que ela transmite através da *Remigton*? De que maneira se relacionam estes dois personagens e como alternam seu jogo narrativo?

Ambos estão munidos de sua “arma” narrativa: de um lado, temos a narradora com sua *Remigton*; de outro, temos o cinegrafista com a *Arriflex*. Ambos socializam menos do que os demais personagens, alheiam-se mais; é como se procurassem não se envolverem demasiado para não influenciar no destino dos personagens. O alheamento da narradora é mais físico: ela fala pouco, convive quase nada com os demais personagens. No entanto, seu envolvimento emocional é evidente. Ela pensa-os, mapeia-os, transforma e redireciona seus caminhos. Falcão, por sua vez, convive com o grupo, ainda que se projete em um âmbito diferente. Ele vê seu trabalho cinematográfico como algo superior à ocupação dos demais e não participa do “culto” ao estátua. Por desejar Paulina e por presenciar todas as atenções recebidas por Leonardo, ele inveja-o, hostiliza-o, e termina por “matá-lo”. “«Repelente! Para mim, uma pessoa imóvel, que não age, não responde e não fala, nem chega a ser um morto em pé»” (OJSL, 1995, p.59).

Podemos ver a morte do estátua como uma fatalidade, obra do acaso ou do destino. Um menino jovem, que possivelmente sofreu algum mal súbito ou ataque cardíaco impossível de ser previamente diagnosticado. Algo banal, corrente, uma morte estúpida e sem explicações na vida igualmente estúpida e sem explicações do personagem. Sua morte, neste caso, seria uma mera alegoria do próprio vazio que regia sua vida. Vida sem propósito, morte sem propósito. Sintomático dessa nova geração e muito significativo se formos diferenciá-la, por este fato, da anterior, em que as mortes – dos resistentes ao regime – significavam um ato heróico, de mártires conscientes de seu papel na História. Aqui, não há objetivos, não há afirmação histórica, e sofre-se tão pouco que se busca alternativas de sofrimento voluntário. O esvaziamento do excesso de causas apaixonadas na ditadura trouxe a escassez de sentido de vida e de morte. Ironicamente, essa morte ocorreu em pleno Terreiro do Paço, diante da estátua de D. José, como uma alegoria da estagnação do país. “Uma vez, Leonardo poderia ficar assim, para sempre, para sempre, duro, inteiro, com a língua entalada nos dentes. Para sempre” (OJSL, 1995, p.71). Também ironicamente, ele morre justamente antes de completar

a sua 34ª jornada (OJSL, 1995, p.370), assim como Cristo não conseguiu completar 34 anos. Leozinho, o anti-mártir, o espelho invertido do herói.

A mulher fera da ficção, segundo Gamito, a certa altura, percebendo que esse outro homem estátua estaria disposto a ir até o fim dos seus limites, empunhava um cartaz diante dos jornalistas, onde se dizia *Ecce Homo*. Paulina desenrolou o cartaz para Leozinho ver.

Mas Leonardo levantou-se do chão. A sua ira reacendia-se contra os seus colegas - «Pois que é isto, boys? De que se trata? Essa coisa aí não significa a morte do Cristo? Que raio de coisa é essa? Shit! shit de merda» (OJSL, 1995, p.361).

A representação da morte do estátua como a morte de Jesus é uma referência a mais à inutilidade desta morte. Enquanto este teria morrido para salvar a humanidade, segundo a *Bíblia*, aquele morreu por nada e por ninguém.

Também podemos ver seu óbito como um suicídio. A morte, para Leonardo, seria a maneira de alcançar a perfeição eterna da imobilidade. Morrer seria o ápice de seu sacrifício voluntário sem causa nenhuma. O anti-mártir. “O Nada que é Tudo”. Lídia Jorge, na entrevista do dia 16 de novembro de 2010, diz-nos “como várias vezes disse, esses jovens são heróis sem pátria e mártires sem fé”.

A morte faria com que os pássaros fizessem nele o que fazem nas estátuas. A morte o libertaria do livro dos recordes, da opressão dos pais e mesmo da necessidade de subjetivar-se. A morte, por si só, representaria uma subjetivação.

Se este tiver sido o seu objetivo, ele pode ter incorrido em uma falácia. Explica-se: se Portugal for mesmo, como Unamuno (2010) acredita, uma terra de suicidas³⁹, a morte de Leonardo serviria para reafirmar uma identidade coletiva em detrimento da sua. Sua morte, nesse caso, ao invés de individualizá-lo atuaria ao revés: apenas confirmaria uma coletividade.

Segundo José Brandão⁴⁰ (2010):

39 O autor cita, entre outros, os exemplos de Soares dos Reis, de Camilo Castelo Branco, de Mouzinho de Albuquerque e de Antero de Quental para justificar sua hipótese.

40 Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/200645.html>
Acessado em 2 de dezembro de 2010.

Manuel Laranjeira haveria de se suicidar (...). Seria o último de uma lista aterradora de suicidas que começa em 1876 com José Fontana e que continua com o médico Francisco da Cruz Sobral, em 1888, com o escultor Soares dos Reis, em 1889, Camilo Castelo Branco, Júlio César Machado e o sertanejo Silva Porto em 1890, Antero de Quental, em 1891, o militante operário Luís de Carvalho, em 1893, o escritor operário Henrique Verdial, em 1900, Mouzinho de Albuquerque, em 1902, o escritor e jurista Trindade Coelho e o jornalista Alberto Costa, o «PadZé», em 1908, o almirante Cândido dos Reis, membro da Carbonária Portuguesa, em 1910, Guedes Quinhones, velho militante socialista e jornalista operário, em 1911. E, depois de Manuel Laranjeira, em 1912, suicida-se o poeta Mário de Sá-Carneiro, em 1916, e Florbela Espanca, em 1930.

Portugal é um desespero trágico que aflige os melhores filhos do seu possível orgulho nacional. Alexandre Herculano exclamara: «isto dá vontade da gente morrer!». Rodrigo da Fonseca murmurara: «nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos é triste»? E no final de um soneto António Nobre apregoa: «Amigos, que desgraça nascer em Portugal! [...] Todos nós falhamos... Nada nos resta. Somos uns perdidos. Choremos, abracemo-nos, unidos! Que fazer? Porque não nos suicidamos?»

Entretanto, se o suicídio aconteceu, essa referência identitária coletiva já não existe desde Salazar e não pode ser recuperada: sua morte, então, teria o mesmo valor e o mesmo propósito que tiveram suas constantes e exaustivas imobilizações: nenhum.

Uma terceira hipótese é a de que Falcão tenha causado a morte de Leonardo. Afinal, é notório que ele o invejava – ah, a inveja, “defeito pátrio” que Teixeira de Pascoaes (1978, p.123) já havia observado e que o salazarismo só fez ressaltar. “Compreende-se assim que o 25 de Abril tenha aberto uma panela de pressão de invejas e ressentimentos subitamente prontos a cultivar-se e aplicar-se sem entraves” (GIL, 2008, p.82). Enciumado por causa de Paulina, invejoso da atenção – que beirava à idolatria – dispensada ao estátua, visto como um grande artista, quando o cineasta é quem sentia-se realizando algo realmente importante, este “assassinato” culminaria proporcionando-lhe dois de seus maiores anseios: realizar uma filmagem “real” e livrar-se do adversário. O cinema-reportagem norteia a concepção de arte de Falcão. Com seus filmes, ele pretendia valorizar o uso de imagens brutas, sem o artificialismo artístico: ele acredita no filme ao vivo, capaz de colher a arte da crueza real da vida. Ao filmar sobre assassinos em série e, posteriormente, resolver fazer um filme sobre a morte - antevista - de Leonardo, Falcão acreditava estar criando um conceito vanguarda de arte, tão (im)perfeita quanto a própria vida. E, ao filmar a morte de Leonardo em tempo real, estava fazendo o filme da sua vida como cineasta.

O rosto estava curvado. Não demorou dois segundos para que o corpo do performer não estivesse estendido no pavimento. Mas depois, quando foi revelado, esses dois segundos iriam ser decompostos em mil tempos – Iriam durar uma grande eternidade. Não era isso agora que importava – Falcão achou bellissimo o que via, e continuou a captar imagens, atrás de imagens, pois Leonardo, quando chegou ao chão, deu um solavanco rápido e virou o corpo na direcção das janelas. Só que, de repente, não se movia mais (OJSL, 1995, p.374).

Ao reproduzir uma tomada idêntica à vida real, Falcão estaria rompendo o limite entre ficção e realidade? Estaria cometendo o mesmo erro do personagem do conto de Edgar Allan Poe, “O retrato oval”⁴¹, no qual o pintor retrata tão verdadeiramente a beleza de sua amada em uma tela que ela acaba por definhar e morrer?

Mas ele, o pintor, glorificava-se com sua obra, que continuava hora após hora, dia após dia (...) de maneira que não *queria* ver que a luz espectral que caía naquele torreão isolado debilitava a saúde e a vivacidade de sua esposa, que definhava visivelmente para todos, exceto para ele (...), aquela que a cada dia ficava mais desalentada e fraca. E, em verdade, alguns que viram o retrato falaram, em voz baixa, de sua semelhança como de uma poderosa maravilha, e uma prova não só da força do pintor como de seu profundo amor pela qual ele pintava tão insuperavelmente bem. Finalmente, como o trabalho se aproximava de sua conclusão, ninguém mais foi admitido no torreão, pois o pintor enlouquecera com o ardor de sua obra, raramente desviando os olhos da tela, mesmo para olhar o rosto de sua esposa. Não *queria* ver que as tintas que espalhava na tela eram tiradas das faces da que posava junto a ele. E quando muitas semanas nocivas se passaram e pouco restava a fazer, salvo uma pincelada na boca e um tom nos olhos, o espírito da dama novamente bruxuleou como a chama no bocal da lâmpada. Então, a pincelada foi dada e o tom aplicado, e, por um momento, o pintor se deteve extasiado diante da obra em que trabalhara. Porém, em seguida, enquanto ainda a contemplava, ficou trêmulo, muito pálido e espantado, exclamando em voz alta: ‘Isto é de fato a própria *Vida!*’ Voltou-se repentinamente para olhar sua amada: – *Estava morta!*’

A arte, tentando ser igual à vida, sobrepõe-se a ela, torna-se maior do que ela. Uma *mímeses* tão perfeita que ultrapassa os limites da imitação e torna-se real. Em outro caso notório Dorian Gray vê-se transformado num ser de beleza imutável enquanto o quadro que o representa vai envelhecendo.

41 Disponível em: <http://www.arquivors.com/eapoe1.htm>.
Acessado em 13/01/2011.

Entrou tranquilamente, fechando a porta atrás de si, como costumava fazê-lo, e puxou a cortina de púrpura que encobria o retrato...Um grito de horror e indignação escapou-lhe dos lábios...A não ser um novo brilho de astúcia nos olhos e um aumento das rugas da hipocrisia na boca, nenhuma transfiguração existia. A figura ainda estava mais abominável do que antes; a nódoa escarlate que cobria a mão parecia ainda mais viva...(WILDE, 2009, p.249).

Tanto a narrativa filmica quanto a “expressão artística” de Leonardo tinham o mesmo objeto de representação: a morte. Se Falcão passava dias atrás de homicídios com a finalidade de expô-los em sua *Arriflex*, também o estátua passava horas intermináveis completamente imóvel como se já fora um cadáver.

Tu falas como ninguém sobre o grande e único assunto da Arte. O definitivo, o essencial, o obsidiante tema. Tu tratas de forma singular o único tema que a tudo e todos interessa. Isto é, o teu tema, como o meu tema, é a quietude completa. Sintote, por isso, um ser genial. Em pé, sobre uma caixa, querendo ultrapassar o movimento, estás tratando o tema da morte como único e grande sujeito (OJSL, 1995, p.305).

Faz sentido, afinal, se considerarmos a arte como o fez Aristóteles, como uma *mímeses* da vida, não há nada mais natural na existência humana do que a morte. A imitação da morte que resulta na morte em si representa a vitória da arte sobre a vida. Também a vitória da arte de Falcão contra a “expressão artística” de Leonardo. A vitória de um homem contra o outro. Falcão, como o nome sugere, “indica uma superioridade ou uma vitória, quer adquiridas ou quer em vias de ser adquiridas” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.417). Também por isto, podemos dizer que neste momento ele superou a narradora, não sendo um mero “cúmplice” e sim uma espécie de co-autor, já que a parte mais importante da trama – a morte do protagonista – foi planejada e filmada por ele. “De modo mais geral, é a vitória do princípio másculo, diurno e solar sobre o princípio feminino, noturno e lunar” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.417). Entretanto, a imagem da morte presta-se a múltiplas interpretações: podemos, também, entender o desfecho da cena como uma armadilha da narradora, que permite que a situação aconteça porque sabe o que vai acontecer.

Seria uma maneira de dividir ou mesmo transferir sua culpa, o que já acontece em outras vezes, em que os personagens são culpados, se não de assassinato, ao menos de omissão. Nesta leitura, o Falcão teria sido apenas um marionete, um instrumento nas mãos da narradora, que sempre teria tido mais poder do que demonstrara. “O esquema da parede crescia. Porque não haveria de crescer?” (OJSL, 1995, p.94).

Durante a trama, a narradora nos fornece pistas do que vai acontecer, sem no entanto confirmá-las. No seu jogo com o leitor, afirma-se inocente e ignorante, mas presente o tempo inteiro o que está por vir, agindo por vezes de maneira dissimulada. É assim quando antecipa a morte de Osvaldo:

Sim, é verdade, a sigla de Osvaldo ficou suspensa no esquema da parede, na noite da nona jornada. Pequeno jogo nocturno. Mas o seu percurso tanto poderia permanecer suspenso como ter continuado. O olhar de Al Pacino poderia ter regressado sobraçando a sua carga. Repito – ao contrário do que consta agora, a suspensão aconteceu meramente por acaso (OJSL, 1995, p.80).

Podemos perceber, então, que a narradora exerce um poder sobre os outros personagens. Segundo FOUCAULT (1989, p.176):

Por um lado, os mecanismos de poder seriam do tipo repressivo, idéia que chamarei por comodidade de hipótese de Reich; por outro lado, a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças, idéia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de Nietzsche.

O poder exercido na trama é o repressivo, mas é sem que os oprimidos o saibam. Como a narradora interage com os demais, não permite que eles dêem-se conta do poder que detém sobre eles - com exceção de João Lavinha, que por chegar depois e por não ter convivido com a narradora, é o único que percebe o que está acontecendo⁴².

É factível que, algumas vezes, os personagens sentem suas ações “controladas”, seja por outros personagens ou mesmo por algo que não são capazes de definir. “Tudo isto por causa de vocês quererem pensar a minha vida em vez de mim” (OJSL, 1995, p.342), diz Leonardo a seus companheiros. Lanuit, seu antagonista, também sente-se manipulado: “Ou

42 OJSL, 1995, p.344.

perdi completamente o controlo da minha vida ou alguém a está sonhando por mim” (OJSL, 1995, p.333). O confronto que embasa o poder dessa personagem – o livre arbítrio dos personagens x o poder antecipatório da Remington – faz com que a narradora se questione, muitas vezes, sobre a sua própria responsabilidade diante dos acontecimentos.

Mas não corresponde à verdade o que se diz – Eu não preparava a perdição de ninguém (...). Por outro lado, também não me cabia dizer a ninguém – Não sintas, não ajas, não partas. Ou não durmas, não acordes, não te lembres que tomaste a *Refeição da Diva*. O meu papel era branco como o duma fina mortalha, não pesava, não ocupava espaço nas suas vidas, e eles sabiam-no (OJSL, 1995, p.170).

Ao posicionar-se como mera transmissora dos fatos, a narradora não se omite do seu poder sobre a vida e a morte de seus personagens, como vimos no excerto acima, em que compara o seu papel ao de uma mortalha. No entanto, ela acredita que não deve agir para alertar os personagens sobre o fim que antevê no seu esquema. Ao refletir sobre a apresentação de Leonardo, que sabia ser a última, ela questiona-se acerca de uma possível intervenção de sua parte:

Que mal havia então a trigésima quarta jornada de Leonardo? Porque deveria eu ter avisado? Quem era eu para dizer não contes os passos, não estendas a manta, não beijos o punho, não subas ao plinto? – Tudo se afigurava claro como água. Havia um atleta a querer treinar, havia um grupo procurando filmar o atleta. Havia uma rapariga que se preocupava por que um atleta, perdulário do seu sucesso, deixasse que seus amigos fizessem do seu espectáculo alguma coisa de útil e exemplar, esteticamente aproveitável para a posteridade. Poder-se-ia imaginar combinação de idéias mais generosas? (OJSL, 1995, p.370).

Ao se creditar inocência, “limitei-me a assistir para conhecer. Não sou culpada” (OJSL, 1995, p.375), a narradora tem a seu favor a personificação da Remington, a quem não consegue controlar:

E como terei a certeza de que o segredo ficava enterrado na engrenagem da Remington, como dentro de si mesma, como se guardada no fundo do seu próprio corpo ainda pesado? Ainda imenso? – Susana Marina poderia estar segura, as teclas batendo sobre o cilindro, clap, clap, devolviam ao papel o sonho dela sob a forma de uma outra pessoa. Entretanto, é verdade que o esquema da parede corria, saltava, estendia cada vez mais seus braços bifurcados (OJSL, 1995, p.148).

Além da narradora, outro elemento manifesta poder sobre um personagem. É a Casa de Arara que, se para a maior parte dos personagens representa liberdade e autonomia fora da casa dos pais, para a personagem Julieta Lanuit representa opressão e asfixia. “Ela andava, andava, com aquele ticotico sobre a pedra, e a impressão que se tinha era de quanto mais se afastava, mais permanecia no interior da Casa da Arara” (OJSL, 1995, p.109).

Aquela casa devoluta, onde enterrava a sua vida para que não faltasse o essencial à família, parecia ter ficado de pé, na Tabaqueira, não para a salvar mas para a oprimir. Que mal tinha ela feito para ser oprimida? Felizmente, porém, a alugada de quartos possuía, sob os cabelos ruivo nogal, bastante imaginação. E era a imaginação que a salvava (OJSL, 1995, p.92).

A Casa da Arara, que ela mantém como pensão para sobreviver, é um estorvo na vida da perturbada Juju: é nítida a indiferença da anfitriã para com os hóspedes, a ponto de não zelar nem pela limpeza do local. “Todos os dias, uma espécie de servente, movida por uma tensão extraordinária, trazia um balde e espalhava água e pó nos locais críticos, e desaparecia mais rápida do que a própria descarga” (OJSL, 1995, p.8). Isolada em seu pavimento térreo, onde mora com seu marido e filhos, ignora tudo o que se passa na Casa. Seu único contato na Casa é com a narradora, com quem fala pouco e que a vê com certo desprezo. “Era uma figura estranha – Movia-se sobre sapatos de tacão alto, a qualquer hora do dia e da noite, parecendo aguardar constantemente uma visita rara” (OJSL, 1995, p.9).

Cabe aqui ressaltar a importância simbólica da Casa na obra. Segundo BACHELARD (1965, p.36): "a casa é o nosso lugar no mundo. É - diz-se com frequência - nosso primeiro universo. É realmente um cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo". Todos nós habitamos em várias "casas"⁴³ durante nossa vida. A primeira de todos é o útero, que se constitui o nosso primeiro microcosmos. Lá, somos alimentados e protegidos dos dissabores externos. Durante nossa trajetória de vida, muitas vezes recorremos à imagem da casa como um refúgio seguro, continuando um processo interno que começou quando éramos um feto. De acordo com Bachelard (1965, p.183), “um cantinho especial na nossa casa é um

43 "Todo espaço realmente habitado leva como essência a noção de casa" (BACHELARD, 1965, p.37).

refúgio que nos assegura o primeiro valor do ser antes de seu nascimento: a imobilidade. É o local seguro, o local próximo da minha imobilidade. É uma espécie de semicaixa, metade muros, metade porta”.

Passamos do útero ao berço. "Antes de ser lançado ao mundo (...), o homem é depositado no berço de uma casa. E, sempre em nossos sonhos, a casa é um grande berço" (BACHELARD, 1965, p.39). Temos, portanto, a casa como componente intrínseco do nosso imaginário, que nos acompanha desde o nascimento e continua em nossa trajetória de vida. Em geral, depois de adultos, associamos nosso imaginário de lar à ideia de alguma casa na qual habitamos em um momento idílico da nossa vida, normalmente a infância. No entanto, pensar a casa já é transformá-la em outra, que cabe no nosso mundo das ideias – usando um termo de Platão. Ou seja, o imaginado não corresponde nem ao passado nem ao presente, é fruto de uma resignificação feita pela nossa imagética. Corrobora o autor: "Existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de recordações e sonhos, perdida na sombra, além do passado verdadeiro" (BACHELARD, 1965, p.49).

Na narrativa estudada, a Casa não nos parece, nem de longe, um lugar idílico e acolhedor. Descrita sem nenhum atrativo, como “um edifício com dois séculos e um revestimento de azulejos que atestava viagens feitas pelo mundo”, cheio de manchas azuis e com largos espaços “donde os azulejos tinham sido retirados ou simplesmente varridos como cacos”, com árvores mutiladas – ou sem copa ou sem pé. “De resto, os tectos mostraram os caixões quadrangulares rendilhados pelo bicho, e os lambris de madeira permaneciam assinalados pelas marcas dos antigos pregos e suas fendas” (OJSL, 1995, p.16-17). Ainda assim, é o lugar escolhido pelos personagens.

Na obra de Lídia Jorge, a Casa da Arara não pode ser entendida uma projeção da casa da infância, já que lá, os personagens estão desapegados de quaisquer sentimentalismos. Apesar disso, utilizam o ambiente como meio de proteger-se do mundo externo, e nisso recuperam a ideia original de conforto e segurança que esse ambiente sempre proporcionou. Mais do que isso, a casa funciona como uma fuga. "A casa não conhece os dramas do universo" (BACHELARD, 1965, p.62). Nesse sentido, o autor francês afirma:

Veremos a imaginação construir 'muros' com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção - ou, pelo contrário, tremer atrás de uns muros grossos e duvidar das mais sólidas torres. Resumindo, na mais interminável das dialéticas, o ser amparado sensibiliza os limites de sua morada. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, com seus pensamentos e sonhos (BACHELARD, 1965, p.37).

Para os jovens moradores da Casa, o espaço que habitam também significa liberdade. Afinal, todos saíram da casa dos seus pais para estarem lá. Trocar de ambiente permitiu aos personagens uma autoafirmação que na casa paterna não poderiam ter. "A casa não tem raízes" (BACHELARD, 1965, p.62). Assim, eles poderiam alienar-se da família - ao menos do contato familiar, já que a dependência financeira ainda existe -, sem perderem a proteção da Casa. Dentro dela, Paulina, Leonardo, Gamito, Osvaldo e Falcão isolam-se do mundo e traçam seus planos mesquinhos de futuro: Paulina está obcecada pelo recorde mundial de Leonardo, este realiza suas performances sem pensar, Falcão pensa em seu filme e os demais são meros espectadores dessa história, limitando-se a auxiliar os companheiros em seus projetos.

Vale dizer que ainda que não existam muitos objetivos de vida por parte dos personagens, suas ações são minuciosamente planejadas. O desenrolar das sequências da narrativa é antecipado nos quartos da Casa da Arara, senão pelos personagens, pelo próprio narrador. Dessa maneira, a Casa é um lugar onde esses jovens se permitem arquitetar suas vida...ou ao menos pensar que o fazem. Também é um lugar onde se escapa da realidade. "Em muitos aspectos, a casa se nega à vida, restringe a vida, oculta a vida. A casa é então uma negação do universo" (BACHELARD, 1965, p.182).

O autor francês (1965, p.277) fala de dois tipos de medo associados à simbologia da casa, os quais podemos relacionar aos jovens da Casa de Arara: claustrofobia e agorafobia, que são, respectivamente, o medo de espaços fechados e o medo de espaços ao ar livre. Na obra, percebemos o medo de se expor ao mundo dos personagens, representado pela negação do mundo externo como algo real – por exemplo, negar suas responsabilidades perante esse mundo, relegando-as aos pais dos jovens.

Segundo SILVEIRA (1999, p.32), “a casa é uma construção discursiva que pensa o modo português de fixação na terra natal”. Dessa forma, podemos ratificar o microcosmo da

Casa de Arara como uma reprodução da capital portuguesa. Ainda segundo o mesmo autor (1999, p.13), a ideia de casa, de acordo com o imaginário português expansionista, estava sempre na eterna partida de si mesma. Ou seja, o período das grandes navegações seria uma forma de ampliar a casa, conquistando novos espaços ultramarinos. Fornos (2006, p.64) diz-nos ainda que tal “casa” informa múltiplos sinais para a compreensão das subjetividades e identidades em jogo. Igualmente são registros fotográficos exemplares da historiografia social e política do País.

Se vale compará-la com Portugal, cabe salientar a sua incompletude: afinal, a obra, publicada em 1995, retrata a geração de 80, época em que a “casa” já tinha perdido parte de seus domínios com a independência de ex-colônias em 1975. Ou seja, a perda das colônias significa, para Portugal, uma perda de parte da casa (SILVEIRA, 1999, p.32). Após o 25 de Abril e de todas as políticas adotadas a fim de assegurar a independência às ex-colônias, os portugueses viram-se forçados a contentar-se com a “casa” original, com seu próprio restrito território fixado à beira-mar. “Como a cidade, como o templo, a casa está no centro do mundo, ela é a imagem do universo” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p.196).

A “casa”, que um dia teve seus domínios estendidos muito além de seu espaço base, atualmente, além de ter de conformar-se com sua própria pequenez, ainda vê-se, atualmente, ocupada pelos nativos de suas antigas “dependências”. Há, aqui, desde os africanos assimilados, que vieram estudar – em tempos salazaristas, até brasileiros e africanos⁴⁴ nas mais variadas profissões assalariadas. A população, em Portugal, aumentou consideravelmente devido a isso.

As primeiras vagas destes imigrantes, provenientes das antigas colônias portuguesas, chegaram no início dos anos 70, quando rareou no país a mão-de-obra na construção civil. Tratou-se de uma imigração promovida pelo próprio estado português, para compensar as faltas de mão-de-obra em resultado da emigração. Após o 25 de Abril o número destes imigrantes foi aumentando, sobretudo na década de oitenta quando se tornaram num dos alvos das redes de trabalho ilegal, nomeadamente para abastecerem à construção civil. A principal comunidade é a cabo verdeana, cujo crescimento não tem parado de aumentar. Em 1980 residiam em Portugal 21.022 cabo verdeanos, em 2000 eram cerca de 47.200 atingindo em 2003 os 69 mil imigrantes legalizados.

44 A fim de exemplificar melhor nosso estudo, apenas nos determos nos imigrantes oriundos das ex-colônias, em especial Brasil e países da África. Não falaremos de outros fluxos migratórios que o país tem sofrido, como, por exemplo, do Leste Europeu e da China.

O total de imigrantes africanos, com a situação legalizada, ascidia em finais de 2002 a mais de 120 mil pessoas, na sua maior parte provenientes dos PALOP's (116 mil).

(...) Residentes estrangeiros de países africanos (países lusófonos): Cabo Verde-53.289; Angola-25.972; Guiné-Bissau-19.612; S. Tomé e Príncipe-7.199; Moçambique-5.008 (Dados de 18/2/2002). O número de imigrantes ilegais será provavelmente o dobro (...)

Residentes estrangeiros provenientes do Brasil:48.691 (dados de 18/2/2002). O número real de brasileiros a residir em Portugal, em meados de 2004, calculava-se que fosse superior a 100 mil pessoas⁴⁵.

Este fluxo imigratório, voluntária (nos anos 70) e involuntariamente (pela política salazarista portuguesa de não agregar o colonizado à metrópole) causado por Portugal, no entanto, não foi facilmente digerido ainda. Segundo Carlos Fontes⁴⁶

Os europeus receberam milhões de imigrantes provenientes das antigas colónias. Toleraram hábitos e costumes, muitas vezes contrários aos seus valores. Faziam-no porque não se sentiam capazes de impor nada a outros. O respeito pelas diferenças, denominado multiculturalismo, era a única atitude possível quando não se quer assumir nenhuma posição. Cada um continuaria com as suas tradições, vivendo nos seus espaços próprios, limitando-se os poderes públicos a manter esta frágil convivência de culturas.

O fato de os portugueses conviverem, até certo ponto, pacificamente com seus antigos colonizados não significa que estivessem aceitando bem as diferenças. Segundo o mesmo autor, a miscigenação cultural, e não o multiculturalismo, seria a solução adequada para minimizar os conflitos étnico culturais existentes. Isto é, não basta aceitar as diferenças, o ideal é mesclar-se a elas. Inocêncio Mata, em seu artigo “A negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade”, no livro *Portugal não é um país pequeno* (2010, p.299), aponta que “Portugal, cuja história se fez no mar e aí forjou a sua identidade, não poderia ficar imune à intensificação dos fluxos imigratórios e culturais daí decorrentes nem aos corolários da globalização da economia”.

O mesmo autor (2010, p.288) diz-nos que é mister discutir, a partir da problemática da identidade portuguesa, a negociação das variantes etnoculturais que hoje compõem a

45 Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2.html>
Acesso em 10/01/2011.

46 Disponível em: <http://confrontos.no.sapo.pt/page9c.html>
Acesso em 10/01/2011.

“paisagem humana do Portugal pós-colonial”. Importa, pois, tentar encontrar um modo de conciliar a alteridade existente principalmente a partir da Independência das ex-colônias portuguesas na década de 70, já que, apesar da contribuição africana à cultura portuguesa de um modo geral - com comidas, tradições e costumes⁴⁷ - ainda os africanos sejam desvalorizados pelos portugueses. De acordo com Mata (2010, p.289), “nesse processo de enriquecimento da cultura portuguesa nem sempre são entendidos e valorizados os sujeitos portadores dos sinais culturais dessa celebrada contribuição, que têm sido omitidos do 'grande relato da nação' portuguesa”.

Ao aceitar a influência como positiva mas negar os “autores”, ratifica-se o que José Gil relata em seu livro *Em busca da identidade: O desnorte* (2009, p.19), quando fala das influências estrangeiras – nesse caso refere-se especificamente à americana: “Por isso importamos modelos estrangeiros – não para nos transformarmos, mas para os absorver, territorializando-os”. Podemos aplicar esta ideia ao convívio do português com o africano: ele reconhece o que existe de bom na cultura do “outro”, aproveita e valoriza o que acredita que possa ser desfrutado. No entanto, não vê aí um agente cultural, um ou mais países cuja cultura mescle-se com a sua. Antropofagicamente, seguindo o conceito de Oswald de Andrade, “come” a influência que o beneficia e “mata” seu causador, absorvendo-a e desterritorializando-a. Se esta capacidade antropofágica acontecesse em um nível mais elevado, proporcionaria a já citada miscigenação cultural, pois a absorção dar-se-ia bilateralmente. No entanto, como Portugal apropria-se sem compartilhar, não há a devida interação. “Trinta anos depois do desmantelamento político do império colonial português, o discurso da nação (...) continua a textualizar os africanos aqui residentes como *os outros*” (MATA, 2010, p.289).

Citamos como exemplo o conhecido episódio ocorrido no dia 10 de junho de 2005 na praia de Carcavelos, em Portugal. Segundo a imprensa local, este teria sido o primeiro “arrastão⁴⁸” da história do país, contando com a participação de 400(!) a 500(!) delinquentes, em sua maioria negros. Chama a atenção o fator de discriminação racial implícito, que nos

47 Basta ver, por exemplo, a miscigenação aplicada à culinária: nas padarias portuguesas, doces de origem africana e árabe têm muita saída. Também a música africana é muito apreciada: na capital portuguesa, há uma grande variedade de casas noturnas com ênfase em ritmos africanos.

48 Termo que, infelizmente, foi criado no Brasil. Refere-se a um crime de roubo coletivo praticado por um grupo de pessoas.

parece ainda maior do que o preconceito aos imigrantes. Diz-nos Mata (2010, p.294) que, “quando se fala em 'africano' em Portugal pensa-se menos no indivíduo nascido em África (negro, branco, indiano ...) e mais no indivíduo de raça negra”.

O fato, ocorrido no chamado Dia de Portugal ou de Camões, repercutiu muito negativamente nos meios de comunicação. Viram-se intenções terroristas e políticas no suposto ataque, discutiram-se medidas imigratórias mais estritas, enfim. O que aconteceu exatamente não podemos afirmar, mas sabemos que a história não ocorreu da maneira como foi contada. Há várias versões⁴⁹ – todas posteriores às divulgações exageradas e com o mínimo destaque midiático, evidentemente. Uma delas diz-nos que o tal arrastão de 500 pessoas, na verdade, teria sido praticado por um grupo de dezenas de pessoas, ou seja, muito menor do que o anteriormente divulgado; outra relata que o que houve, na verdade, foi uma briga entre dois grupos, que acabou assustando os banhistas. A mais corrente é a de que, o referido arrastão, não foi nada mais do que um grupo de jovens negros, em seu primeiro dia de férias escolares, denunciados por preconceito à polícia e que corriam por estarem sendo perseguidos.

Pouco mais de uma semana após o tumulto, o responsável pela área de Imigração e Minorias Étnicas, Vaz Pinto – tentou minimizar o assunto - ainda que tenha expressado-se de maneira dúbia -, e declarou ao “Correio da Manhã” (2005): “Segundo as últimas informações, não houve qualquer arrastão. O dia coincidiu com o final das aulas e verificou-se um aumento anormal do número de jovens de raça negra no areal. Gerou-se o pânico e a confusão (...). O problema não é a cor da pele, mas de exclusão social”.

O episódio, por si só, já parecia surreal: 500 “imigrantes de segunda geração⁵⁰”, de uma só vez, assaltando pessoas na mesma praia. Ou seja, ainda que parecesse um absurdo, mesmo que não tivesse havido provas além de um vídeo onde aparecem negros correndo...acreditou-se no que se quis acreditar. Obviamente que este é um episódio isolado, porém sintomático: serve para ilustrar o conflito imigratório e as dificuldades – ainda que em

49 Disponível em: <http://homomigratius.blogspot.com/2006/06/o-pseudo-arrasto-de-carcavelos-uma.html>

50 Termo comumente usado para designar os filhos dos imigrantes nascidos em Portugal, à exemplo do estatuto de “brancos de segunda classe”, a saber, filhos de portugueses nascidos em Angola. Um artigo interessante sobre o tema pode ser encontrado em: http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/no_coracao_do_soweto.

nível subjacente - de convivência entre portugueses e africanos. Um estudo realizado pelo Instituto Universitário de Lisboa⁵¹ apenas três meses antes do ocorrido aponta que:

Os portugueses preferem os brasileiros para conviver, elegem os imigrantes de Leste para trabalhar, mas dificilmente escolhem relacionar-se, seja em que condição for, com os africanos (...).

De acordo com os autores, da Universidade Católica, os africanos são os menos "competentes e cumpridores", os menos "educados" e os menos "sérios" de entre as três comunidades mais representadas em Portugal.

São ainda, na perspectiva dos portugueses, o grupo mais associado à criminalidade e à violência, verificando-se uma colagem crescente ao tráfico de droga, em particular.

Somados os vários indicadores, resulta claro que os africanos representam a comunidade com a pior imagem de entre os maiores grupos de imigrantes, um sentimento tanto mais preocupante quanto são também eles os que têm menor qualificação e auferem salários mais baixos.

Já existia, portanto, uma predisposição negativa em relação aos luso-africanos, vistos como pouco confiáveis e indóceis. O que mais mitiga a mentalidade lusitana, porém, neste sentido, está além do preconceito. É a culpa que, sublimada, ganha estatuto de desconforto e discriminação. Além do “ressentimento” causado pela perda recente das colônias africanas – a perda do Brasil já teve suficiente tempo para ser digerida -, os portugueses têm de conviver, dia a dia, com uma ferida aberta exposta a olhos vistos: a exploração colonial e as guerras, praticadas diretamente contra aqueles que agora estavam vivendo em “território inimigo” há poucas décadas. Margarida Calafate Ribeiro (2010, p.50), ao referir-se ao livro *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes, faz uma observação interessante:

Envolvidos no grande sarcófago nacional, que é o barco cheio de representante de 'ninguéns' e que se estende pelo cais e pela Lisboa agonizante de outros tantos 'ninguéns' deixada pra trás, vai-se imolar a nação lá longe em África, nos cus de Judas da geografia nacional e humana, por impotência, incapacidade ou medo de a imolar ali na barra do Tejo...

51 Disponível em: iscte.pt/.../prisao%20de%20nao%20nacionais/.../estudos%20imigrantes/portuga%20imigra%20opinio.doc. Acessado em 12 de novembro de 2010.

Enquanto a guerra acontecia longe dos olhos da população comum estava tudo bem, não era necessário conviver com essa verdade e nem aceitar de bom grado os imigrantes africanos. Após o fim do salazarismo e com o aumento do fluxo imigratório, no entanto, foram sendo necessárias artimanhas de autoproteção. Assim, para mascarar a própria culpa, os portugueses a travestiram de racismo. Obviamente, esta forma de preconceito não é capaz de surgir de *tabula rasa*: já existia e foi apenas sobrevalorizada a fim de minimizar os conflitos internos originados, principalmente, pela necessidade de enfrentar este problema a partir da Independência das colônias africanas, que se deu em 1975. Enfrentar seus conflitos não faz parte do perfil português, que prefere o simples “apagamento da culpa” (GIL, 2008, p.16). Ainda segundo José Gil, o nevoeiro, tão típico da paisagem portuguesa, é também uma metáfora deste branco na consciência que cobre Portugal. O poema de Fernando Pessoa⁵² pode dar-nos maior dimensão dessa imagem tão simbólica:

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
 Define com perfil e ser
 Este fulgor baço da terra
 Que é Portugal a entristecer —
 Brilho sem luz e sem arder,
 Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
 Ninguém conhece que alma tem,
 Nem o que é mal nem o que é bem.
 (Que ânsia distante perto chora?)
 Tudo é incerto e derradeiro.
 Tudo é disperso, nada é inteiro.
 Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!

Ao relacionar o imaginário de um país com algo difuso e indefinido como um nevoeiro - “tudo é incerto e derradeiro/tudo é disperso, nada é inteiro”, o poeta faz corroborar uma mentalidade de omissão e passividade que começara em 1587, quando Dom Sebastião desaparecera; segundo Bandarra, ele iria voltar justamente em uma manhã de nevoeiro. A perspectiva do autor – que escreveu o poema em 1928 – é de que esta atmosfera de nevoeiro

⁵²Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2293>

mude - “Ó Portugal, hoje és nevoeiro/É a hora!”. Entretanto, parece que o nevoeiro expandiu-se, aparecendo de outras maneiras na literatura, como na “cegueira branca” de Saramago em *Ensaio sobre a cegueira* (1995).

É mais fácil esquecer do que obrigar-se a agir. É mais conveniente queixar-se do que buscar soluções. E se, por um lado, deparar-se com os milhões de imigrantes africanos obriga os portugueses a repensarem sua História recente, de cujo sangue eles preferem omitir-se, por outro esta convivência os força a encarar diariamente seu próprio fracasso em relação à antiga imagem de Nação próspera e colonial. Segundo Miguel Torga em seu *XII Diário* (1986, p.88), “a olhar utopicamente para trás, descobre apenas dramaticamente a sua decadência”.

Um país que sempre precisou de outros territórios para sentir-se uno e agora viu-se reduzido a sua pequenez e “invadido” por aqueles a quem um dia subjugou. Boaventura de Sousa Santos (2001, p.54), ao analisar o jogo de espelhos entre Próspero (colonizador) e Caliban (colonizado), afirma: “Nem Próspero nem Caliban, restou-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária”.

Partimos da ideia de “casa” como uma alegoria de Portugal para, posteriormente, analisarmos de que maneira as ex-colônias fizeram ou não parte desta “casa” e como agora são vistos como intrusos aqueles que, tendo tido um dia suas “casas” tomadas, partiram para a metrópole em busca de melhores condições de vida. Ao considerarmos possível esta comparação, estamos considerando a casa um lugar identitário, assim como a cidade e a nação. Nessa medida, convém investigar em que medida essa analogia concorre para a destruição das referências familiares, históricas e políticas no romance. Voltemos, afinal, à pensão de OJSL.

Na Casa de Arara, onde todos buscaram um refúgio após terem saído da casa dos pais, percebe-se uma vaga aspiração de constructo familiar entre os hóspedes do primeiro andar; no entanto, as relações nessa comunidade não se realizam plenamente: existe sexo, mas não intimidade; existe intromissão, mas não cumplicidade; há envolvimento, mas não afeto.

Entretanto, a Casa não tem limites. Dentro da casa, o mal não os atinge, eles estão seguros e livres para viver como bem entenderem, coisa que nunca poderia acontecer dentro

da casa de suas famílias. Assim, eles podem dormir o dia inteiro, ouvir música alta, ter uma vida sexual liberada, procurar empregos no jornal de ontem, planejar filmes sobre homicidas, maquiarse de branco para ficar horas a fio parado na avenida, etc. Neste microcosmo, todas as situações são possíveis. Podemos perceber, então, que todos os reais problemas só ocorrem quando eles saem da Casa: a morte de Osvaldo, a expulsão de César (a quem a doença só se torna um transtorno quando o expulsam da Casa), a morte de Leonardo.

Por outro lado, se a realidade dentro da casa dos pais era estática e imutável, como Portugal o fora, o mundo na Casa promete liberdade infinita e segura, e o mundo fora da Casa oferece perigos e tentações, como qualquer mundo globalizado o faria. Entretanto, eles sentem atração por esse mundo exterior, mas esse impõe limites, alheios às vontades dos personagens. A Casa de Arara, como o nome parece sugerir, é um lugar onde se fala muito e se ouve pouco. É onde cada um dos hóspedes pode extravasar seus sentimentos sem preocuparem-se com nada além de seus próprios pseudo-objetivos. A Casa de Arara é o Éden de uma geração que não teme a Deus. “A arara, símbolo solar, é um avatar do fogo celeste, difícil de conquistar” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2004, p. 73). Por isso, é apresentado como um ambiente utópico, no qual inundações, descaso do senhorio e falta de higiene não parecem interferir neste pequeno paraíso. A Casa, como representação de um país que oscila entre a modernidade, após a injeção de milhares de euros com a entrada na União Europeia (1986), mas que ainda mantém um ar decadente e arcaico, fruto dos anos de estagnação vividos durante o Estado Novo, tem suas sujidades à vista de todos. “O mundo decadente do interior da “casa portuguesa” projecta-se para o exterior, revelando um país igualmente imóvel, gasto e impotente” (RIBEIRO, 2010, p.49).

A limpeza malfeita pela funcionária chamada Purificação, conforme o nome ironicamente parece indicar, não consegue purificar a “casa portuguesa” dos anos de escravidão, mortes e guerra a que sujeitou suas ex-colônias. Apesar da ocultação dessa realidade na época de Salazar e da falha na transmissão desse passado recente à geração pós-75, esta mancha persiste na “casa”, impossibilitando uma completa limpeza no local. Obviamente, o térreo ou rés-do-chão, que é a área mais importante da Casa e é ocupada pelos donos, mantém-se impecável. Basta, no entanto, um olhar mais atento para perceber que os

demais ambientes não condizem com a área central. A imundície não está evidente a olhos nus, mas está lá, esperando ser descoberta por olhos menos despreocupados.

“Se os vidros estivessem lavados, neles se espelharia a sua passagem silenciosa como nas imagens dos sonhos” (OJSL, 1995, p.7), diz-nos a narradora, referindo-se aos batelões que poderiam ser vistos no Tejo de dentro da Casa. A seguir, afirma:

De vez em quando, os hóspedes eram avisados pela servente do dia e da hora em que poderia haver uma barrela. Em geral não havia. Mas a mulher de ruivo passava a manhã em casa, e o cuidado que punha na sua própria habitação contrastava com o desleixo que reinava no primeiro andar (OJSL, 1995, p.8).

A limpeza dessa sujeira na “casa” parece ainda estar distante da realidade lusitana: seria preciso uma revisitação a esse passado tão convenientemente esquecido, enfrentar essa parte da História e, a partir daí, reavaliar as relações com o país, de um modo geral, e com os luso-africanos. “A ocultação da guerra não era um artifício de vontade autoritária, mas antes uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa herança” (RIBEIRO, 2010, p.44).

Cabe ressaltar, entretanto, o pilar que sustenta essa pensão é justamente o distanciamento dos hóspedes em relação a suas famílias. Afinal, o que os personagens mais valorizam é a liberdade. Liberdade de serem ignorados pela Juju, liberdade de poderem ficar dias sem que ninguém mais dê por eles, liberdade para, enfim, desperdiçarem suas vidas como desejarem.

Ele, por exemplo, estava ali fugido duma casa de mães, avós e tias que o queriam controlar. «Não tens aula de Modelos, Gamito? Olha que a Geometria já começou às nove! E já são onze! Já são doze! Já é uma! Já são três. Queres dizer que não vais hoje» - Não tinha podido mais. Antes lavar cabeças, ter um quarto pequeno e usar a sua liberdade. A liberdade de se sentar ali, no sítio onde deveria haver relva, sem ter de explicar nada a ninguém (OJSL, 1995, p.75).

Bakhtin acredita que a desconstrução do idílio familiar ocorre quando “no pequeno mundo da família, irrompe uma força de origem estranha, que o ameaça de destruição” (1996, p.339). Ele atribui ao mundo contemporâneo e capitalista a origem da força que ameaça de

destruição o mundo da família (1990, p.340). Segundo o autor, a vida idílica e seus eventos são inseparáveis do espaço “onde viveram os pais e os avós, e onde viverão os netos” (1990, p.333). “Na maioria dos casos, no idílio, o conjunto da vida nas gerações é determinado essencialmente pela unidade de lugar, pela ligação secular das gerações ao lugar único, do qual essa vida, em todos os seus acontecimentos, é inseparável” (BAKHTIN, 1996, p.333).

Percebemos que a saída da casa dos pais tem, para os personagens, dupla finalidade: libertar-se da família - e de tudo que ela representa: limites, regras, afetividade, intimidade - e redescobrir-se enquanto indivíduo, fora do idílio coletivo que os oprimia. Não são, no entanto, bem-sucedidos nesta tarefa, pois defrontam-se com um mundo exterior cosmopolita e multifacetado, onde não há mais a possibilidade de encontrar uma identidade coletiva e tampouco a individualidade se faz pertinente, face às modificações ocorridas na sociedade. É neste ambiente que se desfiguram os nossos anti-heróis, em uma transfiguração paralela à que acontece na própria nação portuguesa. Assim, percebemos que não há reconhecimento, nem na antiga pátria lusa, representada pelo conservadorismo da casa dos pais, nem na moderna Lisboa, na qual eles não conseguem se individualizar. Ainda segundo o autor, “Esse duplo deslocamento - descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultura quanto de si mesmos - constitui uma crise de identidade para o indivíduo” (2006, p.9).

Ao mesmo tempo em que coloca o futuro entre parênteses, o sistema precede à “devalorização do passado”, em razão de sua avidez de soltar-se das tradições e das limitações arcaicas, de instituir-se uma sociedade sem amarras e sem opacidade (Lipovetsky, 2005, p.33).

Para os personagens, sair da casa dos pais representa abandonar esse Portugal arcaico e conservador e partir para um novo país liberal e globalizado. No entanto, sabemos que ambas as identidades constituem esse Portugal contemporâneo, de forma que se faz impossível adotar apenas uma imagem dessa significação fragmentada. Segundo Hall (2006, p.51):

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas.

Se todos os mitos, vistos anteriormente, ajudaram a construir uma imagem de Portugal, agora percebemos que os mesmos atrapalham na formação de uma nova identidade: é como se o país arcaico lutasse para se manter vivo enquanto o novo Portugal, injetado com bilhões de euros depois da sua inserção na União Européia, se impusesse de maneira significativa. Assim, voltando à mitologização, se procede uma desvalorização desse passado mítico, e um esvaziamento histórico é posto em seu lugar. Em vez de D.Sebastião e de Salazar, as imagens que contaminam os nossos novos portugueses são as imagens de atores de Hollywood, que nenhuma relação tem com o seu país ou com a sua realidade.

Buscar uma realidade diferente da sua de origem, longe da casa dos pais e de qualquer castração, conviver com pessoas com as quais não se tem qualquer afinidade fora o desejo comum de liberdade: tudo isso pode ser uma tentativa, ainda que malfadada, de individuação. Na verdade, o que se percebe são jovens perdidos, sem valores, objetivos ou afetos, cujo maior sentido na vida é transgredir a orientação inicial paterna (ter uma profissão estável, trabalhar, casar, etc.), em uma manifestação narcisista e hedônica que os faz se afastarem ou se agredirem. O narcisismo e o hedonismo são elementos-chave dessa nova geração, pois segundo Lipovetsky (2005, p.84), o hedonismo denota uma revolução dos valores, que coloca em xeque a unidade estrutural da sociedade de valores burgueses, valores que, sabemos, estão atrelados à idéia de casamento, família e trabalho, instituições desconstruídas por Lúcia Jorge em OJSL. Vale exemplificar: após atormentarem Osvaldo para que ele buscasse, em sua casa, as camisetas *Muerte a los estúpidos*, os hóspedes da Casa demoram vários dias para perceberem que ele simplesmente não voltou: a constatação de sua morte não traz sentimentos de culpa ou de tristeza - salvo para Gamito, o gatarrão sensível a quem uma música era capaz de emocionar (2005, p.193):

Os que nada querem não devem roubar tempo de vida aos outros. Mas entre estes, ao menos, ainda há os que oferecem ao mundo a hipótese duma reportagem. Outros nem isso. Outros partem e as suas vidas acomodam-se, em menos de quinze minutos, dentro dum caixote - dizia Falcão, filmando o quarto que fora de Osvaldo e fazendo

passar o olho global da Arriflex por cima das fotografias olheirentas das novas velhas senhoras, agora mais serenas, mais profundas, ali penduradas. Não havia tempo para escrever um epitáfio sobre o cilindro da Remington. Não havia tempo, pois como disse, o desaparecimento de Osvaldo acelerou a vida. Paulina começou a espalhar o *color-cream* sobre Leonardo, com a velocidade duma vibrante massagem, e cada um se vestiu em silêncio e partiu na sua direcção (1995, p.99-100).

A apatia dos hóspedes também se manifesta na doença de César. Apesar dele argumentar que mandá-lo embora seria repetir o erro cometido com Osvaldo, “Falcão não se comoveu, lembrando-lhe precisamente que fora ele o mais culpado, e Osvaldo por acaso, apenas era um rapaz magro de dentes podres, mais nada” (OJSL, 1995, p.268). Barreira (1996, p.495), relata que, vinte anos após a Revolução, pode-se observar uma visível diferença em relação à solidariedade entre os indivíduos, que estão cada vez mais ensimesmados. “A euforia revolucionária criou a expectativa do companheirismo, da mão solidária e sempre presente. Mas a sociedade civil foi adquirindo noções de individualismo, de personalização, e, como tal, as pessoas fecharam-se progressivamente no seu próprio universo concêntrico (...)”.

Quando o ruído da ambulância, amarrando, estacou à porta da casa, César abriu-se num pranto. Os dois homens ainda olharam para Paulina, esperando que ela cedesse ao instinto de o amparar, de o socorrer, porque sempre era mulher (...). César não desceu encostado a nenhum ombro. Desceu raspando as paredes que ladeavam a escada, com um saco de napa a tiracolo. Quando entrou na ambulância, olhou para trás, para a porta da Casa da Arara e não viu nenhum rosto (1995, p.269).

Estes jovens mostram-se imperturbáveis na sua indiferença, porque nada nem ninguém importa-lhes o bastante para incomodarem-se de fato. Segundo Lipovetski (2005, p.31):

Cada geração gosta de se reconhecer e de encontrar sua identidade em uma grande figura mitológica ou lendária, que reinterpreta em função dos problemas do momento: Édipo como emblema universal, Prometeu, Fausto ou Sísifo como espelhos da condição moderna. Hoje em dia é Narciso que, aos olhos de considerável número de pesquisadores, principalmente americanos, simboliza os tempos atuais.

As atitudes dos personagens reforçam, então, seu comportamento narcisista - comportamento o qual, segundo Lipovetsky (2005, p.34), aparece “numa apatia frívola (...) maciçamente, a despeito das realidades catastróficas largamente exibidas e comentadas pela mídia”.

A apatia, comportamento típico da atualidade, é ressaltada no caso português. Exemplifiquemos com a falta de interesse dos demais em relação à doença de César; ao invés dos companheiros de casa tentarem ajudá-lo, eles procuram é uma maneira rápida de livrar-se da responsabilidade, deixando-o aos cuidados de outros. A morte de Osvaldo é ainda mais reveladora: o rapaz é levado, pelos amigos, a envolver-se em uma situação de risco, regressando à casa de madrugada para buscar camisetas em uma região onde tinha desafetos. Como se fora parte de um ritual iniciático, ir a casa, de repente, tornou-se indispensável para a aceitação de Osvaldo pelos demais. “E tens de ir agora, nem que a malta te meta num táxi à força. Tens de ir já! Pega nas T-shirts e voltas. Quando voltares, és pessoa (OJSL, 1995, p.79).

Impelido pelos amigos, Al Pacino vai. No entanto, a importância dada a esse evento não se confirma depois, já que apenas por casualidade os demais dão-se conta que Osvaldo não voltara. Seu assassinio foi descoberto involuntariamente: ao entrar no quarto de Al Pacino para buscar umas pastilhas, Gamito percebe que o rapaz não havia voltado e alerta aos demais. Falcão, movido pela curiosidade e pela possibilidade de filmar um crime para seu documentário, decide averiguar o que aconteceu e assim todos acabam interagindo-se do homicídio. Ainda que os personagens tenham empurrado Osvaldo à morte, ninguém se responsabiliza. Como diz Pessoa (1979, p.1), “nunca é possível determinar responsabilidades; elas são sempre da sexta pessoa num caso onde só agiram cinco”.

Da mesma maneira, a morte de Susana Marina foi descoberta por acaso, quando Leonardo foi procurá-la para que ela participasse do filme de Falcão, e não comoveu aos hóspedes da Casa – eles apenas ficaram decepcionados por não poderem mais contar com a participação dela nas filmagens. Um pouco mais desapontado ficou Leonardo, que teve alguns minutos de perturbação, logo superados. Ele incomodou-se menos com a morte da menina do que com o fato de ter descoberto o que aconteceu. Afinal, a ignorância o manteria livre de quaisquer sentimentos em relação a ela. O que o irrita foi ter sido forçado a deparar-

se com esta situação ao ter sido pressionado pelos amigos a procurar a moça. “Vocês estão a lixar-me a vida. Por mim, nem mais me lembraria de procurar a rapariga cachalote e agora estou a ficar impressionado com tudo isto (...). Convivi muito com ela e isto vai prejudicar-me” (OJSL, 1995, p.342).

A morte do estátua causou um impacto maior, menos pela amizade que tinham por ele do que pelo mito criado ao redor do personagem. Sem Leonardo, quem seria o alvo de suas atenções? Quem mais poderia ser admirado, seguido, filmado? Essa morte representa, portanto, a morte de um ideal, ainda que seja um ideal de segunda mão, terceirizado por quem o imaginou. A imobilidade eterna, que poderia significar uma perfeição atingida para Leonardo, representa uma derrota, um esvaziamento de sonhos para os demais personagens que, desnorteados, continuavam vivendo suas vidas em função do amigo falecido. “E tudo voltava ao princípio. Voltava porque Falcão queria que o *Static Man* fosse a figura omnipresente, mas não sabia como. Paulina também não. Gamito desenhava até à exaustão uma história circular em volta dele” (OJSL, 1995, p.375).

A dificuldade em lidar com a morte por parte dos personagens é um traço que devemos analisar com mais cuidado. Além da já citada apatia e do desapego, típicos desta geração, vale pensar em outras características que estariam subjacentes: ignorar a morte do outro seria, também, uma maneira de não se envolver, de não precisar parcializar-se com uma situação incômoda. Ao não se importarem, os personagens não precisam agir: é uma forma de autodefesa. “Limitemo-nos a constatar um aspecto que pode iluminar a atitude geral dos portugueses relativamente à morte: a velocidade do esquecimento do morto por parte dos vivos” (GIL, 2008, p.20). Basta recordarmo-nos da reação à morte de Osvaldo pelos hóspedes da Casa para confirmarmos isso:

Então pronto, se não era possível fazer um só gesto que fosse em favor daquele rapaz magrinho que ali havia estado absolutamente para nada, cada um tinha o dever de não contaminar os outros, invocando a sua figura. Tudo o que se poderia dizer é que uns vêm a este mundo para vencer e outros para serem vencidos, e entre estes dois caminhos cada um toma o partido que a sua vontade quer (OJSL, 1995, p.99).

Já falamos da dificuldade dos portugueses em inscreverem-se, segundo terminologia de José Gil (2008). Uma maneira de não-inscrição é justamente o alheamento em relação aos fatos: ou seja, se Leonardo não tivesse ido à casa de Susana, não precisaria se importar com a morte dela. Diz-nos Gil (2008, p. 19), que “na esfera da relação com a morte e os mortos que melhor se mostra a recusa portuguesa de inscrever”. O autor acredita, assim, que é na omissão que melhor pode ser vista a letargia portuguesa. Acrescenta ainda: “De certo modo, é neste plano [da morte] que se joga toda a não-inscrição dos acontecimentos, porque é ele que condiciona e determina a relação dos mortos com a vida”. Revelador, já que a partir desta relação podemos inferir todas as demais omissões que fazem parte, por assim dizer, de um imaginário cultural português, ainda que esteja implícito e que seja relegado ao plano inconsciente. Importa, no entanto, pensarmos as mortes ocorridas na trama como uma ratificação da não-inscrição portuguesa. Mas se a apatia em relação à morte é causada pela não-inscrição, qual seria o motivo dessa falta de atitude lusitana? Gil, em livro publicado posteriormente, em 2009, formula uma hipótese:

Residiria nessa questão [identidade], então, a raiz dos nossos medos, da paralisia perante a acção, da recusa da mudança? Viriam daí as nossas incapacidades de nos transformarmos, de elevarmos o nível de qualificação da população, de tomarmos iniciativas nas empresas, o atraso da economia, a resistência às reformas? (GIL, 2009, p.9).

Associando este fator identitário às últimas décadas, cabe ressaltar que o contexto histórico da década de 80 foi rico em modificações e teve como referencial a queda do muro de Berlim. Foi também nessa mesma década que Portugal entrou na Comunidade Europeia (UE), e a modernização social chocou-se com dificuldades financeiras e com a desorganização social, associadas ao provincianismo típico da terra. Segundo Hall (2006, p.75):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação, globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

Apesar destas mudanças, que aconteceram independentemente dos ideais revolucionários - que simplesmente permitiram a abertura externa do país, mas não contribuíram mais do que involuntariamente -, o pós-Revolução, da maneira como foi planejado, decepciona. Barreira (1996, p.493) explica: “Mas os anos 80 vão arrastando a sociedade portuguesa para um amolecimento dos ideais revolucionários e das grandes frentes de ideologização políticas e partidárias”. A autora explica que, mesmo as transformações na sociedade, não se deram de maneira abrupta: “Nada foi de repente. Tudo se passou ano após ano, com o pedido de adesão formal à CEE, com as primeiras vitórias da AD, com o cansaço das recessões econômicas e com a maior euforia dos anos 80, sobretudo a partir da segunda metade: o consumismo”.

Como não há possibilidade de recuperar o passado, e como, na geração de 80, não há valores históricos para colocar em seu lugar, as imagens nacionais produzidas são um nada. Não existem, porque não existem parâmetros - o que é próprio de um tempo pós-revolucionário, quando caem os modelos e as instituições. “Deixa de se viver a política com o entusiasmo dos anos 70, para com ela se conviver com um certo indiferentismo, sentido especialmente pelos jovens (...)” (BARREIRA, 1996, p.493).

Sociedade pós-moderna, maneira de significar a virada histórica dos objetivos e das modalidades de socialização, no momento sob a égide de dispositivos abertos e plurais; maneira de dizer que o individualismo hedonista e personalizado tornou-se legítimo e já não encontra oposição; maneira de dizer que a era da revolução, do escândalo, da esperança futurista, inseparável do modernismo, está acabada. A sociedade pós-moderna é aquela em que reina a indiferença da massa, na qual domina o sentimento de repetição e estagnação, na qual a autonomia particular avança por si mesma (...), as nossas sociedades, por isso pós-modernas, ávidas por uma identidade, por uma diferença, por conservação, por diversão, pela realização pessoal imediata; a confiança e a fé no futuro se dissolvem, ninguém mais acredita nos amanhãs radiosos da revolução e do progresso, atualmente todos querem viver o momento atual, aqui e agora, querem se conservar jovens e não pensam mais em forjar um novo homem (LIPOVETSKY, 2005, p. XVIII - XIX).

Dessa forma, temos personagens desesperançosos e apáticos e vemos conceitos como amizade e amor e instituições como família e Igreja sendo destruídos irrecuperavelmente. Os personagens não possuem relação sincera de amizade - são indiferentes com Osvaldo e

César, e o seriam com qualquer que destoasse da imagem de aparente harmonia que reinava na Casa -, pautam em frivolidades seu relacionamento afetivo, evitam sobremaneira os seus familiares, agindo apática ou grosseiramente e gritando por liberdade - mas nem por isso rompendo o vínculo financeiro, único real vínculo que os une aos parentes. Se Gamito e César trabalhavam - ainda que em subempregos sem motivação - para manter a liberdade que tanto procuravam, Falcão, Paulina, Leonardo e Osvaldo não se prestavam a esse papel, dependendo de seus pais para sobreviver. “O hedonismo e a permissividade caracterizam bastante bem a sociedade portuguesa dos anos 80” (BARREIRA, 1996, p.483).

Destarte, se os hóspedes da Casa não têm uma relação familiar harmônica, também não a tem Julieta, incompreendida por seu marido a quem também não compreende, e distante com os filhos, aos quais exclui até mesmo de seus sonhos (OJSL, 1995, p.214). Segundo Hall (2006, p.47), “As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”. Evidencia-se, então, a destruição do idílio familiar. Segundo Bakhtin:

A destruição é apresentada sobre o pano de fundo do centro capitalista de um idealismo ou de um romantismo provincianos dos personagens, que não são de modo algum idealizados: também o mundo capitalista não é idealizado: revela-se a sua inumanidade (1996, p.341).

Mesmo a Igreja, instituição representada pelo personagem João Lavinha, que adentra à casa depois da morte de Osvaldo, é desmitificada e revela sua adaptabilidade ao mundo capitalista pós-moderno. O personagem mostra-se contraditório em sua fé, já que, se por um lado ouve ininterruptamente hinos de louvor a Deus, nem por isso tem escrúpulos ao se relacionar secretamente com a faxineira, Purificação. Por fim, oferece dinheiro a Leonardo, para que ele promova a Igreja nas suas imobilizações. Evidencia, portanto, uma completa dessacralização da instituição por ele representada.

Se o casamento, que na trama nos é apresentado através das figuras frustradas de Juju e Lanuir, traz destruição de sonhos e tristeza; a família é sentida como fonte de repressão e o trabalho, por sua vez, que normalmente é visto como um elemento de estabilidade, traz

consigo valores que a essa geração não interessam. Segundo Foucault (1989, p.224), “a função tripla do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento, ou função disciplinar”. Ora, ser produtivo, possuir estabilidade e respeito - valores simbólicos do trabalho - e ter um horário disciplinador não condiz com as expectativas dos nossos anti-heróis. César mesmo confessa que, se não tivesse de recorrer ao pai, abandonaria o emprego para auxiliar o *Static Man*: “Tenho uma pena desgraçada de trabalhar até depois da meia-noite. Gostava bastante de ajudar o estátua. Às vezes até me passa pela cabeça telefonar para o meu pai” (1995, p.204). Percebe-se, assim, uma espécie de “síndrome de Peter Pan” da qual os personagens se valem para evitar quaisquer responsabilidades da vida dita adulta: não têm uma profissão, não querem trabalhar, não estudam e têm problemas de relacionamento com os pais. Confirma-se, assim, a ideia de Cecília Barreira (1996, p.495): “Se nos anos 70 os jovens ambicionavam ter a sua própria casa para crescerem e serem autónomos de autoridade parental, agora o caminho trilha-se ao contrário. Crescer é envelhecer: ter mais de 25 anos é o medo de qualquer jovem púbere”.

Se valores como família, casamento e trabalho são apagados na obra, as relações afetivas, por sua vez, evidenciam o narcisismo e a impossibilidade de entrega dos personagens. As relações humanas nos são mostradas de forma irrealizada (Susana Marina), infeliz (Julieta Lanuit), apática (Leonardo), manipuladora (Paulina), agressiva (Falcão) e sem vivacidade (Osvaldo e César). Ainda segundo Lipovetsky (2005, p.56), é típico dessa sociedade a busca pela solidão (Leonardo), o desapego emocional (Leonardo, Paulina, Falcão) e o enaltecimento do *cool sex* e das relações livres (Paulina).

Com sua obsessão pela verdade psicológica, o narcisismo enfraquece a capacidade de lidar com a vida social (...). É aí que se encontra a armadilha, pois quanto mais os indivíduos se libertam das regras e dos costumes em busca de uma verdade pessoal, mais seus relacionamentos se tornam “fratricidas” e sociais (LIPOVETSKI, 2005, p.45).

Se a casa dos pais representa um microcosmo primevo, onde as situações são previsíveis e familiares, por outro lado podemos constatar também, na descrição deste ambiente, uma representação do Jardim do Éden. Se o Jardim original, assim como a casa dos pais, tinha limites bem definidos e regras a serem cumpridas, os personagens, ao invés de

serem expulsos, fogem deste ambiente, e inserem-se em um novo Jardim, no qual não existem regras e a liberdade é ilimitada: a Casa da Arara, onde nada de mal lhes acontecia. “Naquela hospedaria que verdadeiramente não passava de uma casa devoluta, várias vezes à beira de ser demolida, entalada entre dois prédios recuperados, à Rua da Tabaqueira, moravam quatro pessoas e hospedavam-se seis” (OJSL, 1995, p.8).

No entanto, se no Jardim do Éden original Deus expulsou Adão e Eva por sua desobediência, neste Jardim o fator limite é o desequilíbrio, a desmedida, a *hybris*. E o preço a ser pago é a morte ou o banimento. Osvaldo foi expulso de casa e acabou sendo morto. César foi banido por estar doente.

Paulina e Falcão continuariam seus *thrillers* de terror até que o interesse pelo assunto se esvaísse por ele mesmo, ou até que a moça encontrasse nova vítima para ser - como a Diva - uma hospedeira fatal. Gamito suportaria sua ataraxia? A narradora continuaria incólume diante dos acontecimentos prenunciados? Jamais saberemos. O que temos nas mãos é a morte de Leonardo e de Susana Marina, ambas por razões diametralmente opostas: ele morre por não acreditar, mas insistir; ela, por acreditar demais. E Osvaldo? Esse morreu por não conseguir dizer não. A morte, no paraíso da apatia, não tem maiores proporções. Trata-se apenas de mais uma ramificação na parede que se perde.

2. Predadores

2.1 O contexto da (de) predação

Isolada pela geografia. Um pouco isolada pela história. Entre dois oceanos e dois desertos, como diria Braudel. No levante, o Índico. No poente, o Atlântico. Nas margens setentrionais, o Saara. Na porção meridional, o Kalahari. Sob altas temperaturas, suavizadas às vezes pelo relevo, florestas densas, florestas ralas, rios largos, savanas. Subcontinente de recursos, mas não de riquezas.

Lincoln Secco

Em circunstâncias revolucionárias, muito mais do que em circunstâncias normais, os destinos dos exércitos refletem a verdadeira natureza do poder civil.

Karl Marx

A história de Portugal não pode ser vislumbrada sozinha: ela mistura-se, em uma simbiose parasitária, à história de todas as suas ex-colônias⁵³; nos deteremos em Angola, a maior⁵⁴, mais revolta e maltratada “filha”⁵⁵ do país luso.

53 “Colônia é uma palavra antiga, derivada do latim *colere* (cultivar a terra) (...). *Colonie* apresenta-se com seus vários significados no dicionário. O segundo deles é o que mais denuncia a visão eurocêntrica da palavra e, portanto, da missão que ela carrega. Diz o *Littre* que a colônia é uma possessão européia numa outra parte do mundo. Certo, é do século XIX o *Dictionnaire*. Mas a definição persiste numa edição dos anos 50” (SECCO, 2004, p.59).

54 “Ora, Portugal continental não ultrapassava muito modestos 91 mil quilômetros quadrados. Mas Angola ultrapassava 1.246.700 quilômetros quadrados. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano. As demais colônias eram menores que a parte européia do império” (SECCO, 2004, p.63).

55 Afinal, na história original, foi a mãe da Branca de Neve que tentou matá-la, e não a madrasta. Isso sem falar em Medéia.

Para que entendamos como se deu o processo de colonização, iremos recorrer a alguns dados históricos. É notório o fato que os portugueses chegaram a Angola em 1482, data em que transformaram aquele território em colônia e, posteriormente, em fornecedor de escravos para o Brasil.

Do primeiro contato, em 1482, o navegador Diogo Cão conheceu o Reino do Congo que se estendia do rio Ogué (Gabão atual), ao norte, até o rio Cuanza, ao sul (aproximadamente na metade do litoral angolano atual), aprofundando-se até quase o meio do continente africano (MENEZES, 2000, 106).

Depois da conquista portuguesa, o segundo natural movimento da Coroa foi a catequização dos nativos:

Em 1491, um verdadeiro "exército" de padres foi trazido por Diogo Cão e desencadeou intenso processo missionário em Angola, dando início à conversão que acabaria por incluir o próprio *mani* (rei), sustentando a posição do colonizador português no território (MENEZES, 2000, 107).

Apesar do aparente interesse humanitário na catequese dos angolanos, o fato é que Portugal lucrou com o tráfico negreiro até fins do século XIX. “Até meados do século XIX, os colonizadores portugueses viam Angola como uma importante fonte de mão-de-obra escrava. O término oficial do tráfico de mão-de-obra e o fim da escravidão portuguesa em 1869 (tolerado oficialmente até 1878) também foram fatores favoráveis ao adentramento territorial”(MENEZES, 2000, 108-109).

Logo, percebemos que o relacionamento entre Portugal e Angola foi sempre conflituoso. São muitos séculos de dominação, escravidão e, mesmo após o fim da escravidão, de trabalhos forçados⁵⁶. A colonização mostrara ser um negócio muito rentável para Portugal⁵⁷. “Um terço da renda nacional portuguesa, nos anos 60, provinha das colônias”

56 Salazar, com seu ato institucional de 1933, proclamou a volta oficial dos trabalhos forçados.

57 "Esse caráter parasitário de colonização, na qual a preocupação precípua era a máxima extração com um mínimo de esforço seria, em grande medida, o responsável pelo travamento do desenvolvimento econômico das colônias e, em certo sentido, da própria metrópole" (MENEZES, 2000, p.115).

(SECCO, 2004, p.99). Algumas das principais fontes de renda para Portugal foram a mão-de-obra escrava, o algodão, o café e o diamante (MENEZES, 2000, p.130-131).

A dependência da economia portuguesa da exploração colonial apresentava uma natureza dual: por um lado, preocupava-se em extrair (em associação com parceiros estrangeiros) as riquezas conhecidas dos territórios ultramarinos, constituídas por minério, reservas naturais e algumas culturas, e, por outro lado, ocupava-se em vender mercadorias aos colonos, através de acordos diferenciais favoráveis aos produtos provenientes ou "intermediados" pela metrópole (MENEZES, 2000, p.128).

A empreitada era vantajosa, mas apenas para o colonizador. A experiência da exploração do Brasil na época colonial nos mostrou que Portugal nunca se preocupou efetivamente em salvaguardar as condições mínimas de vida para os colonizados, muito menos em agregá-los à metrópole. Com Angola não foi diferente.

Portugal nunca buscou uma absorção dos seus colonizados em nenhuma de suas colônias. Com a África não foi diferente; mesmo depois do fim da escravidão, não buscou partilhar sua cultura ou ao menos oferecer condições de sobrevivência, concedendo-lhes cidadania portuguesa e possibilidades de estudo ou de trabalho⁵⁸. Estes e outros fatores determinaram as primeiras insubordinações dos africanos ao domínio português. Menezes (2000, p.157) explica que os angolanos que estudaram em Portugal teriam um papel relevante no processo de libertação de seu país, pois apesar de terem direito à livre circulação, participação nas eleições legislativas da metrópole, não pagamento do imposto *per capita*, não exercício dos trabalhos forçados, acesso à instrução, sentiam-se deslocados e preteridos profissionalmente, em relação aos europeus emigrados. Posteriormente, ao analisarmos a formação dos movimentos políticos em Angola, veremos que o papel destes jovens foi fundamental para a reação de Angola à colonização.

A relação com Portugal piorou depois do advento do salazarismo. "As novas diretrizes de ultradireita em Portugal seriam bastante sentidas nas colônias que passaram a ter a disciplina legal de suas atividades controladas pelo Acto Colonial" (MENEZES, 2000, p.128).

58 "Entre todos os 5.739.911 moçambicanos, apenas 91.954 eram considerados 'aptos para a vida civil'; entre os 4.145.266 angolanos, apenas 135.355 eram 'civilizados'; entre os 510.777 guineenses, eram somente 8.320 os 'civilizados'; entre os 442.378 timorenses, eram somente 7.471" (SECCO, 2004, p.73).

O governo, sob Salazar, também reforçou imediatamente o aparelho repressivo do Estado, através da criação da polícia política secreta PIDE e da proibição de manifestações políticas, permitindo o funcionamento de apenas um partido de caráter fascista, a União Nacional.

A Constituição de 1933, claramente inspirada no modelo fascista de Mussolini, consolidava os poderes Executivo e Legislativo nas mãos do Conselho de Ministros, com a Assembléia Nacional e o Conselho de Estado exercendo apenas funções consultivas (MENEZES, 2000, p.129).

Salazar, portanto, intensificou os mecanismos de repressão e de exploração da colônia, principalmente devido à crise que o país vinha sofrendo. Assim, podemos entender porque “a crise econômica do início dos anos 30 agravou ainda mais a situação portuguesa, levando a metrópole a eleger decididamente as colônias como principais meios de sustentação do *status quo* desejado pela classe dirigente” (MENEZES, 2000, p.129).

Em 1930, quando o governo de Salazar proibiu manifestações culturais africanas, surgiram os primeiros grupos negros a reivindicar autonomia. Não deixa de ser um indício essa massa começar a se organizar politicamente somente quando lhes foi tolhida a cultura, como parte de um processo identitário sem o qual não se pode ficar.

Um golpe brutal praticado pelos portugueses contra a cultura dos povos africanos foi a incorporação dos chefes tribais aos extratos mais baixos da administração colonial, deixando o poder ancestral restrito aos anciãos de aldeia e pequenos chefes locais (que estabeleciam o controle sobre os autóctones).

Um chefe, desse modo, só podia exercer suas funções junto à tribo após aprovação do governador ou do chefe do "posto". O funcionário europeu podia substituir um chefe local que não fosse do seu agrado, sendo prática comum, nos anos 50, a demissão dos chefes locais do comando de suas tribos (MENEZES, 2000, p.155).

Em 1933, o ato colonial salazarista obrigou os nativos das colônias a realizarem trabalhos forçados, além das inúmeras humilhações a que eram submetidos. "Negros não podiam circular após as nove horas da noite, não podiam frequentar lugares públicos para brancos (cinemas, restaurantes) e a polícia passou a patrulhar bairros africanos bem armada" (MENEZES, 2000, p.156). Também nesta década a Casa dos Estudantes do Império Português, frequentada essencialmente por angolanos que estudavam na metrópole, começou a ganhar força a partir dos pensamentos e das revoluções esquerdistas que eram tidos como modelo. Anderson (2008, p.218) diz-nos que "o modelo revolucionário bolchevique foi

decisivo para todas as revoluções do século XX, ao permitir que elas se tornassem imagináveis em sociedades ainda mais atrasadas do que todas as rússias".

Angola não apresentou uma posição conformista com seu estado de dependência. As insubordinações começaram, pouco a pouco, a se avolumar. De acordo com Menezes (2000, p.156), ações espontâneas, como o apedrejamento de veículos que passavam perto dos *musseques* começaram a ocorrer nos anos 50. Em 1959, uma carta de africanos de colônias portuguesas foi enviada à ONU, na qual relatavam castigos corporais que teriam sofrido por lançarem "olhares odiosos" aos brancos. Também nos anos 50⁵⁹, pelo cerco salazarista, começaram a mobilizar-se os grupos que reivindicariam a independência: Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), Frente Popular de Libertação Nacional (FPLA) e União para Independência Total de Angola (UNITA). Esta década foi muito importante para a História de Angola, pois neste momento culminaram os interesses pró-libertários e a forçada aceitação ao colonizador dissolveu-se. Obviamente, Portugal contribuiu e muito para que este fosse o momento limítrofe; além das já citadas medidas salazaristas, outros fatores foram somando-se, como o desemprego:

Mas nas cidades de Angola, durante os anos 50 do século XX, a barreira da cor estava gradualmente a atingir camadas mais baixas da população. Os empregos para pessoas qualificadas e semiqualificadas estavam a ser tirados dos Africanos e dados aos novos Europeus e a Cabo-Verdianos (BIRMINGHAM, 2010, p.163).

Estes eram os ‘não-civilizados’, os destituídos de tudo, constantemente à beira da miséria e da fome, enquanto os monopólios do comércio metropolitano, assentados numa secular expropriação colonial, engordavam seus lucros. A capacidade de revolta dos colonizados era grande. Em 1959, os colonizadores portugueses reprimiram a revolta do povo maubere, do Timor Leste. Em 1960, os macondes, do norte de Moçambique, também foram rechaçados. Em Angola, ainda neste ano, Agostinho Neto foi preso e, na sequência

59 “Na primeira metade do século XX, a migração colonial era escassa e a produção colonial foi gravemente prejudicada pela Grande Depressão e pela II Guerra Mundial. No entanto, depois de 1950, a colônia portuguesa de Angola tornou-se uma das colônias africanas mais dinâmicas. Um quarto de milhão de colonos portugueses chegaram para transformar Angola na maior colônia branca fora da Argélia ou da África do Sul e o território produzia não só um quarto de milhão de toneladas de café por ano, mas também vários milhões de barris de petróleo” (BIRMINGHAM, 2010, p.24).

(setembro), a população do Catete foi atacada. Um mês depois, os primeiros levantes populares, na baixa de Cassange, foram reprimidos, com um prejuízo de centenas de vidas perdidas. Estava criada a base social e política para o início das ações guerrilheiras contra Salazar e sua política colonizadora (SECCO, 2004, p.101).

Nessas décadas, as mudanças ocorridas em Angola foram significativas: onda de ataques às posições portuguesas em Luanda, especialmente às prisões onde se encontravam líderes do MPLA (1961)⁶⁰; criação dos primeiros cursos superiores em Angola (1963), primeira visita de uma delegação do MPLA a Cuba (1966), incentivo do governo português em enviar colonos à África e passagem das províncias ultramarinas à condição de Estados (anos 70).

Outro episódio importante ocorrido neste período foi a revolta do algodão. Segundo David Birmingham em seu livro *Portugal e África* (2010, p.164), desde 1945 os camponeses kimbundu protestavam contra uma política de plantação compulsiva de algodão, o que estava prejudicando-os demasiadamente. Os funcionários administrativos distritais resolveram, então, escrever ao governo em Lisboa para explicar que havia famílias morrendo de fome porque era exigido que elas usassem muito do seu tempo e da sua terra para plantar algodão para Portugal. A resposta foi taxativa, afirmando que tal fome só ocorria na imaginação de uma população colonial negra preguiçosa. Alguns anos depois, em 1961, deflagra-se a revolta que já não podia ser adiada: armazéns de algodão foram queimados e comprados, expulsos. O governo colonial, por sua vez, reagiu bombardeando as aldeias. Alguns dias depois da revolta ter estourado no interior, aconteceu uma segunda rebelião, dessa vez na capital, Luanda.

Os brancos, muitos deles recém-chegados a África, entraram em pânico. Rapazes jovens compraram armas e invadiram os bairros de negros da cidade, atacando qualquer pessoa que achassem que pudesse ser responsável pela revolta. Muitos foram mortos, especialmente aqueles que haviam ido à escola e tinham começado a adoptar os modos europeus (...). Procuravam formas de voltar à agricultura depois de terem fracassado em encontrar oportunidades numa capital cada vez mais dominada pelos brancos (BIRMINGHAM, 2010, p.165).

60 "Embora precariamente armados e envoltos em preconceitos e superstições, os nacionalistas conseguiram impor um pesado prejuízo ao colonizador e a fazer a luta propagar-se por todo o norte de Angola, chegando mesmo a declarar a criação da República Popular Socialista de Nambwangongo" (MENEZES, 2000, p.169).

Alguns meses depois, estourou a rebelião do café no norte do país, na qual os angolanos não praticaram atos de violência apenas contra os fazendeiros brancos, mas também contra os trabalhadores negros das plantações. Vê-se, então, de uma forma ainda indefinida uma breve prolepse do que será a guerra civil.

Com o relacionamento colonial cada vez mais complicado e temendo possíveis novos confrontos, o governo português tentou tomar algumas medidas paliativas para melhorar as relações com a colônia; no entanto, a relação entre os dois países continuou cada vez mais acirrado:

Algumas das tentativas de mostra de boa vontade foram a desmobilização do controle fascista, abolindo-se a PIDE e a União Nacional (partido único) que, no entanto, acabaram “ressuscitadas” com os nomes de Direção Geral de Segurança (DGS) e Ação Nacional Popular (MENEZES, 2000, p.178).

A luta armada persistiu contando com intensa ajuda dos novos países africanos recém-libertados, bem como usufruindo, ao seu modo, do grande jogo da Guerra Fria, recebendo apoio e treinamento em países de orientação socialista ou revolucionária, como a Argélia, a Líbia ou mesmo em países do Leste Europeu e de Cuba (MENEZES, 2000, p.178).

Apesar da indignação africana, não foi fácil para o país mobilizar-se pela independência. Havia também uma necessidade de coesão interna, e esta não existia. Ademais da péssima relação entre os partidos em Angola, muitos dos soldados recrutados por Portugal para a guerra eram africanos, e somavam um efetivo maior do que o efetivo português. “[em 1973] Em Angola eram 37.773 nativos e 27.819 metropolitanos. Tratava-se uma ‘africanização’ da própria guerra colonial, o que trazia consequências graves para o exército colonialista” (SECCO, 2004, p.104). As consequências, de que nos fala o autor, seriam principalmente o descontentamento dos oficiais com as condições inóspitas de operação e a rápida promoção de soldados que se dispunham a combater na guerra, o que feria os princípios de hierarquia, próprios da academia militar. Posteriormente, estes fatores irão se agregar a outros que culminarão na revolta dos capitães, ou melhor, na Revolução dos Cravos de 1975. Outros problemas enfrentados pelos revoltosos foram “conquistar apoio ‘popular’

onde nunca houve unidade ou 'povo'. Projetar uma sociedade e uma economia nacionais onde nunca houvera nações. Adotar algum tipo de socialismo, fosse como técnica de desenvolvimento ou utopia mobilizadora" (SECCO, 2004, p.63-64).

A ideia de consolidar uma nação foi defendida pelo MPLA (SECCO, 2004, p.78), ainda que ela fosse apenas imaginada. "Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada" (ANDERSON, 2008, p.33). Ela é imaginada sobretudo porque a maioria dos membros dessa comunidade não chegará a se conhecer, embora todos tenham em mente uma ideia de comunhão natural e cultural que os relaciona. No entanto, há aspectos a serem considerados nessa formação. Segundo Anderson (2008, p.31), devemos lidar com três paradoxos, a saber: a modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas; a universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural; o poder político do nacionalismo *versus* a sua pobreza e até sua incoerência filosófica. Ou seja, para "criar" uma nação, seria necessário encontrar uma maneira de conciliar a tradição primeva, que caracterizaria essa nação, com sua imagem moderna; da mesma forma, seria preciso conceituar nação/nacionalismo além dos rótulos tão comuns da nossa sociedade de hoje - o nacionalismo como uma obrigação do mundo pós-colonial -, e ainda, diminuir a incongruência entre o pensamento nacionalista e a realidade das nações. Mas qual seria a condição para existir uma nação, ou melhor ainda, o sentimento de nacionalidade?

Para Davis (1979, p.16), as condições necessárias para uma nação nos dias de hoje são ter um território específico, um tamanho mínimo, uma certa integração e a consciência de si mesmo como nação. Ora, visivelmente percebemos que tais requisitos são insuficientes para alcançar o que se propõe. O povo pertencente à dita nação, que segundo o autor deve possuir "certa integração", também deve ter características comuns. Segundo Anderson (2008, p.201), "a condição nacional é assimilada à cor da pele, ao sexo, ao parentesco e à época do nascimento (...). Em outras palavras, justamente por não terem sido escolhidos, tais laços são cercados por uma aura de desprendimento. Essa constatação pode ser complementada pela observação de Bauer (2008, p.49) a respeito do que determina o caráter nacional de um povo:

A história de um povo, tal como determinada dessa maneira, tem, pois, um efeito duplo sobre seus descendentes: de um lado, pelo cultivo de propriedades físicas definidas, através da luta pela vida, e pela transmissão dessas propriedades aos descendentes através da hereditariedade nacional; de outro, pela produção de valores culturais particulares e por sua transmissão dessas propriedades através da criação, do costume e da lei, como efeito da comunicação entre os povos.

Se agora nos voltarmos para considerar a nação como uma comunidade cultural, isto é, para mostrar como o caráter nacional é determinado pelos valores culturais comuns transmitidos pelas gerações anteriores, estaremos em terreno muito mais sólido do que se procurarmos explicar o surgimento dessa comunhão de caráter a partir da herança natural de propriedades físicas.

Entretanto, tratando-se da África ou, mais particularmente, de Angola, esses valores culturais, citados por Bauer, não podem ser considerados um traço de unificação do país. Angola sempre esteve dividida por suas diversas tribos, e a formação destas concentraram-se principalmente nos movimentos FNLA, MPLA e UNITA.

Ao pensarmos sobre os propósitos do nacionalismo, recorreremos à crítica que faz Breuilly (2008, p.163-165), quando este afirma que há inúmeras funções que podem ser atribuídas ao nacionalismo, a começar pelas psicológicas. Assim, o nacionalismo poderia, por exemplo, atender à necessidade de identidade das pessoas, o que é uma tentativa fadada ao fracasso. Complementa argumentando que “a ideia de 'necessidade de identidade' é problemática em si e passível de um raciocínio circular. “Quando as pessoas enfatizam uma identidade particular, isso mostra que elas 'precisam' dessa identidade, mas essa é a única maneira de tal necessidade se manifestar”. Ou seja, para o autor, pensar no nacionalismo a partir da identidade é criar uma falsa necessidade da existência desse nacionalismo para viabilizar a construção dessa identidade.

A mesma lógica funciona com respeito a outros argumentos funcionalistas, por exemplo, o de que a "função" do nacionalismo é promover a modernização. Não há dúvida que ele foi utilizado dessa maneira (embora tenha sido usado para outros fins, muitas vezes contrários à modernização). Entretanto, está claro que, originalmente, o nacionalismo foi um aspecto de uma modernidade inintencional (BALAKRISHNAN, 2008, p.65).

Podemos pensar, portanto, de que maneira o nacionalismo contribui ou não para a formação da identidade de um povo, e como se dá essa vinculação. Segundo Chatterjee

(2008, p.230-231), o nacionalismo anticolonial, antes mesmo de iniciar sua batalha política contra o colonizador, cria seu próprio campo de soberania, dividindo o mundo das instituições e práticas sociais em dois domínios, o material e o espiritual.

O material é o domínio do "externo", da economia e da política, da ciência e tecnologia (...). O espiritual, por outro lado, é um domínio "interno", que traz as marcas "essenciais" da identidade cultural. Quanto mais sucesso se obtém na imitação das aptidões ocidentais no campo material, maior a necessidade de preservar a singularidade da cultura espiritual. Essa fórmula é um traço fundamental dos nacionalismos anticoloniais da Ásia e da África (...).

Em outras palavras; o Estado colonial é mantido fora do domínio "interno" da cultura nacional, mas esse "domínio espiritual" não permanece inalterado. Aqui, na verdade, o nacionalismo lança seu projeto mais poderoso, criativo e historicamente importante: criar uma cultura nacional "moderna" que, não obstante, não seja ocidental. Se a nação é uma comunidade imaginada, então é nesse ponto que ela nasce. Nesse, que é seu campo verdadeiro e essencial, a nação já é soberana, mesmo quando o Estado está nas mãos do poder colonial.

Para o autor, portanto, a formação da nação começa mesmo antes de sua desvinculação com o colonizador. Na verdade, dá-se mesmo nessa necessidade de diferenciação. A criação de uma identidade e cultura próprias, como fator interno significativo de uma nação, poderia servir para amenizar sua política internacionalista.

Não obstante, é mister pensar, afinal, o nacionalismo como fator integrante do mundo moderno, e não seu desencadeador. E há de se pensar de que maneira esse chamado mundo moderno relaciona-se politicamente com o nacionalismo. Concordamos também com Breuilly (2008, p.180) quando este nos diz que "a melhor maneira de compreender a política nacionalista é vê-la como algo que constitui, a princípio, uma espécie de resposta oposicionista à modernização política". As posições políticas nacionais, muito difundidas na teoria, modificam-se bastante quando postas em prática pelos governos 'nacionalistas'. As nações, para serem imaginadas enquanto tal, ao final precisam "esquecer bem das coisas", como diz-nos Anderson (2008, p.220):

O fato de que os vietnamitas de hoje defendam orgulhosamente um Viêt Nam inventado com desdém por um dinasta manchú do século XIX nos lembra Renan, com a sua máxima de que as nações precisam "*oublier bien des choses*", mas também nos remete, paradoxalmente, ao poder imaginativo do nacionalismo.

Na política de construção da nação, os meios comumente usados para sua difusão são os meios de comunicação de massa (contendo divulgação sobre os movimentos revolucionários) e o sistema educacional (no caso dos estudantes, importante eixo da revolução em Angola). Há, também, outro fator importante a ser considerado nessa discussão sobre a formação de uma nação: o linguístico. Há um pensamento generalizador segundo o qual a língua seria a fator responsável de unificação de uma nação. Ora, é fato que a língua oficial da maioria das ex-colônias de Portugal é a língua do colonizador⁶¹, ademais dos dialetos tribais. Entretanto, esse fator não é empecilho para a formação de uma nação, nem a descaracteriza como tal, mesmo porque o português falado em Angola, apesar de essencialmente ser igual, já não é mais o mesmo falado em Portugal, com apropriações de expressões próprias. Além disso, vale lembrar que o MPLA, principal movimento pela independência, foi constituído de angolanos estudantes em Lisboa que, em sua maioria, falavam somente o português. Conforme Anderson (2008, p.189), “é sempre um equívoco tratar as línguas como certos ideólogos nacionalistas as tratam; como emblemas da condição nacional [*nation-ness*], como bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares”. Para o autor, o mais importante a ser observado em relação à língua é a sua capacidade de gerar comunidades imaginadas. Exemplifica:

Se a Moçambique radical fala português, isso significa que é o português o meio pelo qual Moçambique é imaginada (ao mesmo tempo que delimita sua extensão entre a Tanzânia e a Zâmbia). Dessa perspectiva, o uso do português em Moçambique (ou do inglês na Índia) não difere essencialmente do uso do inglês na Austrália ou do português no Brasil. A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender *todas* as línguas.

Ainda de acordo com Anderson (2008, p.190), as nações podem ser imaginadas sem que tenha de existir uma comunidade linguística. A língua impressa, ou o "capitalismo de imprensa", é que proporciona o espaço para o desenvolvimento da língua moderna nacional. Entretanto, esse conhecimento pode ser adquirido, já que qualquer um pode aprender um idioma, da mesma forma como a nação é imaginada a partir de ideias pré-concebidas desse

61 Exceções: Macau e Timor Leste.

mesmo povo que fala essa (s) língua (s). Hobsbawn (2008, p.273) diz-nos que os nacionalistas anticolonialistas descartaram ou, pelo menos, subordinaram o "tribalismo" e outras identidades setoriais e regionais como antinacionais e a serviço dos interesses imperialistas - como diria Maquiavel, "dividir para governar".

A princípio apenas com o sentimento de oposição à opressão imperialista, a ideia de imaginar uma nação tornou-se o mote da maior parte das revoluções do século XX. O sentimento nacionalista é o impulsionador da projeção de identidade e da reconstrução de um país. Segundo Breuilly (2008, p.176), “num mundo em que a legitimidade política ainda não se baseava na nacionalidade, esses movimentos foram, a princípio, de oposição”. Apenas posteriormente os próprios governos, “formados pelo sucesso das oposições nacionalistas ou adotando as idéias dessas oposições”, puderam fazer dos argumentos ditos nacionalistas a pedra fundamental de suas reivindicações de legitimidade.

A oposição, dessa forma, pode ocupar dois lugares distintos: ou atua “em nome de uma nação que ocupa apenas parte do território de Estado existente” ou, ainda, revela-se igual a este território, podendo ser ainda maior.

Em terceiro lugar, distingo três funções diferentes que as idéias nacionalistas podem exercer. São as funções de coordenação, de mobilização e de legitimidade. Por coordenação entendo que as idéias nacionalistas são usadas para promover interesses comuns entre elites que, afora isso, opõem-se ao Estado existente a partir de interesses bastante distintos. Por mobilização refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para gerar apoio para o movimento político, por parte de grandes grupos até então excluídos do processo político. Por legitimidade refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para justificar as metas do movimento político, tanto em relação ao Estado a que ele se opõe quanto em relação a poderosos agentes externos, como Estados estrangeiros e suas correntes de opinião pública.

As funções às quais o autor se refere são totalmente possíveis, se pensarmos em Angola. Ainda que saibamos que o MPLA, à época da independência e da maneira como foi constituído, era formado por um grupo de intelectuais, e não de uma elite, sabemos que o partido se descaracterizará e que formará alianças com a nova elite econômica do país, para a qual eles mesmo se encarregarão de propiciar a formação.

Conforme Chatterjee (2008, P.235), "a história do nacionalismo como movimento político tende a concentrar-se primordialmente em sua disputa com o poder colonial no domínio do externo, isto é, no domínio material do Estado". Chegamos então, ao ponto em que o nacionalismo parece relacionar-se, em alguma esfera, ao capitalismo. Veremos posteriormente que a economia da Angola pós-colonial será essencialmente capitalista, a despeito de todas as práticas sugeridas pela revolução, de inspiração comunista. Não deixa de ser irônico que elementos de formação antagônicos passem a coexistir. De acordo com Nairn (2008, p. 290-291), podemos também aplicar o mesmo ao nacionalismo e ao internacionalismo, pois igualmente temos uma alternativa que passa por um mundo finalmente nacionalizado, e não contra ele. "Quaisquer novos rumos ficam além do 'abismo étnico'". Complementa ainda:

Quanto aos dois fenômenos - capitalismo e nacionalismo -, a outra interpretação consiste em afirmar que agora não estamos apenas diante da trajetória de desenvolvimento real, a prazo mais longo, "com o juízo equilibrado", como Marx gostava de dizer. Se tudo isto é para melhor, e não uma simples reação espasmódica ao colapso do comunismo, os socialistas terão que decidir em que tipo de capitalistas irão transformar-se, e os internacionalistas terão que decidir que tipo de nacionalistas se tornarão.

Conhecer o adversário é uma das ferramentas encontradas pelos colonizadores para instituir seu domínio. Segundo Anderson (2008, p.227), o Estado colonial servia-se de três instituições para manter seu poderio sobre os dominados, a saber: o censo – que mostra como são as pessoas dominadas; o mapa, que define a extensão e os limites do seu território; e o museu, que simboliza a “legitimidade do seu passado”. Usando destas instituições, o colonizador podia moldar perfeitamente o seu colonizado e melhor definir sua maneira de governá-lo.

Até 1975, quando a independência de Angola foi conquistada, muitos mataram e foram mortos na guerra. “O Novembro de 1975 não trouxe a paz e a liberdade, mas antes novos invasores. No sul, os invasores vinham da África do Sul” (BIRMINGHAM, 2010, p.171).

Mesmo muitos anos depois, com a continuação da guerra civil (que teve períodos de calmaria, mas estendeu-se até 1995), muitas batalhas foram travadas, mesmo entre os próprios angolanos. “Angola teve de atravessar uma dolorosa e violenta nova guerra antes de obter a independência” (BIRMINGHAM, 2010, p.171). Hoje, após a separação dos territórios – Portugal e Angola –, o que se tem é uma história de muitas derrotas e perdas e poucos vencedores. Pepetela, em entrevista concedida por e-mail em 9 de março de 2011, explica que, em relação a Angola

A guerra de libertação tinha de ser feita, era uma necessidade. Embora haja iluminados hoje que tentem diminuir a sua validade, por os seus objectivos não terem sido totalmente atingidos. Um foi atingido e era o mais importante: conduziu a um país independente e o seu povo, em diferentes graus, assume orgulho por isso. A posterior guerra civil, de facto, foi uma guerra de perdas.

Como consequência para os portugueses, além de lhes trazer problemas econômicos contribuiu para sua problemática identitária:

O futuro de Portugal foi desde cedo o “lá fora”, a distância, nossa ou alheia. Foi a Índia, o Brasil, a África, recentemente e a vários títulos, a Europa. Hoje é a primeira vez que Portugal e os portugueses têm de desenhar, de conceber, de inventar e se dar um futuro a partir de si mesmos (LOURENÇO, 2001, p.68).

Para prejuízo dos angolanos, não obstante, sobraram também problemas de identidade e muitos outros de ordem social. Entretanto, os problemas identitários dos africanos – e nos deteremos em particular nos de Angola - são de outra ordem, mas igualmente insolúveis, ao menos em curto prazo. Constitui-se na negação de Portugal como integrante da sua cultura, e na tentativa de (re)criar uma tradição secular. Segundo Birmingham (2010, p.175), a guerra civil foi problemática para os jovens porque não foi uma facção nacionalista, e sim três grupos “subnacionalistas” (MPLA, FNLA e UNITA) que os procuravam com ideias diferentes para a mesma pátria. Dessa forma, “a confusão ideológica e a ausência de uma clara identidade tornaram-se ainda maiores. A juventude angolana procurava outras lealdades para além daquelas perante o Estado que estavam tão gravemente fracturadas”. Também era difícil para estes jovens reconhecerem-se entre eles: segundo o autor, quando a guerra

colonial ou guerra pela libertação acabou, em 1975, metade da comunidade era formada por crianças com menos de quinze anos que tinham nascido como exiladas no Zaire. Falavam francês e voltaram com sentimento de desconfiança em relação aos demais por não os reconhecerem como companheiros “porque tinham servido em exércitos diferentes durante a luta pela libertação”. Não obstante, o país atravessou graves problemas ideológicos logo de sua independência, já que “durante o primeiro ano de independência, Angola atravessou todas as tensões do nacionalismo africano de forma mais aguda possível (BIRMINGHAM, 2010, p.192)”.

Finalmente, há acusações de elitismo, de distanciamento social, de riqueza impropriamente adquirida e de alienação das bases que acabam por assumir uma virulência particular (...). O MPLA é acusado de “social-democracia, desvios de direita, chauvinismo social, anticomunismo, maoísmo e anti-sovietismo” e de retalia com acusações de alcance igualmente lato (BIRMINGHAM, 2010, p.192).

A resistência à dominação portuguesa e, posteriormente, a retirada das tropas portuguesas contribuiu para que o país, ao invés de unir-se pelo bem comum da independência, dividisse-se em uma luta interna de poderes, que resultou tão ou mais danosa do que a luta pela independência. No que todos concordavam era no imediato rompimento com Portugal e na negação de sua influência para que a história do país, por assim dizer, se restabelecesse do ponto onde fora impedida de prosseguir. Ocorre que essa negação é, por si só, uma reafirmação da influência portuguesa. Forjar uma tradição secular foi a saída encontrada pelos angolanos para que os valores culturais, impedidos de serem disseminados por ordem de Salazar, pudessem ser reencontrados e adotados pelas novas gerações.

No entanto, o modelo nacionalista, esvaziado após a revolução, não serviria para emprestar uma imagem à nação reconstruída. Posteriormente, ao analisarmos a recessão econômica que sofrerá Angola pós-independência, constataremos esse fato. Segundo Anderson (2008, p.222):

Assim, o modelo de nacionalismo oficial torna-se aplicável sobretudo quando os revolucionários conseguem assumir o controle do Estado, e estão pela primeira vez em condições de usar o poder deste em favor dos seus objetivos. A aplicabilidade desse modelo é tanto maior na medida em que mesmo os revolucionários mais decididamente radicais sempre, em algum grau, herdaram o Estado legado pelo regime deposto.

Birmingham (2010, p.193) diz-nos que o entusiasmo inicial face ao colapso português foi acompanhado de “irrupções de pavor intenso”. Já que a Angola pós-revolução não se presta ao papel de nação desvinculada do seu colonizador apenas com o trabalho que faz o MPLA - pois o partido apenas repetirá os moldes coloniais, agora com pretextos patriotas -, caberá aos idealizadores dessa revolução a função de consolidar a nova Angola. "Nisso está a raiz de nossa miséria pós-colonial: não em nossa incapacidade de elaborar novas formas de comunidade moderna, mas em nossa rendição às antigas formas do Estado moderno” (CHATTERJEE, 2008, p.235).

Naturalmente, seriam os escritores os principais responsáveis por essa propagação mítico-cultural⁶², na qual "o nacionalismo tentou preencher o vazio deixado por séculos de espoliação colonial, que destruíra antigas lealdades pré-modernas (tribais, étnicas) ou mesmo de Estados anteriores à ocupação europeia" (SECCO, 2004, p.79). Essa ideia, adotada por escritores africanos como Mia Couto e Pepetela, atingiu seu ápice nos anos 80, pouco tempo após a libertação, quando os ideais revolucionários ainda fervilhavam e as ilusões não se tinham dissipado. Livros como *Yaka* parecem tentar recuperar, em meio a esse mundo moderno do qual Angola não pode escapar, traços de uma nação primeva e culturalmente rica, permeada de pensamentos míticos absolutamente inconciliáveis com o mundo ocidental. “Nenhum analista sério da época, vendo objetivamente essas condições, iria prever, em qualquer um dos casos, as revoluções que estavam por vir (...). O que as tornou possíveis, ao fim e ao cabo, foi ‘planejar a revolução’ e ‘imaginar a nação’” (ANDERSON, 2008, p.220). A nação imaginada poderia suplantar, ao menos no plano das ideias, a nação colonizadora.

62 “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006, p.51).

2.2 Predadores da ilusão angolana

Pepetela, objeto de nosso estudo, foi militante do MPLA, ativo combatente contra a dominação do colonizador. Integrou também os primeiros governos angolanos, tendo sido nomeado vice-ministro da Educação em 1975. Apesar de sua participação política, ou até mesmo por causa dela, sentiu-se imbuído de, à parte de forjar uma identidade, criticar aquela que parece ter se instalado nos meandros do país, especialmente no que concerne aos que agora detinham o poder. Ele fez parte da geração angolana intelectualizada, que estudou em Portugal e ajudou a combater a colonização. Segundo Anderson (2008, P.198), enquanto o capitalismo transformava os meios de comunicação física e intelectual, as camadas intelectuais descobriram formas alternativas à imprensa, difundindo a comunidade imaginada. Ou seja, já que o movimento pré-independência não podia contar com os meios tradicionais de divulgação de suas ideias, teve que fazer uso de outros métodos, como encontros em A casa dos Estudantes do Império, por exemplo.

Em *Mayombe*, temos um cenário de guerra e de devastação pré-independência, era ainda cedo para prever quais seriam suas consequências. Talvez por isso as críticas de Pepetela tenham permanecido latentes, emergindo vez ou outra para dar voz às suas suspeitas de futuro não muito promissor. Já em *A Geração da Utopia*, a desolação é evidente: temos, nos personagens, a representação de um passado – idealista – de Angola e do presente – arrivista – do país. Nessa obra, percebemos claramente todo o processo de revolta pela independência, desde sua formação, já que o protagonista é um intelectual idealista, até sua efetivação e posterior desencanto. Contudo, a mera presença do sonhador como protagonista do livro nos leva a crer que as desilusões se embasavam principalmente em antigos sonhos

desfeitos, e não em ressentimentos novos. Porém, se podíamos ter essa sensação reconfortante antes, não nos sobra nada em seu livro *Predadores*.

Predadores é um romance de tese. Em um romance que se pretenda de tese, há um propósito nítido do autor e os personagens trabalham em prol deste fim. O objetivo que embasa o livro é o responsável pelas atitudes e caracterização dos personagens, e não o contrário. O autor, dessa forma, defende uma ideia em forma de ficção. Um exemplo clássico deste tipo de romance é *O primo Basílio*, de Eça de Queirós. O autor queria mostrar um painel da sociedade burguesa do século XIX, dando especial ênfase ao casamento e, particularmente, ao adultério e suas possíveis consequências. Nesse tipo de narrativa, faltam os personagens redondos ou esféricos, mas sobram intenções do autor. Os personagens apresentam-se indiscutivelmente planos, ou seja, “na sua forma mais pura, são construídos ao redor de uma ideia ou qualidade simples” (FORSTER, 2004, p.91). A ausência de complexidade dos personagens revela os objetivos imediatos do autor: temos, assim, um corrupto malvado, uma esposa submissa, um idealista desiludido, um menino honesto e esforçado, uma menina mimada, assim por diante.

Consiste, devo dizer, na incapacidade de perceber as profundezas e complexidades da mente humana comum; seleciona para fins literários duas ou três facetas de um homem e de uma mulher, geralmente os ingredientes mais espetaculares e portanto mais “úteis” dentre as suas características, e despreza os demais (FORSTER, 2004, p.94).

A Pepetela não interessa contar como se comportam as pessoas após a independência, suas contradições ou temores. Interessa, sim, mostrar uma Angola desencantada aos olhos de quem lutou pela revolução; extorquida por quem a devia incentivar; desinteressante para a nova geração. No entanto, o livro tem nuances maniqueístas, e o leitor não consegue envolver-se com nenhum dos personagens. Os meninos Nacib, Manuel e Kasseke, que poderiam cumprir este papel por serem bons e altruístas, revelam-se de uma inocência inverossímil e mesmo irritante, principalmente se pensarmos nos dois últimos, que viviam nas ruas e comportam-se com o mesmo conformismo e otimismo diante de situações trágicas ou cotidianas. Nacib, por sua vez, parece um títere governado por Mireille, e nem o amor

desculpa sua falta de *savoir-faire*. Esta, por sua vez, é uma menina mimada e manipuladora, sem qualquer objetivo na vida. Dois personagens conseguem atrair um pouco a condescendência do leitor por revelarem características mais interessantes que os demais: Ivan, que passa de menino irresponsável e homicida acidental a bom administrador, e Karim, que apesar de ser um negociante inescrupuloso e de índole duvidosa, tem sentimentos reais de amizade por Caposso. Para sustentar sua tese e não aprofundar-se nos contornos psíquicos de seus personagens, seria mister um pouco de carisma que os contrabalançasse. O romance de tese⁶³, realizado pelo autor, deve partir de uma hipótese. A que vislumbramos é: Angola continua com muitos problemas apesar da independência. É isso que se tenta provar, para isso servem os personagens. Percebemos, portanto, que se desvela um pendor orientado para a conformação mental dos leitores, para a transformação da sociedade e de seus defeitos.

Voltando ao autor, podemos constatar que o autor constrói sua narrativa desencantadamente, mostrando o país aos olhos dos seus personagens tolos, vis e irresponsáveis. Por isso não nos importa tanto a complexidade destes personagens, e sim o que eles representam: as diferentes visões de uma nova Angola. Eles são o reflexo do país: tanto a bondade ingênua quanto a inconsequência são faces diferentes de quem nunca viveu uma revolução, assim como o são a desilusão e o arrivismo de quem já viu a guerra. Temos, portanto, a ingenuidade e a vulnerabilidade de uma nova Angola que não conhece sua história representada em personagens como Djamila, Kasseke, Manuel e Nacib; a leviandade e a inconsequência em Mireille e Ivan; o desencanto de um país que esqueceu dos seus filhos mais aguerridos em Sebastião Lopes e Simão Kapiangala; e a ambição e a corrupção em Vladimiro Caposso e seus aliados poderosos.

Como o próprio título parece nos indicar, os predadores tomaram tudo das gerações idealizadoras da independência, dos sonhos pueris à possibilidade de uma ascensão social honesta. Ainda que haja personagens de boa índole – como Kasseke, Manuel e Nacib -, eles não têm a força nem o engajamento necessários para se opor ao sistema corrupto e opressor que domina o país. E todos sofreram, em maior ou menor grau, a problemática cultural

63 Um romance escrito de modo realista (isto é, baseado numa estética de verossimilhança e representação), que se apresenta ao leitor como primordialmente didático no propósito, procurando demonstrar a validade de uma doutrina política, filosófica ou religiosa (SULEIMAN, 1983, p.7). Traduzido pela autora do estudo.

africana em suas vidas. A identidade mítica, primeva, atingiu Kasseke e Manuel de maneira irreversível. E a atual, a dividida, a transplantada, atingiu, ainda que superficialmente, Nacib.

De uma maneira reducionista, mas lúcida, podemos vê-los como infantes tolos e suscetíveis. O primeiro, castrado por seu próprio pai, na tentativa de circuncidá-lo para manter uma tradição familiar, nos fornece uma analogia evidente com o que o “pai” Portugal fora capaz de fazer a Angola, castrando sua cultura na tentativa de manter-se no poder. Há aqui uma inversão da história original, quando o filho castrou o pai⁶⁴. Entretanto, tanto o pai de Kasseke quanto Portugal erraram na medida, pois enquanto a circuncisão de um virou sua castração⁶⁵, a tentativa de castração do outro se transformou no início de sua libertação. Não vamos questionar aqui se essa liberdade trouxe mais benefícios ou prejuízos e de que forma se deu essa transição de poder.

Manuel, por sua vez, sofreu pessoalmente o preconceito por sua própria cultura. Acusado de feiticeiro pela família e ameaçado, obrigou-se a fugir, tendo de viver ao relento até morrer vítima de uma doença desconhecida – quiçá uma feitiçaria?

Ficavam doentes, depois diziam que era o Manuel, feiticeiro, a chamar as doenças. Quando a mãe morreu, disseram logo foi o Manuel que puxou a doença, aí ele fugiu, com medo do castigo. Podiam até lhe matar, tu sabes? (PEPETELA, 2008, p.353).

Lhe levantaram borbulhas no corpo todo, se transformaram em chagas (...). Kasseke comprou os medicamentos com os poucos kwanzas que acumulou mas de pouco adiantou, Manuel morreu dias depois. Até hoje Kasseke não crê em causas naturais para a morte de Manuel. Acusado de feitiçaria pela própria família, Manuel deve ter sido vítima dela (PEPETELA, 2008, p.475).

Já Nacib é uma amostra clara de transplantação de cultura: um africano de nome árabe por causa de uma história brasileira - *Gabriela*, de Jorge Amado, ainda que para que fosse registrado, seu padrinho tivesse de inventar que Nacib era um herói nacional (PEPETELA, 2008, p.44). Trabalhador, bom filho e bom estudante, sentia-se infeliz por não viver plenamente seu amor com Mireille, filha do protagonista.

64 Note-se que este é um tema sempre mítico, basta que nos lembremos do que fez Zeus a seu pai, Cronos. O medo de que o pai supere ao filho também é recorrente na história de Laio e Édipo.

65 “Quando eu tinha oito anos um dia ele me levou, disse tinha de fazer circuncisão à maneira tradicional como ele e todos da sua família (...). Só que em vez de cortar a pele da ponta, como se deve fazer, cortou mesmo pelo meio (...). Quando me curei, só ficou esse coto” (2008, p.361-362).

Está outra vez no buraco, pensou Nga Celestina das Dores. De facto o filho mais velho cresceu sempre com aquela tristeza que lhe consumia, foi para a faculdade, melhorou, o sorriso freqüentemente nos lábios, brincando com os irmãos e os pais, era outro. Depois de algum tempo, de novo a tristeza (...). Celestina das Dores não ousava perguntar a Kasseke qual o drama que perseguia o filho. Sabia, se tratava de mulher, só podia. Uma mulher que ele conheceu quando era muito novo e lhe deu e lhe tirou a alegria de viver (PEPETELA, 2008, p.473-474).

Se a nenhum destes acomete a força necessária para enfrentar os males da nova Angola, falemos então de Sebastião Lopes. Advogado, ex-militante, é um idealizador frustrado, mas não ressentido. Podemos dizer que Sebastião Lopes teria a disposição e as ferramentas necessárias para aniquilar o sistema corrupto, mas não tem poder suficiente. Os únicos que podem realmente causar um estrago grande aos predadores são eles próprios. Destroem-se a si mesmos, como já previra Hobbes⁶⁶, e como o livro nos provará.

Sebastião foi um kamba (2008, p.95) que Vladimiro Caposso conheceu na juventude, supõe-se que nos idos da década de 70. Foi descrito pelo narrador como um “um jovem puro, queria se inscrever nas FAPLA⁶⁷, fazer treino militar, lutar pelo país” (2008, p.98) e “não perdia a esperança de educar politicamente o amigo” (2008, p.100). Envergonhava-se do pai, “cipaio” fácil dos portugueses, pago para auxiliar na repressão delatando os intentos revolucionários. “O pai de Sebastião era, nas palavras do filho, um reaccionário, defendia os colonos, eles é que trouxeram a luz eléctrica, são boa gente que nos quer civilizar” (2008, p.112).

Sebastião arrumou para Caposso o emprego numa loja de um português que futuramente lhe renderia o primeiro bem, apesar de ter se arrependido de indicar o emprego “burguês” ao amigo e tentar dissuadi-lo da vontade de mantê-lo:

- Mas estou bem na loja. Não tem muito trabalho. Sô Amílcar não me chateia...Nem preciso de pagar renda pelo quarto, estou a comer e vestir bem...
- Pois é isso mesmo. Estás a ficar com mentalidade de pequeno-burguês. Sabes o que é PBU? A pior coisa que há.
- Doença?
- Não. Pequena Burguesia Urbana. A classe do compromisso, que pode lixar a revolução. Os operários e os camponeses é que são o motor da mudança social, contra os burgueses, grandes ou pequenos, estás a entender? Foi o Lenin que explicou isso tudo, vou te passar o texto para estudares.

66 Thomas Hobbes, filósofo alemão, autor da célebre frase: “o homem é o lobo do homem”.

67 Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

- Mas tu não és nem operário nem camponês. Não vais fazer a revolução? Estás sempre a falar nela.

- Acho que sou um intelectual. Os intelectuais revolucionários são aliados dos operários e camponeses e fazem a revolução (PEPETELA, 2008, p.116).

Antes de se desencontrarem por anos, Sebastião e Vladimiro se encontraram quando o primeiro retornou da guerra, desgastado pelas batalhas e por ver o muro que o então amigo colocou na agora sua propriedade, a antiga loja de Sô Amílcar. “Por isso, agastado, não aceitou levá-lo ao comitê do MPLA para se inscrever e aproveitou para dizer ainda não fui a casa ver a família, depois a gente se encontra, o que era uma maneira elegante de acabar a amizade...” (PEPETELA, 2008, p.132).

A narrativa nos mostra que Sebastião Lopes transformou-se em um modesto mas respeitado advogado, e advogava principalmente pelas causas que considerava mais nobres e que tinham, por assim dizer, um certo teor socialista em que ele nutria suas forças.

- Sim, tens razão, és um grande malandro. Vi os olhos dele, sinto agora uma grande responsabilidade em defender esta gente. E quanto a isso de sucesso, meu velho, era bem bom. Meus clientes quase nunca têm dinheiro para me pagar. Às vezes levam-me um cabrito ou uma garrafa de vinho, já não é mau. Sobretudo porque estão a dar tudo o que têm (PEPETELA, 2008, p.196).

Uma dessas causas foi a Fazenda Karan. Os reclamantes tinham duas razões principais: primeiro, restabelecer o corredor para passarem os bois, utilizado há gerações pelos camponeses e que teve sua circulação impedida pelo proprietário da fazenda; segundo, desfazer a barragem do lago, que foi desviado e por isso a seca agora assola muitas famílias; a última reclamação, inserida depois do início da tramitação do processo, dizia respeito a uma indenização que deveria ser paga de forma a restituir às famílias os prejuízos por anos de seca e de mortes de animais por causa dos longos desvios de caminho. Acionado por Bernardino Chipengula, amigo dos tempos de cadeia que criou uma ONG para auxiliar os menos favorecidos e para contestar o que havia se tornado o MPLA, Sebastião Lopes aceitou advogar, ainda que sem raiva nem vingança e imbuído por motivações sociais, contra o ex-amigo Vladimiro Caposso. A expectativa desse encontro nos é dada no capítulo 7, quando sabemos que o advogado enfrentará o longínquo amigo nos tribunais.

Vladimiro, nas palavras do autor⁶⁸, é alguém com quem devemos evitar o contato. Arrivista, interesseiro, mau pagador, envolvido em negócios escusos e com prostitutas, delator de falsos delitos, hipócrita, mau pai, péssimo marido, espancador e, como se não bastasse, assassino, o protagonista da trama rende variados rótulos. Ele não sente arrependimentos nem tem conflitos. Seus únicos bons sentimentos são reservados a sua filha caçula, Mireille, e até nisso há o interesse em que ela o substitua, por ser a filha com o caráter mais parecido ao pai. Ele é um personagem representativo da classe da elite econômica de Angola, que se aproveita do sistema em benefício próprio e tem relações de conveniência com os membros do MPLA, chegando a aspirar um cargo no Conselho do partido. Não obstante, a ascensão econômica não o converteu num homem refinado, o que o faz protagonizar cenas patéticas de mau gosto e de falta de bom senso, como colocar uma réplica extravagante da torre Eiffel no jardim, não saber apreciar adequadamente whisky, a não ser com muito gelo, e comportar-se de maneira inadequada em concertos e recitais.

Destarte, chegamos ao nome da maior zombaria narrada depois da Angola pós-independência: chama-se Simão Kapiangala. Sua história é digna de lástima: durante um treino militar, ele pisou em uma mina e “entrou na escuridão maior que a noite (...). Ficou com dois pequenos cotos de coxas e sem coto nenhum no braço, foi mesmo amputado pelo ombro” (PEPETELA, 2008, p.231).

Quando deixou de estar em perigo de vida, trouxeram-no para o Hospital Militar de Luanda, na esperança de arranjar prótese para as pernas, mas outros tinham prioridades estranhas e inexplicáveis, ele foi ficando esquecido e depois também teve de sair do hospital, ocupava o lugar de algum ferido urgentemente grave. Viveu nas ruas, ia fazer mais como? Prometeram uma pensão do Estado mas ela nunca vinha, prometeram uma casa mas ele continuou na rua (PEPETELA, 2008, p.233-235).

A desconsideração com que Simão fora tratado, de herói da guerra a mutilado maltrapilho e indigente, mostra-nos a real dimensão que calha ter agora, para o autor, os feitos bélicos de um passado que só interessa para manutenção de privilégios de poucos.

68 Pepetela, em conferência dada ao público da Feira do Livro de Porto Alegre de 2008, relatou ter sido abordado por uma senhora que o acusou de estar usando um membro de sua família, homônimo do protagonista de *Predadores*, como personagem de seu livro. O autor comentou ter respondido que se Vladimiro Caposso pertence mesmo à família dela, ela deveria tomar muito cuidado com ele.

Simão se nos apresenta como uma metáfora nítida do massacre – não físico, mas emocional – que sofreram todos que acreditaram em um futuro sem opressores após a independência, visto que este papel estava reservado aos portugueses. Ledo engano. Sempre há alguém para oprimir, foi assim em todas as revoluções inicialmente anárquicas e libertárias. Liberta-se de um sistema de opressão para se entrar em outro, ainda que com novos contornos e faces mais conhecidas. “O poder é essencialmente repressivo” (FOUCAULT, 1979, p.175). Usando a máscara do sentimento nacionalista de libertação de Angola, os partidos políticos - em especial o MPLA - revelaram-se novos opressores quando dispuseram do poder.

Um futuro que se sonhou igualitário e justo agora maltrata seus heróis e protege seus inimigos. O destino final de Simão, atropelado por Ivan Caposso ao ser confundido com um cão, pode significar a nova e inconsequente geração acabando definitivamente e sem qualquer esforço com os ideais defendidos pela geração anterior. Segundo um provérbio angolano⁶⁹, *ekova k'omanu, ochipa k'inhama* (a pele humana caracteriza as pessoas, a pele dos animais tem um nome diferente). Podemos inferir que não se deve confundir uma pessoa com os animais. Apesar da pessoa e os animais possuírem pele, há na sua aparência uma diferença essencial e profunda, o que permite distingui-los. No entanto, Simão não podia mais ser diferenciado dos animais, havia perdido sua capacidade de locomover-se como um homem, de banhar-se e de portar-se como um ser humano. A metonímia observa-se aqui igualmente. A aparente semelhança das partes não pode ser critério para avaliar o todo de duas realidades distintas.

O narrador desta obra, por sua vez, merece uma atenção especial. Ele manifesta-se de forma intrusa porém explícita, entre parênteses, explicando-se ou mesmo provocando o leitor, como nos deixa claro em sua primeira inserção:

[Qualquer leitor habituado a ler mais que um livro por década pensou neste momento, pronto, lá vamos ter um flashback para nos explicar de onde vem este Vladimiro Caposso e como chegou ao que é hoje. Desenganem-se, haverá explicações, que remédio, mas não agora, ainda tenho fôlego para mais umas páginas sem voltar atrás na estória, a tentar a História. E desde já previno, este não é um livro policial, embora trate de uns tantos filhos da puta. Mas previno que haverá muita mistura de tempos, não nos ficaremos por este ano de 1992, em que

69 Os provérbios angolanos citados neste estudo foram retirados do site do Consulado Geral de Angola no Brasil. Disponível em: http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=45

houve as primeiras eleições, iremos atrás e iremos à frente, mas só quando me apetecer e não quando os leitores supuserem, pois democracias dessas de dar a palavra ao leitor já fizeram muita gente ir parar ao inferno e muito livro para o cesto de lixo] (PEPETELA, 2008, p21-22).

Chamando a seus leitores de parvos (2008, p.276), curiosos (2008, p.383), preguiçosos, desatentos ou desmemoriados (2008, p.432), o narrador vai construindo sua trama, mostrando-se pouco suscetível às críticas e aos apelos dos narratários:

Pois é, por ser exagerado demais é que ponho esta coincidência aqui, adoro inverossimilhanças, impossibilidades, arriscar ser chamado de excessivo, incapaz de medir conseqüências e mesmo, o pior de tudo num escritor, desleixado...Nem imaginam como me reconfortam as vossas críticas e maledicências... (PEPETELA, 2008, p.276).

[Por isso e eventualmente só por isso, podemos voltar a encontrar o inspector, estas estórias gostam sempre de dar muitas voltas, mas não estou prometendo nada]. (PEPETELA, 2008, p.244).

Apesar de alegar que não faz juízo de valor -“Reforçaria mas não o faço, pois o autor deve ser neutro nos conflitos que as suas personagens criam” (PEPETELA, 2008, p.480), o narrador nos mostra, em seus comentários, exatamente o contrário disso, destilando toda sua acidez e ironia - “Caposso nunca leu Sartre, até pode pensar que é alguma marca de água mineral” (PEPETELA, 2008, p.490). Este narrador, que se chama autor - a exemplo de Saramago, que nunca creditou o papel do narrador nas suas histórias - tem outro artifício que o distingue: ele termina o capítulo dando mote para o próximo, o que seria relativamente normal, mas no presente livro torna-se raro.

Os capítulos não obedecem a uma sequência cronológica: a trama começa em 1992, com o assassinato da amante de V.C e o princípio do romance entre Nacib e Mireille, logo retrocede até 1974 e se detém em 1975 e 1978, contando os idos da juventude do nosso protagonista e suas aventuras como comerciante; após, salta até 2004, ano ‘atual’, em que Sebastião é designado advogado contra a fazenda Karam; retrocede até 1998, relatando as peripécias do jovem Ivan e a história de vida de sua inocente vítima, Simão Kapiangala; volta para 1997, onde enfoca Mireille e sua falta de vocação (para os negócios, até então), retrocede ainda mais até 1985 e vai até 1991 e 1995, mostrando a ascensão política e

econômica de V.C, salta propositadamente até 2004, onde temos um princípio de derrocada de V.C e termina neste mesmo ano, mostrando o desfecho dos personagens, ainda que o livro termine sem destinos definidos. Historicamente falando, temos um período que vai desde o fim da guerra pela libertação – alguns meses depois da Revolução dos Cravos em Portugal, passa pela independência em 1975, pela disputa de poder em Angola e pelos anos de guerra civil até chegar a 2005, três anos depois do fim da guerra e quando se pode, afinal, esperar alguma constância nesse tempo de paz.

Então pode-se imaginar, em um livro que viaja pelo tempo cronológico, os motes dados aos finais dos capítulos enriquecem ainda mais a leitura. Para exemplificar, terminamos o capítulo 14 em novembro de 1995, quando o pai de Bebianá, então namorada de Caposso, comenta que ele tem que terminar de reformar a casa para que os dois possam se casar. Imediatamente nos transportamos para abril de 2001, quando Ivan tinha acabado de orientar a construção da mansão de V.C na fazenda Karam. Outras passagens necessitam ser citadas, como no capítulo 13, quando Kasseke não tinha vendido nada e dormiria com fome (em 1991) e, logo no início do capítulo 14, em 1995, o narrador constata que a única fome que tem nosso polêmico protagonista é a fome de dinheiro. Por fim, a metáfora do tubarão: no capítulo 19, em outubro de 1986, Caposso está começando a prosperar economicamente, o que rende o comentário do narrador: “Assim engorda um tubarão...” (PEPETELA, 2008, p.520). Ocorre que prontamente estamos em dezembro de 2004, derrocada financeira de V.C, e a exemplo de Hobbes, já citado, o narrador não se furta em dizer: “O problema de Caposso é que havia tubarões mais gordos ou mais fortes” (PEPETELA, 2008, p.521).

Ademais de tudo que foi dito sobre esse interessante narrador, algo maior se revela, que justifica o já mencionado propósito do autor de traçar um paralelo entre a história de seu país e as histórias de seus personagens, como em um espelho. Se formos pensar na trama tal como ela se apresenta, temos a seguinte ordem:

Capítulo 1 – setembro de 1992.

Capítulo 2 – setembro de 1992.

Capítulo 3 – setembro de 1992.

Capítulo 4 – setembro de 1974.

- Capítulo 5 – setembro de 1975.
- Capítulo 6 – setembro de 1978.
- Capítulo 7 – maio de 2004.
- Capítulo 8 – junho de 1998.
- Capítulo 9 – junho de 1998.
- Capítulo 10 – outubro de 2003.
- Capítulo 11 – janeiro de 1997.
- Capítulo 12 – dezembro de 1985.
- Capítulo 13 – agosto de 1991.
- Capítulo 14 – novembro de 1995.
- Capítulo 15 – abril de 2001.
- Capítulo 16 – julho de 2004.
- Capítulo 17 – agosto de 2004.
- Capítulo 18 – agosto de 2004.
- Capítulo 19 – outubro de 1986.
- Capítulo 20 – dezembro de 2004.

Entretanto, se formos ler cronologicamente o livro, o leríamos nessa ordem de capítulos: 4, 5, 6, 12, 19, 13, 1, 2, 3, 14, 11, 8, 9, 15, 10, 7, 16, 17, 18, 20. Para melhor fazer um paralelo com a história de Angola e de seus personagens, é dessa forma que iremos analisar a narrativa. O autor, em entrevista concedida por e-mail no dia 9 de março de 2011, diz-nos que a ordem cronológica foi escolhida aleatoriamente, menos o último ano, que foi a data de conclusão do livro. No entanto, podemos fazer algumas analogias com a História.

A narração começa em setembro de 1974, auge da guerra pela independência. Sabemos que essa guerra se estendeu de 1961 até 1974. Na trama, vemos o empenho do idealista Sebastião Lopes em se inscrever nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e lutar pelo país, enquanto Caposso deseja apenas não se envolver nessas questões políticas e manter-se alheio. O capítulo 4 é o único pré-independência que temos, o que nos faz pensar que seu propósito é justamente o de mostrar as diferenças entre os dois até então amigos.

Toda a questão da nação, para a maioria das pessoas comuns de qualquer classe social, é que ela é desinteressada. E exatamente por essa razão ela pode exigir sacrifícios (...). A grandeza de morrer pela revolução também deriva do grau de sentimento de que ela é algo fundamentalmente puro (ANDERSON, 2008, p.202).

Em uma época em que fervilhavam os sonhos de independência, Sebastião é extrema-esquerda e Vladimiro, um alienado. Sebastião até tenta converter o amigo para sua causa, dando-lhe inúmeros ensinamentos sobre Marx e pensadores afins, mas o esforço é vão. Até então, Vladimiro não se interessa por nada que envolva política.

Estamos numa época em que o posicionamento político se fazia indispensável – tempo em que, enquanto alguns angolanos eram pagos pelo governo português para guerrearem contra os interesses do seu próprio país, outros morriam e matavam pelo ideal libertário. O alheamento de Caposso, que lhe fora outorgado como uma herança paterna – junto com a roupa do corpo, um relógio, os instrumentos da profissão de enfermeiro que não chegou a seguir e alguns móveis velhos – fere o sistema colonial no seu processo de libertação. Não coincide com o pensamento revolucionário que vigorava na época, ainda mais por ser a acomodação o seu motivo principal.

Caposso-pai nunca quis saber de política, se aprendes a dar boas injeções, se sabes fazer curativos correctos, tratar paludismos e diarreias então estás bem e te aceitam, tens um salário mesmo se pequeno ou então cobras tu mesmo os curativos, ninguém te chateia. Se te metes em política acabas na cadeia, não foi onde foram parar os outros todos, os terroristas que a si se chamavam nacionalistas? Por isso Caposso-filho não entendia nada de política, fugia dela até, queria apenas ser futebolista, obedecendo ao pai de um lado, contrariando pelo outro (PEPETELA, 2008, p.99-100).

A seguir, no capítulo 5, com a concretização da independência, o medo de sarna de Caposso passou rapidamente. “E não percebo nada dessas políticas, nem me vou a meter. O meu pai dizia, política causa sarna” (PEPETELA, 2008, p.120). Agora, com o MPLA no poder, interessava ao já ganancioso Caposso algumas relações com quem dominava o cenário político. Amílcar, o português de quem V.C era funcionário, voltou para Portugal por se sentir ameaçado com nova situação de Angola⁷⁰ e deixou a Caposso sua loja, ainda que não de

70 "No segundo semestre de 1975, após a tomada do poder pelo MPLA, durante o 'governo de transição', Angola experimentou um êxodo populacional sem precedentes em sua história (...). Fugiram do país, abandonando ou destruindo bens ou levando o que podiam, cerca de 80% dos colonos portugueses" (MENEZES, 2000, p.215).

forma definitiva oficialmente. Caposso, então, para evitar que invadissem sua agora propriedade, levantou um muro. “Dias depois, com as obras concluídas, escreveu nas chapas como muitos outros tinham feito na parede exterior das casas e quintais. Não encosta ou penetra, propriedade de camarada do MPLA” (PEPETELA, 2008, p.131). É a conveniência moldando os ideais políticos de nosso protagonista, que, afinal, filia-se ao MPLA, nem que para isso tenha tido que mudar de nome e inventar uma história para fazer-se confiável:

Deu então os dados que o outro pedia para preencher uma ficha e o respectivo cartão.

- Nome?

- Vladimiro Caposso.

- Vladimiro?

- Como o Lenine. O meu pai era um revolucionário há muitos anos.

- E a administração colonial aceitou? Era nome proibido.

- Por isso nunca fui registrado. Vivi na clandestinidade.

O outro escreveu laboriosamente, impressionado. Escrevia muito devagar, não sendo fácil descobrir se por ser quase analfabeto ou por perfeccionismo gráfico.

- Naturalidade?

- Catete.

O funcionário escreveu mas levantou os olhos para ele. Caposso não saberia dizer se os olhos do outro denotavam admiração, respeito ou ressentimento, ainda não tinha treinado esses dons de adivinhar nas caras os sentimentos.

- Profissão?

- Empregado comercial.

Tinha já percebido, era inconveniente declarar ser dono de loja, mas também não dava dizer sou operário, devia se notar não tinha aspecto e talvez fosse preciso justificar mais tarde com papel que nunca conseguiria (...). Caposso passou no dia seguinte e de facto estava pronto o abençoado cartão que poderia lhe abrir muitas portas, com um nome que metia respeito e uma terra de origem de onde vinha gente famosa, sempre pronta a dar ajuda a um parente, pois era voz corrente, todos os catetenses eram parentes e muito unidos (PEPETELA, 2008, p.134-136).

É o início de uma vida inteira de politicagem e de dissimulação de V.C. Criar um nome, uma cidade de origem e antepassados revolucionários serve apenas como pretexto para a ascensão política de V.C. Os próximos capítulos confirmam esse dado: nos primeiros anos pós-independência, o nosso protagonista conhece aquela que virá a ser sua esposa, a inexpressiva Bebiana, a engravida, casa-se com ela após reforçar o comércio de Amílcar - que já havia fechado e se transformado em sua casa -, trabalha como motorista e, apenas 5 anos depois de sua filiação ao MPLA, já possui um carro próprio, um cargo de prestígio na Secretaria de Estado dos Desportos e torna-se membro do Comitê Central do Jota. Estamos no ano de 1985, dez anos após a independência. A ascensão profissional do nosso

protagonista, portanto, encontra-se intimamente relacionada com sua relação com o partido político dominante. Aquele mesmo Caposso que antes faria tudo para evitar contato. Sabemos, no entanto, que o MPLA que V.C evitava era aquele revolucionário e radical, bem diferente das atitudes desse novo MPLA, agora no poder. Com este, V.C identifica-se. Anderson (2008, p.222) mostra-nos como se dá essa mudança na política do país. Afinal, os vitoriosos sempre herdaram a estrutura e o funcionamento do sistema anterior: “às vezes os funcionários e os informantes, mas sempre os fichários, os dossiês, os arquivos, as leis, os registros financeiros, os censos, os mapas, os tratados, as correspondências, os memorandos, e assim por diante”.

Tal como a complexa rede elétrica de uma grande mansão depois que o dono vai embora, o Estado espera que o novo dono ligue os interruptores para voltar a funcionar com o antigo brilho.

Portanto, não surpreende muito que as *lideranças* revolucionárias, consciente ou inconscientemente, venham a se fazer de senhores da mansão. Dessa acomodação surge invariavelmente aquele maquiavelismo de “Estado” que é um traço tão marcante nos regimes pós-revolucionários, em contraste com os movimentos nacionalistas revolucionários (ANDERSON, 2008, p.222-223).

Birmingham (2010, p.217) também nos fala sobre essa “herança maldita”. Segundo o autor, apesar de Angola ter sido um país que passou, durante o processo de descolonização, por uma grande transformação em relação aos demais países africanos, o que aconteceu foi uma “continuidade do passado em vez de uma transformação do presente”. O autor explica: ainda que a independência tenha sido conquistada através de uma luta “travada em nome dos 'trabalhadores' e dos 'camponeses’”, não foi bem assim que a situação foi definida: “nos anos 70, os trabalhadores rebelaram-se contra o governo do movimento popular e, na revolta dos anos 80, os camponeses fizeram o mesmo e ainda com mais persistência”. Apesar da destituição do domínio português por tantos anos desejado, o governo sucessor continuou sendo “extremamente burocrático e relativamente autoritário”.

O movimento popular esperava criar um sistema político de larga base a partir dum partido de massas, mas na prática foi empurrado pelas circunstâncias da guerra a concentrar o poder num número cada vez mais reduzido de mãos até se parecer com uma pirâmide invertida equilibrada precariamente num ponto que consiste numa dúzia de famílias relacionadas com os “velhos” crioulos negros do século XIX (BIRMINGHAM, 2010, p.217).

V.C soube encaixar-se bem nessa pirâmide: enquanto foi motorista, Caposso já se aproveitava do sistema a seu favor, trabalhando para particulares em seu horário de trabalho regular e arredondando seu próprio salário. Agora, construía sua fortuna a partir das brechas do Estado, que o favoreciam: “a secretaria do Estado foi tendo uma carreira burocrática no gabinete de Intercâmbio, por proposta de um kamba mais antigo na Jota que tinha ocupado o cargo de director” (PEPETELA, 2008, p.315). Assim começa o personagem a usufruir plenamente o sistema, já que sua função lhe permitia numerosas viagens ao estrangeiro, além de receber ajudas de custo que lhe serviam para comprar presentes à família, aparelhos de som e vídeo de alta tecnologia ou mesmo para economizar em uma conta bancária.

Também neste capítulo Caposso vai delatar um camarada por algo que ele não fez, a pedido dos poderosos do partido. Era alguém que começava a incomodar seus superiores por perceber atitudes de corrupção. Ou seja, alguém que tentava resgatar os ideais do antigo MPLA, já esquecido atualmente.

- Lá em cima precisam se livrar desse antigo camarada, hoje um traidor, nossa vergonha nacional. Um traidor entre vários outros, mas certamente o mais perigoso. Infelizmente ainda não se reuniram as provas suficientes para haver um processo criminal. Sabe, é complicado arranjar provas para essas coisas. E os processos criminais de dirigentes são complicados, não caem bem junto ao povo, fazem supor maquinações, sabe como é. Mas torna-se urgentíssimo retirar-lhe pelo menos força política, para lhe amarrar as mãos, ele tem informações militares de grande importância, a qualquer momento pode passá-las para o inimigo, ou fazer coisa pior. Não há tempo para mais. O primeiro passo é retirá-lo do comité central. Depois, com ele enfraquecido por já não pertencer à direcção, é muito mais fácil fazer investigações profundas e descobrir todas as provas necessárias. Temos de reforçar a disciplina interna, limpar o partido das ervas daninhas, há um grupo de traidores que põem em perigo a própria sobrevivência do partido e mesmo a unidade da nação. Compreende a urgência? (PEPETELA, 2008, p.326-327).

No entanto, apesar de ceder aos interesses do partido, um lobo maior que Caposso vai intervir, acabando com suas pretensões de ascensão rápida no partido:

- Eu cumpro a minha parte. Arrisquei consequências pessoais porque confiei em si. Afinal o camarada não cumpriu sua parte no acordo (...).
-Já lhe expliquei o que passou. Fique calmo, espere cinco anos que chega ao comité central. Mesmo estando metido até o pescoço no processo de candongueiro. Ou julga que não sabemos? Fechamos apenas os olhos. Enquanto nos for fiel e de boca fechada (PEPETELA, 2008, p. 331 - 332).

Destarte, sabemos que esse confronto de poderes e de interesses faz parte do processo de nacionalização de Angola pós-independência. Hobsbawm, em *A era dos extremos: o breve século XX*, fala do processo pós-colonial como um todo e podemos aplicá-lo para o exemplo de Angola: “Mais freqüentemente, logo após a independência. desenvolvem-se as tensões entre as partes componentes dos movimentos de independência” (HOBSBAWM, 1991, p.204). O autor explica ainda que esse conflito geralmente ocorre “entre povos envolvidos ativa e não ativamente, ou ainda, entre o secularismo não setorial já emancipado dos líderes e os sentimentos das massas”. (HOBSBAWM, 1991, p.204). Pesa ainda o fator de que “uma das maiores dificuldades da pós-independência em Angola foi a escassez de líderes, organizadores e administradores formados e experientes” (BIRMINGHAM, 2010, p.189).

Essa divisão de interesses nos é demonstrada na atitude dos dirigentes do MPLA para com os dissidentes, ou seja, para com aqueles que de alguma forma questionam os métodos e os resultados alcançados pelo partido que deveria defender os interesses do povo na construção da nação angolana. Estamos falando apenas dos problemas internos do partido dominante, nem nos deteremos nas rugas entre o MPLA e a UNITA⁷¹, por exemplo, que são de fundo ideológico. Dentro do MPLA, todos, em tese, estariam defendendo os mesmos ideais e os mesmos princípios que embasaram a luta pela independência. No entanto, como a obra de Pepetela nos mostra, os interesses do partido mudaram e nem todos acompanharam essa mudança. Há os que optaram por excluírem-se do processo político e atuarem anonimamente pelo que consideram ser justo, como Sebastião, há os que preservaram seus ideais anteriores à independência e foram rechaçados, como o infeliz delatado por Caposso e, finalmente, há os que se adaptaram perfeitamente à nova roupagem do partido por terem sempre pensado dessa forma, como V.C.

71 “Esse processo negociado de libertação seria violado pela manifesta diferença entre os grupos participantes (aflorando o tribalismo e o regionalismo que marcavam suas origens) e pela astuta ação do MPLA, em meados de 1975, que, tomando o poder aos demais participantes, cria a 'Revolução Popular de Angola', orientando-se para um modelo ‘socialista’, com a cooperação da ex-União Soviética.

Essa atitude desperta a oposição dos grupos rivais, levando o país a uma guerra fratricida, desgastante e cruel que duraria, pelo menos, dezoito dos seus primeiros vinte anos de história soberana, com o agravante de se tornar, além de um problema interno, um conflito inserido no âmbito da Guerra Fria, dada a vigente dicotomia que opunha os mundos ‘capitalista’ e ‘socialista’ naquela ocasião” (MENEZES:2000, p.33-34).

Estamos agora no ano de 1986. Enquanto Angola passa por uma grave crise econômica⁷², Caposso preocupa-se com suas mesquinhas ambições. Ciente de que merece viver no lugar mais privilegiado de Luanda, o nosso protagonista começa a cobiçar uma casa e, contando com a ajuda de Faustino, tomou a casa do português Francisco Amorim.

Foi antes de receber a primeira carta anônima metida por baixo do portão do jardim e que dizia, entre outras coisas; “É hora de pagares pelos crimes da tua raça, seu branco de merda.” Uma semana depois, nova carta: “Se não abandonas o país, que deve ser só pra nós, os genuínos negros angolanos, estás morto, pula mal cheirente”. Todas as semanas recebia uma e já tremia só ao ver um envelope por baixo do portão (...).As cartas anônimas eram quase diárias, cada vez mais raivosas e ameaçadoras, responsabilizando-os de ter desfalcado o banco, de andar a fazer tráfico de diamantes, de ter trazido os portugueses para colonizar o país em 1482 e outras piadas do género.

Até que um dia dois agentes da segurança do Estado lhe bateram à porta e fizeram minuciosa revista à residência, pois tinham recebido diamantes da zona do Cafunfo, como escondia notas falsas de libras esterlinas em casa para as distribuir por uma rede de tráfico (...) já era demais, pediu férias que nunca tinha gozado no exterior do país, apanhou o primeiro avião partindo para o Rio de Janeiro e foi se apresentar a um tio aí estabelecido, contando a estória e lhe pedindo, por favor arranje-me um quarto e um emprego, para Angola eu não volto (PEPETELA, 2008, p.502-504).

As ameaças ao português renderam a Caposso a realização de seu objetivo. Ocupar a confortável casa de um luso poderia significar uma revanche, pois o ato não deixa de ter um grande significado simbólico - seria, de certa forma, devolver o ato desencadeador de tudo, isto é, vingar-se de quando os colonizadores "tomaram a casa" dos angolanos, ou seja, seu país. Talvez se fosse outro a ocupar a casa o fato teria nuances de revanche, mas, como foi Caposso, o episódio torna-se mais realista e menos poético. Não obstante, não podemos esquecer do pobre português que ocupava a casa: um trabalhador comum, e não um alto

72 “Possuindo influência apenas relativa sobre a política de investimento no setor petrolífero (capaz de fazer aumentar a produção) e sujeita às intempéries do mercado, não demorou para que Angola, com a abrupta queda nos anos 80 (sobretudo em 1985 e 1986), enfrentasse sérias dificuldades econômicas e fosse obrigada a recorrer fortemente ao endividamento externo.

Com seu parque produtivo sucateado (resultado perverso da combinação de guerra com políticas negligentes de investimentos, condicionadas, ao nosso ver, pela ‘folga de recursos’ proporcionada pelo petróleo) e altamente dependente de importações, ao que se somou a cessação da ‘cooperação socialista’ (pelo fim da União Soviética e desmoroamento de seus satélites) não tardou para que Angola fosse obrigada a se submeter aos ditames das instituições capitalistas internacionais e fosse levada a redefinir seu modelo econômico” (MENEZES, 2000, p.211).

funcionário, enquanto V.C é um poderoso empresário atuando sempre em benefício de seus próprios interesses, que não raro prejudicam os dos menos favorecidos⁷³.

A ideia de casa, tão trabalhada quando analisamos o livro *O jardim sem limites*, volta a aparecer no livro de Pepetela. Percebemos, então, que a mesma imagem, que deveria simbolizar acolhimento e identificação - a casa como a pátria - representada aqui como apropriação e desprendimento, tanto dos laços afetivos quanto da relação do personagem com seu país. Para Caposso, a casa tem um sentido peculiar: significa sua ascensão e sua equiparação aos poderosos de Luanda, já que viver naquele bairro, por si só, demonstrava prestígio. Esse espaço ganha, então, ares de neocolonização. Se antes os portugueses massacraram os angolanos com a guerra⁷⁴ e os oprimiram com o regime colonizador, agora são alguns dos próprios angolanos, beneficiados com a ascensão do MPLA e suas relações de poder, que se convertem em exploradores do próprio povo ao qual antes alardeavam que defenderiam. Segundo Menezes (2000, p.217-219):

Ao lado do "sistema oficial", funcionava, praticamente desde os primeiros dias de libertação, um "mercado paralelo" (chamado no país de *kandongá*) de bens, serviços e câmbio, possuindo dinâmica própria e inteiramente ignorado (oficialmente) pelas autoridades do governo. Esse "mercado paralelo", ao longo do tempo, possibilitou o aparecimento de uma "elite econômica" que logo se aliaria à "burocracia estatal", formando a classe dos "empresários angolanos" (fornecedores ou intermediários das compras do governo, assim denominados já no período de transição para a "economia de mercado"), com o modo de vida bastante distinto do restante da população. Por ocasião da transição para a "economia de mercado", essa "elite econômica" (a despeito de, provavelmente, preferir a continuidade da situação conturbada anterior, que lhe proporcionava altos lucros) foi beneficiada pelo acesso privilegiado aos patrimônios privatizados (inclusive associada a estrangeiros), pelas novas leis que favoreciam a oficialmente chamada "classe empresarial angolana" ("eleita" pelo governo como importante para o processo de transição) e pelas novas oportunidades de negócios (dada sua disposição de capital) que possibilitaram grandes lucros, fortalecendo-a ainda mais.

O que acontece logo depois é previsível: Caposso fortalece-se ainda mais como empresário, beneficiado também pela lenta transformação da economia angolana, que permitiu a convivência entre o socialismo em decadência e a economia de mercado em

73 Vide, por exemplo, episódio da Fazenda Karan - capítulos 7, 17 e 20.

74 Denominada "Guerra Colonial" pelos portugueses e "Guerra pela Libertação de Angola" pelos angolanos.

ascensão. O sistema, então, acabou por favorecê-lo. Segundo Menezes (2000, p.38), essa demora acabou por facilitar o fortalecimento das chamadas “elites econômicas' locais (nascida dentre os exploradores do mercado paralelo, da burocracia estatal” e também favoreceu os “‘empresários nacionais' - intermediários das compras do governo ou novos empresários nascidos com a abertura econômica)”. Estes, em conjunto com capitalistas estrangeiros, “passaram a se apropriar com relativa facilidade dos bens públicos privatizados, auferindo vultuosos lucros com as oportunidades criadas”. É o sistema retroalimentando-se e favorecendo sempre a si próprio.

Estamos agora no ano de 1991, ano do acordo de paz de Bicesse/Estoril, entre o governo angolano e a UNITA, que trouxe grande esperança de paz aos angolanos. É também nesse ano que Nacib assiste, acompanhado de Kasseke, à inauguração de um minimercado de Caposso, ainda sem saberem de quem se tratava, e que Caposso conhece Karim, que viria a tornar-se seu sócio e amigo. Temos, portanto, o desenrolar de duas situações de amizade aparentemente sem relação, mas que servirão, futuramente, para reforçar o mau caráter de V.C, já que apesar de se tornar amigo de Karim, Caposso o prejudicará, enquanto Nacib beneficia Kasseke de todas as maneiras possíveis. Salientam-se, então, as diferenças morais entre os dois personagens.

Aliás, a falta de moral de V.C propiciou a cena seguinte, que acontece no primeiro capítulo: a morte da prostituta Maria Madalena e de Toninho, ocorrido uma semana antes das eleições de setembro de 1992.

Na rua acontecia uma passeata política, com muitos carros cheios de gente agitando bandeiras rubro-negras, cartazes, jovens de camisolas vermelhas e punhos erguidos, gritando slogans e canções políticas. Faltava uma semana para as eleições. A essas passeatas de pessoas empoleiradas em carros, dezenas de carros embandeirados a buzinar e centenas de cidadãos a gritar, o povo no seu aprendizado da recém-chegada democracia chamava carreatas, pois as passeatas deviam ser nomeadas apenas no caso de manifestações a passo. Esta era talvez a maior concentração de veículos de sempre, na maior parte buzinando estridulamente.

Caposso apontou com frieza do lado de fora do quarto, retendo a respiração, como aprendera da arte de bem disparar. Esvaziou o carregador da pistola. Os tiros foram bastante abafados pelo barulho atoador da carreatas. Entrou no quarto, empurrou com o cano da pistola o corpo do homem morto. Verificou que ela também estava morta, três buracos perto do coração (...). Não era por eles que fazia essa matança, era por si próprio. Saiu do quarto, guardou a arma, foi à mesa da sala onde sabia haver sempre marcadores e canetas. Com uma caneta de feltro vermelha, escreveu numa folha de

papel em maiúsculas e com a mão esquerda "Ninguém trai a UNITA sem deixar a vida" (2008, p.15-17).

A morte da moça, por si só, não representa nada na trama. Maria Madalena mal é citada, é apenas mais uma de várias amantes que V.C tem ao longo da narrativa, não é amada pelo personagem e nem possui algum papel particular no desenrolar da história. Ele a mata apenas por um orgulho ferido, por sentir-se traído e querer vingar-se. Significativo realmente é o fato do narrador mostrar-nos, logo no primeiro capítulo, que Caposso é racional e perigoso, e que se aproveitará das situações que lhe forem convenientes, como fez ao acusar a UNITA do crime que ele cometeu. "Se atirasse as culpas para a UNITA, o partido que afrontara o governo na guerra civil e cuja violência era reconhecida até pelos próprios aderentes mais imparciais, ninguém ia investigar nada" (2008, p.18). O contexto político para o desenrolar dessas ações é o mais propício possível. Afinal, apesar do acordo de paz assinado em 1991 e das eleições democráticas de 1992 terem transcorrido sem evidências de fraude (segundo constatação da Organização das Nações Unidas), o que aconteceu logo depois da vitória de Santos foi a retomada da guerra civil. De certa forma, podemos pensar que a atitude de V.C, culpando a UNITA, que sairá derrotada após as eleições, seria mais um motivo para desencadear essa guerra.

Durante sua história recente, Angola teria apenas dois presidentes: Agostinho Neto, médico, poeta e fundador do MPLA, que foi sucedido, após seu falecimento, em 1979, pelo engenheiro José Eduardo Santos, especialista em petróleo e conhecido por sua moderação. Santos, na recente fase de redemocratização do país (1992), seria reconduzido ao poder pelo voto popular, para um mandato de cinco anos, em eleições que, a despeito do reconhecimento oficial (Nações Unidas) de que transcorreram sem anormalidade, foram o estopim de uma nova etapa de guerra, só refreada em 1995 (após a assinatura do Acordo de Paz de Lusaka, em novembro de 1994). (MENEZES, 2000, p. 209).

A rivalidade entre o MPLA e a UNITA ocorre desde sua formação, já que foram constituídos por grupos de características e idioma diferentes, dada à grande diversidade étnica de Angola. Para que possamos compreender algumas das dificuldades angolanas nos

campos político, econômico e social, é necessário que observemos a formação populacional dos grupos que habitam este território:

Remotamente, o atual território de Angola era habitado por povos bosquímanos que sofreram, gradativamente, a invasão de povos bantos que deslocavam-se para o sul do país e do continente africano.

Os portugueses somente chegaram às terras em 1482, quando a frota comandada por Diogo Cão aproximou-se da foz do rio Congo, onde situava-se o Reino do Congo (...).

A população atual do território angolano é essencialmente de origem banto, termo sugerido em 1856, pelo linguista e pesquisador alemão Wilhelm Bleek, e que designa o grupo de povos em cujas línguas a desinência "-nto" significa "homem"(...). A população atual de Angola compreende cerca de 100 grupos etnolinguísticos de origem banto, que podem ser agrupados em nove grandes grupos: ambós, bacongos, hereros, lunda-tchokué, nganguelas, nhanecas-humbes, ovimbundos, quimbundos e xindongas (...).

Os ovimbundos constituem o grupo que se adaptou melhor à presença do homem branco, permitindo não só sua penetração territorial como a miscigenação. Embora maioria entre a população do país, esse grupo não conseguiu garantir hegemonia política para liderar a independência política, sendo seus integrantes membros majoritários do grupo guerrilheiro UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundado em 1966.

O segundo maior grupo de Angola é formado pelos quimbundos, com 20% da população, ocupando parte considerável do território, acima do rio Cuanza, do oceano até a metade nordeste do país (...). Apesar da assimilação dos hábitos europeus, os quimbundos resistiram mais ao colonizador português que os ovimbundos, tendo origem nesse grupo o movimento de resistência MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), fundado em 1956 (...).

O terceiro maior grupo que habita o território angolano são os bacongos, envolvendo cerca de 15% da população e ocupando os territórios de cabinda e as províncias do Norte do país, estando presentes ainda no Congo e no Zaire.

São considerados os "guardiões das tradições culturais" dos bantos (até por ocuparem o centro da região onde outrora foi o Reino do Congo). Sua composição abrange 18 povos, como os muxicongos, os sossos, os pombos, os solongos, os zombos, os iacas, os sucos, dentre outros.

Agricultores primitivos, os bacongos cultivam a mandioca e sua região esteve ligada à produção de café para exportação, que colocou Angola na condição de um dos maiores produtores mundiais. Em Cabinda, adquiriram também o hábito do comércio (...).

São bacongos os integrantes da pioneira Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), fundada em 1954 (inicialmente denominada UPNA - União dos Povos do Norte de Angola) (MENEZES, 2000, p.101-104).

Os angolanos que foram estudar em Portugal tiveram um relevante papel na independência do país. Ao conviverem com outros estudantes, alguns portugueses, que compartilhavam de seus ideais de liberdade e entrarem em contato com os conceitos de

pensadores como Marx, começaram a formar uma consciência política que foi o embrião do MPLA. Segundo Secco (2004, p.80-81), há exemplos notórios de estudantes que se tornaram ícones da luta pela independência, como Amílcar Cabral e Agostinho Neto, filhos da pequena burguesia de funcionários assimilados pelo governo colonial, que saltaram da condição de intelectuais à de revoltados e, depois à de revolucionários. Depois de estudarem em Portugal e de entrarem em contato com pensamentos de esquerda e com grupos de agitadores políticos, esses intelectuais voltavam à África, deslocados cosmopolitas em seu velho mundo de dominação colonial.

Depois de formada a ideologia, o difícil agora seria encontrar uma forma de "adaptar" o pensamento comunista à realidade de Angola. Secco (2004, p.77) destaca que “na África portuguesa, a "evolução" ideológica dos grupos armados na direção de algum tipo de "comunismo nacional" era uma tendência forte”. Segundo o autor, mesmo nas bases dos partidos que lutaram pela independência, o socialismo era uma referência arcaica e já superada, ou melhor: “as fontes ideológicas exógenas precisavam se adaptar ao solo específico da África porque, se é verdade que suas elites econômicas buscavam no Hemisfério Norte sua inspiração, tais verticalidades precisavam ser superpostas, no que tange à mobilização social mais ampla, pelas horizontalidades”.

De ideologia, idioma e cultura distintos, os diferentes povos de Angola foram assumindo características diferentes entre si, causando rupturas entre os grupos e diversas batalhas pela libertação do país. A primeira, conquistou a independência política (1975)⁷⁵, e deu início à conhecida como Segunda Guerra de Libertação (1975 a 1976), sucedida pela Terceira Guerra de Libertação (de 1977 a 1991) e, finalmente, pela já comentada Quarta Guerra, ocorrida logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais. Menezes (2000, p.213) explica que, durante a guerra que antecedeu a independência, era bastante visível a diferença entre os grupos políticos, já que estes eram formados “a partir de sua origem tribal e regional”. Neste momento, era fácil identificar: a Unita representava a tribo dos ovimbundos, situados no sul e o FNLA, apoiado pela África do Sul e pelo Zaire, representava o norte do país. Em relação ao

75 "Em março de 1975, desentendimentos explícitos entre o FNLA e o MPLA resvalaram para o confronto armado, com os grupos se enfrentando em diversos locais do país nos meses seguintes (...). No final de maio, destacamentos armados do MPLA expulsaram os membros da FNLA e da Unita do Governo de Transição, prendendo e enxotando-os de Luanda. Ao mesmo tempo, iniciaram uma ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio de 12 das 16 províncias do território" (MENEZES, 2008, p.189).

desempenho de ambos na guerra, o autor destaca que “a FNLA (e seu aliado Zaire) teve rapidamente enfraquecida sua participação na guerra (...), com seu líder, Holden Roberto, ficando exilado no exterior, só voltando a Angola em 1992, onde seria um dos candidatos nas eleições à presidência da República”. Em relação a Unita, Menezes (2000, p.214) relata que esta, “liderada por Jonas Savimbi, passou a receber o apoio direto dos EUA e avançou sobre diversas partes do território do país (...), sempre operando em estreita colaboração com o Exército e mercenários sul-africanos”.

Ao governo do MPLA não restou alternativa senão enfrentar os conflitos, contando com o apoio direto de Cuba, o que agravaria ainda mais sua situação diante dos países ocidentais e dos EUA, inimigos mortais dos cubanos.

O financiamento dessa guerra teria um significado muito particular sobre a economia angolana, sobretudo porque os recursos despendidos fizeram falta às políticas de reconstrução e de desenvolvimento do país (MENEZES, 2000, P.213-214).

As divergências entre os partidos prejudicaram muito a luta pela independência e a posterior reconstrução do país. Entre as diferentes tribos, os portugueses eram apenas mais um inimigo, e não o alvo a ser combatido. Da mesma forma, a rivalidade entre os grupos desencadeou uma espécie de "neocolonialismo", no qual os colonizados tornam-se colonizadores de si próprios. Todas as atitudes do partido vencedor da guerra, por assim dizer, se restringem a uma autofagia de louvor e benefícios para eles mesmos, sem qualquer preocupação com a autonomia econômica de Angola ou com a real situação de vida dos angolanos que não pertencem à nova elite do país.

O legado do período colonial, os problemas originados do processo de libertação, o prosseguimento da guerra, e mesmo o desenvolvimento rápido do setor petrolífero e as políticas adotadas após a libertação deixaram a economia de Angola em situação muito singular, revelada em indicadores de desenvolvimento extremamente assimétricos.

O PIB *per capita* (de US\$420, em 1986, considerando a taxa de câmbio oficial), por exemplo, devido ao estado contínuo de sucateamento a que foi submetida a economia de Angola, levou o país a classificar-se entre os de menor renda média do planeta, não obstante seu potencial petrolífero (...).

O estado de guerra fez com que grandes segmentos da população tivessem acesso apenas limitado aos serviços de saúde ou às instituições educacionais e outros benefícios públicos (os quais, segundo se esperava - numa economia voltada para o "socialismo" - deveriam ser suficientemente amplos (MENEZES, 2000, p.227-228).

Os capítulos cronologicamente posteriores, 2 e 3, passam-se no mesmo ano de 1992, quando então conhecemos as primeiras peripécias amorosas de Nacib e Mireille, um “triste e impossível amor”, segundo palavras do narrador (PEPETELA, 2008, p.50). Também nessa passagem da narrativa sabemos que Caposso terá uma nova amante, Danúzia (2008, p.85).

Conhecemos, da mesma forma, um pouco mais das ambições de Nacib, do sonho de ser engenheiro e de sua humildade em querer trabalhar em uma oficina mecânica sem salário, apenas para complementar, de forma prática, os estudos do colégio. Para essa iniciativa, contou com o apoio do padrinho e da mãe - "vou ter filho engenheiro, eu mesma Celestina das Dores, me nasceram no Luena e nunca que vi escola, mas meu filho vai ser engenheiro, como o nosso presidente" (PEPETELA, 2008, p.52) -, mas teve a desaprovação do pai, que o queria carpinteiro como ele." Bernardo amou, mas sofria enorme influência da pequena mulher que o defrontava constante e braviamente. Não insistiu mais e deixou o filho continuar os estudos e odiar a madeira (2008, p.58)". A obstinação de Nacib, portanto, venceu as barreiras familiares.

O que de fato o mecânico primeiro fez, ir ter com o comerciante e lhe contar a pretensão do afilhado em aprender a profissão, ajudando-o sem receber nenhum salário. O ilhéu achou bem, esse meu afilhado tem muita cabeça, é claro que estou de acordo, deixa lá o miúdo aprender contigo, ora balelas, pá, o mundo está cheio de doutores que não sabem nada e só fazem merda (PEPETELA, 2008, p.56).

À parte dos sonhos do menino, as necessidades pelas quais passa a família de Nacib são descritas pelo narrador, também como uma forma de contraste à família de V.C. Enquanto esta se preparava para passar uma temporada em Portugal (2008, p.29), aquela comemora o incremento do leite na dieta diária:

Nos últimos tempos as coisas tinham melhorado um pouco e ela já podia dar leite de manhã aos filhos, antes tomavam chá simples e iam assim para as aulas. Com esse regime não havia perigo de obesidade, mal da actual civilização, dirão alguns mais cínicos, preocupados que sigamos os padrões de alimentação e vícios impostos pela cultura dos norte-americanos. Essa melhoria de condição recente se devia a mais encomendas de trabalho para o marido. Como se falava que os inquilinos de habitações do Estado iam poder comprar as casas se tivessem as rendas em dia, houve um novo interesse por parte de alguns em melhorarem as condições dos alojamentos. Assim, mais gente havia que aparecia a encomendar uma janela nova, ou a reparação de portas empenadas. Daí a passagem matutina do chá para o leite

(...). Mas, apesar do leite, as crianças continuavam magras (...). Ela fez então as contas com o marido e Bernardo Domingos ficou sem fala ao notar que o funji de peixe, o prato mais popular de Luanda no antigamente, se tinha tornado um luxo. Então se fosse um calulú completo, com óleo de palma, jimboa, peixe seco e peixe fresco, tudo produtos que antes eram do consumo dos pobres, hoje era acessível só aos ricos. Estamos mesmo mal, concluiu ele, se já o arroz ou batata importada ficam mais barato que a nossa farinha de mandioca, principal comida dos antepassados. O que era totalmente verdade, em parte por causa da guerra que dificultava a vinda dos produtos do campo para a cidade e lhes alterava os preços, em parte por outras razões que não vêm ao caso. *[Se houver ocasião, talvez mais tarde se trate dessas árduas e estéreis questões económicas, com fortes conotações políticas]* (2008, p.60-62).

Segundo Menezes (2000, p.244), "a política de preços foi, seguramente, um fator importante na determinação das dificuldades que a economia angolana enfrentou desde a libertação". O problema se deu quando o governo começou a tabelar os preços de modo distorcido, e ainda por cima ignorando completamente a existência de um mercado paralelo. Havia, então, estabelecimentos oficiais do governo, com escassez de produtos e preços tabelados, e inúmeros comércios que ignoravam a tabelação do governo, que por sua vez não fiscalizava suas medidas. Mesmo dentro de estabelecimentos oficiais, a política de preços era desrespeitada⁷⁶. Ainda conforme Menezes (2000, p.252-253):

O reconhecimento oficial da diferença entre os preços "oficiais" e os preços do "mercado paralelo" levou muitos anos para ocorrer em Angola. Isto se deu até mesmo porque o governo recusava-se a aceitar "oficialmente" a existência dessa "anomalia" que, simplesmente, era excluída das análises económicas oficiais, apesar das enormes evidências de sua existência.

A partir de 1991, como forma de executar os planos de estabilização postos em prática com o apoio de instituições internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI), o governo foi obrigado, não apenas a aceitar essa realidade, como passou a calcular um índice de preços e a construir estatísticas (as contas nacionais, por exemplo) que envolviam os preços do "mercado paralelo".

Apenas para ilustração, no período entre janeiro de 1991 (início dos cálculos dos índices de preços) até agosto de 1993, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os preços ao consumidor na cidade de Luanda registraram variações de 183% em 1991, **732% em 1992**⁷⁷ e 582% nos primeiros oito meses de 1993, acumulando quase 16.000% de variação, numa média mensal de cerca de 17%.

76 "Para ilustrar com um exemplo, nas províncias do Sul do país, os preços nas lojas oficiais às vezes superavam em mais de duas vezes os preços determinados pelo governo" (MENEZES, 2000, p.251).

77 Note-se que o ano em que os comentários acerca dos preços é feito pelo narrador é aquele em que eles aparecem com maior variação.

Este problema econômico, para Menezes (2000, p.32), teria um fundo comum: uma herança portuguesa de dependência econômica, que tornou a ex-colônia duplamente dependente: por um lado, havia a dependência da metrópole e, mesmo após 1975, Angola continuou dependente das decisões tomadas pelos capitais internacionais. O autor (2000, p.33) complementa dizendo que se estabeleceu um “um verdadeiro processo de 'dependência intermediada’”. Nesse processo, Angola, e também as restantes ex-colônias portuguesas na África, viam-se condicionadas de duas maneiras: por um lado, pelas decisões tomadas dentro do próprio espaço e, por outro, pelos capitais dos países imperialistas que “exploravam seus recursos intermediados pelos monopólios portugueses. Constituíam-se, assim, uma 'dupla instância de dependência', uma submissão não a uma metrópole isoladamente (a 'dependência colonial'), mas a dois estágios metropolitanos (o português e o dos países imperialistas...)”.

Com um pequeno salto no tempo, estamos em novembro de 1995, um ano depois da assinatura do Acordo de Paz de Lusaka. Nesse período, quando os angolanos começam novamente a ter esperança de paz, uma nova ideia assoma Caposso: exportar armas. A ideia teria ainda uma justificativa patriota, por assim dizer:

Bolas, quem é que diz que Angola só importa mercadorias e quando é pra exportar apenas tem petróleo? Pois bem, também podemos vender armas aos países vizinhos, os Congos em especial, que muito estão a precisar delas, sobretudo o grande, o que tem muita fronteira conosco e pede mais armamento, se justificava ele com orgulho nacional (PEPETELA, 2008, p.365).

Karim não o apoia e seu negócio dura pouco tempo, dada às dificuldades de vender os diamantes que eram recebidos como pagamento. Tem, então, uma nova ideia, que irá proporcionar-lhe o encontro futuro com seu antigo amigo Sebastião: comprar uma fazenda.

Ocorre que V.C compra uma fazenda em um terreno que serve de passagem para rebanhos de gado. Ao saber disso, a primeira providência de Caposso é colocar cercas de arame farpado e placas de propriedade privada. Reparem que, novamente, o personagem está buscando uma maneira de proteger seu imóvel de qualquer interferência externa, como já havia feito quando “herdara” o mercado do português. Naquela época, ele usou o nome do MPLA, com o qual ainda não tinha quaisquer relações, para proteger uma loja que nem sua era (visto que Amílcar ainda poderia voltar). Agora, a fazenda que Caposso quer defender é

sua, ainda que obtida através do dinheiro recebido por negócios escusos. No entanto, a ênfase para defendê-la é injustificada, já que era usada por pessoas que precisavam do caminho como passagem para executarem seu próprio trabalho, e que não possuíam ganas de invadi-la. Essa necessidade de posse, evidenciada também na morte da prostituta que o traía e na forma como ele trata sua esposa Bebiania - com maus tratos e agressões -, além do já citado episódio da tomada da casa do bancário português, serve para ratificar suas características neocolonizadoras.

Ainda que a tomada da casa tenha ocorrido em prejuízo de um pretense colonizador, sabemos que a posição do luso era inferior à de Caposso, e mais: portugueses como Francisco e como Amílcar vieram para as colônias para fugir da recessão portuguesa, ou seja, de certa maneira, também foram vítimas da incompetência do governo. Ainda que não se possa comparar a situação deles com a dos colonizados, sabemos que não foram esses portugueses os responsáveis pela manutenção da dominação portuguesa, já que eles também passavam por dificuldades. A iniciativa do governo português, de incentivar o fluxo migratório para evitar novas invasões de países vizinhos e para desafogar Portugal do desemprego e da recessão, veio ao encontro das necessidades desses empobrecidos europeus.

Em 1930, havia 42.800 homens brancos e mestiços (estes últimos em maioria) vivendo em Angola, para uma população total de 3 milhões de habitantes. É exatamente a partir deste ano que se inicia um movimento migratório que notabilizaria a colonização portuguesa.

Em vinte anos, de 1940 a 1960, a população portuguesa no território de Angola passou de 44 mil para 172 mil pessoas. Os territórios transformaram-se, pouco a pouco, em colônias de povoação. Em Luanda, os europeus constituíam, nos anos 60, 32% da população da cidade.

Os colonos, geralmente, eram originários do meio rural europeu, obrigados a abandonar sua terra natal pelas dificuldades locais. Também formavam as massas migratórias uma parcela de pobres urbanos provenientes de diferentes regiões de Portugal.

Antigos granjeiros, camponeses ou jornaleiros estavam dispostos a exercer qualquer tipo de trabalho nas colônias, mesmo não qualificado, desde que sobrevivessem (MENEZES, 2000, p.141).

Também neste capítulo, conhecemos mais da história de Karim e de suas peripécias em busca de uma segunda esposa angolana, o que acaba não se concretizando pelo fato da mulher ter perdido a herança do marido falecido. Nesse episódio constatamos que o

paquistanês pensa como um negociante, à parte de seus sentimentos. Apesar disso, não encontramos a inescrupulosidade de Caposso em Katrim pois, culturalmente, ele acredita que se casar com uma mulher pobre e que já possui filhos fará com que ele tenha que dividir um patrimônio que, por direito, pertence a sua primeira esposa e a seus filhos. Há, portanto, uma certa "ética" no abandono à viúva pobre, ainda que não concordemos com sua maneira de pensar. Evidentemente, os interesses financeiros pesam mais do que os afetivos. Nessa atitude de aproximar-se de uma angolana, ter relações sexuais com ela e a abandonar, podemos perceber traços de um colonizador. Karim é o estrangeiro, aquele que se apropria do que não lhe pertence, desfruta e depois que extraiu tudo que desejava, deixa a viúva abandonada. Caposso também possui essa característica pela forma com que trata as mulheres. Há um provérbio angolano que pode ser aplicado nesses casos: *K'ono kwatota, omanu valuka* (secou a nascente do rio, as pessoas mudam de lugar). Algum tempo depois, Karim casa-se com outra angolana, sem grande dote, mas jovem e sem filhos, o que lhe ajuda a conseguir a cidadania angolana, importante para seus negócios.

O filho problemático de V.C, Ivan, o "Imbumbável", destaca-se - agora de forma positiva - a partir deste capítulo. Entusiasmado pela compra da fazenda, esforça-se para tornar-se um administrador desse bem, demonstrando aptidão e interesse genuínos. Caposso, que não sabia mais o que fazer com filho - tendo cogitado enviá-lo a Londres, o que não fez por acreditar que seria um investimento inútil - alegra-se pelo empenho do rapaz, embora não o reconheça de forma devida.

O mesmo Ivan, primeiramente, coordena a construção da casa, auxilia depois nas rotinas do campo e, após, quando percebe os problemas que seu pai terá, tenta intervir no conflito com os criadores de gado e dá sensatos conselhos ao pai - que não o escuta.

O próximo capítulo passa-se em janeiro de 1997, época em que Mireille decide se irá a Paris e em que Caposso relembra o início de suas aventuras extraconjugais. A primeira foi uma colega do partido, Manuela, de quem logo V.C desinteressou-se. Esta, sentindo-se preterida, começou a ameaçá-lo e tentou com que ele fosse desprestigiado junto à célula do partido, mas a hipocrisia de Caposso e o machismo do partido a aniquilou completamente:

No entanto, Vladimiro tinha aprendido na Jota que a melhor arma de um prevaricador era uma autocrítica rápida e profunda. Daí o ter passado imediatamente para a atitude de arrependimento, qual fiel perante o seu deus, de facto devia confessar ter sentido uma forte e irracional atracção pela camarada Manuela, com quem convivia muito na organização dos torneios de futebol, desconseguiu de resistir aos seus reconhecidos encantos, mas prometia nunca mais voltar a cometer adultério, horrível crime contra-revolucionário, totalmente adverso à moral progressista da Juventude do partido, merecendo portanto a punição que os companheiros escolhessem para ele, sem reservas, sabia ser justa mesmo se muito dura. Afinal os camaradas ficaram sensibilizados por tal humildade e capacidade imediata de reconhecer os próprios erros, só existente em espíritos de eleição, de militante até então exemplar, como disse o coordenador, comovido, e a pena foi ligeiríssima, uma repreensão verbal, nem sequer registrada em acta. Quanto a Manuela, pela sua hipocrisia e mentiras perante a célula, foi sancionada com suspensão de um mês e transferência para outra célula, o que evitaria no futuro os dois terem de se enfrentar e provavelmente agredir, envenenando o ambiente sempre aprazível e amistoso das reuniões dos jotinhas (PEPETELA, 2008, p.301).

Podemos compreender que Caposso, por pior que seja, não age sozinho. Se ele consegue afastar a amante que agora o importuna, se cai nas graças do partido com sua hipócrita confissão de culpa e se alcança postos mais elevados em sua vida, tudo isso só mostra que o personagem atua em consonância com a mentalidade do partido.

Depois desse episódio, ele envolveu-se com a mulher de um marinheiro, Zefa, que morava próximo à família de sua esposa. Flagrado pela cunhada, teve a relação com os parentes da mulher estremecida, mas Bebiana fingiu não acreditar e tudo continuou igual. Ainda assim, V.C preferiu recorrer à sabedoria dos bantos, "o bom caçador caça longe de modo a não atrair as hienas para o seu kimbo" (PEPETELA, 2008, p.302). Nessa passagem, há um aspecto a considerar: a passividade de Bebiana *versus* a desfaçatez de Caposso. Durante toda a trama, a esposa do nosso protagonista demonstra ser uma mulher frágil, uma pobre coitada que mal fala português (PEPETELA, 2008, p.201), sem personalidade e pronta para suportar qualquer tipo de castigo. É traída, humilhada, espancada, e ainda assim vive em uma aura de estúpida subserviência pueril. "Apanhava e calava" (PEPETELA, 2008, p.509). De tão apagada, ganha poucas falas e pensamentos, restringindo-se às preocupações com os filhos - especialmente com Ivan - e resignação frente ao marido. Beirando à estupidez, a personagem afirma as suas amigas que tem o melhor marido do mundo (PEPETELA, 2008, p.299). O narrador tenta justificar: " Talvez porque nunca faltou comida em casa e à medida que ele subia na vida proporcionou as melhores condições para a família. Talvez porque

nunca quisesse saber de suas aventuras com outras mulheres que ele ia regularmente arranjando e almas piedosas lhe vinham relatar” (PEPETELA, 2008, p.299).

Caposso, por sua vez, despreza-a; as únicas vezes em que se preocupa em agradá-la - a primeira vez pedindo o comparecimento de um sacerdote na inauguração de um minimercado e, depois, na festa de aniversário de casamento, quando pede a bênção de um sacerdote para selar a confirmação dos votos -, são de fato ações com o propósito de estreitar relações com a Igreja, em um momento em que isso parece conveniente. O casamento de Caposso, portanto, serve de teatro para reafirmar sua imagem de homem correto e estável, imagem esta que seria corroborada em seus negócios.

Também neste capítulo Mireille acabará com o sonho de Caposso de um dia substituí-lo nas empresas.

- O problema está aí, pai. Não me interessa nada estudar Economia ou gestão de empresas ou coisas dessas. O que eu quero mesmo estudar só há mesmo lá fora.

- Afinal? O que é então?

- Arte. História da Arte.

Se ela dissesse estou grávida, o choque em Caposso seria certamente menor. O quê? Ela queria estudar essa merda de Arte, que só dá para as pessoas morrerem de fome, em vez de Economia? Intuitivamente percebeu em seguida, a filha se afastava dele, pelo menos dos seus centros de interesse, era como um divórcio, pior, mesmo pior. E ficou chocado, fulo, quase sufocando de indignação. No entanto, nada disse (PEPETELA, 2008, p.311-312).

Tal decisão provoca um grande pesar em V.C; entretanto, diferentemente da forma como agiria se isso acontecesse com outra pessoa, com Mireille ele não consegue ser incisivo, deixando-a decidir o que ela considera mais agradável para sua vida. Nem mesmo com Nacib ele mostra oposição explícita, apesar das condições sociais do rapaz. Não a proíbe, não boicota o rapaz, não toma nenhuma atitude para impedi-la. Talvez por conhecê-la e por saber que a menina é volúvel, ele apenas vigia, de olhos atentos, os passos do rapaz, e faz indagações provocativas à filha:

- Ouve lá, esse rapaz que costuma vir cá a casa conversar contigo, como é que ele se chama mesmo?

- Nacib? - perguntou ela, se pondo imediatamente em posição defensiva como um karateca.

- Isso, Nacib. O pai dele faz o quê?

- É carpinteiro.

- E onde mora? Aqui perto não deve ser.

Mireille já sabia alguma coisa sobre as diferenças e os preconceitos de classe, mesmo se essas diferenciações eram recentes. Ouvia os pais falarem sobre outras pessoas, antes próximas e de repente afastadas porque não tinham avançado nos negócios ou poder tanto como Caposso. E na escola estudara História e Sociologia suficientes para entender. Percebeu logo a insinuação. Mas tinha confiança no pai, seria curiosidade apenas, nada de mal, afinal ele tinha um passado revolucionário e um passado é coisa difícil de renegar.

- Por acaso até não moram longe. Ali, no Catambor.

- Perto da avenida, claro.

- Não, pai. Moram no morro.

- O quê, musseque?

Ele estava farto de saber, todas essas informações tinha tido antes, queria era ver a reação dela às provocações (PEPETELA, 2008, p.309).

A narrativa mostra-nos que não será necessária a interferência de Caposso para terminar o namoro de Nacib e Mireille, pois o temperamento caprichoso e voluntarioso da menina aniquilará o relacionamento dos dois, justamente na etapa da vida em que nada os separava e que eles poderiam, efetivamente, ficarem juntos.

Estamos agora no ano de 1998, ano em que Caposso tem os últimos grandes aborrecimentos com o filho Ivan. A fim de livrar o filho do serviço militar, V.C suborna um general, alegando que na família dele nenhum filho servirá ao exército porque ele, nos tempos de revolução, "já havia se sacrificado por toda a família" (PEPETELA, 2008, p.199). O argumento é inócuo e mentiroso, mas foi o pretexto dado.

Não obstante, esse é o capítulo em que nos é mostrado o contraponto entre a nova geração angolana, representada por Ivan, que nunca lutou por nada na sua vida - nem por sua sobrevivência e muito menos pela independência do país -, alienado em sua vida de "filho da elite angolana", e a geração que lutou pela revolução e depois foi abandonada à própria sorte, como é o caso de Simão.

Passava a vida na propriedade, olhando mais ou menos pelos trabalhos, caçando, passeando, fumando liamba e conversando com Gongga, visitando os diferentes kimbos da região, estudando de longe as moças, sem ousar e avançar. Afinal era isso ser patrão. Estar presente, com a sua presença fazer os outros trabalhar. E receber elogios pela obra de terceiros. Gostava de ser patrão. O seu mérito era ter descoberto que longe do pai podia ser senhor, viver a sua vida tranquila e ainda por cima alcançar algum reconhecimento (PEPETELA, 2008, p.406 - 407).

O atropelamento e morte de Simão Kapiangala simboliza a morte desse ideal revolucionário frustrado em prol da nova e vazia geração de ricos angolanos, que são os novos donos da Angola liberta. Converteu-se em uma morte ignorada, apenas a constatação de um sonho que já não existia inteiro, amputado como Simão o fora. Mendigo, pedinte, ainda vestido com a farda encardida, única lembrança dos tempos de luta pelo país, um homem pela metade e sem expectativas nem esperanças, que recebera promessas de moradia e de consideração tardia que nunca se concretizaram e que gritava a verdade pelas ruas de Luanda, morto ao ser confundido com um cão; enfim, a indigna morte de Simão ratifica o desrespeito com que a nova geração trata os heróis - e os ideais - da revolução.

Muitas vezes os militares não vinham para lhe apanhar, passavam só e ele gritava, também eu lutei pelo país, olhem como estou, mas eles faziam adeus, já nem reconheciam o verde daquela farda de camuflagem de tão castanha-preta de sujo. Me matem então, quero acabar, e por vezes se punha mesmo um pouco mais para o lado, suicida, obrigando os carros a fazerem um desvio pronunciado, esquivando o corpo oferecido em redenção (PEPETELA, 2008, p.235).

Ironicamente, outra morte despontou, no mesmo ano, na Angola que vive além dos livros. No mesmo mês em que se passa, na trama de Pepetela, a morte de Simão, ocorre, na história deste país, a morte do mediador do processo de paz em Angola, Alioune Blondin Beye. Um líder carismático e diplomático, no qual o povo angolano depositou uma grande esperança de que ajudasse a solucionar os confrontos entre o governo e a UNITA. Acidental, a morte de Beye ocorreu numa queda de avião, justamente em um momento em que o processo de paz estava em um impasse devido à recusa da UNITA - sob o comando de Jonas Savimbi - de aceitar o protocolo de Lusaka. Tanto a morte literária de Simão quanto a factual de Beye são representativas se pensarmos no imaginário do país. Simbolizam, respectivamente, a morte do ideal de revolução e a morte da tentativa de paz, fatores de suma importância para a reconstrução do país pós-independência. Felizmente, a segunda morte não é definitiva, visto que alguns anos mais tarde, em 2002, restituiu-se a paz no país, o que confirma o provérbio angolano *omunu nda figo wafa kami ondalú, ava vasyala vayota* (a pessoa que morre não extingue o fogo, os vivos continuam a servir-se do fogo). Ou seja, por mais importante que

tenha sido Beye no processo de paz e por mais penosa que tenha sido sua morte prematura, seu papel não foi insubstituível, porque ninguém o é.

A morte do mediador, no entanto, abalou o cenário político do país. Dois meses depois, em agosto, chegaram à opinião pública, por meio do jornal norte-americano *New York Times* e do sul-africano *Star*, denúncias de que a Bulgária havia se tornado fornecedora de armas para a UNITA, e que mais de 300 mercenários, muitos dos quais sul-africanos, teriam entrado em Angola para combater ao lado desta. Após diversas ações subversivas, o governo angolano ameaçou suspender representantes de diferentes instituições do Estado, se o movimento de Savimbi não se desmilitarizasse.

Nos meses seguintes, de setembro e outubro, verificaram-se diversas campanhas diplomáticas para amenizar a degradação da situação político-militar no país. Nota-se a ascensão do movimento renovador da UNITA, liderado agora por Jorge Valentim, Eugénio Manuvakola e o general Chilungutila, que apelam aos seus colegas a que abandonem a ala militarista do partido e enveredem por uma luta meramente política. Na senda da onda terrorista, militares da UNITA abateram um avião do tipo Antonov, de fabrico russo, na área de Kunhinga, Bié.

Numa visita a Luanda, no princípio de novembro, a sub-secretária de Estado norte-americana para os Assuntos Africanos, Susan Rice, realça a tendência belicista de Jonas Savimbi como razão fundamental do recrudescer do conflito angolano; e em Viena, Áustria, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, afirma na cimeira Europa-SADC que a "principal causa" da crise em Angola é a recusa da UNITA belicista em cumprir os compromissos no âmbito do Protocolo de Lusaka.

A partir de então, a direção provisória da UNITA decide responsabilizar Jonas Savimbi pela desastrosa política de confrontação militar que, afinal, conduziria o país a uma nova guerra.

A queda de dois aviões da ONU abatidos pela UNITA, em dezembro de 1998 e janeiro de 1999, apressou o processo. Tanto o governo quanto a UNITA exigiram a retirada da ONU. As tentativas do sucessor de Beye, Issa Diallo, para retomar o diálogo com Savimbi foram bloqueadas pelo governo, que se recusou a dar-lhe garantias de segurança e ameaçou cortar

todos os contatos com ele⁷⁸. A retomada da guerra reiniciou o processo de desgaste angolano e de quebra da economia, guerra esta que só terminaria em 2002. O ano de 2002 foi o ano da paz, na sequência da morte do líder da rebelião armada e da assinatura do acordo de cessar-fogo definitivo.

Estamos agora no ano de 2001, mês de abril, ano de conflitos extremos⁷⁹ e exatamente um ano antes da paz voltar a reinar em Angola com a assinatura do Acordo de Paz. "Se adivinhava, a paz estava próxima. O país devastado exigia muitas obras em estradas, pontos, edificações de todo género. Se podia dizer, havia tudo para reconstruir" (PEPETELA, 2008, p.396). Enquanto o país sofria com as malfadadas consequências da guerra civil e "o desemprego ultrapassava metade da população" (PEPETELA, 2008, p.413), nosso protagonista encontrou outra maneira de ganhar dinheiro aproveitando-se da situação: uma empresa de construção.

Além de ter descoberto essa nova maneira de ampliar seu patrimônio, Caposso teve uma nova grande ideia: represar o rio que passava por sua propriedade, o qual anteriormente sempre servira para o consumo dos transeuntes e trabalhadores de fazendas próximas a dele. Futuramente, quando sofrer o processo movido pelos prejudicados por suas atitudes, ele pagará bastante caro por seu delírio egocêntrico.

Caposso então inaugura sua casa na fazenda, com suntuosa festa para 40 pessoas, entre empresários, ministros, governador. Apesar de todo esse gasto, V.C nem cogitou a ideia de construir uma escola ou um posto médico para melhorar as condições da população local, sugestão do ministro:

78 Informações obtidas no site do Consulado Geral da República de Angola no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=123&Itemid=158, acessado em 23 de outubro de 2009.

79 "No Caxito, a 5 de maio, um ataque resultou na morte de mais de 200 pessoas e no ferimento de várias outras, além do rapto de 60 crianças e adolescentes, entre os 10 e 18 anos. A 9 de maio, as Nações Unidas exigem a libertação imediata das 60 crianças raptadas por militares de Jonas Savimbi [...]. O cativo das crianças e adolescentes raptados no Caxito viria terminar a 25 de maio, quando uma unidade das Forças Armadas Angolanas os libertou na área de Ambaka, província do Kwanza-Norte [...]. Em agosto, no Zenza do Itombe, Kwanza-Norte, registaram-se duas centenas e meia de mortos no comboio de mercadorias e passageiros que fazia o trajecto Luanda-Dondo. O ataque deixa também dezenas de feridos [...]. No primeiro dia de setembro, mais de 40 pessoas morreram nas Cachoeiras, uma localidade turística, cerca de 48 quilômetros da cidade do Sumbe, capital do Kwanza-Sul. A 21 de novembro, no Ambriz, a Unita massacra onze civis, na sua maioria velhos, mulheres e crianças".

Disponível em: http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=125&Itemid=158, acessado em 25 de outubro de 2009.

- Não há nenhuma escola por aqui? - perguntou o ministro das Finanças, também se chegando. - Nem posto médico?

- Não há população que justifique, senhor ministro - disse o governador, na defensiva.

- Mesmo assim - insistiu o das Finanças. - Acho que o amigo Caposso devia providenciar isso. No fundo, era uma forma de trazer desenvolvimento à área. E essas instituições serviam aos seus trabalhadores e aos filhos. Pense no assunto.

- De facto uma escola pelo menos - disse Olímpio d'Alva Ferreira, já muito tocado por sucessivos copos de uísque. - Deve ser um teu projecto estético-educativo prioritário, amigo Caposso. Estes indígenas foram votados ao obscurantismo durante cinco séculos de colonização, merecem uma compensação por se manterem puros recusarem misturas étnico-raciais que só enfraquecem o ego angolano, como as que vemos noutros sítios em que os pais bazaram na altura da independência mas deixaram os bastardos amulados que só nos trazem azar, para falar claramente. Por isso a escola tem prioridade (...).

Todos riram. A regra do novo regime era essa, conhecida de todos os adultos presentes, ninguém gastava dinheiro inutilmente com a colectividade. O dinheiro só servia para produzir mais dinheiro ou para esbanjar em acções de prestígio (PEPETELA, 2008, p.404 - 405).

As relações de interesse destes poderosos sobressaem nesse capítulo, em que as conversas denunciam o arrivismo comum e a despreocupação com o futuro do país, pois nenhum paga os impostos devidos. Deixam todo seu dinheiro em paraísos fiscais e ainda se queixam de receber muito pouco (PEPETELA, 2008, p.414).

Também nesse capítulo, a relação entre Ivan e Caposso, que sempre foi péssima e que apenas ultimamente estava apresentando sinais de melhora, graças ao interesse do filho pela fazenda, desmorona de vez. Caposso decide assar em um churrasco para seus convidados a vaca que o filho havia distinguido das demais, batizado-a de Estrela, por possuir um sinal na testa. Faz isso com clara intenção de humilhar o rapaz, de mostrar, afinal, quem manda. "Quero ver o bicho inteiro rodar no espeto, uma beleza. E não me venhas agora estragar meu prazer, afinal o bicho é meu, fui eu que o paguei. Ou foste tu? Quem é o dono disto afinal? Ora porra, pá!" (PEPETELA, 2008, p.409).

O seu pai era um desprezível animal, desde pequeno o sabia. Arrogante da merda, sempre pronto a mostrar que era o proprietário e senhor não só das coisas que conseguia mas também da mulher e dos filhos. Na semana passada, ao mostrar a fazenda a Vladimiro, tinha apontado para a nena, já nasceu aqui, dei-lhe o nome de Estrela por causa da mancha na testa, vai ser a primeira a ter filhos cruzados, a primeira a produzir a raça Karan. Os outros bois nem nome tinham, não o mereciam, Estrela sim. Tinha assistido ao seu crescimento, lhe oferecia mesmo

bocados de açúcar e ela muitas vezes andava atrás dele pelo mato como um cachorro. Pois ia ser mesmo ela que o brutamontes mandava matar, só pra mostrar quem era o muata. Mija-grosso prepotente, puta que pariu! (PEPETELA, 2008, p.409).

Desvela-se aqui uma simbologia típica do autoritarismo, ou seja, mandar ao seu subjogado matar aquele que mais ama, já observado na mitologia grega com Artemis, quando manda Agamenon sacrificar sua filha Ifigênia para poder vencer a guerra; também na Bíblia, quando Deus manda Abraão sacrificar seu filho Isaque; na literatura também nos aparece um caso que se reporta à Bíblia, no qual Deus manda que Jesus sacrifique a ovelha que mais ama por amor a Ele (SARAMAGO, 1999), apenas para citar alguns exemplos. Ao contrário dos outros exemplos, que cederam ao poder que os ordenou - ainda que, no caso de Abraão, a morte do filho não tenha sido concretizada -, Ivan conseguiu, através dos métodos de Gongga, seu amigo e trabalhador da fazenda, um meio de enganar seu pai, matando outra ovelha no lugar de Estrela. "Deixa ele pensar que é o maior, tem todo o poder. Tu fazes o que queres, sem ele se aperceber, e o contrário do que ele quer. Gozar calados sabe melhor" (PEPETELA, 2008, p.419).

Passam-se dois anos, estamos na Angola em recente situação de paz. Nacib está concluindo os estudos de engenharia e, ainda estudando no Estados Unidos, conheceu a americana Susan Dean - com quem teve um romance sem importância - e também conheceu, por intermédio dela, Omar, descrito como "cinzento", com "olhos de lobo"(2008, p.275), e que viria a ser sócio de Karim e de Caposso futuramente. Se pensarmos na frase de Hobbes comentada anteriormente, podemos presumir que este será um dos lobos - provavelmente o maior deles - que se mostrará mais bem preparado e mais esperto do que Caposso, descartando-o quando este não lhe for mais útil.

A seguir, nos encontramos cronologicamente no ano de 2004 e no capítulo 7. Apesar da paz já existir em Angola desde 2002, as minas explosivas continuam fazendo vítimas. Segundo o "Angola Press"⁸⁰, apenas no primeiro trimestre deste ano, nove pessoas morreram e 21 ficaram gravemente feridas em consequência do acionamento de minas e outros

80 Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2004/4/20/Bie-Nove-mortos-feridos-por-minas-primeiro-trimestre,62e83327-863a-423f-a2e5-ad58e91ad675.html

engenhos explosivos, em Bié. O diretor do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) ainda teria informado que no mesmo período foram registados 11 acidentes com minas, dos quais sete antipessoais e quatro antitanques. O município do Kuito teve mais acidentes, com cinco, seguido de Kamacupa, com dois, Catabola, Cuemba, Chitembo e Kunhinga, todos com um cada. Também nesse ano, no entanto, a comissão de desminagem agiria ativamente, de modo a destruir mais de quatro mil minas⁸¹. No final desse ano de 2004, tinham sido desminados mais de cinco milhões de metros quadrados no país⁸²; é lançada uma campanha para educar a população sobre os riscos das minas⁸³ e é assinado um protocolo para controle da desminagem⁸⁴. Há, portanto, muitas iniciativas no sentido de diminuir essa sequela da guerra, que causou tantas mortes, mesmo após o fim do confronto. Na obra, temos duas referências às minas: primeiro, na mutilação de Simão - originário de Bié, não por acaso a região do país que mais registrou acidentes com minas. "Porém, antes mesmo de ela [a noite] lançar o seu manto sombrio, ele pisou a mina hibernada e entrou na escuridão maior do que a noite" (PEPETELA, 2008, p.231); depois, nas histórias de Gongga:

Logo Gongga desafiava as suas estórias, reais ou inventadas, sobre minas. Contava que uma vez pisou uma, chamada a bailarina, que saltava e só quando estava completamente no ar explodia. Um dia, ao ouvir o *krak* de alguma coisa metálica que pisou, teve o sangue frio de manter o pé em cima da mina, dominando a ânsia de fugir, travando-a assim. Gritou, avisou aos companheiros para se afastarem e depois mergulhou para trás de uma rocha. A bailarina suicida saltou do seu buraco à procura da vítima, rebentou, mas só se matou a si própria (PEPETELA, 2008, p.407).

Segundo o jornalista angolano Rafael Marques (2001), tantos anos de guerra não produziram apenas uma tragédia em Angola. Produziram milhões de tragédias: 2 milhões de mortos, 1,7 milhão de refugiados, milhares de órfãos, 200 pessoas mortas de fome por dia, 80 mil crianças, velhos, homens e mulheres mutilados pelas milhões de minas semeadas pelo país afora. Tanta calamidade não podia se estender indefinidamente, a guerra tinha de cessar,

81 Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2004/6/28/Comissao-desminagem-destroi-mais-quatro-mil-minas,876dec0e-549c-470b-950a-f91bf9e24561.html

82 Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2004/11/53/Desminados-mais-cinco-milhoes-metros-quadrados-pais-2004,31ff91f1-7fdc-4150-83d8-640ca136ffd9.html

83 Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/educacao/2007/10/48/Lancada-campanha-educacao-sobre-risco-minas,76321d2e-ade5-4e67-aad5-402c4e81fffb.html

84 Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2004/5/24/Assinado-protocolo-para-controlo-qualidade-desminagem,6fff43b9-d5fe-4368-8f74-4df43901fb50.html

a paz era a única saída possível se o conflito não conseguia resolver as questões que o originaram.

Se a paz começa a acontecer factualmente, o mesmo não podemos dizer na história ficcional. Nesse mesmo capítulo, Sebastião Lopes, juntamente com seu amigo Chipengula, abraça a causa da fazenda Karan, em um processo que muitos transtornos trará a Caposso. Este amigo de Caposso, aliás, justifica de maneira interessante a criação de sua ONG, o que nos mostra a mudança de diretrizes do MPLA:

A primeira vez que vieram ao Lubango militantes do MPLA para abrir uma delegação, num comício no antigo campo de Liceu lançaram uma palavra de ordem que me marcou. Era preciso acabar com o arame farpado (...). E o MPLA veio e disse, cortem o arame, a terra é do povo. Gostei. Vinte e tal anos depois, começam a vir os mesmos para fechar os pastos e os caminhos com arame farpado. Foi isso. Disse para a minha mulher, vamos criar uma associação para defender os pastores que não têm defesa nenhuma. Criámos a DECTRA (PEPETELA, 2008, p.185).

A defesa dos pastores contra V.C não é uma questão particular para Sebastião, como o é para Chipengula, que aprendeu a nutrir ódio por Caposso; de fato, inicialmente ele nem sabia que se tratava do antigo amigo. "E Sebastião sabia, os caminhos de Bernardino e Caposso só agora pela primeira vez tinham se cruzado. Não era como ele, Sebastião, que conhecia Vladimiro antes de ele ter esse nome e depois aprendera desprezá-lo. Apenas. Não sentia o ódio do companheiro" (PEPETELA, 2008, p.182). Esses dois, ambos ex-combatentes de guerra, que se tornaram, respectivamente: um advogado que trabalha praticamente de graça em prol de causas humanitárias, e um homem que dedicou sua vida na formação de uma ONG que pudesse ajudar os desvalidos, são os únicos sobreviventes do ideal de nação igualitária que um dia todos defenderam.

Continuamos em 2004. Vladimiro agora protagoniza sua cena mor de barbarismo, que ocorre quando ele vai a um concerto com Bebiana e um candidato a sócio, Marco.

Vendo o músico parado, à espera que VC calasse os berros ao telefone, alguns espectadores mais afoitos começaram a bradar, vai lá para fora, desliga isso, analfabeto, vai embora, silêncio, matumbo, fecha a boca e outros mimos que mais irritaram o empresário. Este se levantou, desligou acintosamente o telefone, gritou vão todos se foder e saiu da sala, arrastando a envergonhada

Bebiana. O amigo Marco seguiu, pedindo desculpa, tentando se fazer de pequenino. E o guarda-costas veio atrás, com olhares ameaçadores para os que assobiavam e reclamavam, pondo claramente a mão na cintura, onde se destacava o volume da pistola (PEPETELA, 2008, p.422).

As conseqüências não poderiam ser diferentes: um artigo de jornal ofendendo a falta de educação e de refinamento do nosso personagem. "Para isso é preciso modéstia, virtude que a nossa burguesia emergente e fanfarrona desconhece em absoluto" (PEPETELA, 2008, p.428). Evidentemente, Caposso usou do seu poder para ameaçar o jornal, que acabou demitindo o jornalista que escreveu o artigo. No final, a relação prejuízo-benefício para V.C acabou em boa vantagem, porque ele deixou de pagar os anúncios que devia ao jornal sob pretexto de ter sido ofendido. Apenas uma justificativa para não pagar mais uma dívida, ele que estava deixando de pagar a várias, todos os meses, sem pretexto nenhum. Aliás, o episódio do jornal foi um dos últimos em que Caposso pode desfrutar do seu autoritarismo. O fato é que ele já estava começando sua derrocada.

Caposso não estava bem visto na praça, achava Karim, e escândalos como os do cineteatro Nacional não ajudavam nada. Já tinha havido alusões a coisas mais graves, suspeitas (suspeitas só?) de corrupção, e isso sim era muito pior. Uma linha mal cosida pode ficar com a ponta de fora, algum investigador vai puxando a linha, puxando pacientemente, e de repente começam segredos a saltar, a saltar, tudo muito perigoso. Parecia haver já buracos difíceis de tapar, por isso os governantes agora evitavam favorecer Caposso.

- Já teve mais poder, isso é certo - continuou Karim (PEPETELA, 2008, p.432 - 433).

Além de envolver-se em escândalos e perder seu prestígio, Caposso também endividou-se com seu sócio Karim, fazendo com que ele perdesse muito da consideração que tinha pelo 'amigo'.

Ele fora espantosamente ingênuo. Depois de saber que dificilmente VC lhe pagava as dívidas de outros negócios, como pudera associar-se a ele numa construtora, ainda por cima da forma como foi? Ele deu o capital inicial, Caposso o prestígio e os contactos e apenas meia dúzia de bens, como um pequeno armazém e um carro usado, restos da construtora inicial só de Caposso e que tinha ido à falência (...). Burro, burro, nem pareço de uma casta de comerciantes de séculos e séculos, se

amaldiçoava ele. Portanto, as esperanças agora residiam em Omar, frio como os lobos de olhos cinzentos à espreita da presa. Se Omar dobrasse Caposso na construtora, ele também poderia apertá-lo para lhe pagar as dívidas antigas. Sozinho não teria coragem (PEPETELA, 2008, p.436).

Mesmo Karim, renomado comerciante, deixou-se envolver-se pela pretensa amizade que lhe dedicava Caposso e atuou de forma ingênua. Dessa forma, V.C abriu caminho para que Omar, o cinzento, se aproximasse com uma sociedade mais interessante, que acabaria, futuramente, por reduzir V.C a sócio minoritário, totalmente inexpressivo. Mas isso acontece depois. Por agora presenciamos o desmoronar de seu prestígio e patrimônio. Mireille, a filha que é retrata à semelhança do pai, começava a se incomodar por não poder mais gastar em Paris tudo quanto gostaria. "O que ela pedia ele mandava. Então agora de repente Caposso tinha dificuldades? Ficou espantada, apenas isso. E aborrecida por não poderem ir passear por um oceano qualquer num cruzeiro" (PEPETELA, 2008, p. 441 - 442).

Já que começamos a falar de Mireille, conste-se que nesse mesmo capítulo a voluntariosa menina consegue, afinal, um pretexto para terminar seu romance com Nacib. Vê-se, pretextos são joias preciosas nessa família. Pois bem, não sabemos de fato se ela chegou ou não a amar o estudioso menino, mas seja o que for que havia desfez-se. "E Nacib? Esse andava totalmente esquecido enquanto ela andava por Paris." (PEPETELA, 2008, p.440). Este, sim, amava a Mireille, a tal ponto de ser sincero com ela sobre o episódio de Susan Dean. Imbuído por sua honestidade e franqueza, Nacib confessa a Mireille sua traição, e obtém, em resposta de sua atitude, deboche e desprezo simulando amor ofendido.

- Andaste a dormir com as americanas enquanto eu em Paris... - Mireille agora sufocava, por um lado com vontade continuar a rir, pelo outro lado sentindo a obrigação de parecer indignada, a mulher mais desprezada e humilhada do mundo. - Como pudeste fazer isto? Não pensaste em mim?

- Sim, sim, não faço outra coisa senão pensar em ti. Estou muito arrependido. Não tinha intenção, mas aconteceu.

- Não tinhas intenção, não tinhas intenção. Vocês são todos iguais, os homens são todos os mesmos, eu devia saber. Nunca mais te quero ver na minha frente. Desaparece, desaparece.

Entrou para casa, simulando um ataque de choro, mas fazendo esforço para conter o riso (PEPETELA, 2008, p. 442 - 443).

Afinal, Mireille conseguiu a escusa que necessitava para libertar-se de Nacib e, ainda por cima, deixá-lo lamentando o episódio, sentindo-se arrependido. Ela, que tinha uma vida repleta de romances quando estava em Paris, resolveu aproveitar-se da confissão de Nacib para descartá-lo com estilo.

Os outros dois filhos de Vladimiro, Yuri e Djamila, são corretos e estudiosos, o que não comove o pai. De fato, parece mesmo que ele os ignora. Djamila é médica e Yuri conseguiu, por mérito próprio, uma bolsa de estudos para estudar Cinema, sem precisar da aprovação do pai. Talvez por terem herdado a apatia da mãe, ganham pouco destaque no enredo. Apenas sabemos que Djamila nutre uma secreta paixão por Karim, que poderia ter sido correspondida - já que o paquistanês pensou em tê-la como segunda esposa, opção imediatamente rechaçada por Caposso. Mas ela não ousou falar disso com o pai nem com ninguém. Não deixa de ser curioso que o interesse de Karim pela moça, fato que ofendeu Caposso, tenha mobilizado fortemente os sentimentos dela. Entretanto, em nenhum momento sua opinião foi solicitada.

Continuamos no ano de 2004, agora no mês de agosto. A derrocada de Caposso torna-se mais evidente: Ivan adverte Caposso que havia recebido uma intimação judicial e que precisava de dinheiro para pagar os funcionários da fazenda, que estavam há quatro meses sem receber. Os guardas da fazenda estavam sem salário há mais de um ano. Isso ainda não se devia à falta de dinheiro, já que V.C tinha a quantia necessária no bolso do casaco (2008, p.447). Mesmo assim, os negócios não estavam tão bem quanto antes, e deixar de pagar suas dívidas sempre foi o primeiro recurso de economia para Vladimiro. Recordemo-nos que ele fazia o mesmo com Karim há anos. Seu prestígio tampouco era o mesmo: nem um empréstimo ele consegue mais.

O próprio ministro das Finanças, o qual tinha até estado na inauguração da Fazenda, seu amigo de muitos anos, companheiro de mulheres e de copo, ele próprio disse com um ar condoído, não posso fazer nada, ficaria mal se pressionasse algum banco para te fazerem um empréstimo, os tempos são outros, bem sabes, todos reclamam transparência nos negócios e bom governo, é a nova moda. Mas havia bancos que tinham capitais do Estado, alguns em maioria até, dependendo portanto de uma ordem do ministro das Finanças. O cabrão não se moveu, tinha muita pena mas era política do governo agora não interferir no circuito bancário, ir separando as águas. Mentira do filho-da-puta, Caposso suspeitava de constantes transferências do ministro a favor de outros empresários, uns falidos e incapazes que nem conta sabiam fazer, mas provavelmente lhe davam maiores porcentagens nos negócios (PEPETELA, 2008, p.449 - 450).

Além de ser um arrivista, Caposso era um mesquinho. Logo, suas “amizades” baseadas em interesse desapareceram assim que uma proposta melhor de negócios apareceu para seus parceiros de negociatas. Essa maneira distorcida de relacionar-se não se aplica a Karim, que insistiu nessa amizade até Omar intervir.

Mesmo perdendo seu prestígio e poderio, V.C não corrige suas falhas, atribuindo ao azar seus problemas financeiros. Curiosamente, a culpa deste azar é atribuída à igreja católica. Um ano antes, celebrou o casamento católico com Bebiana, com intuito de aproximar-se da igreja para fazer negócios. Para efeito de representação, passou a usar uma cruz de ouro no pescoço e vestiu-se com um "fraque encomendado diretamente de Paris, o qual estava tão bem feito que até conseguia disfarçar parcialmente a volumosa barriga, não evitava no entanto as grossas bagas de suor que lhe caíam da testa, da cara, do pescoço, de todos os lados" (PEPETELA, 2008, p. 453). Bebiana também teve seu lugar salvaguardado neste circo dos horrores e, "apesar dos seus 44 anos bem quadrados por espessas capas de gordura, foi de vestido branco comprido, um véu levado por 12 crianças e uma tiara de diamantes na cabeça que desafiava a luz dos holofotes televisivos cobrindo a cerimônia" (PEPETELA, 2008, p.452). Celebrou-se, assim, um casamento infeliz, com as devidas bênçãos católicas. Porém há que comentar-se, a vida de Caposso é tão falsa que rende ainda mais discussões. O nome é falso, a fé idem, até sua cidade natal é falsa. V.C nasceu em Calulo e, com o propósito de forjar um passado revolucionário, inventa ter nascido no Catete. Catete é uma terra muito influenciada pelos metodistas e Clemente, convidado do casamento e pretense patricio de Caposso, não consegue entender como o amigo fugiu tanto das “verdadeiras origens.”

Foi falar com VC, então você agora abandona as origens e vai casar pela igreja dos papistas? Vladimiro não sabia como responder, nunca tinha sido forte em teologias, mas lhe parecia um pouco antiquada essa linguagem de papistas. Preferiu ser franco, olhe, a Bebiana é de família católica e acha que são os casamentos mais bonitos, vêm na televisão cerimônias imponentes, aliás estão a ser adoptados pelas pessoas mais importantes do país, quer para si quer para os filhos. Além disso, os protestantes perderam a influência que tinham nos primeiros tempos, agora quem está lá em cima são mesmo os católicos. Que queria que fizesse? Conformo-me aos tempos. Oportunista porco, silvou Clemente mas Caposso apenas encolheu os ombros, os *resorts* no Mussulo valiam muito mais que as críticas de alguns frustrados (PEPETELA, 2008, p.451).

O círculo vicioso do “homem lobo do homem” - tubarão, nas falas do autor - continuará a acontecer. V.C crê-se muito esperto, novamente será enganado pelo pretense apoio da igreja, que na realidade não faz negócio nenhum com ele, além de apoiar a causa de Sebastião na querela da fazenda. Ou seja, nenhum dos artifícios que Caposso usou para aproximar-se da igreja resultou.

Vladimiro ainda não tinha perdoado o baile que a igreja andava a dar-lhe. Casara como querem os mandamentos, transportava no pescoço uma cruz pesada de ouro e brilhantes, uma incomodidade constante, e afinal não aceitavam entrar em negócios a propósito da ilha dos Padres, pelo menos andavam a engonhar, a ganhar tempo. E agora vinha a mesma Igreja apoiar uns matumbos tradicionalistas e feiticistas contra ele, um católico casado pela igreja? (PEPETELA, 2008, p.469).

Além de não conseguir novos aliados, os velhos cúmplices também estavam desaparecendo. Primeiro foi o ministro das Finanças; depois, o governador, que sabia de sua desvantagem no processo da fazenda Karan e não lhe avisou nada (2008, p.469); logo será o próprio Karim que o abandonará. Com quem V.C ainda pode contar é com seu cúmplice de toda a vida, Firmino Matias, e depois seguido por seu filho José Matias, parceiros, entre outros episódios, das ameaças que culminaram na fuga do português Francisco Amorim de Angola.

O rapaz tinha começado a trabalhar para Caposso há tempos atrás, por influência do pai, Firmino Matias, que conhecia Vladimiro do ministério da Educação e lhe explicou a situação do filho, em riscos de ser apanhado para a tropa e precisando de um apoio. O empresário reconheceu em José Matias a esperteza própria de quem tinha nascido e crescido nos musseques de Luanda a lutar pela vida diária e aceitou usá-lo para certos serviços mais delicados (PEPETELA, 2008, p.505).

Também neste capítulo Caposso seduz a última de suas amantes: Teresa, uma menina de 16 anos, que "estava apenas interessada em ganhar uns bons presentes, ir a restaurantes e levar algum dinheiro para casa, que o pai era militar reformado e sem um braço, enquanto a mãe trabalhava como lavadeira para dois casais franceses que refileavam sempre que ela pedia aumento do ordenado" (PEPETELA, 2008, p.457). Apenas mais uma menina, ainda mais

jovem do que as demais, com o propósito de divertir V.C, como antes aconteceu com Manuela, Zefa, Maria Madalena e Danúzia. As cinco amantes de Caposso não têm nenhuma importância na trama, apenas servem para mostrar a volubilidade do personagem.

Chegamos agora no confronto mais esperado do livro: o de Sebastião e Caposso. As expectativas em relação a esse encontro baseiam-se nas diferenças que existem entre os personagens, que são realmente antagônicos. De acordo com Todorov (1993, p.3), a percepção do outro como diferente do eu ocorre de duas maneiras: pode-se considerar o outro como conceito abstrato ou como pessoa física concreta.

Na primeira percepção, o outro funciona como conjunto de dados contruídos a partir da separação do eu sem ligação direta a eventuais características concretas. Dentro desta perspectiva, qualquer atitude do eu face a outras pessoas refere-se a elas como representantes personificados deste conceito abstrato. A segunda visão entende o outro como pessoa ou grupo concreto físico. Neste caso, também existem duas possibilidades de concebê-lo.

A primeira considera o outro como um outro exterior, ou seja, um ser humano não pertencente a um determinado grupo de "nós". A segunda perspectiva compreende o outro como um outro interior, equivalente à representação de traços diferentes dentro de um grupo. Aqui o outro é percebido como sujeito, o que corresponde à descoberta da própria alteridade e ao questionamento e/ou reafirmação da identidade. Este conceito de outro interior conduz, portanto, à configuração da própria identidade, enquanto sujeito diferente do eu. Nesse sentido, o encontro dos dois antagonistas da trama serve para intensificar suas diferenças de caráter e reafirmar a identidade de ambos enquanto opostos. Obviamente, há muita diferença do Sebastião e do Caposso da juventude para os dois agora, na maturidade. Sebastião perdeu a ingenuidade, mas não o idealismo; Caposso, por sua vez, consolidou alguns traços de caráter que estavam latentes e perdeu completamente o alheamento e a neutralidade que possuía. Evidentemente, os dois se tornaram ainda mais diferentes, como se pode reparar no seguinte diálogo entre os dois. Dada a sua capacidade de dissimulação, Caposso tenta primeiramente lembrar sua antiga amizade com o advogado:

- Quanto tempo, Sebastião! Como estás de saúde?

O outro, depois de ligeira hesitação, apertou a mão que se oferecia, mas sem um sorriso e ainda confuso. Tinha de responder, fê-lo secamente:

- Bem, obrigado. E o senhor?

Caposso fez um sorriso ainda mais largo. Levantou a mão como a travar qualquer movimento desconhecido ou a pedir paz.

- Senhor? Agora trata-me de senhor?

- E não é? Desculpe, julguei...

Passada a surpresa inicial, voltava o Sebastião combativo e mordaz de todos os tempos. Caposso reconheceu o estilo, o sacana não mudava.

- Vim a tratar contigo sobre aquele assunto.

- Estou a tratar com o seu advogado.

- Sei. Mas quis aproveitar isso para reatar o nosso relacionamento. Porra, pá, conhecemo-nos há tempo tempo...

- Muito tempo, de facto.

Sebastião continuou agarrado à porta do seu escritório e não convidava Caposso para entrar. Esquecimento, aturdimento ou apenas agressividade? Vladimiro optou pela última hipótese, queria mostrar ressentimento, mas, francamente, não tinha razão alguma, nunca lhe fizera mal e até neste caso dissera ao advogado para condescender o mais que podia. Também já era ingratidão demais. Mas não se ia chatear, ia tentar a concórdia (PEPETELA, 2008, p.484-485).

Apesar dessa tentativa inicial de V.C de demover o ex-amigo de qualquer traço de agressividade e de buscar a concórdia, o advogado não se deixa persuadir e, nem bem começa a falar sobre o processo da fazenda Karan, Caposso deixa cair sua máscara:

Caposso respirava fundo, como tinha aprendido com um tipo oriental apresentado pelo Karim para o iniciar em técnicas de relaxamento do corpo e do cérebro, próprias para executivos sujeitos a muito estresse, não só evitando enfartes como asneiras provocadas pela irritação descontrolada. Respira, Caposso, respira fundo e lentamente, concentra-te só na respiração, repetiu para si próprio. Por isso a voz saiu quase normal, apenas uns tons acima.

- E de quanto é essa indenização, posso saber?

- Fizemos por baixo, não contámos as mortes de velhos aceleradas pelos acontecimentos nem de algumas crianças por má nutrição, cuja contabilidade nos repugnava fazer. Cem mil dólares.

- Vão se foder! (PEPETELA, 2008, p.487).

A raiva manifesta de V.C faz, afinal, com que se desvelem antigos rancores; nesse momento, a alteridade é mais evidente, já que as diferenças de pensamento transformam-se em diferença de carácter:

– Mudou realmente tudo, se quer saber. O senhor, de jovem ingénuo e esperto, embora nada generoso nem desinteressado, passou a ser um sobeta intratável, arrogante, montado num tesouro que muito dificilmente poderá provar ser de

proveniência honesta. Eu continuo com as minhas ideias, junto do povo de que os dois saímos. É tão simples de entender...

- Continuas então o mesmo comunista.

- Nunca fui, não sabia bem o que isso era no fundo. Julgava ser e julgava saber. Aliás, proclamava isso aos quatro ventos. Só mais tarde descobri, aquele comunismo que eu seguia, as ideias generosas de todos iguais e ninguém acima do outro, não existia em parte nenhuma do mundo, era tudo uma tremenda mentira. No entanto, as generosas ideias de solidariedade para com os outros, não pretender explorar ninguém, lutar para que todos os angolanos tenham oportunidades semelhantes na vida independentemente do que foram os pais, essas ideias ainda são minhas. Se isso é comunismo, tudo bem, assumo. Mas pode ter a certeza, não é aquele que alguns pretenderam impor aos seus povos pela força. Por isso não me ofende tratando-me de comunista.

VC ouviu em silêncio o discurso do outro. Tinha sido fastidioso, mas ele suportou. (PEPETELA, 2008, p.489-490).

O desencanto de Sebastião com os rumos do país denota seu amadurecimento. Por outro lado, persistem seus sonhos de igualdade e justiça. Pela primeira vez, no entanto, o advogado encontra-se em uma posição de superioridade frente a Caposso: é como se ocorresse uma inversão no imaginário mítico de que o lobo sempre irá devorar o cordeiro.

Alegando prejuízo dos pastores de gado que precisavam circular na área pertencente a Caposso, e que foi fechada para transeuntes, o advogado pede, além da restituição do direito de livre acesso da área e também de acesso ao rio, que havia sido represado, uma indenização na quantia de cem mil dólares. O andamento do processo é favorável ao advogado, que conta inclusive com o apoio da igreja. Outras dívidas também atordoam o personagem, e a derrocada se dá de maneira cada vez mais evidente:

Ao fim e ao cabo, lhe restavam os 10% da CTC e a quinta da Huíla. E mais uma ou outra casa ou terreno sem verdadeira importância. As fábricas que ele tinha comprado a crédito e a preço de fuba nos anos 1990, com a privatização selvagem das empresas estatais ditas falidas, faziam parte da CTC, assim como a cervejeira tinha prometido recuperar mas continuava em escombros (...).

Os sócios até os carros lhe limitaram. Consideraram como dele o jipe que normalmente usava e um turismo para a casa. Os outros veículos eram considerados da empresa e ele teve de os entregar. O quintal da casa do Alvalade parecia agora vazio, sem os rucas que se serviam para os seus afazeres e não fazeres (PEPETELA, 2008, p.522 - 524).

Além da derrocada financeira, havia também a evidente perda de poder e de prestígio:

Era o prestígio abalado, com o caso tornado público. O mais ofensivo tinha sido um artigo de jornal ao qual tinha cortado a publicidade no ano anterior. O jornalista, conhecido por ser mais rancoroso que cobra chifruda, aproveitou logo titular "Boçal Caposso perdeu os anéis" e como subtítulo "Nem monstruosa cruz de ouro o salvou". Quando falou aos amigos ministros que precisava de ajuda para voltar a relançar negócios, todos viraram as costas com desculpas de última hora (PEPETELA, 2008, p.526).

Seus filhos seguiram rumos diferentes: Djamilia estava prestes a comprar seu primeiro carro, graças ao trabalho exercido em uma clínica médica; Yuri continuava estudando Cinema em Los Angeles; Ivan continuava à frente da fazenda, agora sem a ajuda de Gongá. E Mireille revelava ser a verdadeira inútil da família:

- Julgava que já tinhas feito todos os estudos - queixou ele.
- Os meus estudos nunca acabam, pai. Enquanto aquele depósito que fizeste em meu nome no banco suíço existir...
- Se não gatares à toa, dá pra muito tempo. E há outros. Mas eu pensava que ias ficar aqui a trabalhar.
- Trabalhar? Em quê? No ministério da Cultura, se calhar...Não brinque, pai. Não têm dinheiro para o salário que mereço. E depois, ia fazer o quê lá? Sabem alguma coisa de arte? Basta ver o estado dos museus, ao abandono.
- Podias ajudar a melhorar os museus...
- Eu? Sou uma consumidora de museus, estudei para isso. Não estudei para melhorar museus (PEPETELA, 2008, p.525).

Também pelas diferenças podemos analisar Mireille e Nacib: tudo que nele era sólido, nela era instável. Ele sempre soube que queria ser engenheiro, esforçou-se para isso desde o colégio, trabalhando de graça em uma oficina mecânica para aprender mais sobre a prática do serviço; estudou, batalhou, estudou fora. Sempre teve estabelecido seu rumo profissional, bem como sempre soube com clareza quais eram seus sentimentos por Mireille. Ela, pelo contrário, era toda dúvidas, tanto em relação aos seus estudos - primeiro queria ser administradora como o pai, depois obcecou-se pela arte - quanto em relação a seus sentimentos por Nacib: só era segura de suas teimosias e iniciativas, como a de aproximar-se de Nacib, quando ele era tímido demais para tentá-lo. Mireille e Nacib são antagonistas da nova geração, assim como Caposso e Sebastião representam a geração pré-independência.

Na hedonista época contemporânea, Nacib sente-se deslocado por romper esses paradigmas, enquanto Mireille está perfeitamente à vontade. Segundo Lipovetsky (2005, p.84), o hedonismo denota uma revolução dos valores, que coloca em xeque a unidade estrutural da sociedade de valores burgueses, valores esses que, sabemos, estão atrelados à idéia de casamento, família e trabalho. Para Mireille e Ivan, nenhuma dessas instituições têm o devido valor.

Assim, percebemos que a definição dos principais personagens do livro é feita por contraste, reforçando a ideia de alteridade definida pelo outro interior, já comentada anteriormente. Como representantes da geração pré-independência, temos Caposso e Sebastião, com ideais e propósitos opostos; na nova geração narcisista, temos Mireille e Nacib, este último deslocado; por fim, temos também o contraponto entre as duas gerações, representados por Ivan e Simão. “As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2006, p.7).

Karim e Omar também merecem uma comparação. Apesar de terem em comum o fato de serem estrangeiros investindo em empresas em Angola, a forma deles conduzirem seus negócios é bem diferente: o paquistanês, apesar de experiente, deixou-se levar pela amizade com Caposso, a ponto de ter muito prejuízo e não conseguir cobrar o valor devido pelo amigo com o devido rigor. O cinzento, por outro lado, não tem só os olhos de lobo. É esperto, astuto e agrega experiência à sua motivação de jovem empresário. Além disso, não tem nenhum pudor em praticamente expulsar V.C da construtora e não mistura negócios com amizade.

Em relação ao processo da fazenda, Caposso cedeu em relação às exigências dos reclamantes, abrindo uma passagem e refazendo o leito do rio, mas não aceitou pagar a indenização pedida. A burocracia é grande, uma das heranças portuguesas; e V.C iria tentar protelar o pagamento até quando fosse possível. Ele também tinha um trunfo, que não chegou a ser concretizado e que é apenas sugerido pelo narrador: matar Bernardino Chipengula. Ivan desconfia das intenções de José Matias, cúmplice de V.C, e começa a vigiá-lo, não deixando-o nunca só, o que impede a concretização do pretenso plano de Vladimiro.

[Claro, ficamos apenas pelas suposições. Pode ter sido alucinação de um jovem, com a imaginação à solta provocada pelo isolamento no mato, o que faz ver miragens nos gestos ou nas caras das pessoas. Como já foi dito atrás, este não é um livro policial e por isso é-nos indiferente saber se de facto houve alguma ordem de Caposso a José Matias ou não. De qualquer modo, se houve intenção e se nesse momento ela não se concretizou, nada nos garante que se fique por aqui. Os homens vingativos guardam muito tempo a raiva e quando menos se espera dão o bote(...)] (PEPETELA, 2008, P.534).

Ou seja, por mais enfraquecido que ele esteja, ainda pode causar muitos problemas. Mas, como bem disse nosso narrador, isso não o demoverá de cumprir o que ele acha ser o seu dever (PEPETELA, 2008, p.534).

Ironicamente, há que se notar também que a falência faz de Caposso um patriota. Quando lhe convinha, associou-se a um estrangeiro sem qualquer problema; agora que estava tendo prejuízos, via essa atitude como uma traição à pátria.

Já dizia o nosso primeiro presidente, Agostinho Neto, esses estrangeiros são como abutres a quererem debicar o corpo sagrado de África. E os responsáveis vêm e deixam...O Olímpio d'Alva é que tem razão. Devíamos fechar todas as fronteiras, não deixar entrar ninguém de fora. Os estrangeiros sempre vieram pra nos lixar, para lixar o negro. Sempre, sempre... (PEPETELA, 2008, p.536).

Portanto, de novo Caposso muda de ideia conforme a conveniência do momento. Antes apolítico, tornou-se membro do MPLA por interesses econômicos; para isso, já havia mudado de nome e de naturalidade. A capacidade de mutação de V.C é realmente admirável: além de mudar de nome, cidade natal e ideologia política, converte-se em um católico, também por interesses financeiros. Agora, clímax das mudanças, resolve criticar a base de enriquecimento de seu antigo patrimônio.

A respeito da opinião transformada de Caposso, é interessante invocar as palavras de Amílcar Cabral sobre essa classe de burgueses da qual Caposso faz parte⁸⁵:

Formou-se, no entanto, ao serviço do próprio colonialismo, uma camada social que é hoje a única capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de que se servia o Estado colonial contra o nosso povo: a pequena burguesia africana. No preciso momento em que esta classe, depois da libertação nacional, se apoderar do poder, podemos

85 Disponível em: http://resistir.info/afrika/c_lopes_pereira.html

considerar que regressamos à história; nessa altura, vemos manifestar-se de novo as contradições internas da nossa situação económica e social, condicionadas desta vez, é certo, por diversos factores internos, mas também pelos do exterior. Devemos ter em consideração todos estes condicionamentos no momento em que a nossa pequena burguesia tomar o poder – ignoro em nome de quem, mas o facto é que o tomará. Que atitude adoptar então?

Amílcar Cabral previa que a saída possível seria uma das duas alternativas: o socialismo ou o neocolonialismo. De certa forma, já comentamos aqui, o país caminha a passos largos para o neocolonialismo. Sabemos, no entanto, que V.C não foi lobo o bastante para manter-se entre os grandes. Sempre haverá mais espertos, e nesse caso os estrangeiros, com capital para investir, vão tomando a frente. Em um artigo intitulado "A recolonização programada da África⁸⁶", Henrique Júdice Magalhães diz-nos que as grandes potências mundiais continuam explorando o continente africano, principalmente no que se refere ao petróleo, o que caracteriza este neocolonialismo do qual falamos antes.

Estes dados contradizem a imagem de um continente incapaz de atrair investimentos estrangeiros – aspecto apontado pela imprensa monopolista como causa da miséria africana. Outro mito diz respeito ao alegado fator de inibição desses investimentos: as guerras civis étnicas, que causariam instabilidade e prejuízos à infra-estrutura, afugentando os monopólios.

A África é, de fato, um lugar devastado. Mas essa devastação não é senão um mecanismo de que o capital estrangeiro lança mão para poder iniciar ou manter em curso seus empreendimentos

Estrangeiros exploram aos africanos, e estes exploram-se a si próprios, em uma imagem distorcida de um socialismo que nunca se concretizou.

Nacib, por sua vez, deixa a narrativa um pouco menos ingênuo mas não menos sonhador. Tem agora uma compreensão melhor do que aconteceu entre Mireille e ele: sabe que foi apenas um dos caprichos da menina rica e mimada. Comenta mesmo com seu amigo Kasseke: "a iniciativa era sempre dela, brincava comigo como uma criança com o seu carrinho" (PEPETELA, 2008, p.543).

86 Disponível em: http://resistir.info/africa/africa_jun07.html

Apesar do tom de tristeza da conversa de Nacib e Kasseke, a narrativa termina melhor do que começou. Iniciou com uma morte e um período pré-guerra, termina com esperança dobrada: a primeira, que Kasseke possa ter uma vida sexual normal, pois seu amigo lhe presenteia com um cheque no valor necessário para fazer uma cirurgia no Rio de Janeiro. A segunda esperança é ainda melhor do que a primeira, já que coletiviza uma esperança comum a todos os angolanos: que o país possa continuar em paz. "Era noite de natal, terceira noite de natal em paz. Não havia sons de tiros nem balas tracejantes riscando o céu, não havia conversas sobre guerra. Nunca mais?" (PEPETELA, 2008, p.545).

A última guerra em Angola terminou em 2002, ocasionada novamente por desavenças entre os partidos MPLA e UNITA. Foi uma época desesperançada, já que as melhores tentativas de pôr fim à guerra, antes de seu efetivo término, foram de Beye, morto em um acidente de avião, em 1998. Agora, apesar dos problemas sociais e econômicos do país, a expectativa de paz perene é um fato. O poema a seguir, escrito em 1974, traduz essa esperança que se mantém:

Adeus à hora da largada⁸⁷

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram) tu me ensinaste a esperar como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje
somos as crianças nuas das sanzalas do mato os garotos sem escola a jogar a bola de trapos nos areais ao meio-dia
somos nós mesmos
os contratados a queimar vidas nos cafezais os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos dos bairros de pretos

87 Disponível em: http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=40&Itemid=59

além aonde não chega a luz elétrica
 os homens bêbedos a cair
 abandonados ao ritmo dum batuque de morte teus filhos
 com fome
 com sede
 com vergonha de te chamarmos Mãe
 com medo de atravessar as ruas
 com medo dos homens
 nós mesmos

Amanhã
 entoaremos hinos à liberdade
 quando comemorarmos
 a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
 os teus filhos Mãe
 (todas as mães negras
 cujos filhos partiram)
 Vão em busca de vida.

(Sagrada esperança)

Agostinho Neto

Segundo Pepetela, em entrevista concedida por e-mail no dia 9 de março de 2011:

Uma parte dos que lutaram pela independência se deram muito bem, melhoraram muito de vida, comparando com os pais e avós. Uma parte importante, sobretudo de estrato camponês, foi sendo marginalizada e esquecida. Essa, sim, lutou e não ganhou. Também alguns idealistas, mais ou menos intelectuais, que acreditavam estar a fazer o seu melhor e não aproveitaram materialmente das benesses de um regime saído dos vencedores. Serão os desencantados porque pensavam construir um país de justiça e livre, apenas conseguindo um país independente e pouco justo

Quem sabe um dia o ideal de Agostinho Neto possa acontecer, e a liberdade, que já chegou, possa efetivamente significar mudança. Talvez também ela possa existir de maneira mais plena, como uma independência total. Tomara ainda que essa liberdade possa coexistir com a prosperidade e com a leveza, tão esquecida nestes duros anos. Outrossim, sabemos que Capossos cada vez mais poderosos surgem a cada momento. Infelizmente.

Os predadores sem limites e o jardim sem flores: considerações finais

O indivíduo não é, ou não é mais, mestre de si. O que não quer dizer que ele não seja ator. Ele o é, na verdade, mas à maneira daquele que recita um texto escrito por outra pessoa (MAFFESOLI).

Observar uma geração é ver refletida uma determinada sociedade. Em poucas décadas, este grupo de pessoas que a constitui é capaz de ditar regras, moda, normas de conduta e de comportamento. Evidentemente, cada lugar tem habitantes diferentes e maneiras distintas de relacionar-se com as demais e com seu próprio país. Em comum às gerações temos o momento histórico que condiciona, superficialmente, o *modus vivendi* das pessoas.

Podemos dizer, com base na literatura produzida atualmente, que a geração da "infância" em Angola acabou. À infância nos referimos ao momento de inocência, pré-independência, quando as ilusões pós-coloniais eram possíveis. Ainda que pareça ingênuo falar na esperança que antecedeu a libertação da ex-colônia, já que estamos nos referindo a uma época de miséria e de guerra colonial, é mister salientar que as desilusões nesse momento eram dirigidas ao colonizador. Havia a expectativa de que o país africano, quando tivesse condições de autogerir-se, pudesse sanar os problemas existentes. Entretanto, como vimos no decorrer desta pesquisa, não foi o que aconteceu.

A geração pré-desencanto angolana tem como nome principal o autor Luandino Vieira. Percebemos, em suas obras, uma recuperação da inocência através da ficcionalização da

infância. "Trata-se, sobretudo, de resgatar um tempo em que a inocência era possível, daí o papel que tem a representação da infância em grande parte dessas obras" (PADILHA, 1991, p.545).

Hoje em dia, a literatura angolana mostra outra tendência, já referida *ad nauseam*: a necessidade, por vezes obsessiva, de retratar o horror da guerra civil e da corrupção do sistema político. Pepetela confirma essa vertente.

Em Portugal, a Revolução conseguiu intensificar a geração desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos, segundo terminologia de Eduardo Lourenço. A partir do século XX, a crítica fez-se mais dura, mais explícita, menos acovardada. Continuou evoluindo até se transformar em um esvaziamento dela própria. "Um deserto cheio de montinhos, mas sem uma duna. E tal quantidade excessiva de críticos, aparentando pelo número uma invejável saúde literária, não deixa de verdadeiramente confundir literatura com processos jornalísticos de transmissão/recepção..." (REAL, 2001, p.155). Nas últimas décadas, há uma saturação de obras portuguesas discorrendo sobre o próprio país e suas mazelas, como as escritas por Lobo Antunes e por José Saramago, entre outras. Lídia Jorge configura parte dessa massa crítica, mas representa, de certa forma, uma evolução ao romance de "mito-narrativas de refundação da Língua e da História" para o chamado "Realismo Urbano Total" (REAL, 2001). Esta é considerada por Miguel Real uma corrente evolutiva do romance português, já que os autores oriundos dessa perspectiva

não ostentam uma teoria filosófica ou uma teoria estética que suporte as suas concretizações romanescas, isto é, para além da consumação interior que os força a escrever, não possuem uma explícita mensagem que ilumine e dê sentido ao acto da escrita. E, nesta perspectiva, estes autores são de facto rupturais face à tradição do romance em Portugal: não são positivistas comteanos (Geração de 70), não são realistas balzaquianos (Eça de Queirós, por exemplo), não são pessimistas schopenhauerianos (último Eça, por exemplo), não são trágicos nietzschenianos (Raul Brandão, por exemplo), não são messianistas nem saudosistas (T.de Pascoaes, Afonso L. Vieira, por exemplo), não são psicologistas (José Régio, por exemplo), não são materialistas marxistas (Alves Redol e sua longa companhia, por exemplo), não são surrealistas, não são existencialistas, não são estruturalistas, não são regionalistas... (REAL, 2001, p.116).

Portugal vive, atualmente, uma perda da singularidade (REAL, 2001). Num país hiperidentitário como é este, desprender-se de si mesmo talvez seja a única maneira de voltar a

encontrar-se. Assim como a crítica em relação ao país, a discussão em torno do perfil do português também foi exaustivamente trabalhada literariamente. Essa perda de singularidade, no entanto, não é privilégio português: é o resultado de um fenômeno global que acarretou a liquidez das instituições e o esgotamento da coletividade. "É, sem dúvida, uma geração sem memória, esgotada pelo presente" (REAL, 2001, p.133),

Por isso, nos foi permitido falar neste estudo, por exemplo, na aparente solidez das instituições como casamento e família de décadas anteriores e da diluição dessas mesmas instituições na atualidade, tanto em Portugal quanto em Angola. Bauman (2007, p.7) explica que

a passagem da fase "sólida" da modernidade para a "líquida" – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois se descompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-los e, uma vez reorganizados, para que se estabeleçam.

Uma das maneiras de retratar a diluição das instituições, nas obras trabalhadas, é a representação da casa, outrora vista como núcleo de fortaleza familiar: por um lado, a Casa da Arara, que aparece como o idílio ilimitado longe da repressão familiar; por outro, a mansão de Caposso, conquistada através de ameaças e golpes sujos, símbolo de um prestígio digno da elite da qual ele sempre quis fazer parte. Ambas as casas, portanto, parecem ter uma simbologia de prazer vazio e superficial: livrar-se das responsabilidades da casa dos pais e ostentar poder. Também nisso podemos fazer uma crítica, se fizermos uma analogia relacionando-as a outra casa, que teve um significado bem distinto: a Casa dos Estudantes do Império, que constitui peça-chave nos tempos que antecederam a Revolução dos Cravos em Portugal. Lá, portugueses e luso-africanos, insatisfeitos com o regime, encontravam-se para discutirem maneiras de resistência ao governo.

A casa assume, nas obras estudadas, diferentes sentidos: pode ser o ponto de encontro pela luta comum de um ou mais povos, pode ser o lugar onde jovens alienados vivem para desfrutar de sua liberdade; ou também ser apenas um capricho de um corrupto. Mas não é mais, definitivamente, um recanto de harmonia familiar.

Comparando os principais personagens das duas obras estudadas e relacionando-os a

partir da faixa etária, chegamos primeiramente aos nomes de Lanuit, em OJSL e Vladimiro, de *Predadores*. Podemos verificar os dois são personagens completamente antagônicos, a começar pela biografia e pela forma como ambos relacionam-se com o sistema. O primeiro é um resistente, que sofreu duramente as consequências de sua insubordinação. Não por menos, sua alcunha “lanuit” deve-se ao fato de ele ter passado um mês de violência quando fora preso. “Ah! Sim, de dia abandonavam-no na cela, mas de noite, voltavam à carga, sacrificavam-no sempre de noite! Durante trinta noites o sacrificaram...” (OJSL, 1995, p.55). Eduardo Lanuit tem, portanto, a alcunha do seu tormento vinculada ao seu próprio nome. E como esquecer algo tão próximo de nós como um nome, diariamente pronunciado? Como se não bastasse a lembrança impressa no nome, ele tem uma necessidade obsessiva em estar sempre recordando o seu passado, escrevendo diários e listando seus inimigos – com a devida graduação de rancor.

Os Que não Podemos Perdoar. Da terceira, constam *Os Verdadeiros Traidores* e, por fim, uma outra mais pequena onde se encontram os nomes e endereços d'*Aqueles Que não não Nos Traíram mas Nos Deixaram sós*. Tudo para que a História um dia fale por si. Não é verdade?» (OJSL, 1995, p.118).

Caposso, por sua vez, antes da queda do regime e da independência de Angola nunca quis envolver-se com política, essa “sarna” (2008, p.120) que só sabia contaminar a todos. Porém, quando se deu a mudança do cenário político em Angola, converteu-se em grande figura política, tendo para isso inventado um passado de lutas e de vínculo com as causas do MPLA. Relata o narrador (2008, p.137): “Ao contar e recontar a si próprio a estória do seu nascimento e da família ilustre que se escondia no anonimato do passado paterno, quase acreditava, vinham-lhe lágrimas nos olhos, tão parecido tudo com o que acontecera com alguns personagens da Bíblia...”

Lanuit e Vladimiro: ambos nomes inventados. Motivo de chacota para Lanuit, motivo de orgulho para Caposso. Um teve o nome criado por aqueles que o maltrataram, o outro forjou para si o primeiro nome de um herói da revolução, Lênin. A farsa, para os dois, produz efeitos contrários. Assim também ocorre em relação ao passado. O passado de Eduardo, apesar de (ou mesmo por) ser sofrido, é constantemente invocado, como um pretexto para justificar sua mente atormentada pelas lembranças e rancores. Já o passado glorioso de Caposso,

por ter sido inventado, é um assunto a evitar-se. “Trabalhou e retrabalhou o discurso para criar o contrário de uma linha genealógica, isto é, a ausência de descendentes (2008, p.137). Descerra-se, aqui, uma dura ironia; aquele que tanto sofreu para que o país tivesse sua democracia nada leva, este que nunca envolveu-se agora tem privilégios. Em comum os dois têm as mulheres insatisfeitas e os crimes; entretanto, o angolano efetivamente comete-os enquanto o outro apenas premedita. Também vale salientar que o excesso de poder da nova elite angolana torna ainda mais evidente a total impotência e comodismo da geração pré-74 portuguesa. A Revolução não lhes trouxe autonomia nem uma crítica que a já conhecida crítica passiva.

Apesar de não parecer em quase nada com Caposso, Eduardo tem alguma semelhança com Sebastião Lopes: ambos são ex-resistentes. Aquele lutou contra a ditadura salazarista em Portugal, enquanto o advogado batalhou pela independência de Angola. Ambos encontram-se deslocados na sociedade contemporânea e não reconhecem ali a realidade sonhada anos antes.

Ou tudo começaria a vir de trás, das paredes repletas de nomes que deveriam conduzir ao livro justiceiro, *Alguém Nos Amará mais tarde?* Ou mais atrás ainda, mais longe, fora da sua própria vida? (OJSL, 1995, p.366).

Conhecia bem Sebastião Lopes, não mudara muito, sempre ansioso por dar uma lição de política. O novo aspecto do discurso, afinal, era a confissão de solidão do advogado, hoje sem ponto de referência no mundo porque os regimes que se reclamavam do tal comunismo tinham finalmente mostrado uma face suja (PEPETELA, 2008, p.489-490).

Porém, as semelhanças acabam por aí. Enquanto Sebastião tornou-se um advogado de causas sociais, transplantando seu idealismo para outra esfera da vida prática – ainda que isso não lhe dê vantagens financeiras -, Eduardo permaneceu arraigado a seus próprios ressentimentos e pesares, e o mais próximo que esteve de atuar na sociedade atual foi quando aceitou incendiar o Mercado do Chiado. Julieta e Bebiania são personagens com mais similaridades do que seus respectivos maridos: ambas partilham da visão conservadora de mulher subserviente e passiva, mas agem de maneira diferente. Enquanto Bebiania é uma personagem rasa, representada como o retrato da esposa calada e grata, apesar das surras, humilhações e traições constantes, Juju tem suas contradições: ao mesmo tempo em que procura cumprir as funções sociais esperadas, expõe Eduardo buscando auxílio para ele através dos seus desafetos e descuidando dos filhos.

Os papéis sociais estavam definidos à partida. O homem sustentava o agregado familiar, dedicava-se à profissão e aos lazeres, também sexuais, fora de casa. A mulher cuidava da casa, do homem e dos filhos, trabalhasse ou não fora de casa, tivesse uma carreira ou não, contribuisse para a economia doméstica ou não (DINIZ, 1996, p.497).

Talvez Juju não cumpra as expectativas exatamente por Lanuit também não enquadrar-se no protótipo de homem responsável pela manutenção da casa, sedento de prazeres extra-conjugais ou de qualquer tipo de prazer. Caposso sim, corresponde exatamente à descrição acima, e para isso tem uma mulher a altura de sua previsibilidade.

As mulheres diferem-se também na maneira como encaram sua própria feminilidade: a mulher do ex-resistente está sempre a dar ordens para a faxineira com ares de poderosa dona de pensão; é vaidosa, pinta os cabelos de ruivo, anda mesmo dentro de casa com sapatos de salto alto que lhe conferem um ar de fêmea decadente, Bebiania é uma imagem de lástima completa: quase analfabeta, sem nenhuma classe apesar de rica e completamente relaxada com sua própria aparência.

Tinha permanecido quase dois meses no Brasil sofrendo lipoaspirações, spas para emagrecimento, operações plásticas, enfim, o habitual pacote para gentes da alta, mas de pouco valeram essas diligências e despesas na hora de entrar no vestido (...). Foi necessário desfazer e refazer o vestido, já o noivo estava à espera na igreja e um calor de morrer a desfazer as maquilhagens apesar das ventoinhas que agitavam os penteados.... (PEPETELA, 2008, p.452-453).

Paulina e Mireille são interessantes personagens a serem observadas: representantes de uma nova geração feminina, ambas são muito diferentes das mulheres anteriormente analisadas e representam uma nova conduta em relação aos projetos de vida, às expectativas em relação aos relacionamentos amorosos e, principalmente, na maneira de interagir sexualmente com seu parceiro. Diferentemente da geração que as precedia, elas não pensam em casar-se: já não é uma preocupação da sociedade contemporânea a obrigatoriedade do casamento. Filhos, marido, lar, todos esses valores são abstratos e longínquos para essas personagens. Mireille interessa-se em estudar arte e Paulina em treinar o estátua, a bem da verdade, é mister salientar que a *partner* não tinha nenhum projeto. Afinal, ela “se envolvia em projectos tão

grandes para os outros que nem sequer tinha projecto para si mesma” (OJSL, 1995, p.353). Também não podemos afirmar que Mireille o tivesse: afinal, seu único plano parece continuar sendo sustentada por seu pai enquanto desfruta de uma vida interminável de estudante em Paris. Paulina também não tem meios próprios para sustentar-se; ou seja, as duas, ainda que não tenham introjetada na mente a ideia de um desejado matrimônio para alcançar a estabilidade financeira, igualmente transferiram a responsabilidade de buscar proventos a terceiros. Mudam a identidade do provedor, mas não a necessidade de tê-lo. Se os projetos de vida mudaram, o que dizer dos relacionamentos? A herdeira de Caposso, ainda que inicialmente envolva-se com o jovem Nacib, e por ele enfrente o pai, não manteve a constância dos seus sentimentos, desinteressando-se rapidamente, face a outros rapazes que conhecera.

Com efeito, não se pode dizer em pura verdade que Mireille o tivesse alguma vez amado. Namorou com ele, primeiro um namoro estranho feito de olhares envergonhados por parte dele, provocadores da sua parte, que depois evoluiu para umas conversas no muro e mais tarde para algumas apalpadelas, até irem para a cama quando ela tinha 17 anos. Mas nunca tinha levado a relação muito a sério (PEPETELA, 2008, p.440).

Também brinca com os sentimentos do rapaz, abandonando-o por puro capricho e fazendo com que ele acreditasse que a culpa era dele. “Então o senhor Nacib tinha andado metido com uma americana e tinha a coragem de lhe contar! Ridículo! Ela estava nas tintas. Ia aproveitar a oportunidade para se libertar definitivamente” (PEPETELA, 2008, p.444). Já Paulina, apesar de nutrir um afeto genuíno pelo estátua, tem por ele um sentimento doentio de posse e manipulação, fazendo-o treinar exaustivas horas de imobilização, abraçar projetos com os quais ele não se identifica (como bater o recorde mundial) e acaba por provocar, ainda que involuntariamente, sua morte. “Ela fez tudo por ele, ela não a pode desmerecer, não pode traí-la, tem de triunfar. Para que vale a vida de *Static Manse* não houver triunfo?” (OJSL, 1995, p.360). há em seu amor a ideia tradicional de fidelidade, já que a jovem começa a relacionar-se sexualmente com Falcão. “Amavam-se três e quatro vezes. Adiante. Falcão estreitou a rapariga nos braços, ao mesmo tempo moles e fortes, próprios para a movimentação de um *camera-man*” (OJSL, 1995, p.352). Mireille, por seu turno, também buscava variar os parceiros:

Logo que chegou a Paris foi colecionando nacionalidades, desde brasileiros a senegaleses e até mesmo um estudante das ilhas Fiji que deitava a enorme língua para fora da boca quando se excitava e fazia ugh-ugh-ugh numa dança obscena e guerreira ao mesmo tempo (PEPETELA, 2008, p.440).

Maria Clementina Diniz explica que, na faixa etária que corresponde aos mais jovens, a forma de estar sexual torna-se precoce, não raro precipitada (1996, p.499). A autora complementa dizendo que “podemos reconhecer nas novas relações jovens quer a procura e valorização sexual de si do outro, quer os comportamentos facilitados, abusivos e até promíscuos” (DINIZ, 1996, p.499). As outras personagens femininas que compõem esse cenário contemporâneo distinguem bastante das anteriores: tanto Susana Marina quanto Djamilia são jovens sonhadoras e apaixonadas; ambas ambicionam uma carreira ou uma vida sem os pais mas com responsabilidade – Djamilia está um passo a frente, pois já é médica e tem sua clínica; também nutrem amores platônicos - a primeira por Leonardo e a outra por Karim. Apesar de pertencer a mesma geração de Paulina e Mireille, rompem esse padrão de liberdade exacerbada e inconsequente que geralmente caracteriza o pós-74. Maria Clementina Diniz (1996), em seu artigo “O amor e a sexualidade”, faz um estudo retrospectivo dos vinte anos que sucederam a revolução, ou seja, até meados dos anos 90. A trama de Lídia Jorge passa-se em 1988, ou seja, insere-se perfeitamente na análise. Diz-nos Diniz (1996, p.499) que a liberação sexual e de costumes acabou por desencadear processos contraditórios: ao mesmo tempo em que facilitou o *cool sex* (LIPOVETSKY, 2005, p.56) e a banalização dos relacionamentos por um lado, também provocou o refreamento excessivo por outro.

Para muitas mulheres, diríamos que os excessos e as novas formas de relações sexuais, em choque com a moral tradicional com que se identificavam, as levaram a regressar, refugiando-se (...) nas velhas normas coarctantes da relação amorosa completa e satisfatória (DINIZ, 1996, p.499).

Ademais da falta de relacionamentos, elas também não têm amigos – isoladas em seu próprio mundo, não se relacionam com os demais. Não têm confidentes, não tem ninguém com quem compartilhar seus sentimentos. São solitárias autênticas neste mundo de solitários acompanhados. São, também nisso, menos parecidas com as jovens de sua geração do que com Julieta e Bebiania, por exemplo. “E sozinha, sob o duche que a ajudava a ficar cada vez

mais a outra que era ela, a Callas abria a boca vermelha engrandecida, e os palcos do mundo também se abriam” (OJSL, 1995, p.173). Todas solitárias e frustradas tanto amorosa quanto sexualmente, que vivem a esconderem seus sentimentos e sonharem com o que não podiam ter. “Escondeu a comoção provocada pelas ásperas palavras do pai, como sempre escondera o secreto fascínio pelo oriental” (PEPETELA, 2008, p.535).

Leonardo e Ivan são dois jovens parecidos em essência, mas muito diferentes na maneira de atuar. Exatamente por ambos fazerem parte de países com histórias diferentes, a passividade do estátua não poderia refletir-se em Ivan, visto que essa não é necessariamente uma característica da juventude contemporânea, e sim uma qualidade referente especificamente a Portugal, país, como já foi dito, de medrosos (GIL, 2008, p.72), tristes (PASCOAES, 1978, p.122) e inertes (LEÃO, 1960, p.115) ou, como diz-nos Torga em seu *XII Diário* (1986, p.79): “Somos, realmente, os parentes infelizes da humanidade. Quando devíamos ter emoções, temos flatos e desmaios; em vez de lavrar o campo das ideias, gradamo-lo, apenas; instintivamente, opomo-nos a tudo que nos propomos”. Enquanto Leonardo irrita pela inércia e pela falta de atitudes, e dessa maneira protesta contra o autoritarismo paterno, o qual não aceita, Ivan é pura energia, malcriações e atitudes. Ao contrário do outro, ele precisa agir para ser notado. É assim quando se recusa a estudar; também quando atropela o deficiente e esquecido herói de guerra Simão Kapiangala; por fim, será assim também quando começa a destacar-se como administrador da fazenda. Nada acontece para Ivan sem que ele efetivamente desencadeie através de suas ações. Diferentemente de Leonardo, Ivan tem uma evolução em sua trajetória: começa como o “imbumbável” criticado duramente pelo pai, dando razões para isso; mas encontra na fazenda vontade suficiente para mudar seu estigma. Evidentemente, o fator que causa essa mudança não encontra reflexo no estátua: é o desejo do filho de Caposso de mudar seu conceito a respeito dele, de superar as expectativas do pai desamoro e ausente. “Caposso, entretanto, foi depositar em casa o filho como quem atira um saco de lixo para o aterro sanitário” (PEPETELA, 2008, p.244). Ivan, ao contrário do indiferente Leonardo, ama o pai, odeia o pai, tem necessidade de provar a ele que é capaz. Isso os distingue demasiado. "Podem existir heróis, santos, figuras emblemáticas, mas eles são, de certa maneira, tipos ideais, 'formas' vazias, matizes que permitem a qualquer um reconhecer-se e comungar com os outros" (MAFFESOLI, 2000, p.15). Em última instância, ambos são jo

guetes, ainda que de maneira inconsciente: agem para contrariar a vontade dos pais, para obedecer a partner, para fazer jus ao cronograma da parede. São levados pelas circunstâncias, sem saberem o que lhes aguarda no futuro. “Essa insegurança e essa incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência: parecemos não estar mais no controle, seja individual, coletiva ou coletivamente” (BAUMAN, 2007, p.32).

Em relação às diferenças entre as gerações na obra de Pepetela, o autor esclarece, em entrevista concedida no dia 9 de março de 2011:

Essa geração [anterior à independência] fracturou-se pois, acompanhando a brutal diferenciação social trazida pelo capitalismo selvagem que se instalou nos anos 80 e 90. Os jovens percebem estes processos, sentem-nos na pele. Numa primeira fase, alheiam-se, alienam-se de todas as maneiras. Até um dia brandirem o facho da mudança social. Questão de tempo.

Lídia Jorge, por sua vez, em entrevista concedida por e-mail em 16 de setembro de 2010, explica o caso português, dizendo que “O desentendimento entre as gerações provém de um passado recente que não é transmitido”. O conflito entre as gerações, trabalhado neste estudo, deve-se principalmente à problemática identitária comum aos dois países: Portugal, que não se compreende a si próprio, e Angola, que busca afirmar-se nacionalmente independente do colonizador, embora não consiga desvincular-se de suas heranças políticas e culturais. Assim, apesar de termos dois países cuja geração pré-74 desencantou-se com o desfecho dos objetivos pelos quais lutaram, as motivações que os levaram a isso não são passíveis de comparação. Também temos gerações pós-74, que não se identificam com a luta realizada pelos seus pais e conhecidos há poucas décadas. É inevitável, portanto, perceber essas semelhanças. Ainda que haja diferenças entre elas, a compreensão e o envolvimento com a História do seu país poderia atenuar essa diferença, nos dois casos.

Percebemos, pelo fragmento de entrevista constante na página anterior, que o autor angolano acredita que a alienação da geração atual é algo efêmero, que acabará quando houver um momento em que haja uma necessidade de posicionamento. Terá chegado este momento? Depois das recentes revoltas no Egito e na Líbia reclamando a saída dos governantes há muitos anos no poder, manifestações em Angola têm começado, ainda que timidamente, a acontecer. Segundo o jornal “Público” do dia 9 de março do corrente ano:

Apesar do carácter pouco consistente da iniciativa, o regime reagiu com nervosismo. Alguns dirigentes fizeram declarações intimidatórias e no sábado o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola), que governa Angola desde a independência, em 1975, organizou acções de apoio ao Governo, incluindo uma marcha que reuniu milhares em Luanda (...) Ainda que não tivesse tido adesão significativa, o apelo ao protesto contra Eduardo dos Santos "nos últimos dias dominava as conversas todas, passou da Internet, chegou aos bairros penetrou na sociedade angolana, é um movimento novo", disse ontem Pedro Cardoso. "Mais do que a manifestação em si, deu a perceber às pessoas que podem reivindicar, que há espaço para isso."

Os portugueses, por sua vez, começam a reagir contra as consequências da crise na economia portuguesa com manifestações por melhores condições trabalhistas: será o fim da não-inscrição, a descoberta de sua identidade? Antes de respondermos a essa pergunta, cabe aqui uma reflexão.

Para Portugal parece mister, como bem disse José Gil (2009), esquecer-se de si próprio para poder encontrar-se. Deixar aquele pensamento autofágico, em voga desde o século XV com as descobertas, e reforçado até o século XX com Pessoa (1979, p.21): "Considerar que a Pátria Portuguesa existe toda ela dentro de cada indivíduo português. Fazer portanto tudo para si mesmo como português, desenvolver-se a si mesmo no sentido português". Lídia Jorge é uma precursora deste caminho, ao mostrar a comunhão portuguesa com o hedonismo e a apatia frutos do momento atual. Alguns autores contemporâneos, como Gonçalo M. Tavares, estão conseguindo a façanha de ultrapassarem essa corrente e, afinal, "esquecerem" Portugal. Com uma prosa intimista, cenários e personagens universais, o escritor desvincula-se – tanto do orgulho passado quanto do ressentimento recente – e consegue realizar narrativas que ultrapassam a auto-obsessão portuguesa. Acreditamos estar presenciando o início de uma nova subjetividade, conforme foi descrita por José Gil (2009). Vale relembrar o prefácio de *O Pequeno Mundo*, de Luísa Costa Gomes (1988), e fica-nos a pergunta para reflexão:

Leitor! Este livro não fala do 25 de Abril (...). Pior, não menciona em lugar nenhum a guerra em África. Não reflecte sobre a nossa identidade cultural como povo, o nosso futuro como nação, o nosso lugar na comunidade europeia. Suportará o leitor um livro assim?

Angola, por sua vez, não precisa esquecer-se de si própria para encontrar, ainda que na literatura, uma paz sem conflitos, nem bélicos nem geracionais. Angola precisa esquecer

Portugal. Pepetela, na entrevista já citada, ao comparar os dois países em relação às consequências pós-74, afirmou:

Não sei de certeza, mas presumo que o sentimento será semelhante entre aqueles que lutaram para mudar Portugal e os que o fizeram por Angola. Nos dois casos, não era só acabar com um regime político, com uma ditadura. Era transformar a sociedade. Nos dois casos houve fracasso parcial. Portanto acho que se devem entender muito bem, quer os vencedores de cada um dos processos quer os vencidos.

A ideia não é desvincular-se das questões coloniais e esquecer o passado, senão ultrapassá-las, tirando-lhes o peso literário. Além de um conflito entre gerações, temos aqui um conflito histórico, tanto em Portugal quanto em Angola, e mais ainda se compararmos os dois. O desafio, portanto, é de ambos, que terão que aprender a conviverem para libertarem-se. Se a História os afastou, que a literatura possa aproximá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALA, JÚNIOR B. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática, 1989.

AGUIAR E SILVA, V.M. de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 2002.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo português moderno (1822 – 1891)*.

Lisboa: Sá da Costa, 1979.

ALMEIDA, P,R, de. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Estampa, 1979.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Ana Luiza. CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. ANTELO, Raúl (Orgs). *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Chapecó: Grifos, 1999.

ANDRADE, F da C. *Literatura angolana: opiniões*. Lisboa: Edições 70, 1980.

ANDRADE, M. C. de. *Imperialismo e fragmentação do espaço*. São Paulo: Unicamp, 1991.

- ANTUNES, P. M. *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 1979.
- ARNAUT, A. *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo – Fios de Ariadne – Máscaras de Proteu*, Coimbra: Almedina, 2002.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- BAUMAN, Zygmund. *Modernidade e Ambivalência*. RJ: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993a.
- _____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1993b.
- BALAKRISHNAN, G. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARREIRA, Cecília. “Os estilos de vida e convívio quotidiano” *In Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Print Portuguesa, 1996.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes. «Sobre o carácter nacional ou para uma ‘explicação’ de Portugal». *In Nação e Defesa*: Lisboa, n.º 21, Jan.-Março de 1982, p. 11-31.

BERARDINELLI, C. *A Geração de 70 e a Geração de Orpheu*. Estudos de literatura portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BERGEL, Antonio J. Alías. *Camões laureado: Legitimación y uso poético de Camões durante el bilingüismo ibérico en el "período filipino"*. IN *Espéculo. Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. Año XIV, nº 42, julio-octubre 2009.

BERRINI, B. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa: Nova Vega, 2010.

BOAVENTURA, S. *O Estado e a sociedade em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”. In:

HOLLANDA, H.B. (org.). *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

BOAVIDA, A. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BRAGA, T. *As modernas idéias na literatura portuguesa*. Porto: Chardron, 1892.

BRUNSCHWIG, H. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CABRAL, Eunice (1995). “O Romance “Individualizado” do Pós-Guerra Português”. In: *Anais da Universidade de Évora*, nº 5, pp. 125-134.

_____ (1996). “A Ficção do Pós-Guerra. O Sentido do Mundo em Suspensão”. In: *Dedalus*, nº 6, pp. 255-263.

CANDIDO, A. et al. *A personagem de ficção*. São Paulo; Perspectiva, 1989.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo; Nacional, 1985.

CANEDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Unicamp, 1986.

CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Veja, 1994.

CHAVES, R. et alli (Org). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CLARA, Fernando. “O fim da Europa: onde a nação acaba e o império começa”. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.). *Portugal não é um país pequeno – contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, pp. 63-79, 2010.

CORREIA, P. *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Print Portuguesa, 1996.

CORREIO DA MANHÃ (2005). “Problema não é a cor da pele”. Entrevista com Vaz Pinto, 18 de junho.

COSTA LOBO, A. *As Origens do sebastianismo*. Lisboa, Tipografia da Empresa da História de Portugal, 1909.

CRISTÓVÃO, F; FERRAZ, M^a de L; CARVALHO, A. *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Cosmos, 1997.

DACOSTA, F. *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.

DAVIS, H. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. São Paulo, 2000.

DIAS, Augusto da Costa. *A crise da consciência pequeno-burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa: Portugália, 1964.

- DURAND, G. *Imagens e reflexos do imaginário português*. Lisboa: Hugin, 1997.
- ELIADE, M. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FERREIRA, Vergílio. *Conta-Corrente I*. Bertrand: Lisboa, 1982.
- FERRO, M (Org). *O livro negro do colonialismo*. São Paulo: Ediouro, 2004.
- FIGUEIREDO, Alexandra L. SILVA, Catarina L. et alii. *Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas (1969-1997)*. Oeiras: Celta, 1999.
- FIGUEIREDO, Leonor. *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.
- FRANÇA, José Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. ICALP: Liboa, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- FORNOS, José Luís Giovanoni. *Lídia Jorge: territórios da paixão e da escrita*. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 2, nº 2, Abril de 2009
- FORSTER, E.M. *Aspectos do romance*. Porto Alegre: Globo, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GIL, José. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D' Água, 2008.
- _____. *Em Busca da Identidade – o desnorte*, Lisboa: Relógio D' Água, 2009.

GUIMARÃES, F. *Poética do Simbolismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 1990.

GOMES, A. C. *A voz itinerante*. São Paulo: Edusp, 1993.

GOMES, F. *Quinto Império*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934.

GOMES, R. C. “Cidade e identidade nacional na narrativa brasileira contemporânea”. In: HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro; DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

IONISIO, E. *Sobre a cultura em Portugal (1974-1994)*. Lisboa: Salamandra,s.d.

JOHNSON, A.G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JORGE, L. *O jardim sem limites*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

LAFER, C. *Gil Vicente e Camões : dois estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*. São Paulo : Ática, 1978.

LEÃO, Francisco da Cunha. *O enigma português*. Lisboa: Guimarães, 1960.

LEAL, João. “O império escondido: camponeses, construção da Nação e império na antropologia portuguesa”. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.). *Portugal não é um país*

- pequeno – contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, pp. 63-79, 2010.
- LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.
- LOPES, Ernâni R. GRILO, Marçal E. et alii. *Portugal: o desafio dos anos 90*. Lisboa: Presença, 1986.
- LOURENÇO, E. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- _____. *O labirinto da saudade*. Lisboa, Dom Quixote, 1982.
- _____. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *A Europa desencantada: por uma mitologia européia*. Lisboa: Visão, 1994.
- _____. *O canto do signo, existência e literatura*. Lisboa: Presença, 1994.
- LUKÁCS, George. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. São Paulo: Forense, 2000.
- MASSAUD, M. *A literatura portuguesa*. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 1991.
- _____. (Org.) *A literatura portuguesa em perspectiva*. São Paulo: Atlas, 1992-1994.
- MATA, Inocência. “A negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade” In: Manuela Ribeiro Sanches (org.). *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, p.299, 2010.
- MATTOSO, J. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998.

- MAXWELL, K. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MENEZES, S. *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São paulo: Edusp, 2000.
- MELETÍNSKI, E. M. *A poética do mito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *Os arquétipos literários*. Cotia: Ateliê, 2002.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- NETTO, J.P. *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- NOVAES, A. (Org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NOVAIS, F. *A Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- OLIVER, R. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- OLIVER, R. & FAGE, J.D. *Breve história da África*. Rio de Janeiro: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- ORGANON. *Questões de lusofonia*. Porto Alegre: Instituto de Letras, n.21, v.8,1994.
- _____. *O mundo clássico: Grécia, Roma e Índia*. Porto Alegre: Instituto de Letras, n.27, v.13, 1999.
- PADILHA, L.C. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- PASCOAES, T. de. *O espírito lusitano ou o Saudosismo*. Porto: Ed.Renascença Portuguesa, 1912.

- _____. *Arte de ser português*. Lisboa: Delraux, 1978.
- _____. *A Era Lusíada*. Porto Alegre Renascença, 1913.
- PESSOA, Fernando. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Ática, 1986.
- _____. *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional* (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão). Lisboa: Ática, 1979.
- PEPETELA. *Predadores*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.
- _____. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *Yaka*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. *A geração da utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Inútil poesia*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- PIRES, A . M. *Dom Sebastião e o Encoberto*.Lisboa: Gulbenkian, 1982.
- QUADROS, A . *Crítica e verdade: introdução à actual literatura portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1964.
- _____. *Portugal, razão e mistério*. Introdução ao Portugal arquétipo. Lisboa: Guimarães, 1986.
- _____. *O espírito da cultura portuguesa*.Lisboa: Sociedade de Expansão Cultura, 1967.
- _____. *A idéia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- RAMOS, Iolanda Freitas. *Imagens Inglesas de Camões*. IN *I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- REAL, M. *Portugal: ser e representação*.Lisboa: Difel, 1995.

_____. *Geração de 90. Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2001.

RIBEIRO, Margarida Calafate. “As ruínas da casa portuguesa em *Os Cus de Judas* e em *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes”. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.). *Portugal não é um país pequeno – contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, pp. 43-62, 2010.

RODRIGUES, J. H. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SAID, E.W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, B. *Pela mão de Alice*. 2. ed. São Paulo, Cortez Ed., 1996.

_____. *O Estado e a sociedade em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. *A Crítica da Razão Indolente – contra o desperdício da experiência*, 2ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter- identidade.” In: *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade* (Orgs.) Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SARAIVA, A . J. & LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. 12. ed. Porto: Porto Editora, 1985.

_____. *A cultura em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1991.

_____. *Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1982.

SARAMAGO, J. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SECCO, C. et al. (Org.) *Brasil África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

SECCO, L. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, André Luiz Barros da. *Machado de Assis: anti-apologista, anti-romântico, anti-realista*. IN *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 16-18 de setembro de 2004. pp. 1-11.

SILVEIRA, Jorge. (org.) *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: UFMG, 1999

SILVESTRE, Osvaldo Manuel (2008). “A minha pátria é a língua portuguesa (desde que a língua seja a minha)“. In: Rosa Maria Goulart, Maria do Céu Fraga, Paulo Meneses (coordenação). *O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem a Vítor Aguiar e Silva*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp.231-239.

SIMÕES, J.G. *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

SMITH, A. *Identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SCHMIDT, S.P. *Gênero e história no romance português*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, T.I. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVEIRA, J.F. da. “Casa, cidade e nação: lugar ou impossibilidade?” In: ANDRADE, Ana Luiza. CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. ANTEL-O, Raúl (Orgs). *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Chapecó: Grifos, 1999.

SIMÕES, J. G. *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

SOUZA, M^a S. D. *Desamores: a destruição do idílio familiar na ficção contemporânea*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Ronald W. *The Future of a National Symbol*. IN Monteiro, Fátima et alii. *Portugal: strategic options in European context*. Lexington Books, 2003. p. 12.

SPÍNOLA, A. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

SULEIMAN, Susan Rubin. *Le roman à thèse ou l'autorité fictive*. Paris: PUF, 1986.

TELMO, António. *A história secreta de Portugal*. Lisboa: Veja, s.d.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do ouro*. Trad. de Beatriz Perrone Moises. São Paulo: 1993.

TORGA, Miguel. *Diário (vol. IV)*. Coimbra: Ed. Autor, 1973.

_____. *Diário (vol. VIII)*. Coimbra: Ed. Autor, 1976

_____. *Diário (vol. IX)*. Coimbra: Ed. Autor, 1977.

_____. *Diário (vol. XII)*. Coimbra: Ed. Autor, 1986.

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

TORRES, Alexandre Pinheiro. *Romance: o mundo em equação*. Lisboa, Portugália Ed., 1967.

_____. *O Neo-realismo literário português*. Barcelos, Moraes, s.d.

TUTIKIAN, J. et alii. *Pós-colonialismo e identidade nacional*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

TUTIKIAN, J. *Velhas identidades novas - o pós-colonialismo e a emergência das nações de Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2006.

UNAMUNO, Miguel de. *Portugal, Povo de Suicidas*. Lisboa: Letra livre, 2010.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. “Comentário”. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.). *Portugal não é um país pequeno – contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, pp. 359-367, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido (2009). *Portugal – Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia Editores.

VILLIERS, Gérard de. *A Revolução dos Cravos de Sangue*. Lisboa: Guide, 2010.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Trad. João do Rio. São Paulo: Hedra, 2009.

Outras referências

BRANDÃO, J. Histórias de suicídios famosos em Portugal. Estrolabio, Lisboa, ago. 2010. Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/200645.html> . Acesso em: 2 dez 2010.

CABRAL, E. Outras fronteiras da literatura portuguesa. Carnets, Littératures nationales: suite ou fin – résistances, mutations & lignes de fuite, n. spécial printemps / été. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt>

CHAVES, R. A. Grande incêndio no Chiado. Correio da Manhã, Lisboa, jul. 2008. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/tema-da-semana/grande-incendio-no-chiado-e-impossivel> . Acesso em: 21 fev. 2011.

CORREIA, P. C. Cronologia Marquês do Pombal (1699-1782). Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, n. 15-16, jan.-jun. 2003. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15s.htm> . Acesso em: 20 dez. 2010.

FONTES, C. Barbárie: regresso ao passado? Confrontos. Disponível em: <http://confrontos.no.sapo.pt/page9c.html> . Acesso em: 10 jan. 2011.

FONTES, C. Portugal e a união europeia. Lusotopia. Disponível em: <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTEuropa.html>

LUSA. “Águas mil”: filme sobre o período pós-revolução. Público, Lisboa, abril. 2009. Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/aguas-mil-filme-sobre-o-periodo-posrevolucao-estreia-a-25-de-abril-no-indie_1375372 . Acesso em: 3 set. 2010.

MAGALHÃES, H. J. A recolonização programada da África. Ano VI, n. 35, jul. 2007. Disponível em: http://resistir.info/africa/africa_jun07.html

MARQUES, R. O “pseudo-arrastão” de Carcavelos – Uma verdade por repor. Público, jun. 2006. Disponível em: <http://homomigratius.blogspot.com/2006/06/o-pseudo-arrasto-de-carcavelos-uma.html>

NEVES, F. Terremoto de 1755: nove minutos que abalaram o mundo. Público, Lisboa, nov. 2005. Disponível em: <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1543&id=1237405> . Acesso em: 23 nov. 2010.

OLIVEIRA, M. J. Sabemos mais hoje sobre a Primeira República? Não. Público, Lisboa, nov. 2010. Disponível em: http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/sabemos-mais-hoje-sobre-a-primeira-republica-nao_1459497?p=2 . Acesso em: 18 out. 2010

PEREIRA, C. L. Socialismo ou neocolonialismo: As lutas de emancipação dos povos africanos e a actualidade do legado de Amílcar Cabral. Encontro Internacional 'Civilização ou Barbárie'. Serpa, set. 2004. Disponível em: http://resistir.info/africa/c_lopes_pereira.html

PESSOA, F. Mensagem. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira. 1934. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2293>

PESSOA, F. Orpheu. Opiário. Lisboa, n. 1, jan./mar. 1915. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2456>